

A Defesa Nacional



JULHO
1959

NÚMERO
540

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

RIO DE JANEIRO



BRASIL

NOSSA MARINHA

Págs.

| | |
|--|-----|
| Hidrografia e Navegação | 179 |
| Notícias de Todos os Mares — Ten Brandão | 185 |

DIVERSOS

| | |
|---|-----|
| Como o Japão Evolui | 187 |
| Exposição de Geografia do Brasil na Polônia | 189 |
| A Dieselização Sistemática do Brasil é de Inadiável Necessidade | 191 |

BRASILIANAS

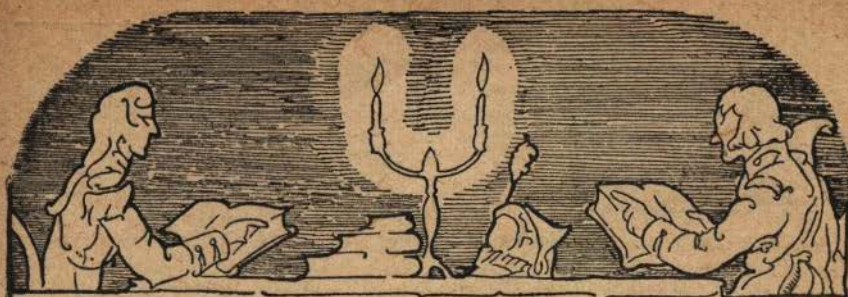
| | |
|--|-----|
| Agricultura — Pecuária — Minerais — Borracha — Energia | 195 |
|--|-----|

NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Revistas Militares em Revista | 201 |
| Terceira Fôrça | 205 |

ATOS OFICIAIS

| | |
|--------------------------------|-----|
| Decreto, Aviso, Portaria | 207 |
|--------------------------------|-----|



CULTURA PROFISSIONAL

I — CONCEITUAÇÃO FILOSÓFICO-JURÍDICA DAS FORÇAS ARMADAS

Gen-Ex **TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE**,
Ministro do STM

Definem-se as *Forças Armadas* ou melhor a *Fôrça Armada* como a parte da coletividade nacional que cada Estado prepara, organiza e equipa para atender a própria segurança e soberania ou então para realizar as próprias aspirações e impor a sua vontade à vontade de outros Estados em choque.

É entidade criada, como *Fôrça do Estado*, para a sua defesa contra inimigos externos e internos, chegando, em situações extremas, a fazer a guerra defensiva ou ofensiva. Elas representam, em todos os Estados, o elemento fundamental da organização coercitiva a serviço do Direito.

Elas constituem, na paz, grupamentos humanos permanentes, orgânicos e hierarquizados; mas, apesar da diversidade técnica de cada um, unificados na finalidade, nas aspirações e na mesma vontade coletiva.

Na guerra, crescem desmesuradamente, infiltrando-se em todos os outros elementos essenciais do Estado.

Quanto mais se universalizam e se estendem os efeitos da guerra, mais íntima e maior conexão se estabelece entre as *Forças Armadas*, a própria nacionalidade e sua organização estatal.

Por isso, no sistema de guerra moderna, a ordem jurídica caminha para ampliação cada vez maior dos poderes do Estado, em matéria de Segurança Nacional, a aplicar-se na preparação desde o tempo de paz, com os recursos de toda a Nação.

Dessa conexão resulta que o ideal seria que as *Forças Armadas* fossem encaradas como o tipo de *sociedade perfeita*, entrosada no próprio Estado como autonomia para gerir e utilizar todos os meios postos à sua disposição para o pleno cumprimento da missão precípua de defesa da Pátria.

A situação de fato e as razões técnicas e históricas fazem com que, em todos os sistemas estatais, sejam elas consideradas "instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Chefe do Governo e dentro dos limites da lei".

É de reconhecer-se essa posição relevante no quadro dos elementos basilares da estrutura do Estado, com o seu caráter institucional.

Como bem assinala Seabra Fagundes: "o serem *instituições* significa que se lhes reconhece a importância e a relativa autonomia jurídica decorrentes do caráter institucional, como sucede nos mais diversos setores, aos órgãos ou elementos vitais do organismo político-social". (1)

Se há outros que pretendem ser as Forças Armadas um serviço público de natureza técnica e administrativa, embora com regime jurídico especial, há constitucionalistas que repelem essa concepção, preconizando que a natureza jurídica das Forças Armadas é de hierarquia superior à de simples serviço público. A sua lei fundamental é de ordem pública; os poderes estatais delas necessitam para a própria preservação; o seu comando supremo cabe ao Chefe do Estado; é um organismo para a guerra e como a guerra é função da soberania, quando as Forças Armadas, em nome do Estado, defendem o Estado, na mais política de suas manifestações, realizam na verdade, a garantia do Direito, no plano constitucional ou internacional; o que equivale dizer que elas são a garantia das outras garantias ou a garantia suprema.

É vê-lo, entre nós, atribuir às Forças Armadas missões policiais a pretexto de que a elas cabe a defesa da ordem interna. Isto constitui grave defeito de desvirtuamento da sua missão precípua.

As Forças Armadas diferem fundamentalmente das Policiais porque sua missão é de caráter tipicamente político, enquanto que as polícias têm função essencialmente administrativa, exceto quando mobilizadas como reservas ou forças auxiliares daquelas.

Alguns autores, principalmente os espanhóis, chegam a considerar as Forças Armadas como verdadeiro Poder do Estado, o Poder coercitivo.

Um autor argentino as tem, não como Poder, mas como órgão do Estado. Lembremo-nos que em Roma, donde deriva o nosso sistema jurídico, povo e exército se identificavam. Daí a doutrina corrente que o Estado e as Forças Armadas são em essência a mesma coisa. O Estado sem a força não é Estado. O poder do Estado é um só, o Poder Militar, porque Poder é sinônimo de força e a força do Estado, definida nos estatutos legais, funda-se em seu sistema jurídico e em suas instituições armadas. As Forças Armadas devem ser sempre a Nação, não apenas os seus servidores, mas ela mesma. Forças Armadas que não se identificassem com a Nação, com o Poder Civil das leis que emanam do povo não seriam Forças Armadas.

A vinculação das Forças Armadas aos destinos e objetivos do Estado traça-lhes o campo jurídico de sua autonomia desejada. Entenda-se que nunca será uma autonomia discricionária, pois subsiste sempre a subordinação ao sistema legal e à vontade do povo.

A conceituação ideal da sociedade perfeita, a que nos referimos não autoriza atribuir-lhes esse caráter.

"Se a elas o Estado confere o monopólio da Força material, se lhes entrega a defesa da sua própria sobrevivência e da tranquilidade

(1) Seabra Fagundes — As Forças Armadas e a Constituição — edição da Biblioteca do Exército — 1955.

de seus habitantes, se somente as convoca (entenda-se que estão convocadas permanentemente) a intervir nos momentos cruciais da vida coletiva, abalada pela agressão exterior ou pela violência interna, é óbvio que se impõe criar, em correlação com tais circunstâncias, rigorosos elementos de subordinação à lei (diríamos melhor aos interesses da nação). Nesses elementos repousará a certeza de que o uso das armas não será desvirtuado, quer positivamente pela negação do destino constitucional das corporações militares, quer negativamente pela ineficiência delas em face da sua missão". (2)

Deve-se, contudo, atender que a atuação dessas Forças Armadas não está apenas condicionada pela legislação geral e específica. Ela cinge-se rigidamente às normas de ética militar, cuja pedra basilar é a disciplina e as da técnica profissional, que têm imposições drásticas.

O problema do bom êxito pode, muitas vezes, fazer com que as exigências técnicas não se harmonizem com as autorizações legais e daí a necessidade da autonomia equilibrada e autorizada.

Já nos referimos algures à responsabilidade do Alto Comando na paz e na guerra, em face das medidas tomadas pelo poder civil em relação às Forças Armadas. Dizíamos: "como a decisão e realização dessas medidas estão nas mãos do Governo, pergunta-se até que ponto deve ir a aceitação por parte do Alto Comando da situação ou situações decorrentes daquelas medidas? — Ora, em regra os chefes militares são disciplinados, obedientes e discretos. No regime democrático, a política de guerra, já o dissemos, está nas mãos do povo, por intermédio de seus representantes (Poder Executivo e Legislativo). Devem os chefes militares conformar-se sempre com a orientação adotada? (Referimo-nos sempre às situações de guerra e não às político-partidárias). Cumpre reconhecer as dificuldades de sua intervenção quando não estiverem de acordo com a referida orientação. Sem embargo da sua responsabilidade técnica e moral na preparação e condução da guerra, os chefes militares não podem fazer mais que aconselhar, orientar, propor as medidas e providências tidas como essenciais ao aparelhamento das Forças Armadas e ao desempenho das missões nas quais estejam investidas, e, assim mesmo, com as restrições do sigilo e das conveniências... De qualquer maneira, muito pouco depende deles, os chefes militares; e, ... contudo, a responsabilidade será toda deles na hora do cataclisma, principalmente se perderem a batalha.

É célebre a resposta de Joffre, quando lhe perguntaram quem havia ganhado a batalha do Marne: — "Não sei quem a ganhou, mas sei bem quem a teria perdido". E quando não encontrem os chefes militares compreensão, só lhes resta, como solução de consciência, exonerar-se dos postos em que pela carência de apoio dos órgãos representativos, sintam não poder dar de si quanto exijam suas convicções". (3)

O exemplo do malogrado General Gamelin, em 1939, tão nosso conhecido, é típico. Nem sempre foram atendidas as suas propostas. Muitas vezes, foram-lhe sonogados os meios para que o heróico exército salvasse a Pátria.

Liautey ao ser nomeado Ministro da Guerra, na crise de 1917-1918, recusou-se em aceitar o cargo e preferiu continuar nos Marrocos, ante a repulsa da Câmara Francesa no aprovar suas medidas de grande organizador, para a salvação pública.

(2) Seabra Fagundes — Obra citada.

(3) Tristão de Alencar Araripe — Responsabilidade do Comando-em-Chefe nos Estados Democráticos — Conferência sobre sobrevivência e Segurança Nacionais, 1950; comentada por Seabra Fagundes, obra citada.

Quando o poder civil lhe negava os meios para obter a vitória, só lhe cabia omitir-se. Escusado é dizer-se que a solução adotada em fins de 1918 mostrou que a verdade estava com ele e não com os políticos.

Os nossos constituintes tiveram percepção, embora muito ligeira, dessas dificuldades. Essa percepção seria integral se fôsse elaborada a Lei Complementar. — Estatuto orgânico das Forças Armadas, — em que se desse forma mais completa à situação jurídica das Forças Armadas, como instituição, pois o que existe até hoje, são diretrizes imprecisas, tradições e fixação de direitos individuais apenas tudo escondendo inconsciente receio de intromissão dessas Forças na ordem político-partidária.

* * *

Não resta dúvida que a Lei Magna faz, de modo indireto, notáveis concessões a essa autonomia das Forças Armadas, quando esboça as atribuições do Presidente da República, sob cuja "autoridade suprema" atuam as referidas Forças como seu comandante supremo.

Na qualidade de comandante supremo das Forças Armadas, com poderes de supervisão e supergestão, essa autonomia direta ou através dos órgãos superiores de comando, se traduz:

— na paz, pela decretação dos regulamentos respectivos, pela movimentação dos oficiais-generais e demais oficiais, pela designação dos que devem exercer funções de chefia e direção, pela localização das diversas unidades e pela indicação das hipóteses de guerra a encarar, as quais servirão de base à montagem do plano ou planos de guerra;

— nos casos de ameaças ou perturbações à ordem interna, as quais imponham o emprego das Forças Armadas, preventivamente ou com sentido repressivo, pela orientação político-militar da utilização das mesmas Forças Armadas contra a ameaça ou a atividade subversiva e na execução do estado de sítio;

— pela declaração de guerra ou aceitação de paz, condicionada, na prática, à aprovação do Congresso;

— no caso de tensão política, as providências de ordem militar que previnam melhor o país para a luta;

— no caso de invasão estrangeira, ordenando as operações militares indicadas pelas circunstâncias; nesse caso a aprovação de suas decisões seria feita a posteriori;

— no estado de guerra, tomando a si a direção política da guerra e a escolha dos comandantes-chefes das forças em operações.

Atribuindo ao Presidente da República esse pesado ônus, a Constituição concentra em suas mãos e na atuação das Forças Armadas a maior soma de responsabilidades previstas no seu mecanismo.

A situação de emergência impõe a fórmula de delegação de poderes (emergency power ou war power), quando se torna impositivo o emprego de todos os recursos do país. É verdade que não se tem em vista um poder ilimitado e arbitrário e que se mantém a fixação do respeito à constituição e às leis, mas a ampliação das possibilidades de ação em face das contingências torna-se realidade indiscutível.

Nestas condições a salvação da nacionalidade ou do Estado, criando o estado de necessidade ou de salvação pública, sacrifica, em parte, a situação jurídica para encarar a situação de fato.

Esse constante conflito entre a situação de fato e o estado de necessidade com as restrições da lei — na predominância de suposta legalidade

— deve ter, malgrado os anseios dos juristas, notável influência na conceituação filosófico-jurídica das Forças Armadas.

Temos a impressão de que o emérito constitucionalista Embaixador Pontes de Miranda sentiu o fenômeno ao interpretar o art. 178 no atinente à atribuição do Comando do Presidente da República e da direção política da guerra.

Diz o mestre:

“Rigorosamente o art. 178 apenas colhe fatos. A guerra tem necessidades tais que qualquer texto que fixe exatamente, com minúcias ou traços rígidos, as atribuições do Presidente da República e as atribuições militares, arrisca-se a perder todo o sentido diante das circunstâncias. No acesso da luta, nenhum Presidente da República poderá invocar o art. 178 para que os Exército, tendo estudado os planos de guerra e o estado das operações no momento, a tudo isso renunciasses a fim de adotar a direção inspirada pelo Presidente da República.

Por outro lado, não se pode negar que o Presidente da República, durante a guerra, pode ter papel muito maior que aquele que lhe atribui o art. 178.

O conhecimento da situação moral e econômica do país, pelos dados que tem e há de ter maiores do que os das outras pessoas, por estarem à sua disposição órgãos civis e militares, os seus dons de sugestão e incentivos, pode exercer, a cada momento ou nos momentos decisivos, influência capital”. (4)

(4) Pontes de Miranda — Comentários à Constituição Federal de 1946.

MALA REAL INGLÊSA

Anuncia que os seus três novos navios de passageiros “ANAZON”, “ARAGON” e “ARLANZA”, entrarão em serviço em 1960. O “AMAZON”, sairá em sua viagem inaugural em 22 de janeiro — Royal Mail Agencies (Brazil) Limited

AV. RIO BRANCO, 51/51 — TEL. 23-2161

PLANO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA

Está em vigor, através das agências do centro e dos bairros, o novo plano para a aquisição da casa própria, recentemente instituído pela Caixa Econômica Federal.

São três as exigências básicas, para a participação no plano:

- 1º — A pessoa interessada constituirá, em uma das agências um pecúlio correspondente a 20 por cento do valor do imóvel que pretende adquirir, para suplementar os 80 por cento financiados pela Caixa, e 15 por cento, para atender às despesas diversas, tais como imposto de transmissão, taxas, escritura, etc.;
- 2º — Quando o pecúlio estiver formado, passará a fluir um prazo de carência de um ano;
- 3º — Findo esse prazo, o dono do pecúlio estará automaticamente habilitado a fazer o seu pedido de empréstimo na Caixa Econômica, na base de 80 por cento do valor do imóvel, juros de 12 por cento ao ano e prazo de até 20 anos.

O interessado, para participar do novo plano, terá que abrir uma caderneta vinculada ao "Depósito Especial-Casa Própria". O depósito inicial não será inferior a 1 por cento do valor que o próprio interessado atribuiu à sua futura casa própria, cabendo-lhe, por outro lado, fixar o "plano de economia" de sua conveniência, com depósitos superiores a mil cruzeiros. As cadernetas especiais poderão ser iniciadas em nome de filhos e tutelados, inclusive menores, que usufruirão dos mesmos direitos deferidos aos adultos.

As quantias depositadas naquelas contas especiais, renderão os juros de 3 por cento ao ano, capitalizados semestralmente, e poderão ser retirados a qualquer tempo. Afora os juros, porém, qualquer retirada em dinheiro interromperá o prazo de carência, necessário ao participante do plano, para obter o financiamento prometido pela Caixa Econômica. Nesse caso, já integralizada a cota básica e feita uma retirada em dinheiro da parte desse capital imobilizado, interrompe-se o tempo fluído, a favor do interessado, que só voltará a ser contado quando de novo for integralizada a cota básica. Ainda segundo o plano, o preço do imóvel poderá ser alterado a qualquer tempo. No curso da carência, porém, essa alteração não interromperá o prazo, se a pretensão do interessado não majorar, senão até 30 por cento do valor que ele próprio arbitrar para o seu imóvel, desde que complemente a cota básica sobre o novo valor, antes da inscrição na carteira de Hipotecas.

Constituído o pecúlio e transcorrido o prazo de carência o interessado deverá comparecer à seção especializada da Carteira de Hipotecas da Caixa Econômica, munido da caderneta, instruindo-se, então, sobre o seu pedido de financiamento. Por certo, o interessado já possuirá informações precisas sobre o imóvel, que quer adquirir, facilitando, destarte, o processamento do empréstimo. Compromete-se a Caixa Econômica a cumprir as exigências processuais, observando, rigorosamente, a ordem cronológica da apresentação dos documentos. Após a inscrição na Carteira Hipotecária, o interessado ficará autorizado a retirar as importâncias necessárias ao sinal do preço de compra e ao pagamento das despesas, ligadas ao processo do seu financiamento, tanto na Caixa Econômica, como na Prefeitura, nos cartórios, repartições, etc., onde seja imprescindível buscar a necessária documentação, exigida pelas normas que regulam os financiamentos.



SEÇÃO DO CANDIDATO

À

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

N. 6-59

Coordenador: — Cel João Bina Machado

I — CAVALARIA NA DEFENSIVA

1 — GENERALIDADES

Dentro de suas possibilidades e limitações, a cavalaria age no combate defensivo da mesma maneira que a infantaria.

Devido à sua organização e características, as unidades de cavalaria geralmente ocupam frentes mais largas e menos profundas do que as unidades equivalentes de infantaria. Essa equivalência, no escalão que estudamos pode ser apreciada entre o BI e o RC.

As unidades de cavalaria podem ser conduzidas a combater defensivamente, seja em dispositivos estreitos e profundos, semelhantes aos da infantaria, seja em um dispositivo em larga frente e com pouca profundidade que é o dispositivo normal da cavalaria. Dêste modo, sendo obrigada a ocupar posições defensivas em larga frente e com pouca profundidade, não poderá defendê-las por muito tempo. Portanto, a cavalaria deve preferir retardar a progressão inimiga em posições sucessivas ao invés de manter uma única posição. A decisão de retardar o adversário em linhas sucessivas do terreno é do comandante da DC ou escalão superior, cabendo ao RC manter suas posições durante o tempo que lhe foi fixado.

2 — SEGURANÇA

a) Na defesa, as forças de segurança são encarregadas de fornecer, com oportunidade, alerta e informações sobre o inimigo; retardá-lo, ganhando tempo para o grosso e forçando-o a desenvolver-se prematuramente; desarticular e canalizar seu avanço; iludi-lo quanto à localização da posição de resistência. A menos que sua missão exija, as forças de segurança evitam um engajamento decisivo. Devem ter uma mobilidade igual, ou maior, do que a do inimigo. As forças de segurança reconhecem agressivamente e se valem de cada oportunidade para limitar a ação ofensiva, a fim de retardar o inimigo, inquietá-lo e buscar informações.

As forças de segurança consistem em aviação, forças de cobertura, postos avançados gerais, postos avançados de combate e elementos de segurança local de cada unidade.

b) *Fôrças de cobertura :*

Sempre que praticável, uma fôrça de cobertura móvel, normalmente fornecida pela Divisão de Cavalaria ou escalão superior, estabelece o contato com o inimigo o mais cedo possível. Sua missão visa, fundamentalmente, retardar e desorganizar, ao máximo, o avanço inimigo. As Divisões de Cavalaria são unidades especialmente aptas para o cumprimento destas missões.

c) *Postos avançados gerais (PAG) :*

São fornecidos e estabelecidos pela Divisão. Devem fornecer oportuno aviso da aproximação do inimigo e asseguram às unidades da posição de resistência o tempo suficiente para se prepararem para o combate; devem, também, obrigar o inimigo a se desenvolver prematuramente e iludi-lo sobre a localização da verdadeira posição.

Os PAG são, normalmente, organizados pelo RC reserva da DC, e devem ser localizados em pontos destacados do terreno e a uma distância tal que deixem a posição de resistência fora do alcance dos tiros de artilharia com observação terrestre.

Um RC em PAG articula-se em escalão de vigilância, escalão de resistência e reserva.

A região a ocupar é dividida em subquarteirões que englobam os elementos destacados no escalão de vigilância e resistência.

O escalão de resistência é composto de núcleos, de efetivo variável, geralmente do valor de um pelotão. São localizados em pontos importantes do terreno que permitam explorar ao máximo os fogos das armas automáticas.

O escalão de vigilância é composto de certo número de postos destacados pelos núcleos, de acôrdo com o terreno.

A reserva poderá reforçar os fogos do escalão de resistência, contra-atacar, ou ocupar uma posição de onde possa proteger o retraimento dos núcleos mais avançados.

d) *Postos avançados de combate (PAC) :*

É o comandante do RC que determina a sua instalação, conduta e condições do seu retraimento; geralmente, os PAC são organizados em postos de vigilância destacados pelos próprios subquarteirões.

Quando tenham sido estabelecidos PAG, a missão dos postos avançados de combate, normalmente, reduzir-se-á em alertar, da aproximação do inimigo, o seu quarteirão.

Quando a situação impedir o estabelecimento de PAG, ou estes estiverem a uma distância considerável da posição de resistência, medidas de segurança deverão ser tomadas, seja por determinação do escalão superior, seja por iniciativa do próprio comandante do regimento.

Essa segurança será efetuada pelos postos avançados de combate que cobrem a frente da posição de resistência com a missão retardar e desorganizar o avanço inimigo.

A sua ação deverá fazer-se sentir o mais longe possível, dentro do alcance das armas procurando causar ao inimigo o máximo de baixas e retardar a sua progressão, sem contudo empenhar-se em combates aproximados ou deixar-se aferrar.

O seu retraimento é feito por itinerários previamente escolhidos, de maneira que os fogos desencadeados da posição de resistência possam ser coordenados com esse retraimento.

e) *Segurança local :*

É estabelecida pelos esquadrões ou pelotões de primeiro escalão da posição de resistência. A segurança local é estabelecida por meio de

patrulhas que atuam à retaguarda dos PAC procurando manter contato com estes postos e aumentar a segurança da posição.

Após o retraimento dos PAC, postos de escuta, postos de observação e patrulhas fornecem a segurança local.

3 — ORGANIZAÇÃO DA POSIÇÃO

a) *Nucleamento da posição:*

A pobreza de efetivos que um chefe de cavalaria contará para mobilizar frentes, por vezes bastante extensas, obrigam-no a determinar a ocupação de pontos cuja posse permitirá manter com economia, toda a frente a defender. É o nucleamento da posição. Estes núcleos devem ser dotados de meios tais que constituam um organismo completo, defendido por uma guarnição que, mesmo reduzida a seus próprios recursos, deve poder manter-se durante determinado tempo.

Os núcleos da defesa devem ser dispostos de modo que seja mantida a continuidade do fogo em toda a frente e detida a progressão de um assaltante que tenha conseguido penetrar na posição. A distância entre os núcleos não deve ultrapassar o alcance eficaz das armas automáticas, devendo, entretanto, ser suficientemente grande para evitar que dois núcleos vizinhos sejam atingidos pela dispersão do mesmo tiro de artilharia.

b) *Linha principal de resistência (LPR):*

É a linha que une a orla exterior dos núcleos de defesa mais avançados.

Deve ser coberta por obstáculos, tanto quanto possível contínuos, na frente dos quais são colocados os fogos que devem quebrar o ímpeto do ataque inimigo.

O traçado da LPR deve prestar-se à defesa pelo fogo nas melhores condições; assim é que, em certos casos, poder-se-á utilizar a contra-encosta, a fim de subtrair os órgãos de fogo às vistas diretas do inimigo.

Geralmente, adotar-se-á um traçado quebrado, de maneira a permitir flanqueamentos eficazes. Há conveniência em localizá-la longe de cobertas que permitam ao inimigo desembocar de curta distância.

c) *Posição de resistência (PR):*

É escolhida tendo em vista tirar o máximo proveito do terreno.

Deve assegurar a posse de observatórios com vistas longínquas, possuir bons campos de tiro e proteção contra a observação do inimigo. A existência de obstáculos à frente da posição é fator de grande importância, sobretudo quando o inimigo dispõe de forças mecanizadas ou blindadas.

A posição de resistência comporta organizações mais ou menos desenvolvidas, mantidas por núcleos de defesa que se apoiam mutuamente e dispostos irregularmente em largura e profundidade.

d) *Frentes e profundidades (Base para raciocínio):*

A zona de ação de um RC na defensiva denomina-se um quartelão. Nesta zona o coronel distribui seus esquadrões, atribuindo a cada um deles um subquartelão.

A frente destinada a uma unidade é função do número de pelotões colocados na linha principal de resistência.

Nas unidades hipomóveis são considerados os seguintes dados para planejamento:

Um pelotão na defensiva, em terreno normal, pode bater com seus fogos uma frente de 300 metros. Um esquadrão com dois pelotões envolvidos em primeiro escalão pode bater uma frente de 600 metros.

Um RC com dois esquadrões em primeiro escalão pode bater com seus fogos uma frente de 1.200 metros, e, se o terreno permitir, sua zona de ação pode ser dilatada, caso existam zonas passivas que possam ser apenas vigiadas.

Frentes estreitas devem ser designadas às partes da posição de mais difícil defesa e frentes mais largas às partes de mais fácil defesa.

A distância entre os núcleos sucessivos varia de 150 a 500 metros. Cada elemento à retaguarda da linha de frente apóia os elementos de primeiro escalão batendo pelo fogo os intervalos e os flancos.

A profundidade do RC varia de 800 a 1.600 metros e a do esquadrão de 500 a 700 metros e é conseguida pela colocação dos elementos em apoio ou das reservas a distâncias variáveis à retaguarda da linha de frente.

Cada unidade a partir de esquadrão deve manter um apoio ou uma reserva.

Atrás de um obstáculo, as frentes aumentam pois a zona que se admite ser batida por um pelotão atinge a 450 metros.

O RCM, podendo dispor na defensiva de dois FM por grupo de combate, tem suas frentes consideravelmente aumentadas pois um pelotão pode bater uma frente de 600 até 900 metros, esta última quando atrás de um obstáculo.

e) *Reserva:*

O comandante do regimento tem todo interesse em manter uma reserva pronta para atuar e suas missões podem ser:

- dar profundidade à posição, ocupando uma região;
- contra atacar a fim de manter a integridade da PR ou para permitir o retraimento em caso de insucesso;
- substituir elementos dos subquarteirões que se apresentem fatigados;
- reforçar partes da frente, onde ocorra destruição de pessoal ou material que possa vir a comprometer a segurança da posição;
- cobrir um dos flancos ameaçados.

A localização da reserva será função do terreno e da largura da frente a defender. Deve situar-se em região que facilite o seu rápido deslocamento para qualquer das direções de emprêgo previsto. Não deve ficar muito avançada por necessidades de sua própria segurança e facilidade para intervenção.

Ela será colocada normalmente, segundo a direção do esforço.

Sua localização proporcionará profundidade ao dispositivo defensivo.

f) *Cavalos de mão:*

Os cavalos de mão permanecem à retaguarda da posição, em locais desenhados que lhes forneçam a necessária proteção.

Os cavalos de mão podem ficar centralizados pelo RC, o que acontece normalmente quando o regimento atua num dispositivo estreito e profundo; neste caso o Cmt do RC determina a região em que eles devem ser mantidos.

Quando o dispositivo é muito largo, os cavalos de mão podem ficar descentralizados pelos esquadrões, cabendo ao comandante do RC determinar a linha avançada dos cavalos de mão ou regiões em que devem ser mantidos. As características de um bom local de cavalos de mão são as seguintes:

- abrigado dos tiros;
- coberto das vistas aéreas;
- com água e pasto.

As distâncias da LPR em que devem ficar os cavalos de mão, como ordem de grandeza, são as seguintes:

- centralizados: de 5 a 6 km;
- descentralizados: de 2 a 4 km.

A medida que a massa dos cavalos diminui, é menos vulnerável e mais maneável pois pode mudar de local facilmente, uma vez que esteja sob os fogos do inimigo.

g) - Limites :

Limites e pontos limites fornecem ao comandante do regimento um meio adicional para coordenar a ação dos elementos subordinados.

Precisam ser facilmente identificáveis e devem fixar a responsabilidade de cada elemento nas regiões capitais e assegurar unidade de comando não só sobre os pontos chaves mas também sobre as vias de acesso mais perigosas que conduzem a eles.

Os limites entre regimentos de primeiro escalão são estendidos à frente da LPR até o limite da observação terrestre, incluindo os PAC e devem ser prolongados para a retaguarda a fim de possibilitar a escolha de posições para a reserva e unidades de apoio.

Os limites entre os subquarteirões devem englobar toda a profundidade da posição sob a responsabilidade do escalão considerado e prolongados à frente da LPR até o alcance da observação dos PAC, quando estes estiverem a cargo dos esquadrões de primeiro escalão.

Quando os PAC não estiverem a cargo dos subquarteirões os limites são prolongados à frente até o limite da observação da PR.

Os pontos limites são localizados sobre as linhas limites nos locais por onde passam a linha principal de resistência e a linha que baliza os postos avançados de combate.

Os pontos limites fixam, ainda, locais onde os comandantes de esquadrões de primeiro escalão e das unidades vizinhas coordenam seus dispositivos e planos de fogos, tendo em vista a continuidade de apoio mútuo.

4 — PLANO DE FOGOS

Os fogos constituem o elemento essencial da defesa, e o seu planejamento, merece do comandante do regimento cuidados especiais, tanto para seu estabelecimento como coordenação.

A colocação dos órgãos de fogo resulta da determinação das partes do terreno que se quer bater e da densidade que se deseja obter.

Os fogos das armas automáticas devem ser intimamente ligados com os dos morteiros e os da artilharia que os reforçam ou, então, suprem a sua falta em regiões desafiadas.

As metralhadoras constituem a ossatura do sistema de fogos. Seu alcance as torna particularmente aptas à execução de tiros de flanqueamento, não somente na frente de sua unidade, mas também em proveito das unidades vizinhas.

Os morteiros devem tomar sob seus fogos, o mais longe possível, as zonas de reunião e as vias de acesso desafiadas.

O Cmt do esquadrão de petrecho auxilia o do regimento no desenvolvimento e coordenação do plano de fogos da unidade.

É muito difícil para a cavalaria estabelecer um plano de fogos em que figure uma barragem densa, contínua e profunda, porque a cavalaria age em frentes muito extensas.

Dai freqüentemente, para o Cmt do RC, surge a necessidade de decidir em que parte da frente empregará ou prescindirá do apoio de determinado órgão de fogo.

O plano geral de fogos da unidade é resultante da coordenação entre os planos de fogos dos esquadrões e o plano de fogos do regimento. Estes planos são elaborados concomitantemente pelos comandantes de subquarteirões e quartelão, em estreita ligação com os oficiais da artilharia que apoia ou reforça a unidade considerada. A ligação cavalaria-artilharia para o planejamento dos fogos, é feita no nível:

— comandante de esquadrão — oficial de ligação

e

— comandante do regimento — comandante do grupo.

5 — DEFESA ANTICARRO

A melhor defesa anticarro é constituída pelo aproveitamento inteligente e eficiente dos obstáculos naturais, convenientemente reforçados e protegidos.

Os meios de proteção contra os ataques de forças blindadas compreendem meios passivos e ativos.

Os passivos compreendem o reconhecimento, camuflagem, obstáculos naturais e artificiais, etc.

Os ativos incluem os canhões anticarro, artilharia, lança-rojões, granadas, etc.

A defesa anticarro deve ser organizada em profundidade e o canhão anticarro é o meio mais eficiente com que conta a cavalaria.

O princípio de emprego dos canhões consiste em instalar parte deles de modo a bater os obstáculos colocados nas vias de acesso dos blindados ou apenas estas, constituindo assim um primeiro escalão da defesa. O aprofundamento da defesa é feito com as armas restantes.

6 — CONDUTA DA DEFESA

Quando o ataque inimigo irrompe, a artilharia e os elementos da defesa esforçam-se por dissociá-lo por meio de uma ação comum; seus sistemas de fogos estreitamente coordenados se completam.

Durante o ataque inimigo o comandante do regimento conduz a defesa de forma a manter a integridade da posição. Sua ação se fará sentir, seja intensificando os fogos de apoio em determinada área, seja coordenando a ação dos elementos que guarnecem os subquarteirões, seja, ainda, empregando sua reserva.

Caso o inimigo tome pé na posição, os elementos dos subquarteirões e a artilharia empenham-se em limitar a sua progressão realizando em torno da brecha uma barragem contínua de fogos. Utilizam, igualmente, seus fogos para separar de suas reservas os elementos que fizeram a penetração na posição.

Contida a penetração, um contra-ataque deve ser desencadeado, tanto quanto possível de surpresa e sem precipitação, visando expulsar o inimigo da posição.

Os contra-ataques da reserva regimental são normalmente preparados, tendo em vista as partes do terreno que apresentam condições favoráveis à penetração do inimigo e constam de um ou mais Planos de Operações.

Estes planos devem incluir:

- dispositivo;
- direção de contra-ataque;
- objetivo;
- fogos de apoio;
- conduta após atingir o objetivo;
- coordenação com os comandantes de subquarteirões.

Haverá sempre interesse em que os contra-ataques sejam dirigidos contra um dos flancos do inimigo.

Quando a situação não fôr favorável para um contra-ataque, melhor será empregar a reserva para bloquear a penetração inimiga, cabendo a expulsão do inimigo da PR ao escalão superior.

7 — O REGIMENTO PARTICIPANDO DA DEFESA DE UM CURSO D'ÁGUA

Os cursos d'água, mesmo não constituindo obstáculos à tropa inimiga que vai tentar a sua transposição, prestam-se favoravelmente ao estabelecimento de posições defensivas.

O regimento de cavalaria, atuando no âmbito da divisão, poderá ser empregado de três formas diversas, em uma operação defensiva que se beneficie de um curso d'água. Assim é, que o regimento poderá ser designado, seja:

- para constituir a segurança da posição, estabelecendo-se a frente da mesma, e portanto na margem inimiga do rio;

- para constituir um dos quartelões, quando a defesa se processar na margem amiga do rio, utilizando-o como um obstáculo;

- ou finalmente mantido em condições de impedir ao inimigo o desembocar da margem amiga.

No primeiro caso a sua atuação será idêntica à do seu emprêgo em PAG.

No segundo caso, isto é, quando o regimento tiver por missão defender um quartelão na própria margem amiga do rio, o comandante do regimento, após os necessários reconhecimentos, repartirá a zona de ação pelos subquartelões, fixando as condições em que será feita a defesa e dará as indicações que julgar úteis.

No último caso, quando a defesa fôr organizada afastada do curso d'água, isto é, quando se procurar impedir que o ataque inimigo desemboque da margem amiga, o regimento, normalmente, receberá da divisão uma zona de ação.

Organiza, então, seus PAC junto à margem do rio com a missão de assinalar a travessia pelo inimigo e bater com seus fogos os seus elementos avançados, impedindo que os mesmos se estabeleçam na margem amiga antes da intervenção do regimento.

Dispõe de seus elementos em núcleos capazes de impedir o aprofundamento do ataque inimigo e adota um dispositivo articulado para poder desencadear os contra-ataques que planejou na zona de ação que lhe foi atribuída e que visam eliminar os elementos que tentarem estabelecer-se na margem amiga.

Os contra-ataques são, normalmente, executados com elementos do valor de um esquadrão de fuzileiros, dispondo de forte apoio de fogos de artilharia e petrechos.

A localização desses elementos deve atender às necessidades dos contra-ataques.

8 — DECISÃO

Após recebida a missão o comandante faz o estudo da situação que culmina com a decisão. Nesta, o comando do regimento indica aos comandantes subordinados como deseja defender seu quartelão definindo:

- o traçado da LPR, balizando o limite anterior da região a defender;

- regiões a manter particularmente, de cuja posse depende a integridade do quartelão;

- regiões a vigiar, geralmente zonas passivas da frente;

- principais direções de contra-ataque, tendo em vista o restabelecimento da posição por ações agressivas;

- onde aprofundar a defesa, barrando com elementos reservados, uma penetração inimiga;

- como estabelecer a segurança da posição.

II — A ARTILHARIA NA DEFENSIVA

1 — GENERALIDADES

A doutrina defensiva encara a organização de uma posição de resistência a ser defendida a todo o custo e o emprego de elementos de cobertura para retardar e desorganizar o avanço do inimigo e de iludi-lo sobre a verdadeira localização da PR.

São três os elementos de uma posição defensiva:

a. Escalão de Segurança (Força de Cobertura, PAG, PAC), cuja missão é obter, o mais possível, informações sobre o valor, localização e possibilidades do inimigo, retardar e desorganizar o avanço do inimigo e iludi-lo sobre a verdadeira localização da PR.

b. Posição de Resistência (PR), cuja tropa tem por missão, barrar o inimigo ante a linha principal de resistência (LPR), repeli-lo se a atingir, e expulsá-lo mediante ações ofensivas (contra-ataques), se ele a penetrar.

c. Reserva, que tem por missão conter a penetração do inimigo na PR e executar os contra-ataques ou outras ações necessárias.

A fim de integrar-se na doutrina defensiva, a Artilharia deve estar em condições de apoiar todos os elementos da Posição Defensiva. Empregada convenientemente, pode ser fator decisivo para a defesa de uma posição e pode, ainda, pelo emprego de uma contrapreparação, desorganizar um ataque antes que ele tenha sido lançado.

A Artilharia de uma Posição Defensiva deve, pois, estar apta a tomar o inimigo sob o seu fogo desde o mais longe possível, mantê-lo sob esse fogo constantemente, até os atos finais do combate defensivo. Como consequência, no desdobramento da Artilharia na defensiva predomina, em regra, a idéia de profundidade.

2 — MISSÃO

Tendo em vista as ações inimigas sobre uma Posição Defensiva, pode-se esquematizar, na seguinte sucessão, as fases do combate defensivo, e a atuação da Artilharia em cada uma delas:

| <i>Fases</i> | <i>Atuação da Art</i> |
|--|---|
| 1 — Até que o inimigo tenha montado o seu dispositivo de Ataque — PR. | 1 — Retardar a progressão inimiga e dificultar a montagem de seu dispositivo de ataque |
| 2 — Iminência do ataque inimigo | 2 — Desarticular o ataque inimigo antes de sua partida (contrapreparação). |
| 3 — Desencadeamento do ataque inimigo | 3 — Dissociar o ataque inimigo após desencadeado e detê-lo face a LPR e, se ele romper, limitar a sua penetração na PR. |
| 4 — Expulsão do inimigo que conseguir penetrar na PR e restabelecimento da PR. | 4 — Após os contra-ataques. |

A Artilharia de Apoio Direto poderá vir a tomar parte em tôdas essas fases do combate decisivo.

É, porém, na iminência do ataque inimigo e após o seu desencadeamento, que sua atuação cresce de importância, exigindo o emprêgo da totalidade de seus meios.

Um Gp de Artilharia na defensiva pode, como na ofensiva, receber uma das seguintes missões táticas:

- Apoio Direto;
- Ação de Conjunto;
- Refôrço de Fogos;
- Ação de Conjunto e Refôrço de Fogos.

A situação de refôrço a outro Gp, constituindo com êle um Agrupamento-Grupo, é pouco usual ou mesmo excepcional, a não ser em defensiva em larga frente, em que a situação não permita o comando centralizado da AD.

Uma unidade de Infantaria (ou de outra Arma) com a missão de guarnecer os PAG deve receber um apoio adequado de Artilharia.

Se a distância dos PAG à PR o permite, os PAG receberão uma Artilharia de Ap Dto que poderá, ainda, contar com o refôrço de fogos de unidades de Artilharia da PR. Entretanto, se a distância ou outras circunstâncias não o permitirem, os PAG receberão uma Artilharia *em refôrço*, e esta atuará de maneira análoga a de uma Artilharia do GT. Quando essa Artilharia de refôrço fôr mais de um Grupo acarretará a constituição de um Agpt-GP.

Em qualquer caso, dado que os PAG devem simular a PR, todos os calibres da Artilharia da defesa devem estar representados no apoio (ou refôrço) de Artilharia aos PAG.

Similarmente como no ataque, põe-se a AD, depois de dozadas as necessidades do Ap Dto, com a sua Artilharia da Ação de Conjunto em condições de atender à manobra da GU, procurando, cuidadosamente, cobrir o máximo da frente do setor, mediante o aproveitamento total das possibilidades do material.

Os Gp da Aç Cj podem receber missões de Refôrço de Fogos a Gp de Ap Dto, durante todo o combate ou em determinadas fases do mesmo, como por exemplo, no apoio aos contra-ataques previstos.

Considerando que, normalmente, uma unidade em PAG atua em larga frente, a Artilharia que a apóia ou reforça não terá possibilidades de bater tôda a Zona de Ação dessa unidade. Cabe, então, ao Cmt dos PAG selecionar as partes da frente que são as mais importantes para a sua manobra e indicá-las à Artilharia para bate-las, pelo menos, com a maioria dos meios.

A Artilharia dada em Ap Dto ou em Refôrço aos PAG, terminada a missão destes, retornará à PR para participar de sua defesa ficando, normalmente, na Aç Cj; poderá, também, reforçar os fogos de um Gp do Ap Dto em missão secundária.

3 — DESDOBRAMENTO

Muitas vêzes, a AD impõe aos Grupos de Ap Dto as regiões onde desborda o material, especialmente na defensiva em frente normal. Entretanto, normalmente a AD prescreve que os Cmt de Gp de Ap Dto escolham posições para as suas unidades, o que farão em entendimento com o Cmt da unidade apoiada.

Para os Grupos em Refôrço de Fogos, a AD pode ter o mesmo procedimento e, neste caso, o Cmt do Gp escolhe as suas posições na região que lhe indicar o Cmt do Gp reforçado.

Para os Gp da Aç Cj a AD, sistematicamente, designa as regiões onde desdobrar os seus materiais.

A área de desdobramento do material de Artilharia de Ap Dto está subordinada às condições de prestar um apoio eficiente.

Um Gp de Ap Dto deve, sempre que possível de uma única posição, bater à frente da PR — inclusive o apoio aos PAC — e em toda a profundidade da PR, dentro do subsector que apoia.

Assim, a necessidade de atuar em proveito dos núcleos mais recuados da defesa, leva o desdobramento inicial da Artilharia de Ap Dto acêrca de 1.500 m à retaguarda desses núcleos. Isto não deve, contudo, prejudicar a necessidade de ter alcance à frente da LPR, englobando os PAC.

Quando não fôr possível conciliar as suas necessidades, o Gp de Ap Dto terá uma posição *inicial* e uma *de manobra*.

O desdobramento de todos os elementos de um Gp de Ap Dto no terreno, a fim de apoiar a defesa de um subsector, constitui o Dispositivo de Defesa.

Para manter a possibilidade de permanência na missão, face a possíveis atuações de contrabateria inimigas, as Bia organizam *Posições de troca*, que serão ocupadas quando referenciadas pelo inimigo, suas primitivas posições de combate. As posições de troca se situam acêrca de 200 a 300 metros das primitivas e constituem NCA para os Cmt de Bia.

O Dispositivo de Defesa comporta, ainda, o preparo de *Falsas posições*, com a finalidade de iludir o inimigo.

A Artilharia em apoio aos PAG cumpre essa missão de um Dispositivo Provisório. Uma unidade de Artilharia da PR que esteja reforçando os fogos da Artilharia de apoio aos PAG, cumpre essa missão também de *Posições provisórias*, o mesmo se verificando com as unidades de Aç Cj encarregadas do retardamento do inimigo a partir de uma determinada linha.

As posições de apoio aos PAG devem estar fora da LPR para não atrair a atenção — e, provavelmente, fogos — sobre a tropa amiga da PR, bem como contribuir para dar ao inimigo uma falsa impressão sobre a verdadeira localização da PR.

O material entra em posição, normalmente, à noite, tendo em vista manter o sigilo.

Compete à AD regular, em um Plano de Entrada em Posição, as condições em que deve se realizar a ocupação, prescrevendo a oportunidade e os itinerários a serem utilizados. A AD fixa, também, a hora em que o dispositivo deve estar realizado, função da decisão do Cmt da GU e das necessidades de tempo para os trabalhos de reconhecimento, ocupação das posições, trabalhos topográficos, instalação das comunicações, da observação, etc.

4 — FOGOS

À frente dos PAG atuará, inicialmente, a Artilharia encarregada de realizar os fogos de retardamento.

Logo que as colunas inimigas chegam ao alcance da Artilharia de apoio aos PAG, esta começa a hostilizá-lo, visando, inicialmente, retardá-lo e, posteriormente, para apoiar a defesa das posições dos PAG.

Tão logo os PAG se retraíam, e desde que o inimigo entre no alcance da Artilharia de Ap Dto da PR, esta abrirá fogo sobre ele. Contudo, normalmente, a GU impõe, para manter o sigilo, isto é, para não revelar os meios da defesa muito cedo, que apenas parte da Artilharia de Ap Dto atue nesta fase de aproximação do inimigo.

Durante a fase em que o inimigo toma contato com a PR, persiste a necessidade de só revelar parte dos meios. Entretanto se o inimigo se apresentar em ações locais como alvo compensador, um Gp Ap Dto poderá abrir fogo com todos os seus meios, com autorização da AD, ou por iniciativa própria, em situação de crise.

Na iminência do ataque inimigo, toda a Artilharia da defesa desencadeia a Contrapreparação, por ordem do escalão superior.

Para um Gp de Ap Dto, a Contrapreparação consiste em uma série de tiros previamente programados a horário que serão desencadeados a partir de uma hora H, determinada pelo escalão superior. As regiões de aplicação são previamente estudadas e planejadas, tendo em vista bater Zonas de Reunião, Posições de Ataque, Bases de Fogos e Postos de Observação, numa determinada frente.

As posições de ataque, pelas áreas que abrangem, requerem concentrações de Gp ou de mais de um Gp. Normalmente, a AD vem em auxílio do Ap Dto, reforçando, com os fogos da Aç, os fogos da Artilharia de Ap Dto, ou tomando a si algumas dessas missões.

A previsão de tiros sobre as possíveis localizações das armas da Base de Fogos do inimigo, Posições de Ataque, PO, etc., é fruto de um metucioso estudo do terreno, o que é de certo modo facilitado pelo fato de, na maioria das vezes, ter sido percorrido o terreno onde o inimigo se instalará.

Após o desencadeamento do ataque, a Artilharia procura bater as colunas inimigas que se dirigem sobre a LPR, buscando quebrar-lhes o ímpeto do ataque; para isso, desencadeia concentrações.

Desde que o inimigo se aproxima da região de aplicação das barragens, os Gp de Ap Dto preparam-se para desencadear as barragens previstas. A localização das barragens é fruto de um metucioso estudo do terreno e das possibilidades do inimigo, por ocasião do estabelecimento do Plano de Fogos, tendo em vista as necessidades da manobra da Arma apoiada.

O Cmt da unidade apoiada, levando em conta as necessidades da sua manobra defensiva, distribui pelos batalhões (ou unidades equivalentes) as disponibilidades em barragens. Aos Cmt de Btl, com os Oficiais de Ligação da Artilharia, cumpre localizar as barragens no terreno, com precisão.

As barragens devem ser localizadas o mais próximo possível da LPR. A exigência de obedecer à margem de segurança do material não é levada em conta, diante da necessidade de tirar ao inimigo que atinge a região das barragens, toda a possibilidade de poder evitá-la, ou seja, não lhe deixar outra alternativa senão a de avançar à custa de pesadas perdas ou recuar, se lhe for possível.

Por essa razão, as barragens podem ser localizadas da ordem de 200 metros da LPR, convindo assinalar que, na defensiva, normalmente, as tropas amigas se encontram bem abrigadas em organizações adrede preparadas.

Cada Bia de Artilharia de um Grupo de Ap Dto recebe uma barragem Normal para a qual fica apontada quando não estiver atirando; pode receber a incumbência de uma ou mais barragens Eventuais.

Se o inimigo consegue vencer as primeiras resistências da PR e nela penetrar, a sua progressão deverá ser prejudicada no interior da PR por concentrações aplicadas nas regiões por ele atingidas. Quando a unidade apoiada estabelece uma linha à retaguarda onde pretende, com a sua reserva, limitar a penetração do inimigo, a Artilharia de Ap Dto deve prever barragens face a essa linha.

Para apoiar os contra-ataques previstos, é organizado um Plano de Fogos nos mínimos pormenores.

Três gêneros de necessidades se apresentam, nessa ocasião, para a aplicação dos tiros de Artilharia:

a. Neutralizar o inimigo que possa prejudicar o deslocamento da tropa de contra-ataque para a linha de partida e tomada do dispositivo. PO, posições de morteiros, PR, etc., deverão constituir os alvos para a Artilharia.

b. Bater o interior da bolsa formada pelo inimigo, a fim de dificultar, ou mesmo impedir, que ele consolide a posse do terreno conquistado.

c. Bater os possíveis caminhamentos por onde o inimigo possa canalizar novos meios para alimentar o prosseguimento do ataque, fechando, em suma, a entrada da bolsa formada.

Normalmente, a Artilharia de Ap Dto é insuficiente para atender a tôdas essas necessidades; a AD, em regra, virá em auxílio do Ap Dto, reforçando-a com os fogos da Artilharia em Aq Cj.

Uma vez reconstituída a posição, ou alcançando o objetivo do contra-ataque, a Artilharia de Ap Dto alongará seus tiros, atuando sobre os elementos inimigos que se retraem, e restabelecendo seu sistema de fogos defensivos.

5 — PLANEJAMENTO DOS FOGOS

O planejamento dos fogos de Artilharia para a defesa de uma posição obedece às mesmas regras estabelecidas para o ataque.

O sistema de ligação Art-Arma Apoiada permitirá a organização de Planos Provisórios dos Btl e do RI que, depois de coordenados, darão nascimento ao Plano de Fogos de Apoio do RI, tal como no ataque.

O *Plano de Fogos* consistirá numa relação de possíveis regiões de aplicação de fogos, para as quais são determinados os elementos de tiro necessários à sua execução oportunamente.

Caso o inimigo não se apresente exatamente nessas regiões, aquelas previsões servirão de referência para o desencadeamento no local e na oportunidade desejados.

Quando os Btl de 1º escalão têm a seu cargo os PAC, compete aos seus comandantes, junto com os O Lig de Artilharia, selecionar as possíveis regiões de aplicação de fogos à frente dessa linha, além das previsões de fogos entre os PAC e a LPR (inclusive as barragens), e no interior da Posição, dentro dos respectivos quarteirões.

Quando o encargo dos PAC é do Btl Reserva, compete ao seu comandante, junto com o O Lig de Artilharia, o planejamento dos fogos em proveito daquela linha. A ele competirá, também, o planejamento do apoio às demais missões que forem atribuídas à Reserva (defesa em profundidade do subsetor e contra-ataques).

O Plano para a Contrapreparação obedece a diretrizes baixadas pela AD a seus Grupos. É que, como a Preparação, a Contrapreparação é organizada pelo mais alto escalão de Artilharia da Força empenhada; entretanto, os Gp de Ap Dto podem apresentar propostas que, depois de coordenadas pelo escalão superior, voltam a eles como ordem de execução.



N. 7-59

Coordenador Major OCTAVIO TOSTA

I — VICE-REINADO DO PRATA — SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DAS REPÚBLICAS DO PRATA

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Major GERMANO SEIDL VIDAL
Subsídio no estudo de História para os
candidatos ao Concurso de Admissão
à ESCEME

I — PREÂMBULO

A miopia da Administração das Metrópoles, relativamente às suas colônias americanas, com o extorsivo monopólio de comércio e o desprezo pelos naturais e seus sentimentos de revolta, jamais turvara a visão política de Portugal e Espanha. Neste particular mais aguçadas eram as observações das Coroas. Assim, os reis ibéricos fortaleceram seus governos coloniais o quanto puderam — para fazer face ao desenvolvimento das áreas colonizadas — e sempre com a idéia de que a colônia era u'a máquina de fazer dinheiro para o erário das côrtes.

Foi dentro desses princípios que a riqueza do Peru fê-lo, logo no primeiro século de colonização, Vice-Reino de Castela.

Sómente em 1739 é criado um novo Vice-Reino, o de Nova Granada. Já em 1714 a Coroa lusa outorgara ao Brasil-Colônia a condição de Vice-Reino.

O Vice-Reino do Prata nasceu da necessidade de um governo central forte na área de Buenos Aires, para dirigir "in-loco", em nome de Espanha, a economia local e barrar as pretensões portuguesas.

Pretendemos reunir linhas adiante, particularmente, *causas e consequências*; *causas* da criação do Vice-Reinado do Prata, da independência das colônias hispano-americanas, da revolução de 1810 e do desmembramento do Vice-Reinado e *consequências* da revolução emancipadora e dos fatos que possibilitaram a formação das repúblicas sul-americanas.

São itens despreziosos, sem nenhuma originalidade de fundo histórico. Foram arrolados e transcritos de autores diversos, nascidos de discussões em estudos de grupo, extraídos aqui e ali de livros, artigos e notas, que nos chegaram às mãos. Se foram para o papel impresso é

pela pretensão que possuímos de auxiliar aquêles que, desejando conhecer o assunto, necessitaram de um *esboço conclusivo* sobre o emaranhado de fatos, suas causas e efeitos, girando em tórno do Vice-Reino do Prata.



DESENVOLVIMENTO

1. INTRODUÇÃO

Em 1776 a coroa espanhola, compreendendo o perigo luso na sua infiltração contínua na área platina, cria o Vice-Reino do Prata. Este, para sua constituição, reúne as Províncias de Buenos Aires, Tucuman e Paraguai, a Banda Oriental e mais as Províncias de Charcas, Potosi e S. Cruz de la Sierra (retiradas do Vice-Reinado do Peru) e a de Cuyo (retirada da Capitania Geral do Chile).

Assim, o fim do século XVIII encontra a América espanhola dividida em quatro grandes Vice-Reinos: Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Prata (ver figura).

A organização administrativa destes vice-reinos atendia à importância das diferentes regiões e estava repartida em audiências, presidências e capitanias gerais. Vejamos o que significava tal divisão.

a) Audiências:

A audiência era um dos mais importantes tribunais de Espanha. Desde os primeiros passos da colonização foram sendo aqui estabelecidas.

"As funções das audiências americanas não eram de ordem puramente judicial. Desde o princípio foram instituídas a fim de que se re-freiasse a arrogância dos conquistadores. Depois que começaram a mandar vice-reis à América, assumiram certas funções consultivas, administrativas e legislativas. Como não havia Côrtes, nem Parlamantos que ajudassem ao Vice-Rei, a audiência celebrava de vez em quando, em sua qualidade de corpo consultivo, acôrdos e tomava resoluções. Estas resoluções faziam-se cumprir, às vezes, como se fossem verdadeiras leis" (1).

As audiências comunicavam suas decisões ao Vice-Rei, podendo apelar diretamente para o Conselho das Índias ou mesmo a Coroa. Era como que um sistema de vigilância política, bem próprio dos governos autocráticos. Essa organização, apesar de seus méritos, provocava sérios atritos entre a administração e governos locais.

b) Presidências e Capitanias Gerais:

"Conforme aumentava a população e se apresentavam novos problemas, e quicá para impedir que os vice-reis alcançassem demasiado poder, se foram dividindo os vice-reinados de tal modo que os territórios afastados da capital viessem a permanecer sob contróle de diferentes funcionários. Os mais importantes desses territórios se chamavam capitanias gerais, por se acharem sob a direção de um capitão-general que gozava de autoridade militar e civil. Quito, por exemplo, era uma Presidência separada do Vice-Reinado do Peru. Cuba, Venezuela, Guatemala e Chile eram capitanias gerais. Os mesmos termos se usavam amiúde para designar coisas muito diferentes; por exemplo, a audiência se usava para indicar tanto o território sobre o qual tinha jurisdição como para determinar o próprio Conselho. Em teoria os capitães-generais e os Presidentes estavam freqüentemente em contato direto com o Conselho das Índias, trabalhando com completa independência do Vice-Rei" (1).

O Vice-Reinado do Prata nasce, como vimos, em 1776. No ano seguinte chega à América o primeiro Vice-Rei nomeado, o violento D. Pedro de Ceballos, já experimentado nas tropelias luso-espanholas nesses rincões. Ceballos desembarca, à frente de forte expedição, na Ilha de Santa Catarina que toma. Daí reembarca rumo ao Sul planejando a conquista do Rio Grande, em cooperação com Vertiz y Salcedo. O destino arrasta-o,

todavia, à Colônia do Santíssimo Sacramento. À capitulação da cidade segue-se a sua total destruição. Atalha a continuação da luta o Tratado de 77. Em seguida vem uma paz de cerca de dois lustros, quando os adversários não se dão as mãos, pelo contrário, retemperam-se para novas campanhas.

Em 1801, com a guerra entre Portugal e Espanha, acende-se de novo a fogueira platina; novas lutas, novas conquistas. Os luso-brasileiros retomam terras perdidas, vitória indiretamente reconhecida na Paz de Badajoz entre as Metrôpoles.

Em 1806 e no ano seguinte os ingleses tentam o estabelecimento à viva força no Prata. Liniers é o herói da resistência. A saída dos britânicos fica o germe do nativismo em pleno desenvolvimento.

Em 1808 o arranjo de Bayona faz cair a cabeça coroada de Espanha, passando o cetro a um Bonaparte. A reação espanhola é imediata. Juntas tentam administrar as colônias. A insubmissão é geral. A força da nova coroa se apoia na espada do audacioso corso. É ocasião das revoltas na América e da conquista da independência do Vice-Reinado do Prata.

2. CAUSAS DA CRIAÇÃO DO VICE-REINO DO PRATA

a) Políticas:

- Opor-se às pretensões portuguesas no Prata;
- Maior controle da Metrópole, pelo estabelecimento de um governo central forte na área platina;
- Impossibilidade de administração pelo governo de Lima, das colônias espanholas à beira do Atlântico, face ao desenvolvimento das últimas.

b) Geográficas:

- Determinismo geográfico, fazendo da Bacia um todo (doutrina de Ratzel);
- Maior facilidade de ligação com a metrópole;
- Dificuldade de comunicação e transporte com o centro político de Lima;
- Infiltração portuguesa, sob dois aspectos: Busca armada do limite natural no vasto estuário e progressão pacífica da população branca lusitana.

c) Econômicas:

- Desenvolvimento econômico da área de Buenos Aires;
- Ligações diretas e reversíveis com a metrópole, ao invés de receber e enviar tudo por Calão, no Pacífico;
- Declínio da produção da prata no Peru;
- Combate ao contrabando, tão nefasto aos interesses da Coroa;
- Criação de uma alfândega em Buenos Aires e o conseqüente maior controle do comércio, a concessão das cartas aos navios de registro e o vulto de progresso e lucros auferidos.

d) Militares:

- Necessidade imediata de defesa contra as pretensões lusas, francesas e inglesas;
- Política de força para debelar as lutas contra o bastião português da Colônia do Sacramento;
- Vantagens de um governo com prerrogativas políticas amplas e disponibilidades militares apreciáveis.

3. CAUSAS DA INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS ESPANHOLAS NA AMÉRICA

- Sentimento nativista, nascido no trato da terra, na miscigenação das raças, na luta contra as pretensões estrangeiras e na revolta contra a opressão;
- Independência norte-americana (1774), exemplificando a possibilidade de sacudir o pesado jugo dos algozes europeus;
- Revolução francesa (1789), destruindo a autocracia;
- Idéias liberais dos fins do século XVIII, agitando a Europa dominadora e transplantadas para terras americanas;
- Opressão espanhola, criando o monopólio de comércio e os governos discricionários e violentos;



A criação do Vice-Reinado do Prata é o golpe político da Coroa Espanhola às pretensões portuguesas no Prata

- Não reconhecimento pela corte de Madri da aristocracia crioula, tornando os filhos de nobres espanhóis adeptos da causa das colônias;
- Ascensão napoleônica; deposição de Carlos IV e abdicação de Fernando VII, na traição de Bayona, passando a Coroa espanhola a José Bonaparte, irmão do Imperador dos franceses, criando ambiente de insubmissão e revolta;
- Influência dos movimentos secretos da maçonaria, trazidos à América pelos filhos da terra que estudavam nas Universidades europeias e "subterraneamente" auxiliados pela ação maçônica na Inglaterra, fortalecendo a ação dos líderes da Independência;
- Criação de diversos Vice-Reinos, os quais possibilitavam maior controle local nas Províncias, aumentando a opressão e acirrando o espírito regionalista;

- Aumento da importância econômica das Províncias com maior contato com o exterior, permitindo o recrudescimento das pretensões emancipadoras.

4. CAUSAS DO DESMEMBRAMENTO DO VICE-REINO DO PRATA

- Falta de homogeneidade dos conquistadores, provindos de lugares diferentes de Espanha de onde importavam as dissensões e lutas locais, com animosidade flagrante em terras da América. Costumes e dialetos bastante diversos;
- Colonização e exploração da terra por conta de particulares, geralmente provenientes da elite espanhola e sob bafejo da Coroa que só pretendia obter lucros;
- Motins e disputas entre os espanhóis conquistadores, em consequência dos itens anteriores;
- Resistência bélica do aborígine, constituindo núcleos rebeldes. Charruas, em Buenos Aires; Chiriguanos, no sudeste boliviano e Guaranís, no Paraguai;



A Revolução de 1810 é um movimento de multidão. A reação das massas contra a opressão

- Fatores dissolventes criados pela imprevidência da Coroa: Disputas provinciais, insubmissão dos colonizadores e jogo de interesses regionais colocados acima dos interesses da Metrópole;
- Opressão do governo de Buenos Aires sobre as demais Províncias;
- Dificuldade de comunicações e transportes, obrigando a administração local autônoma, com intendentes, cabildos e alcaides, geralmente prepotentes;
- Aumento da importância política das Províncias na "união fictícia" do Vice-Reino, com a sublimação de idéias liberais regionalistas;

- Rivalidade de Buenos Aires e Montevideu, lutando ambos pelo monopólio de comércio do rio (o que não impedia serem os dois beneficiados);
- Diferenças de colonização e formação étnica: Paraguai, nascido na civilização jesuítico-guarani; Uruguai, formado no caldeamento do português e espanhol, criando um tipo infenso às "zonas de influência" de seus descendentes portenhos e luso-brasileiros; Bolívia, isolada do contato com Buenos Aires, sem miscigenação, índole nativa, população índia com pouco branco, sempre rebelde à supremacia buenoairense; Argentina, nascida no núcleo próspero de Buenos Aires, no desejo de submeter tôdas as demais Províncias do Vice-Reino à tutela dos portenhos;
- Deposição das juntas de Cadiz e Sevilha, escorva para a explosão final dos acontecimentos de 1810.



Líderes do movimento emancipador argentino desembarcaram no Prata de bordo de navios ingleses

5. A REVOLUÇÃO DE 25 DE MAIO DE 1810

a) Causas:

Podemos grupar as causas desse movimento emancipador do modo seguinte:

Econômicas — O monopólio de comércio estrangulava o progresso da Colônia. Os naturais sentiam assim necessidade de administrarem eles próprios os seus interesses.

Sociais — A inferioridade do "crioulo", face à posição social do espanhol peninsular, instigava-o a reivindicações e à rebeldia.

Geográficas — O Vice-Reino possuía, então, cerca de 800.000 habitantes, dos quais 50% eram índios reduzidos à vida civil. Tinha já por isso uma "expressão geográfica", face aos núcleos populacionais do globo.

Políticas — Evidentemente as mais importantes. Os “crioulos”, amantes da terra, devido às suas atividades na agricultura e na pecuária, com horizontes políticos alargados pela cultura difundida pelas Universidades de Charcas e Córdoba e cômicos de seu valor, demonstrados nos combates aos invasores ingleses, não mais se conformavam com a segregação das posições de mando no governo da terra que os vira nascer.

As invasões inglesas deram efetivamente aos “crioulos” uma prova real do seu próprio valor e capacidade de se governarem, uma vez que as autoridades espanholas da região nada fizeram e os da península nada puderam fazer. Os invasores, ao se retirarem, deixaram sem o saber, a semente da rebelião, por terem mostrado ao povo platino o valor do produto de subsolo e as vantagens do comércio livre. A organização da milícia local, composta e comandada por nativos, mostrou aos dirigentes da opinião pública a madureza do desenvolvimento da colônia.

A situação política européia, com a queda do poder central reconhecido e as disputas entre os partidos da resistência deu oportunidade ao recrutamento das lutas na América entre dois partidos: o americano (emancipador) e o espanhol (realista, com vários matizes, dividindo a simpatia entre Carlos IV, Fernando VII, as Juntas ou uma nova cabeça coroada).

Psicológicas — Não seremos nós quem vamos arrolar causas dessa ordem para a Revolução de 1810. Casualmente encontramos no admirável livro “Las multitudes argentinas”, de José M. Ramos Mejia, interessante interpretação dessa faceta pouco conhecida. Diz êle:

“A revolução não surge de improviso, como se tem visto, por obra da inspiração ou provocada pelas invasões inglesas, é o resultado final de uma grande série de esforços, primeiro isolados, logo em *grupos* e por fim coletivos, de *multidão*, que se vêm desenvolvendo no curso de mais de dois séculos, segundo creio havê-lo demonstrado. Esta comunhão de esforços, de impulsos pequenos, produz resultados tão grandes e transcendentes, transtorna nossa rotina, acostumada a não quotizar senão exclusivamente ação pessoal do “homem representativo”. Os fatores não são esses só. O pobre camponês, o feiteiro e o necromântico de antanho, que encarnava aquele *espírito de rebelião* a que antes havia feito referência, transformado agora em espírito de independência, reclama sua participação qual outros tantos *homens-carbono*, cuja vivaz afinidade permitiu-lhes formar mais facilmente associação e *multidão*; assim também o obscuro hereje anônimo que se consome na fogueira por haver dito que *um melhor regime vinha para o Peru*; o frade libidinoso e desordenado que prega “*a visão de um novo reino e fere os direitos e governo de S.M. nestas colônias*”, perecendo na dor do tormento; o obtuso aldeão, o burguês embriagado pelo entusiasmo, o homem da *multidão*, para dizê-lo de uma vez, que em época mais próxima também se associa e morre ao lado de Tupac-Amarú nos vales silenciosos do Alto Peru, com Antequera nas margens do Tebicuari, em Chuquisaca e La Paz, em 1808” (4).

b) Consequências:

Múltiplos e de grande importância foram os efeitos da Revolução de 25 de maio de 1810, alinhados nos tópicos seguintes deste resumo.

Todavia podemos aqui ressaltar as *consequências imediatas* desse movimento. Tentaremos enumerá-las:

— O reconhecimento ostensivo da situação de fato que vinha tornando difícil o controle das colônias pela metrópole européia;

- A imediata predominância buenoairense sobre tôdas as demais Províncias do Vice-Reino do Prata;
- As expedições de Belgrano e Ocampo enviadas ao Paraguai e Alto Peru, que ratificam o erro político dos revolucionários, tentando submeter à força possíveis aliados à causa independentista, ao invés de o fazerem por intermédio de emissários sublevadores das Províncias;
- A completa debacle do governo espanhol de Buenos Aires.

6. CONSEQUÊNCIAS DO DESMEMBRAMENTO DO VICE-REINO DO PRATA — FORMAÇÃO DAS REPÚBLICAS SUL-AMERICANAS

Os fatos que proporcionaram aquêle desmembramento e sua consolidação em novas Repúblicas não estão em nosso desiderato. Pretendemos ver só causas e conseqüências. Há, portanto, hiatos nos itens apresentados. No presente título queremos estudar as conseqüências do desmembramento do Vice-Reino, para cada país que o integrava quando sob o jugo espanhol.

a) *Para as Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina):*

- Luta pela unificação;
- Expedições às Províncias rebeldes: Alto Peru, Paraguai, Salta e Banda Oriental;
- Idéia de independência, unicamente de Espanha;
- Auxílio à tentativa de independência da Banda Oriental, para posterior anexação (1811);
- Ação militar de San Martin;
- Nova tentativa de anexação da Banda Oriental em 1826 — Guerra Cisplatina;
- Luta contra o Império na intervenção brasileira em 1851 — Política de Rosas.

b) *Para o Paraguai:*

- Isolacionismo natural da civilização hispano-guarani;
- Educação jesuítica, corroborando no isolacionismo (estado teocrático);
- Animosidade com os portenhos pela tributação do comércio no Rio da Prata;
- Determinismo geográfico contrariado (doutrina de Vidal de La Blanche);
- Política de Francia e Lopez I.

c) *Para a Banda Oriental (Uruguai):*

- Influência do Vice-Reino na unificação sempre obstada pelos orientais;
- Reação dos locais. Políticas em choque no Prata. Ação precursora e incansável de Artigas;
- Tentativa de Buenos Aires de anexação da Banda Oriental (1811-12);
- Anexação da Banda Oriental ao Brasil (Tratado de 1821) sob o nome de Província Cisplatina;

- Nova tentativa buenoairense com o decreto de anexação em 1826;
- Independência uruguaia (1828) com a fiança do Brasil e Províncias Unidas e apoio diplomático inglês;
- Política rosista de intervenção e reconstituição do Vice-Reinado (1835-52).

d) *Para o Alto Peru (Bolívia):*

- Reação do Alto Peru à hegemonia de Buenos Aires;
- Entre as vias de escoamento: Chile e Peru-Pacífico e Rios Paraguai e Prata-Atlântico, optam os bolivianos pela primeira;
- Divergências étnicas aumentam as possibilidades de desintegração do Alto Peru do âmbito do Vice-Reino;
- Ação político-militar dos libertadores: San Martín (em Lima); Sucre (vencedor de Ayacucho) e Bolívar (líder espiritual da emancipação boliviana).

7. CONCLUSÕES FINAIS

A intrincada política das Repúblicas nascidas do esfacelamento do Vice-Reinado do Prata não está aqui tratada. Procuramos enumerar causas e conseqüências. E só. Face a esse ensaio, o estudioso por certo completará o trabalho, buscando o desenrolar dos fatos e a explicação das lutas, em boa bibliografia.

A acrescentar em tudo o que se viu de relance há a influência importantíssima do Brasil-Colônia, Vice-Reino, Reino e Império — nos acontecimentos platinos. Estando nosso país em parte dentro da grande bacia hidrográfica do Prata, não podia deixar de ter também aí seus interesses. E a História nos enche de orgulho. São páginas que honram o Brasil de hoje pela tolerância inextinguível às estocadas provocadoras de nações débeis a quem o imenso gigante da América Latina respondeu com o total respeito à soberania de seus vizinhos meridionais.

BIBLIOGRAFIA

- (1) David R. Moore — História de la América Latina — Editôra Poseidon.
- (2) Cap. Airton Salgueiro de Freitas — As repúblicas hispano sul-americanas — Biblioteca Militar — 1945.
- (3) José M. Ramos Mejia — Las multitudes argentinas — Editor Felix Lagouane — 1899.
- (4) Carlos A. Villanueva — Resumem de la História General de América — Casa Editorial Garnier Hermanos.
- (5) General Paula Cidade — Lutas, ao Sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes — Biblioteca Militar — 1948.
- (6) Gastão Ruch — História da América — F. Brigueit & Cia. Editôres — 1932.

NOTA — As figuras de ns. 3, 4 e 5, que ilustram o presente artigo, foram desenhadas por Renato Silva e extraídas do Suplemento de Natal de 1952 do "Diário de Notícias", do Rio, tendo reprodução autorizada.

II — QUESTÕES DO CONCURSO DE 1957

A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA DO SUL E, PARTICULARMENTE, DO BRASIL

(Para os oficiais das Armas)

1ª QUESTÃO

A siderurgia na Argentina e no Brasil.

2ª QUESTÃO

Consequências econômicas, políticas, sociais e militares, da realização do projeto de barragem do Rio São Francisco, em Três Marias. (Ver esboço anexo).

3ª QUESTÃO

Considerando:

- a) o desenvolvimento em curso no Sul de Mato Grosso e no Oeste do Paraná;
 - b) as vinculações atuais do Paraguai à Argentina e ao Brasil;
- estudar as consequências de natureza econômica e política, para o primeiro desses países, resultantes do desenvolvimento considerado.

B) HISTÓRIA DA AMÉRICA DO SUL, ESPECIALMENTE DO BRASIL

(Para os oficiais das Armas)

1ª QUESTÃO

No quadro do processo histórico da formação política dos atuais Estados hispano-sul-americanos:

- a) caracterizar a influência do Prata e dos Andes;
- b) focalizar os acontecimentos históricos mais importantes da emancipação desses países;
- c) citar os problemas de natureza política surgidos em consequência e ainda subsistentes.

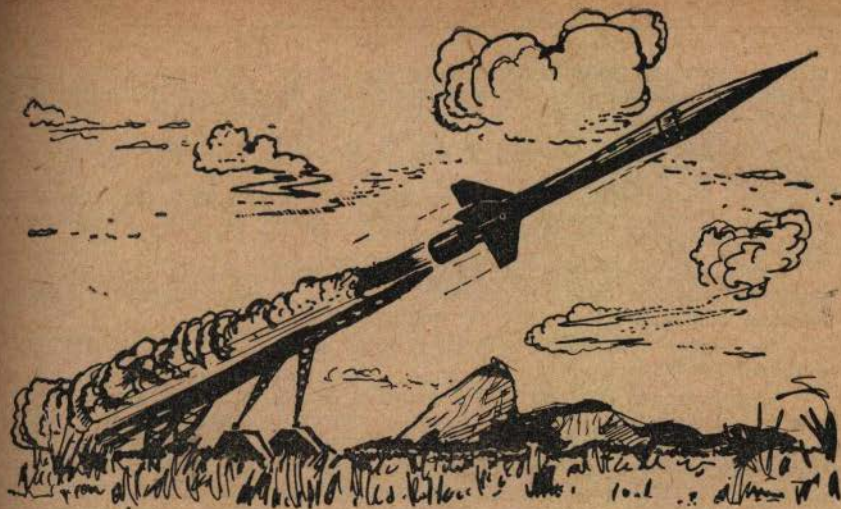
2ª QUESTÃO

Relativamente ao centro-político do Brasil-Colonial, analisar:

- a) as razões de sua localização inicial na baía de Todos os Santos, assinalando as consequências daí decorrentes;
- b) as causas determinantes de sua transferência para o Rio de Janeiro, ressaltando a influência na evolução de nossas fronteiras.

3ª QUESTÃO

Estudar as causas e consequências do fracasso de Curupaiti.



N. 7

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES

SUMÁRIO

- I — Quem diz que a Bomba de Hidrogênio é um Mistério ?
- II — Boletim Internacional
- III — Estação Aérea

I — QUEM DIZ QUE A BOMBA DE HIDROGÊNIO É UM MISTÉRIO ?

O texto e as ilustrações do artigo que se segue são reproduzidos de um folheto escrito por famoso cientista britânico e publicado nos Estados Unidos, e oferecem ao leitor uma explicação entre a bomba de fissão de Hiroshima e a bomba de fusão de hoje.

O ÁTOMO

De vez em quando, e isto durante duzentos anos, os homens aludem ao átomo. Não obstante, até hoje, ninguém viu sequer um átomo; até há vinte anos, ninguém havia visto sequer algo que se assemelhasse a um átomo. Então, por que razão temos estado tão certos, durante êsses duzentos anos, de que o átomo estava ali, algures, no coração da matéria, se nem pudemos encontrá-lo ?

A razão é bem lógica, tão clara hoje como o foi para os gregos, que primeiro pensaram nêle. Se eu coloco uma pedrinha de sal na língua, sei imediatamente o que é: tem gosto de sal. Se reduzo essa pedrinha a grãos e provo um apenas, ainda sei que é sal. Se coloco o grão debaixo de uma lente de microscópio e o desmancho em seus pequenos

cristais, cada um deles ainda é sal e nada mais. Podemos reduzir esses cristais a cristais menores, ainda o processo de despedaçamento pode continuar — mas não se pensa que pode continuar para sempre.

Deve haver uma unidade menor de sal, além da qual não podemos chegar e, ainda, ter sal.

Deve haver unidade menor de açúcar que continue a ser açúcar, e de forma idêntica deve haver uma unidade menor de ferro, clorofila ou grafita de lápis.

Cada substância deve ser feita de pequenos pedaços, cada um dos quais indivisíveis; cada um idêntico ao outro, e cada um característico daquela substância — e não de qualquer outra coisa.

Os gregos chamavam a esses pedaços *átomos*, o que significa "indivisível".

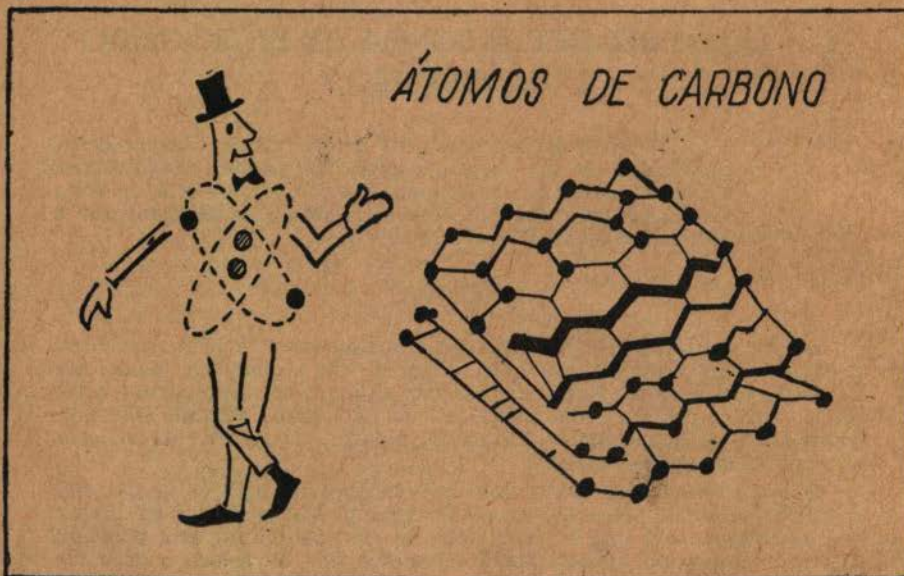
É importante começar desta maneira, histórica e logicamente, porque fica demonstrado que a nossa idéia começa do simples senso comum. É baseada nas noções de todos os dias que todos compartilhamos. Naturalmente que vamos acompanhar concepções mais modernas e detalhadas. Até estas, porém, e cumpre recordar isso — são tentativas para encontrar simplicidade e ordem na grande variedade de substâncias naturais. Não permita que alguém lhe diga que o átomo é um completo mistério, porque não o é. O átomo é o que encontramos quando procuramos a arquitetura fundamental da natureza, cujos tijolos são tão poucos, tão simples e tão ordenados quanto possível.

Com isso, já estamos prontos para começar a interrogar a natureza.

QUE É UM ÁTOMO

Átomo é a menor partícula de uma substância elementar, a qual é característica daquela substância e não de qualquer outra.

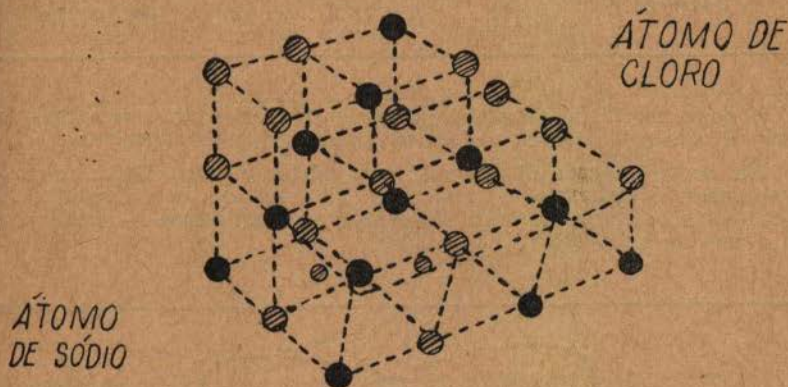
Esta é ainda a resposta grega, mas nós a tornamos mais precisa mediante a adição de uma palavra — "elementar".



Os gregos pensavam também em cortar, fisicamente, uma pedrinha de sal — isto é, dividi-la em suas menores partículas. Mas aprendemos que a menor partícula de sal ainda pode ser dividida quimicamente — ou seja, reduzida a mais duas substâncias elementares: sódio e cloro. Reservamos o termo átomo para a unidade menor de uma dessas substâncias elementares.

Eis uma ilustração dos átomos na substância elementar — grafita de lápis. Eles são todos idênticos porque todos são átomos de carbono. Estão empilhadas exatamente em lâminas e, em cada uma, formam um favo de células hexagonais.

E abaixo vê-se a ilustração de um cristal de sal. As duas substâncias elementares de que é feito têm cada uma, seus próprios átomos. Formam uma forte estrutura quadrada, na qual cada tipo de átomo firma o outro no lugar.



DENTRO DO ÁTOMO

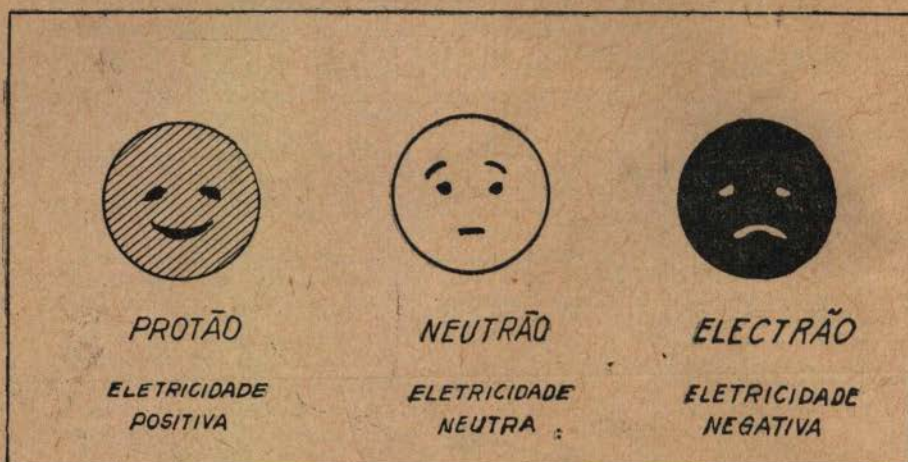
Há cerca de 100 substâncias elementares como o carbono, o sódio e o cloro. Tudo, na natureza, é feito desses 100 tipos de átomos diferentes. O átomo é realmente, a menor partícula de matéria, ou há, dentro do átomo, partículas ainda menores?

O átomo pode ser reduzido a partes componentes, tal como o sal o é, o sódio e cloro?

Esta pergunta foi respondida em tempos recentes: os próprios átomos são compostos de pequenas partículas elétricas. Essas partículas são:

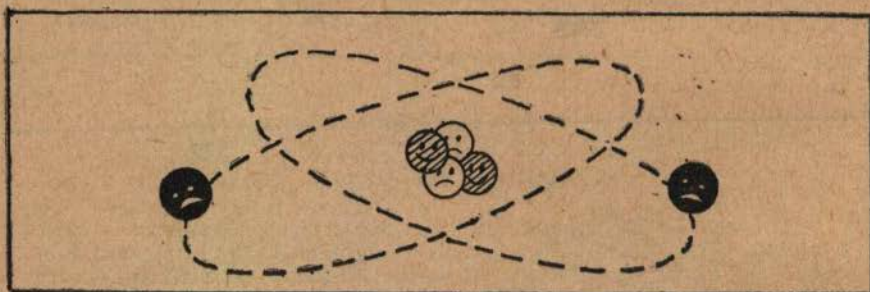
Elêtricamente, o próton e o electrão são exatamente opostos: o primeiro é positivo, o segundo negativo. O neutrão está equidistante dos dois: nem positivo nem negativo, mas neutro.

O próton e o neutron têm uma característica comum importante: ambos são pesados. Formam a massa real no átomo. O electrão por sua vez, é tão leve que nada mais é, realmente, que uma pequena carga de eletricidade negativa.



A nossa tarefa de retratar o átomo é simples, porque cada tipo de átomo é construído dessas partículas, no mesmo padrão perfeito.

No centro de cada átomo existe um núcleo pesado. Todos os prótons e neutrões acham-se concentrados ali. Afastados, nos arredores do átomo estão os electrões leves. Eis a figura de um átomo — neste caso um átomo de hélio (H_2O_2).



Observe como os prótons e os neutrões estão ligados no núcleo. Os dois electrões circulam em torno do núcleo como os planetas em redor do sol.

QUE TORNA UM ÁTOMO DIFERENTE DO OUTRO ?

Isto é uma pergunta fácil, agora que já compreendemos a composição do átomo.

Os átomos diferentes são compostos de número diferente de prótons, neutrões e electrões.

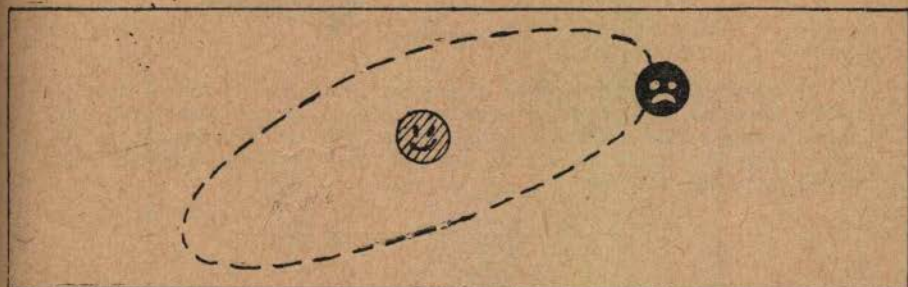
Alguns átomos possuem poucas dessas partículas, ao passo que outros têm muitas, uma centena ou mais de cada uma.

PROTÕES

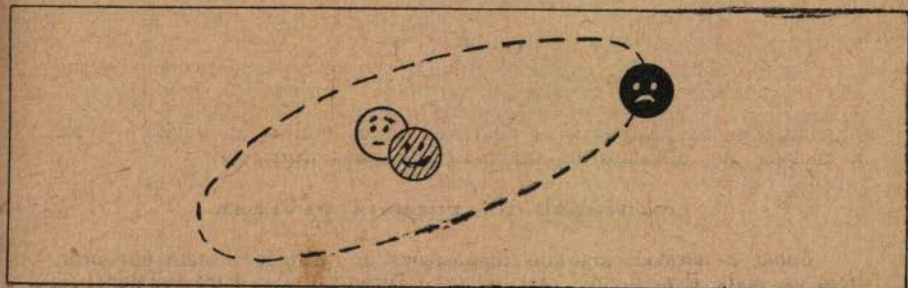
O número essencial que distingue um tipo de átomo de outro é o número de prótons que possui. Por exemplo, todos os átomos de hidrogênio têm um e somente um próton em seu núcleo. Todos os átomos de hélio possuem dois prótons; todos os de carbono têm seis prótons. O número de prótons identifica cada átomo. Se um átomo tem dois prótons no núcleo, podemos estar certos de que é hélio, se tem seis é carbono.

NEUTRÕES

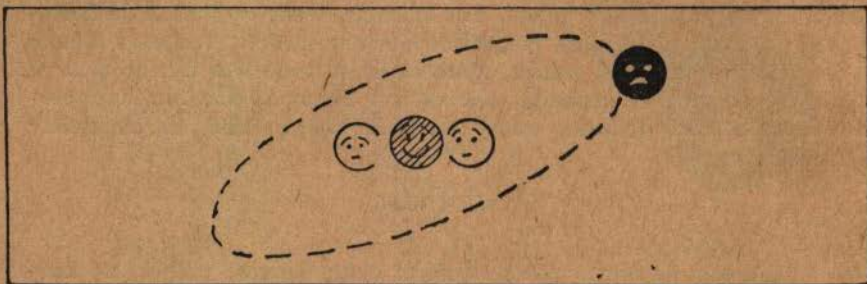
Cada tipo de átomo possui também o seu número próprio de neutrões; mas este número não é fixado tão rigorosamente como o número prótons. Por exemplo, a forma "comum" de hidrogênio não tem neutrões no seu núcleo. A sua figura é a seguinte:



Mas há também uma forma diferente ou isótopo, de hidrogênio, que tem um neutrão no núcleo. Por isso, é mais pesada que o hidrogênio "comum" e chama-se hidrogênio "pesado". Eis a sua figura:



Recentemente, porém, criamos, na pilha, uma forma "extra-pesada" ou isótopo de hidrogênio que, na realidade, tem dois neutrões em seu núcleo. Eis a sua figura:



Em suma, o número de neutrões no núcleo diz-nos o que é o átomo em sua forma comum ou variável. Os átomos de tôdas as substâncias elementares têm formas variáveis — que diferem umas das outras em alguns neutrões e nada mais.

ELECTRÕES

O número de electrões que giram em tôrno dos núcleos é normalmente igual ao número de protões que existem dentro dêle; desta maneira, o átomo todo é elêtricamente neutro. Mas os electrões são tão leves e estão tão longe do núcleo, que não desempenham qualquer outro papel em nossa descrição.

QUE É ENERGIA NUCLEAR?

Algun dia você apanhou dois imãs poderosos e tentou fazer com que se tocassem os seus pólos positivos? É difícil de fazer porque os pólos idênticos se repelem violentamente. Para fazê-los tocar, tem-se de empurrar com força e lançar mão de muita energia.

Lance agora um olhar ao núcleo do átomo de hélio. Você vê dois protões e dois neutrões presos um ao outro. Os neutrões são neutros, naturalmente... mas os protões são ambos positivos e deveriam repelir-se violentamente. Na realidade, o núcleo todo devia voar em pedaços, devido à repulsão. Mas, isso não se dá. Por quê?

Só pode haver uma resposta. Alguma energia deve estar ligando os protões — uma energia suficientemente grande para vencer a repulsão elétrica que os empurra para se separarem.

Mesmo agora não compreendemos a natureza desta energia de coesão. Mas sabemos que aqui está o verdadeiro segredo e a fonte de energia nuclear. A energia atômica ou energia nuclear é a energia de coesão que mantém os protões e os neutrões juntos dentro do núcleo. É esta a energia que devemos liberar para podermos utilizá-la.

LIBERTAÇÃO DA ENERGIA NUCLEAR

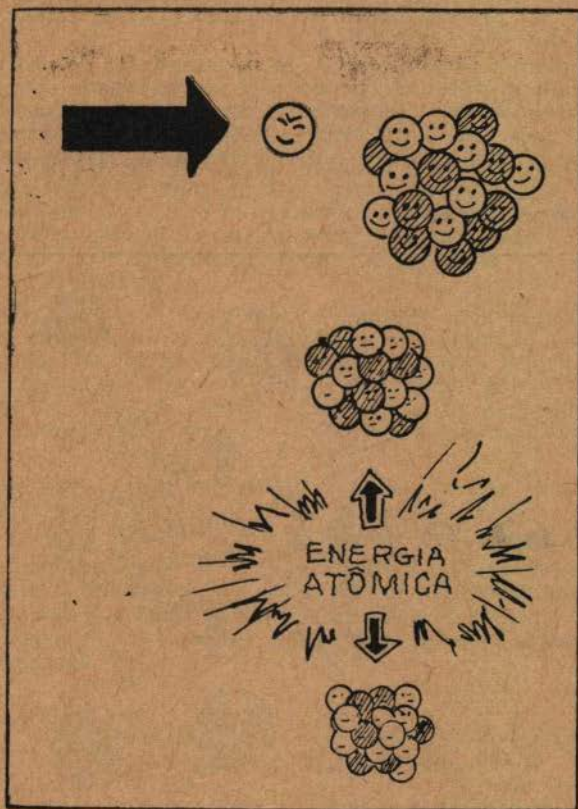
Como é natural, algumas disposições de protões e neutrões prendem-os mais firmemente que outras. Dizemos que êstes núcleos são mais estáveis. Certas disposições, naturalmente, prendem menos apertadamente; dizemos então que são menos estáveis.

Quando passamos de uma disposição menos estável para outra mais estável, dos mesmos prótons e nêutrons, sobra alguma energia de coesão. O núcleo mais estável não necessita de tanta energia para mantê-lo coeso. Ele libera essa energia nuclear para nosso uso.

Dessa forma, para liberar energia nuclear, fazemos um núcleo atingir uma disposição mais estável. Quando a atinge, uma parte da sua energia de coesão desprende-se.

Os núcleos mais estáveis são os de tamanho médio, nem demasiado leves nem pesados demais. Os elementos muito leves (como o hidrogênio) e os muito pesados (como o urânio) são os menos estáveis.

Por isso, podemos liberar energia de duas maneiras. Podemos despedaçar um núcleo grande, como o urânio, em metades de tamanho médio. Isto é fissão. Ou podemos unir núcleos leves, como o hidrogênio, para fazer um núcleo mais próximo do tamanho médio. Isto é fusão.



PRIMEIRAMENTE QUE É FISSÃO ?

Fissão é a separação no átomo pesado. Eis como as coisas se passam:

Projeta-se um nêutron dentro do núcleo. (figura).

O núcleo, que se agita e se desequilibra subitamente, quebra-se em duas partes, cada uma das quais é de tamanho médio.

E assim a tarefa é executada. Auxiliamos o núcleo pesado a tornar-se mais leve e, por isso mesmo, mais estável. A energia de coesão, que não é mais necessária, é libertada. E a coisa é assim muito simples.

A BOMBA ATÔMICA

Na prática, há uma dificuldade que se opõe.

Se tivermos de disparar neutrões um a um e despedaçar cada átomo por sua vez, só podemos obter energia em pequenas quantidades.

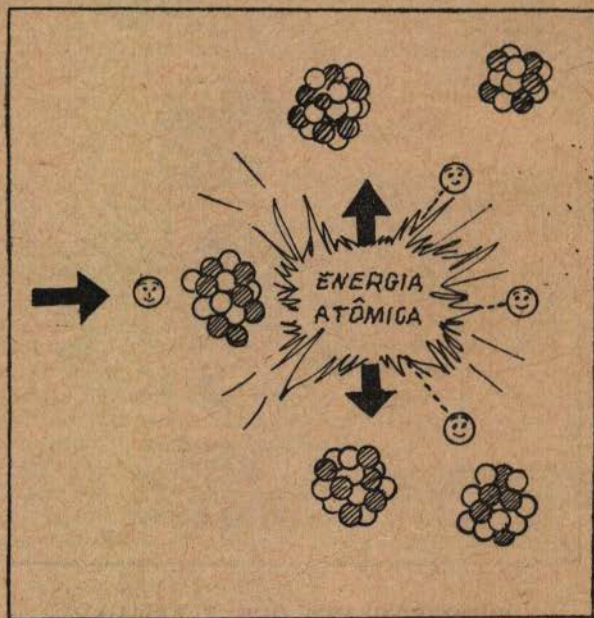
Para tornar valiosa a separação ou a fissão dos átomos, necessitamos de uma reação que expila os próprios neutrões, sem auxílio, à medida que a operação se processa.

Tal reação foi descoberta nos fins da década de trinta. Trata-se de uma reação notável, cuja sequência precisa é, em parte, secreta. Mas o que a torna notável não constitui segredo algum.

Quando o núcleo de uma forma variável ou isótopo de urânio é atingido por um neutrão, quebra-se ao meio... e, ao mesmo tempo, libera vários dos seus neutrões.

Esses neutrões passam através da parte restante do pedaço de urânio. Se o pedaço é pequeno, podem sair sem encontrar outro núcleo de urânio. Mas, se é maior que um certo tamanho crítico, é certo que cada neutrão se choca com outro núcleo. Cada um desses núcleos despedaça-se e expela mais neutrões. Desta forma, a reação efetua-se em "cadeia".

Eis como se apresenta:



A energia liberada por esta cadeia de explosões é tremenda. Os tipos de átomos que mais violentamente efetuam essas reações em cadeia são as variantes explosivas do urânio que foram empregadas na bomba de Hiroshima, e o plutônio artificial usado na de Nagasaki e outras mais recentes.

QUE É FUSÃO ?

E agora chegamos à fusão. Fusão é a união de núcleos leves. Na prática, juntamos alguns núcleos de hidrogênio para formar hélio.

Primeiramente, lancemos um olhar para o diagrama do átomo de hélio. O seu núcleo contém dois prótons e dois nêutrons.

Em seguida, vejamos o isótopo de hidrogênio chamado hidrogênio "pesado". O seu núcleo contém um próton e um nêutron.

Se pudéssemos fazer com que esses dois núcleos pesados de hidrogênio se juntassem, para se converter num núcleo de hélio, teríamos um núcleo um passo mais perto do tamanho estável, médio. Seria liberada, por isso, para nosso uso, alguma energia de coesão.

A BOMBA DE HIDROGÊNIO

Mas não é fácil fazer dois núcleos juntarem-se, ou se fundirem. Porque, para isso, devem ser fantásticamente comprimidos um contra o outro.

A dificuldade é esta: cada núcleo é eletricamente positivo. Por isso, repele qualquer outro núcleo que se aproxime dele. A única maneira pela qual a fusão pode superar essa repulsão é aquela pela qual cada núcleo se desloque com tremenda rapidez — isto é, se a substância toda estiver enormemente quente, de sorte que cada parte dela se arremesse furiosamente.

Até há dez anos, não podíamos conceber a produção, na terra, de temperaturas suficientemente elevadas para fazerem com que os átomos de hidrogênio se fundissem. Mas, agora, a bomba atômica de plutônio explosivo dar-nos-á uma temperatura de 150.000.000° C. durante cerca de um milionésimo de segundo. Essa fração de segundo é suficientemente demorada para começar a fusão; o seu próprio calor a levará por diante.

Dessa forma, utilizando a bomba atômica como "fósforo", podemos iniciar a fusão do hidrogênio e sua conversão em hélio. E esta fusão libera a energia impetuosa que quase consumiu Eniwetok.

Eis uma ilustração da fusão na prática, utilizando-se dois átomos de hidrogênio "extra-pesado". Dois núcleos de hidrogênio extra-pesado fundem-se sob um calor terrível, liberando a energia de coesão, e formam um elemento novo, o hélio, expelindo, ao mesmo tempo, dois nêutrons supérfluos.

POR QUE AS BOMBAS DE FUSÃO SÃO MAIS PODEROSAS QUE AS ATÔMICAS ?

Primeiramente, a fusão produz mais energia de cada libra peso de material do que a fissão.

Mas há uma razão mais forte para reear a bomba de fusão — ou de hidrogênio.

A bomba de hidrogênio não necessita ser limitada a pequenos tamanhos medidos em libras, mas pode ser confeccionada para pesar tanto como toneladas. Na bomba de fissão — ou atômica — os pedaços de

urânio explosivo devem ser mantidos menores do que o tamanho crítico de algumas libras, porque um pedaço maior explodiria por si numa reação em cadeia, logo que um só neutrão "desgarrado" o disparasse. Mas podemos confeccionar uma bomba de hidrogênio do tamanho que nos aprouver, uma vez que ela não dispara por si mesma. Não há limite natural algum para o tamanho de uma bomba de hidrogênio.

O FUTURO DA BOMBA DE HIDROGÊNIO

Pensamos na fusão como uma grande força destruidora. Uma tonelada de hidrogênio que explodisse sobre uma cidade poderia matar um número de pessoas cem vezes maior do que o que morreu em Nagasaki. O nosso maior poder sobre a natureza repousa na compreensão dos seus processos; e até a bomba de hidrogênio testada em Eniwetok pode ser um passo na compreensão, se estivermos dispostos a abrir para ela as nossas inteligências.

A fusão é o processo criador da própria natureza. Ela é o que faz brilhar as estrelas: mesmo agora elas estão convertendo seu hidrogênio em hélio; e depois, passo a passo, em outros elementos. O próprio sol produz sua energia, pela qual nós vivemos, exatamente como a bomba de hidrogênio o faz, fundindo hidrogênio em hélio.

Precisamente como a pilha atômica ofereceu-nos as novas maravilhas da medicina radiativa, a bomba de hidrogênio oferece-nos um vislumbre da energia ilimitada e criadora da própria natureza. Essas dádivas pertencem-nos, para as usarmos, se, como cidadãos responsáveis, nos dispusermos a compreender o que a Ciência descobre.

O futuro do domínio da energia pelo homem encontra-se na fusão. Se pudermos destravar essa fonte, o hidrogênio contido num quarto de galão de água produzirá mais energia do que mil toneladas de carvão. Estamos somente num começo de assustar. Compete-nos — a cada um de nós como cidadão, bem como cientista — usar adequadamente esse começo, desviando-o da destruição e assim aprendendo a arte criadora da própria natureza.

Porque nem a fissão do plutônio nem a fusão do hidrogênio em hélio são vias simples para a morte. Tais como todas as grandes descobertas, elas proporcionam um potencial igual de felicidade ou desastre. São uma dívida da Ciência e cada cientista consulta seu coração à meia noite e pede que a dívida lhe traga uma bênção. Esta prece está em todos os corações: a sua concretização acha-se em todas as mãos.

II — BOLETIM INTERNACIONAL

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

ESTADOS UNIDOS

DISCOVER I

A 2 de março os EUA lançaram mais um satélite, destinado a percorrer a órbita norte-sul polar. Trata-se do Discover I que tem 19 pés de comprimento, pesa 1.300 libras e constitui o segundo elemento de um foguete de dois estágios. Levou 40 libras de instrumentos destinados a enviar, pelo rádio, dados do ambiente, durante uma vida provável de duas semanas. O Discover I será mais um passo para a criação dos satélites de reconhecimento, idéia muito em voga nos meios científicos. O primeiro estágio do Discover I era constituído de um Thor com 1.700 milhas de alcance e o segundo estágio compunha-se de um cilindro com uma camada de magnésio e contendo um foguete Bell Hustler.

VANGUARD I

Ao completar um ano que o Vanguard I entrou em órbita, "The Register" noticiou que o referido satélite já havia navegado cerca de 140 milhões de milhas. Sua órbita é a maior de todos os satélites e, portanto, tem pouco feito no perigeu. Consequentemente a vida do satélite será de uns 200 anos ou mais. No satélite há um transmissor operando com energia solar que talvez tenha a duração do satélite.

Os efeitos atmosféricos não alteram de muito a órbita do Vanguard I e ela pode assim ser medida continuamente pelo rádio.

Dos resultados científicos, fornecidos pelo Vanguard I durante seu passeio pelo espaço, no período de um ano, podemos salientar:

- 1 — A Terra possui a forma de uma pêra com a parte mais estreita voltada para o pólo norte, conclusão que implicará repercussões na geodésia e mudará nossas teorias quanto à estrutura do globo terrestre.
- 2 — Não são constantes as densidades do ar a grandes altitudes. Parece que tal variação seja função da intensidade solar durante as diferentes estações do ano. Tal observação só poderá ser positivada após a observação da órbita durante 11 anos, tempo de duração do ciclo da mancha solar.
- 3 — Sendo a posição do satélite conhecida com precisão a qualquer momento, as medidas cuidadosas da direção e do tempo de observação de dois pontos diferentes da Terra, permitirão o cálculo preciso da distância entre esses pontos, sendo assim possível localizar, corretamente no mapa, os pontos observados.
- 4 — O Vanguard I tem ainda servido para diversas experiências de técnica eletrônica, as quais irão contribuir para facilitar o emprego de outros satélites.

PIONEIRO IV

Aos 10 minutos do dia 3 de março do corrente ano, foi lançado em direção à Lua, uma cápsula pesando 13,4 libras. Sua velocidade de lançamento de 25.000 milhas horárias, foi proporcionada pelo foguete JUNO II, de quatro estágios.

O satélite, denominado Pioneiro IV, de 17 pés, é destinado a medir a radiação na vizinhança da Lua e, também, como um medidor foto-elétrico a ser usado nas futuras experiências do espaço. O equipamento do satélite poderá permitir:

- medir o poder de penetração dos cintos interno e externo de radiação que circundam a Terra, a fim de determinar sua fonte de origem e quanta proteção será necessária para a futura viagem de animais e pessoas ao espaço;
- captar e medir a intensidade das partículas que são enviadas pelo Sol;
- medir a intensidade dos raios cósmicos no espaço interplanetário, além da influência do campo magnético terrestre.

RADIAÇÃO X FOGUETE?

Na região do Atlântico Sul, três bombas nucleares lançadas em foguetes explodiram acima da atmosfera, em setembro do ano passado, numa experiência secreta realizada pelos Estados Unidos, a qual somente foi revelada há dias.

Herbert York, diretor de Pesquisas do Departamento da Defesa, declarou que elas tinham produzido um pequeno desprendimento radiativo, e que o seu principal objetivo era verificar certas teorias concernentes à captura de elétrons pelo campo magnético terrestre.

Contudo, alguns especialistas disseram que as experiências tinham a principal finalidade de descobrir se era possível difundir nêutrons a fim de neutralizar a explosão da ogiva nuclear de um projétil balístico inimigo. Não foram fornecidos dados sobre esse aspecto das experiências, tendo afirmado que os elétrons liberados pela explosão haviam sido aprisionados pela faixa magnética que cerca a Terra.

O físico James Van Allen afirmou que essas explosões efetuadas a 500 km de altitude forneceram valiosos dados relacionados com as camadas de irradiação que envolvem a Terra, fornecendo-lhe um novo quadro destas camadas. As explosões provocaram uma aurora boreal, e a radiação artificial foi estudada pelo "Explorer IV" e pelo "Pioneer III", que levavam instrumentos para essa tarefa específica. (15-90-27-03).

INCORPORAÇÃO DE ENGENHOS-FOGUETES

O exército americano incorporou às suas unidades engenhos-foguetes, tendo distribuído:

- a) às unidades sediadas na Europa, o "Redstone" cujo alcance é de 320 km;
- b) às tropas terrestres como armamento orgânico das DI pentômicas, o "Honest John", de alcance de 30 km e velocidade de 1,5 machs;
- c) às tropas sediadas na Europa o "Corporal" capaz de transportar uma ogiva atômica à distância de 80 km com velocidade de 3 machs;
- d) às unidades antiaéreas o "Nike-Ajax" e o "Nike-Hercules", armas superfície-ar de alcance, respectivamente, 40 km e velocidade 2 a 2,5 machs e 120 km e velocidade 3 machs. O "Nike-Hercules" tem capacidade de transportar carga atômica.

Os Estados Unidos construíram logo abaixo da fronteira canadense uma rede de 61 estações antiaéreas de engenhos-foguetes tipo "Nike", além de muitas espalhadas pelo território nacional como proteção a pontos sensíveis.

Para a defesa contra invasões aéreas, razantes, o exército adotou o engenho-foguete "Hawk".

Os americanos já testaram com êxito o "ICBM" Atlas que atingiu 10.130 km com um erro de objetivo de apenas 48 km.

A Marinha americana transformou vários navios adotando plataformas lançadoras de engenhos-foguetes em substituição aos canhões que foram retirados.

Para o bombardeio de costas, adotou o "Regulus", engenho-foguete de 800 km de alcance e para a defesa submarina o "Weaponable".

Além desses engenhos-foguetes, como é sabido, a Marinha americana dispõe de submarinos atômicos armados com o "Polaris", "IRCB" de alcance de 2.400 km com ogiva atômica e possibilidades de ser lançado de sob as águas.

Está em construção o porta-aviões "Enterprise", com motor atômico que assegura alta velocidade e raio de ação com independência de reabastecimento, exceto combustível para seus aviões. (16-106-00-00).

FRANÇA

BASES DE FOGUETES NO SAARA

As primeiras provas de foguetes foram realizadas no Saara, tendo por finalidade pesquisas atmosféricas e eventual colocação de satélites em órbita. Os técnicos franceses em engenhos-foguetes têm trabalhado com afino em dois protótipos — o Monica e o Veronique, desde o princípio do ano passado, chegando a um ponto em que as provas finais deverão ser realizadas.

Durante as provas deverão ser lançados cerca de 50 engenhos-foguetes, dos dois tipos acima mencionados. Tais lançamentos serão realizados em Colomb Bechar. Segundo fontes bem informadas os especialistas franceses estão bem avançados em suas pesquisas e, embora não tenham colocado satélites em órbita, eles são considerados tão adiantados como os seus aliados neste campo particular.

Nas primeiras provas com o Monica e o Veronique serão espalhados vapores de sódio a várias altitudes que assim formarão um tipo de cometa artificial. Sob os raios ultravioletas do Sol, os vapores tornar-se-ão ionizados e luminosos, o que permitirá aos cientistas registrar a composição química da alta atmosfera e corrente de ar.

URSS

LUNIK

Estamos lembrados que a 2 de janeiro do corrente ano, os russos lançaram o satélite Lunik, de 1,5 toneladas, que passou a cerca de 4.600 milhas da Lua às 09.59 horas (Hora de Washington) do dia 3.

Esperam os russos que o satélite deverá comprovar a teoria de gravitação de Einstein. A 14 de janeiro o Lunik alcançava o ponto mais próximo do Sol (cerca de 91,5 milhões de milhas) e no princípio de setembro, próximo vindouro, deverá alcançar o ponto mais afastado (cerca de 123,25 milhões de milhas). O satélite levou instrumentos transmissores de sinais nas faixas de 19,997, 19,995, 19,993 e 183,6 megahertz.

Quando, a 7 de janeiro o Lunik entrou na órbita do Sol, começou a movimentar-se com uma velocidade de 72.000 milhas por hora e no dia 14, esta velocidade já estava aumentada de mais 32 km por segundo.

O percurso do Lunik será realizado entre a Terra e Marte. O foguete foi lançado na mesma direção do movimento da Terra em torno do Sol, levando a vantagem da velocidade da Terra, acrescida da velocidade de impulso do próprio foguete. Esta velocidade combinada inicial foi diminuindo por causa da gravidade da Terra e da Lua, mas ainda é bem grande para manter o foguete viajando na órbita do Sol, a 600.000 milhas da Terra.

III — ESTAÇÃO AÉREA

Condensado do "Times" pelo Maj CELSO DOS SANTOS MEYER

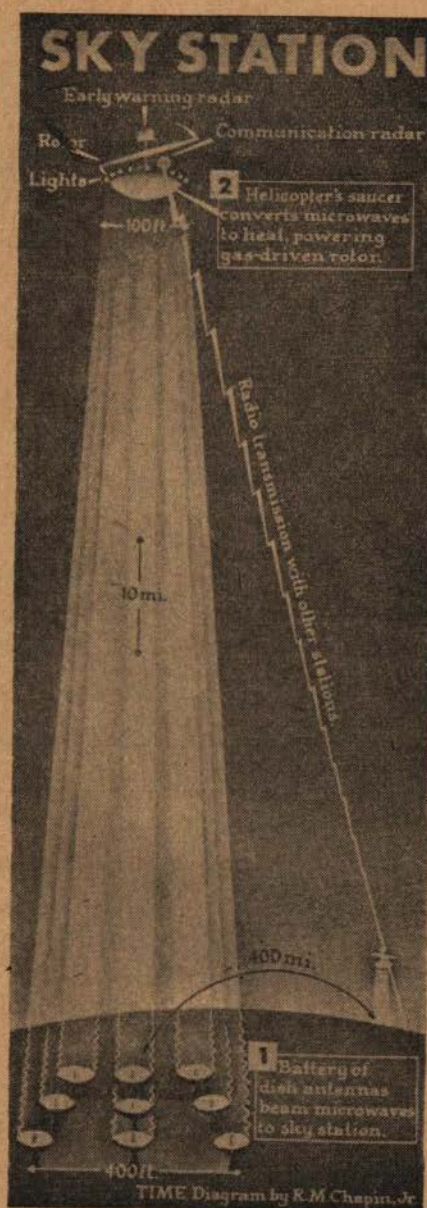
Uma luz azul e brilhante é vista, sobre o céu de Chicago, de uma distância de 400 milhas (640 km). Ao alvorecer, essa luz se desvanece com o brilho do sol e surge, então, a estação aérea. Trata-se de um grande disco em forma de pires mantido nas altas e finas camadas de ar por lâminas giratórias de helicóptero. Em sua superfície superior estão instaladas antenas de radar que giram continuamente. E, mês após mês, ela se mantém no ar, sem combustível a ser esgotado, pois sua energia lhe é transmitida do solo.

Essa visão do futuro não é uma ficção científica, mas um sério projeto anunciado pela Cia. Manufatora Raytheon, fabricante de todos os tipos de radar. A referida Companhia acredita ter realizado um antigo sonho dos engenheiros: a transmissão de energia elétrica através de ondas de rádio.

O "coração" do sistema projetado pela Raytheon é uma válvula "Amplitron", que tem o aspecto de um objeto maciço com 2 pés de altura (65 cm). Essa válvula transmite cerca de 25 HP através de um feixe de ondas-rádio de 10 cm, emitido por meio de uma antena em forma de disco (prato). Um grupo dessas válvulas pode ser focalizado num ponto a cerca de 50.000 pés de altura (16.500 m). Parte da energia transmitida pelo feixe se perde no espaço, mas cientistas da Raytheon acreditam que um receptor em forma de pires pode captar de 35 a 50 % da mesma. Essa energia, transformada em calor, poderia acionar uma turbina a gás, a qual, por sua vez, acionaria as lâminas do helicóptero. Os cientistas da Raytheon, após consultarem os técnicos em helicópteros, concluíram que uma estação aérea terá que decolar, utilizando energia química ordinária, até atingir o ponto em que os feixes de energia estão focalizados; nesse ponto, seu motor, alimentado pelas micro-ondas, entra em funcionamento.

Protótipos experimentais terão uma tripulação humana, mas os modelos posteriores serão automáticos e, uma vez levados até ao ponto focal, ali serão mantidos por meio de aparelhos eletrônicos que "sentirão" quando os mesmos começarem a se afastar do referido ponto. Em caso de falha do feixe de apoio, a estação descenderá suavemente, suportada pela auto-rotação de suas lâminas e, ao aproximar-se do solo, seu motor à energia química poderá ser acionado e fazê-la voar até um local de aterrissagem conveniente.

Embora a Raytheon ainda não tenha colocado no ar nem mesmo um modelo de estação aérea, a Força Aérea Americana já discute as preliminares de um contrato. Estações aéreas poderiam suportar radares de busca, a fim de observar aeronaves em torno da terra; uma cadeia desses radares, funcionando como repetidores de micro-ondas, poderia levar programas de televisão e conversações telefônicas através dos continentes e oceanos. Dotados de grandes lâmpadas de vidro, cheias de gás neon ou xenon, que adquirem coloração vermelha ou azul ao serem atravessados por micro-ondas, poderiam servir como faróis estratosféricos para orientar as aeronaves em vôo acima das nuvens.



- 1 — Bateria de antenas em forma de disco (prato) transmite o feixe micro-ondas à estação aérea.
- 2 — O disco do helicóptero transforma micro-ondas em calor, a fim de alimentar o motor acionado a gás. Transmissão, rádio com outras estações.

RELAÇÃO DOS CONFLITOS BÉLICOS, A PARTIR DE 1945

| ANO | CONFLITO | OPONENTES | FÔRÇAS EMPENHADAS (Unidades de milhar) | |
|---------|------------------------------|--------------------------------|---|---------------|
| | | | TOTAL | EXÉRCITOS |
| 1945/47 | Indonésia (Guerra) | Holanda × Indonésia..... | 140 — 140 | 130 — 140 |
| 1945/49 | China (Guerra civil)..... | Nacionalistas × Comunistas.... | 1.655 — 1.622 | 1.500 — 1.622 |
| 1945/54 | Malala (Guerra) | Reino Unido × Comunistas..... | 175 — 10 | 160 — 10 |
| 1946/49 | Grécia (Guerrilheiros) | Grécia × Rebeldes..... | 211 — 25 | 191 — 25 |
| 1947/49 | Kashmir (Disputa) | Índia × Paquistão..... | 97 — 56 | 97 — 56 |
| 1945/54 | Indochina (Guerra) | França × Viet Minh..... | 500 — 335 | 450 — 335 |
| 1948/49 | Árabes-Israel (Guerra) | Israel × Liga Árabe..... | — | 98 — 105 |
| 1950/53 | Coréia (Guerra) | Nações Unidas × Comunistas... | 970 — 1.179 | 884 — 1.153 |
| 1954 | Guatemala (Revolução) | Governo × Rebeldes..... | 9 — 5 | 8,8 — 5 |
| 1955 | Argentina (Revolução) | Governo × Rebeldes..... | 16 — 40 | 15 — 5 |
| 1956/58 | Argélia (Insurreição) | França × Rebeldes..... | 490 — 30 | 450 — 30 |
| 1956 | Sinal (Campanha) | Israel × Egito..... | 60 — 35 | 60 — 35 |
| 1956 | Suez | Reino Unido-França × Egito... | 99,5 — 35 | 60 — 35 |
| 1957 | Muscat e Oman..... | Reino Unido × Rebeldes..... | 2,4 — 0,3 | 1,6 — 0,3 |
| 1956 | Hungria (Ocupação) | Hungria (Rebeldes) × URSS... | 40 — 80 | 40 — 70 |
| 1958 | Líbano e Jordânia..... | EUA-Reino Unido × Rebeldes.. | — | 18 — 11 |
| 1958 | Estreito de Taiwan..... | Nacionalistas × Comunistas.... | 200 — 185 | 88 — 135 |
| 1958/59 | Cuba (Revolução) | Batista × Castro..... | 43 — 6,8 | 35 — 6,8 |



N. 5-59

Coordenador — Major AMERINO RAPOSO FILHO,
Instrutor da ECEME

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

1. PERSEGUIÇÃO X CÊRCO

Maj Amerino Raposo Filho

2. DOCTRINA MILITAR E ESTRATÉGIA SOVIÉTICA

Ten-Cel Carlos de Meira Mattos

II — ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTOS

A DOCTRINA E OS REGULAMENTOS NACIONAIS ARGENTINOS

Maj Juan C. Cuaranta — República Argentina — 1940



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

1 — PERSEGUIÇÃO X CÊRCO

Major AMERINO RAPOSO FILHO

Instrutor da ECEME

- “Na perseguição, quanto maior a precaução, maior o perigo”. VEGETIUS, em “Instituições Militares dos Romanos”.
- “A teoria da guerra se limita a pedir que, enquanto persistir a idéia de aniquilar o inimigo, marchemos contra ele sem trégua e sem descanso”. CLAUSEWITZ, em “Da Guerra”.
- Devemos considerar nas manobras ofensivas, apenas a perseguição ao inimigo batido no choque inicial como o ato mais importante com vistas à sua destruição, ao seu aniquilamento? Ou, ao contrário, dever-se-á levar em conta outra manobra, igualmente importante, e que se traduza no cerco às forças batidas?

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1ª Parte — Perseguição

Cap. I — Conceituação e Amplitude

Cap. II — Evolução do Conceito

2ª Parte — Cêrco

Cap. III — Conceituação e Amplitude

Cap. IV — Evolução do Conceito

3ª Parte — Conclusão

Cap. V — Perseguição e Cêrco

INTRODUÇÃO

1 — *Perseguição* tem sido um termo largamente empregado na Arte da Guerra, desde os tempos mais remotos, numa acepção perfeitamente caracterizada e visando, normalmente, ao aniquilamento das forças adversárias batidas na batalha principal. Sua configuração no quadro das fases operacionais de uma manobra ofensiva, tem sido inequívoca, insofismável,

por isso que aí realmente aparecem definidos o significado, a amplitude, as forças envolvidas, e, principalmente, a finalidade conceptual de tal operação. Nota-se, mesmo, a tendência para aflorar a Perseguição com maior incidência nas manobras centrais, de ruptura, e, no caso da manobra de flanco, sobretudo no envolvimento. Enquanto que, em outros tipos de manobra, como é o caso do desbordamento, por exemplo, não se destaca a perseguição como ato final da operação desencadeada. Pode-se, mesmo, afirmar que não há perseguição, inda que o grupamento principal adversário seja destruído.

Mas não é só isso. Entendem uns que a perseguição às forças inimigas é o fim a que tendem as operações ofensivas, para culminar na sua destruição, atuando os grupamentos de cerco, simplesmente como elemento subsidiário. Outros, pensam justamente o contrário, isto é, a perseguição é um meio, visando ao propósito fundamental, que é o cerco à massa principal adversária.

2 — Por outro lado, o *Cerco* igualmente existe, até na antiguidade remota, quando as forças nem ainda se chamavam Exércitos. Em que pèse o conceito sempre presente de isolamento de um determinado grupamento operacional, contudo têm variado, através da história militar, sua importância, sua amplitude e sua prioridade na composição estrutural das manobras, visando à sua finalidade suprema. E toda vez que a concepção da guerra desviava-se de sua idéia principal, o aniquilamento das forças adversárias — características particulares da idade média e, em parte, do meado dos tempos modernos, decorrência sobretudo do estágio das instituições político-sociais das diversas comunidades nacionais, fazendo que as campanhas objetivassem a posse de objetivos geográficos — então avultava o cerco em meio aos demais tipos de operações. Apelava-se, como ainda modernamente ocorre quando se busca cercar a massa inimiga, ou seus diferentes grupamentos, para as manobras de flanco. A manobra de ruptura sempre atuando como propiciadora de condições para o enjaulamento do adversário e conseqüente destruição.

3 — Do período napoleônico aos nossos dias, mas principalmente durante a 2ª Grande Guerra, o que se observa é uma ênfase igualmente expressiva da *Perseguição* e do *Cerco*, no quadro da manobra ofensiva, Estratégica ou Tática, surgindo muita vez dúvidas e, até incoerências quanto ao verdadeiro sentido de cada uma dessas operações. Se a *Perseguição* constitui um tipo de operação que, tendo início no aproveitamento de êxito, visa atender à finalidade da manobra, o *Cerco*, por outro lado, de tal forma tornou-se relevante, que configura até um tipo especial de manobra. Resulta daí a necessidade de bem caracterizar ambos os conceitos, reexaminando alguns aspectos doutrinários, com vistas à inserção do *Cerco* em nossos manuais, para preenchimento duma lacuna, pois temos em nossa própria experiência de guerra, exemplos de operações de cerco.

Será que apenas pela *Perseguição*, como entendemos, chegar-se-á à destruição das forças inimigas batidas na batalha decisiva, ou, ao contrário, operações existem onde o mesmo objetivo é alcançado por intermédio do *Cerco*? É exatamente o que pretendemos demonstrar, ao final dêsse despretenso estudo, feito sob forma de síntese.

1ª PARTE

Cap. I — Conceituação e Amplitude

Cap. II — Evolução do Conceito

CAPÍTULO I

SUMÁRIO

- 1 — Quadro da Manobra Ofensiva
- 2 — Conceituação da Perseguição
- 3 — Doutrina Ocidental e Soviética
- 4 — Exemplos da 2ª Grande Guerra
- 5 — Conclusões Parciais

1. QUADRO DA MANOBRAS OFENSIVA

a. Para compreendermos a significação atual da *Perseguição*, torna-se necessário caracterizar, inda que de modo sumário, o quadro em que se desenvolvem as operações ofensivas, por isso que o aniquilamento das forças adversárias é seu ponto culminante. Há que fazer, pois, ligeira referência às *Manobras Ofensivas*, assim como incursionar muito rapidamente pelos domínios das Operações Ofensivas, apresentando seus Tipos. Quase que será uma citação em alguns trechos.

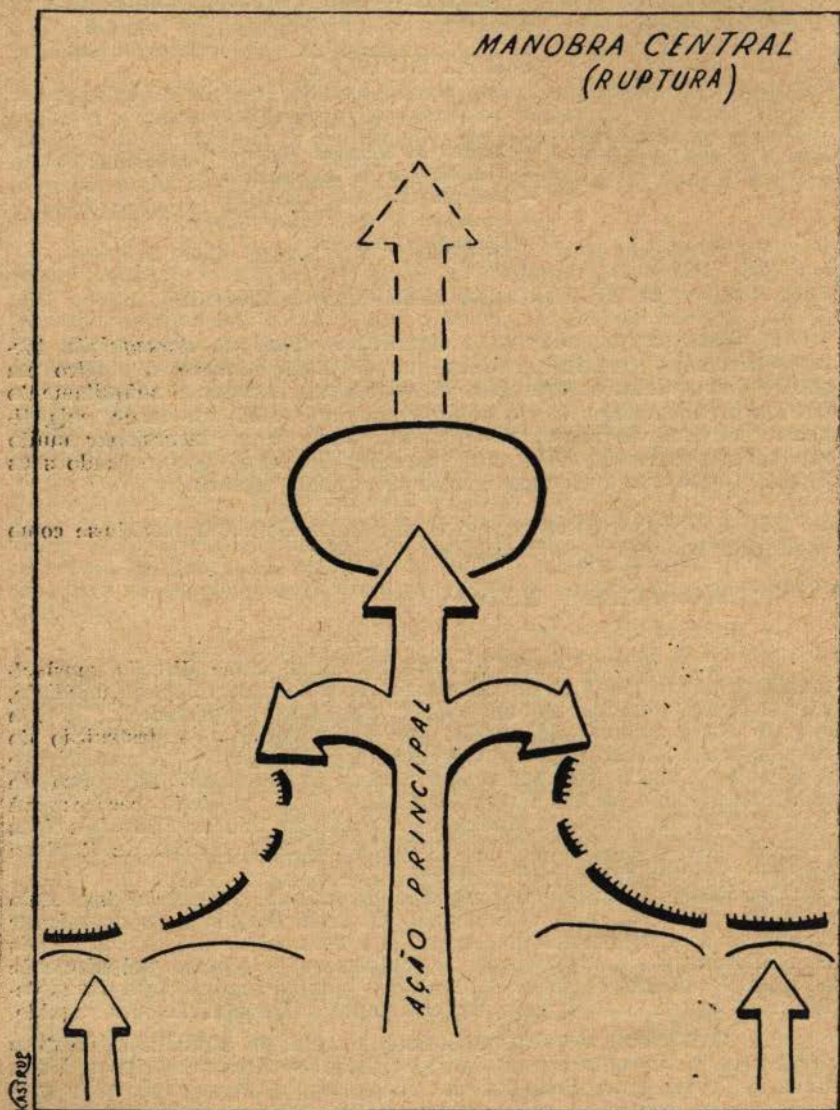
b. A *Manobra Ofensiva*, em suas Formas Gerais, apresenta-se como capitulada nos dois casos seguintes:

- Manobra Central (Esbôço n. 1).
- Manobra de Flanco ou de Ala (Esbôço n. 2).

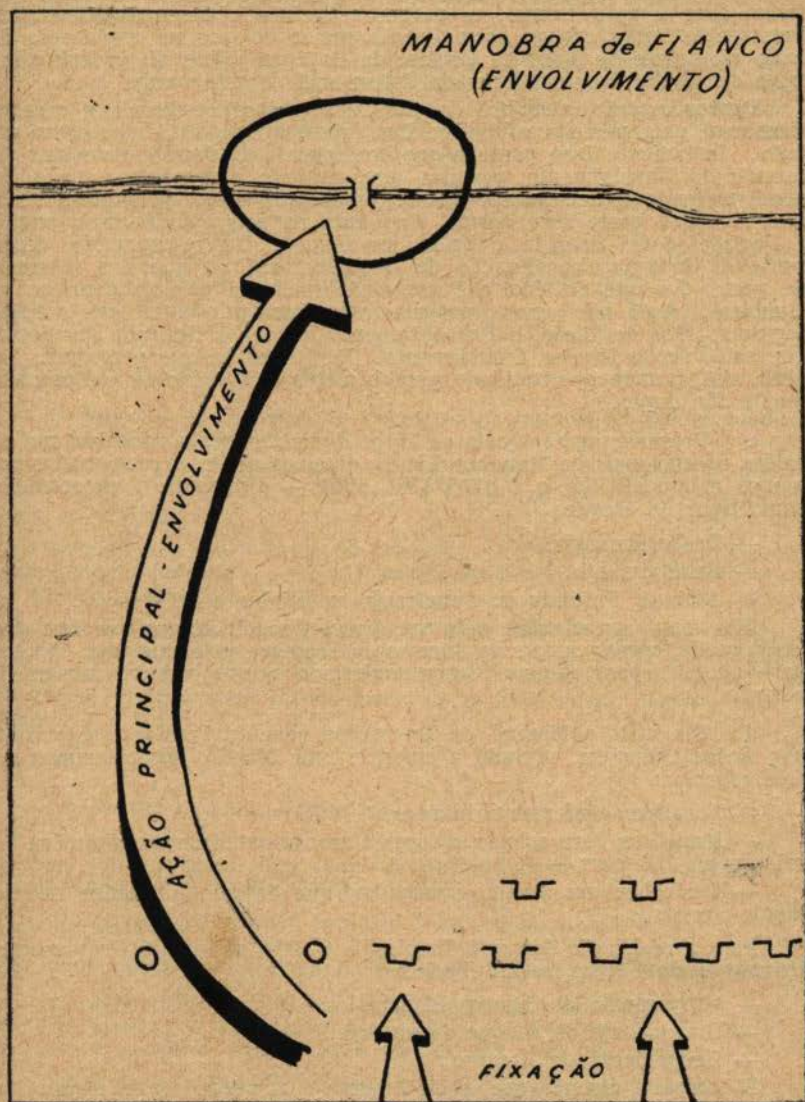
(1) A *Manobra Central* consiste em atuar numa direção sensivelmente perpendicular à frente adversária, visando a derrotar, de imediato, não a massa principal do adversário, mas seus grupamentos. E é o sucesso dessa maneira de operar, que vai possibilitar a destruição do inimigo, pela Perseguição aos grupamentos em Retirada. Caracteriza-se a Manobra Central por apresentar o eixo de gravidade da massa de manobra paralelo ao das forças oponentes. Como é óbvio, recorre-se à Manobra Central, quando o inimigo não apresentar flancos. Dos dois tipos existentes interessa-nos, particularmente, a manobra central de Ruptura ou Ação Frontal, isto é, a Penetração.

Consiste a *Ruptura* em romper o dispositivo adversário, por meio de ações poderosas, com a finalidade de criar flancos e poder rebater sobre eles os grupamentos de forças. E é após a Ruptura, isto é, depois de realizadas as duas partes que a conformam — ruptura propriamente dita e ação divergente sobre os flancos — que se segue a fase da exploração do sucesso inicial, para ter cabimento a Perseguição, em seguida.

(2) A *Manobra de Flanco* consiste, sempre, na combinação de duas ações principais: uma frontal, outra, visando ao flanco inimigo e à sua linha de transportes. Estimula, de modo geral, a Perseguição pelo grupamento que executa a ação secundária, de fixação inicial, em virtude de obrigar o inimigo a retirar-se, quando caracterizar-se a ameaça no seu flanco e retaguarda. Portanto, a Manobra de Flanco contribui para a execução de duas operações igualmente importantes: a Perseguição e o Cérco, este último realizável diretamente pela força envolvente e, indiretamente, com relação ao grupamento inimigo que faz face à ação secundária, se não empreender a retirada.



ESBOÇO N. 1



ESBOÇO N. 2

Segundo o grau de interdependência das ações na Batalha ou no Combate, teremos as seguintes variações para a Manobra de Flanco:

Envolvimento, onde o grosso das forças é aplicado na ação de flanco. É o que mais estimula a Retirada dos grupamentos adversários que fazem face à ação frontal, e, portanto, facilita o desencadeamento da Perseguição, num espaço normalmente maior do que na exploração do êxito resultante de Manobra Central de Ruptura. Que, aí, poderá o inimigo ser acolhido numa linha de defesa mais à retaguarda.

Desbordamento, manobra de amplitude menos acentuada e caracterizando-se pela perfeita soldadura das ações, agindo as forças como um todo. Justamente esse ponto é que configura o Desbordamento bem diferente do Envolvimento, por isso que, naquele a manobra é mais flexível, podendo a Decisão ser obtida, em alguns casos, pelo grupamento que realiza a parte secundária. Enquanto na ação de ala mais ampla, a Decisão já foi firmada, *a priori*, no flanco. Um outro ponto, decorrente da própria conceituação de Desbordamento é que nos interessa de perto, é o que diz com a Perseguição realizada pelo grupamento secundário. Aqui não existe, propriamente Perseguição, na sua acepção legítima. Por definição, o Desbordamento impede a Retirada das forças que estão sendo fixadas, frontalmente. Logo, não há que perseguir. Haverá, sim, grande oportunidade para o Cêrco, sobretudo se o Desbordamento fôr duplo.

c) Vejamos, agora, quais os Tipos duma Operação Ofensiva nos escalões operacionais da Manobra Tática, digamos assim, e consignados nos nossos manuais. Em o C-100-5 (Ed. 1957 — Provisório), encontramos como tipos de ataque:

- Desbordamento.
- Envolvimento.
- Ataques Frontais de Penetração, múltiplos e de fixação.

Não vamos caracterizar cada um desses tipos de ataque, por isso que, em verdade, correspondem às Formas da Manobra já assinaladas. Apenas aqui citamos para melhor compreendermos o que vai ser assinalado adiante.

d. Diz mais o Manual de Operações que, as Tarefas que existem nas Ações Ofensivas, visando a cumprir uma Missão, apresentam-se sob três aspectos:

- Localizar e aferrar o inimigo;
- Manobrar para colocar a força atacante em situação vantajosa em relação ao defensor;
- Desfechar um ataque esmagador, que destrua o inimigo no momento decisivo.

Para a realização dessas 3 Tarefas, o C-100-5 assinala 3 Grupamentos Principais de Forças, assim chamados:

- Grupamento do Ataque Principal;
- Grupamento do Ataque Secundário;
- Grupamento da Reserva.

E completa dizendo que, o da Reserva é empregado para Aproveitar o Êxito.

Já a esta altura, vamos compreendendo que, pelos conceitos doutrinários acima expedidos, é no Tipo de Ataque Frontal de Penetração que vai haver maior oportunidade para a Perseguição, que vai constituir a última tarefa de uma Ação Ofensiva. Ainda mais, o Grupamento da Reserva, dentre os três principais, é o encarregado de destruir o inimigo, isto é, persegui-lo.

2. CONCEITUAÇÃO DA PERSEGUIÇÃO

a. Estamos, agora, em condições de fixar os pontos essenciais da Perseguição no quadro das Operações Ofensivas, segundo a conceituação doutrinária atual.

A Perseguição, “procura o aniquilamento da força principal do inimigo” e tem lugar “na fase do aproveitamento do êxito”. Além dessas idéias, convém fixar ainda alguns pontos retirados do C-100-5 para melhor compreensão do estudo comparativo que objetivamos realizar. Tais aspectos poderão ser alinhados como se segue:

— “As operações de perseguição são uma forma de guerra de movimento”.

— “Na perseguição, o inimigo perdeu sua capacidade de influenciar a situação, reagindo em função das ações dos perseguidores”.

— “A perseguição é conduzida agressivamente e de forma descentralizada”.

A essa altura estamos sentindo que:

— O conceito de Perseguição exige que o inimigo já venha sendo batido e esteja tentando a fuga;

— Envolve duas considerações: inimigo sem capacidade de apresentar reação e grande iniciativa para a força que pressiona os grupos adversários;

— Finalmente, das 3 fases da Ofensiva — Preliminares, Ataque e Aproveitamento do Êxito — é a Perseguição pertencente à última ou, pelo menos, nela tendo início.

b. Entendida que foi a Perseguição como tipo de operação e compreendida sua finalidade operacional, vejamos como é ela conduzida, que esse aspecto merece destaque. Consoante o Manual de Operações, “a perseguição é levada até o último limite de resistência das tropas e equipamento”.

Ainda mais:

— “É conduzida numa frente tão larga quanto possível”.

— “A pressão direta sobre as forças que se retiram é mantida, im-
placavelmente, enquanto uma força de desbordamento ou envolvimento
corta as linhas de retirada do inimigo”.

— “O avanço na direção decisiva deve ser mantido”.

Evidentemente que tais idéias comportam algumas conclusões, como:

— A preocupação máxima na Perseguição é a destruição dos grupos adversários e a pressão deve ser tal, que influencie o moral adversário, a ponto de incutir-lhe o pânico, sob tôdas as formas.

— Existem, realmente, dois conjuntos de forças atuando nessa fase: um realizando a pressão direta e, outro, visando ao flanco e à retaguarda.

— Então, partindo do eixo de gravidade das forças que realizam a perseguição, saem grupos secundários tentando o desbordamento, simples ou duplo, toda vez que for possível. Mas, é preciso que se note que “as retaguardas inimigas ou as forças de cobertura do flanco da posição adversária, não devem atrair a força principal atacante, de modo que ela deixe de atuar na direção decisiva”.

— Donde, procura-se durante a perseguição cortar a retirada dos grupamentos inimigos pelas chamadas Fôrças de Cêrco. O grupamento que se mantém na direção decisiva denomina-se Fôrça de Pressão Direta.

Portanto, enquanto a Fôrça de Pressão Direta “evita o rompimento do combate”, sob qualquer pretexto, a Fôrça de Cêrco tem a missão de “atingir a retaguarda do inimigo derrotado e bloquear-lhe a retirada, de modo que ele possa ser destruído entre ela e a fôrça de pressão direta”.

Eis como entende, pois, nosso manual de operações o Cêrco: elemento subsidiário, dependente e secundário no quadro da Perseguição. O fundamental é, realmente, a pressão direta, frontal; é a direção decisiva, o eixo de gravidade do Aproveitamento do Êxito. A manobra de cêrco é, então, um meio, uma modalidade de ação, objetivando ao principal da perseguição, que é a pressão direta.

Por outro lado, aparece a Perseguição perfeitamente enquadrada na fase do Aproveitamento do Êxito; é parte integrante dessa operação. Pelo menos assim parece a quem se limite à leitura de algumas afirmativas dos manuais doutrinários. Deixemos, propositadamente, em suspenso, tais conceitos, que a eles certamente voltaremos, após a análise filosófica da Perseguição e do Cêrco na Manobra Ofensiva, acompanhando, inclusive, a evolução histórica de cada uma dessas operações.

3. TRATAMENTO PELAS DOCTRINAS OCIDENTAL E SOVIÉTICA

a. Tivemos a oportunidade de fixar, há pouco, o ponto de vista doutrinário do nosso Exército — consubstanciado no Manual de Operações — a respeito da Perseguição e sua conduta operacional. É esse, de resto, o pensamento do Exército Norte-Americano, que caracteriza a Perseguição no quadro do Aproveitamento do Êxito, como um tipo de operação onde o Cêrco aparece como um de seus elementos integrantes.

De modo geral assim entendem os Exércitos das principais Nações do Mundo Ocidental: a Perseguição consubstancia a parte decisiva das Operações Ofensivas. É seu ato culminante, visando ao aniquilamento das fôrças inimigas, derrotadas na batalha inicial. O Cêrco surge como um meio, um artifício da guerra de movimento desenvolvido durante a Perseguição. Existe a manobra de Cêrco, não há dúvida, mas dependente, subsidiária da manobra direta, frontal. O fundamental na Perseguição é a pressão direta, não o Cêrco.

Fixemos nossa atenção, por mais algum tempo, para a interpretação contida em outros documentos de relêvo, a respeito da inteligência da Perseguição.

O BRITISH MILITARY TERMINOLOGY, edição da 2ª Grande Guerra, de maio de 1945, dispensa o seguinte tratamento a essas idéias:

— Perseguição é uma operação ofensiva executada contra um inimigo em retirada, com a finalidade de completar seu aniquilamento.

— Exploração do Êxito é o ato que consiste em completar o sucesso de um ataque, isto é, uma ação agressiva que prossegue depois de um objetivo ter sido conquistado, a fim de impedir que o inimigo reconstitua sua defesa numa posição à retaguarda.

— Fôrça de Cêrco é uma fôrça que se lança nos flancos hostis ou através dêles, a fim de alcançar as linhas de retirada das colunas inimigas, impedindo sua fuga.

Analogamente THE NEW MILITARY AND NAVAL DICTIONARY, edição norte-americana de após guerra, precisamente 1951, assim se expressa:

— Perseguição é o ato de pressionar uma fôrça em retirada, não permitindo seu desengajamento.

— Manobra de Cêrco é um movimento no qual uma força se desloca pelo flanco adversário e ameaça sua retaguarda.

Já a GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, de LISBOA — RIO DE JANEIRO, ao conceituar a Perseguição o faz apresentando duas formas: a Estratégica e a Tática. Ainda mais: conceitua — e isso não encontramos nos documentos acima citados — o Envolvimento gerando Cêrco, vislumbrando a idéia da manobra de Cêrco, independente da Perseguição. Mas êsse ponto será ressaltado quando estudarmos o Cêrco.

Eis as definições das duas formas de Perseguição:

— Perseguição Estratégica, operação realizada por elementos mais rápidos, aviação, motorizados ou cavalaria, com artilharia, a fim de averiguar a direção das forças em retirada e informar o comando sobre a forma como se faz a retirada, o recurso de que dispõem aquelas forças e as possibilidades de operações que levam ao seu cêrco, dispersão ou aniquilamento.

— Perseguição Tática, operação realizada pelas tropas de infantaria, artilharia, motorizados ou não, com apoio da aviação e da cavalaria, para, em seguida a um ataque bem sucedido, aumentar a desordem nas colunas batidas, infligindo-lhes novas baixas, impedindo sua reorganização, a ocupação de posição de resistência e os retornos ofensivos, mantendo ligação permanente com o comando para fornecer-lhe tôdas as informações sobre o inimigo.

b. E a doutrina militar soviética, também entende a Perseguição de maneira idêntica a dos Exércitos Ocidentais? O Cêrco é dêle dependente ou, ao contrário, aparece como operação relevante e destacada da fase do Aproveitamento do Êxito?

Fixemos, por ora, os conceitos pertinentes à Perseguição. Antes, queremos alertar o leitor para um ponto: não vamos apresentar, agora — como fizemos no início do capítulo — o Quadro de Manobra Ofensiva, considerado na doutrina dos russos. E isso porque tal caracterização vai interessar, neste caso, muito mais ao Cêrco. Portanto, quando estudarmos o capítulo relativo às operações visando ao envolvimento e ao cêrco, aí apresentaremos um esboço dessas idéias.

Passemos, então, à Perseguição. Entendem os russos que:

— A Perseguição é um meio, visando ao Cêrco, exigindo plena iniciativa dos diferentes comandantes que a realizam.

— Só termina com o aniquilamento completo do inimigo e é tão importante essa consideração, que só o Alto Comando poderá fazer cessar a perseguição.

— A Perseguição “deverá ser organizada logo após a ruptura e levada a efeito com o máximo de intensidade para chegar-se à destruição”, pois não se deve dar ao inimigo derrotado na 1ª fase do combate, a oportunidade de reorganizar-se em outra posição; e aí apresentar nova linha de defesa.

— “Se o sucesso é obtido, deve-se desenvolvê-lo rapidamente e perseguir o inimigo sem cessar, sobrepondo-se a qualquer obstáculo”. Tenente-Coronel ZLOBIN).

— O ritmo da Perseguição deve ser altamente acelerado, utilizando-se ao máximo os meios motorizados e blindados.

— Com relação aos tipos de Perseguição, há que destacar: frontal ou direta e paralela.

— Como perseguição frontal admite-se a força que pressiona o inimigo que se retira para cercá-lo e, depois, aniquilá-lo. Visa à posse de objetivos que invalidem a organização de nova linha de defesa.

— Já na Perseguição paralela os grupamentos seguem por um ou ambos os flancos do inimigo, sendo de esperar maior êxito na destruição.

Assim foi resumida a idéia doutrinária dos russos a respeito da Perseguição; diferente, não há dúvida, de como a compreendemos. O principal é o Cêrco durante a pressão direta, que aparece apenas como um meio. Podemos ir além e pensarmos que tanto a Perseguição como o Cêrco aparecem com relêvo na fase que visa ao aniquilamento do inimigo; não igualmente importantes, se não quisermos destacar o Cêrco como essencial. Um outro ponto que não se percebe na doutrina russa, é o relativo ao início da Perseguição na fase do Aproveitamento do Êxito. Pelo menos, não existem referências claramente expostas a tal respeito.

4. EXEMPLOS DE PERSEGUIÇÃO DA 2ª GRANDE GUERRA

a. Fixaremos a seguir alguns exemplos colhidos da 2ª Grande Guerra nos três principais TO, a fim de que tenhamos oportunidade de configurar a Perseguição no quadro da manobra ofensiva, assim como caracterizar, ainda que perfunctoriamente, sua mecânica operacional. As operações pinçadas não o foram ao acaso; procuramos apreciar batalhas onde se destaca a Perseguição como planejamento e como conduta, no quadro do CEx, do Ex e do GEx. Pareceu-nos que, sobretudo do lado norte-americano, a Batalha de ST. LO e a Manobra de AVRANCHES, ensejam oportunidade para situarmos a Perseguição no seu justo lugar de destaque na Ofensiva. Por outro lado, os aspectos mais ligados ao emprêgo da massa de manobra, em perseguição às forças adversárias, batidas na manobra central de ruptura, afloram plenamente quando consideramos EL ALAMEIN e BOBRUISK, respectivamente, na ÁFRICA DO NORTE e na RÚSSIA.

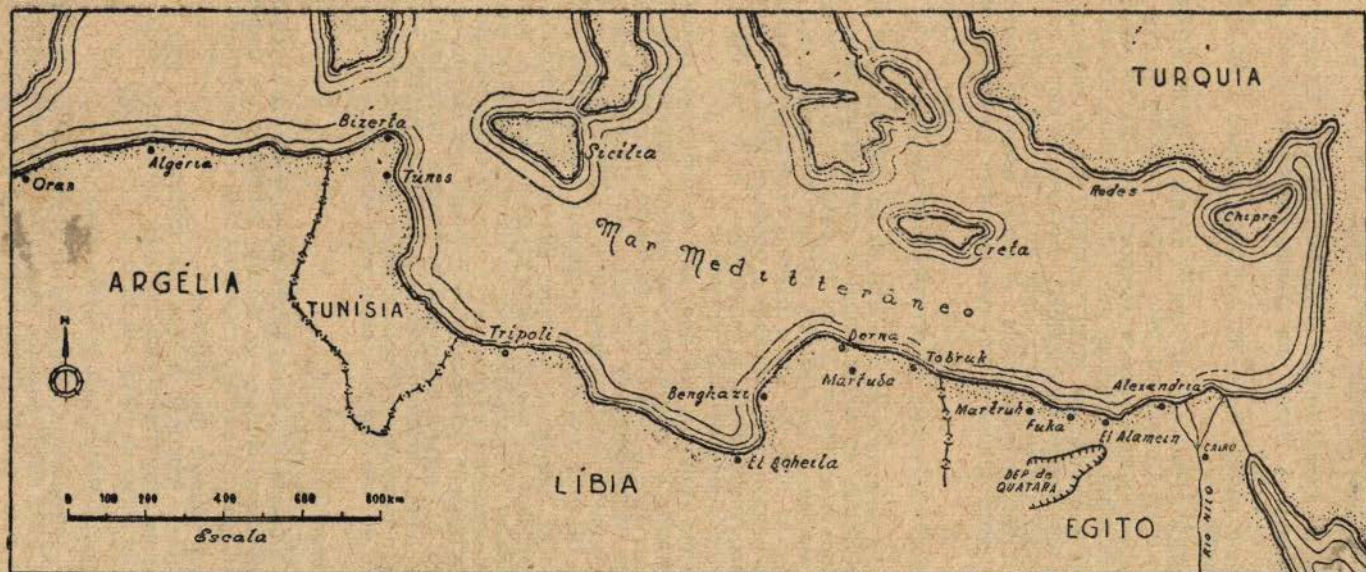
b. Batalha de EL ALAMEIN :

(1) Situação Geral (Esbôço n. 3):

Desde junho de 1942 que os VIII Ex Britânico (Marechal MONTGOMERY) e AFRIKA KORPS (Marechal ROMMEL) defrontavam-se numa situação de frente estabilizada na região de EL ALAMEIN (Esbôço n. 3), desdobrando-se os britânicos nas vizinhanças dessa cidade, numa faixa limitada ao S pela Depressão de QUATARA e, ao N, pelo MEDITERRÂNEO; enquanto que os alemães se apresentavam a W, de vez que não tinham conseguido ir além na tentativa de pressionar os aliados para E.

Em consequência, organizaram-se posições defensivas e tudo foi reestruturado, de ambos os lados, durante o mês de agosto, promovendo os contendores aumento de efetivos em pessoal e realizando, por outro lado, grande concentração de suprimentos, principalmente na parte do VIII Ex. A despeito do ataque desferido por ROMMEL, a 30 de agosto, nada de positivo obtiveram os alemães no sentido de retomar sua ofensiva para E.

Repelidos os alemães, prosseguiram os britânicos nos preparativos tendo em vista a ofensiva que pretendiam desencadear em outubro, contando para isso com novos meios recentemente desembarcados na ÁFRICA, totalizando, então, 177.000 homens, 1.000 carros de combate, 900 canhões, 1.500 canhões anticarro, além de considerável apoio aéreo. Para fazer face a tais meios o Eixo apresentava 93.000 homens, 500 carros de combate e 1.400 peças de artilharia (inclusive anticarro).



ESBOÇO N. 3 — NORTE DA AFRICA

Consistia o Plano Britânico em (Esbôço n. 4):

- realizar um ataque central, de ruptura, no setor N, com o 30º CEx;
- no restante da frente, um ataque secundário, a ser conduzido pelo 13º CEx;
- rompida a posição do AFRIKA KORPS, lançar o 10º CEx Bld na perseguição.

Estava, pois, coerente o plano com a missão de MONTGOMERY, que visava a destruir os alemães ou, pelo menos, varrê-los do solo africano.

As forças italo-alemãs, que se opunham ao VIII Ex consistiam de três DI alemães, cinco DI italianas, duas Div Pz e duas DB italianas.

A manobra concebida por MONTGOMERY foi de ruptura, em vista de estarem os dois flancos de ROMMEL apoiados, no mar e na depressão de EL QUATARA, donde a necessidade de criar "um flanco", para lançamento das forças em perseguição. A região escolhida para a ruptura foi ao N da frente defensiva dos alemães, onde justamente eram eles mais fortes.

(2) Ruptura da Posição e Aproveitamento do Êxito:

O ataque foi desencadeado pelo VIII Ex na noite de 23/24 outubro de modo violento, depois de obtida completa superioridade aérea, por meio de intensificados bombardeios, desde 18 outubro, sobre as linhas de transporte à retaguarda do AFRIKA KORPS e os portos, até TOBRUK e BENGHAZI. Às 0530 de 24, a penetração era de aproximadamente 5 km, estando praticamente submersa a primeira faixa do sistema defensivo. Já ao amanhecer de 25, a penetração ia a 10 km. Na jornada de 26 o Ex abordou a segunda faixa defensiva.

A progressão continua, até que, a 1 de novembro estava perfeitamente caracterizada a ruptura, por isso que os elementos de 1º escalão atingiam regiões onde a defesa não estava mais organizada. Diante desse quadro, decide MONTGOMERY lançar o 10º CEx Bld, reforçado pela 7ª DB já reagrupada, indo inicialmente a 2ª DI Mtz/Nz com elementos das 50ª e 51ª DI, para preparar o lançamento das três DB inglesas.

Na manhã de 2, como as condições fossem favoráveis, isto é, brecha aberta, superioridade de meios, poderoso apoio aéreo, e terreno favorável aos blindados, a massa blindada do 10º CEx Bld e os elementos de infantaria e desembarca na retaguarda inimiga, na região de EL AKAKIR. O Cmdo Alemão (General Von Thoma) percebendo, de véspera, que o 10º CEx Bld seria lançado à luta, resolve, numa última tentativa para conter o ímpeto britânico, reunir o AFRIKA KORPS e as DB italianas visando a tamponar a brecha e poder garantir o tempo necessário ao retraimento de suas forças. Quase nada consegue.

(3) Perseguição:

Percebendo que as forças de ROMMEL retiravam-se precipitadamente e dado o considerável número de mortos, prisioneiros e material capturado, vão os aliados realizar a Perseguição, com a finalidade de:

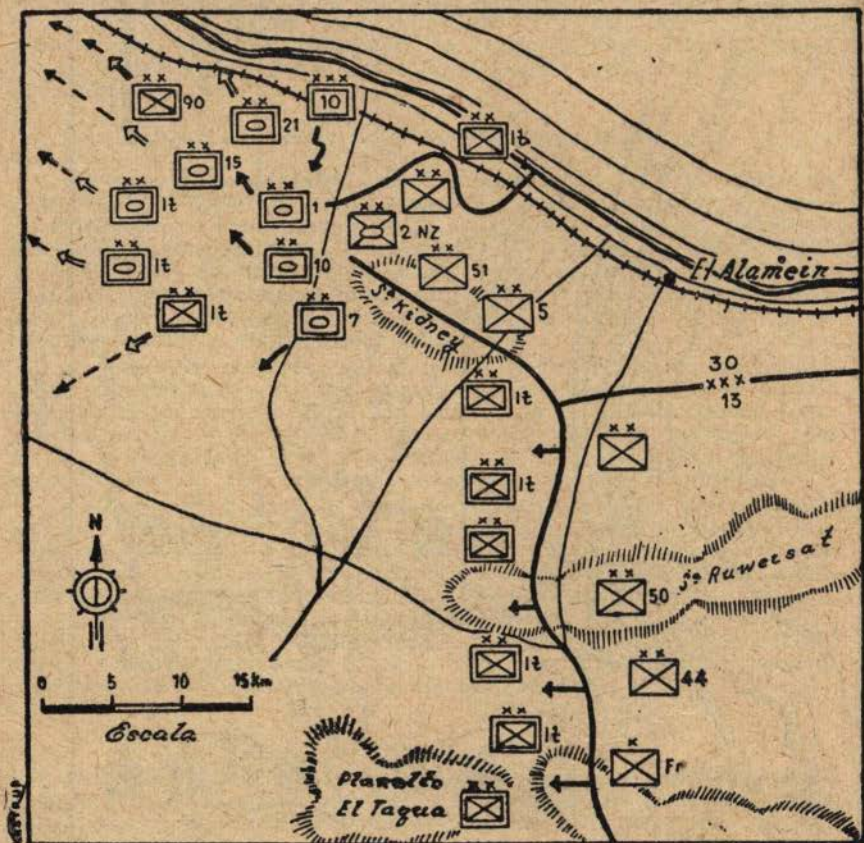
- cortar a retirada dos alemães;
- colocar-se a cavaleiro do eixo de suprimentos;
- ocupar os aeródromos para posterior utilização;
- dissociar todas as forças do Eixo.

A manobra da Perseguição é assim concebida:

- *cortar, inicialmente, a retirada de ROMMEL nos desfiladeiros de FUKA e MATRUH atuando, para tanto, com uma Força de Pressão Direta pela estrada litorânea, sobre FUKA; enguanto a Força*

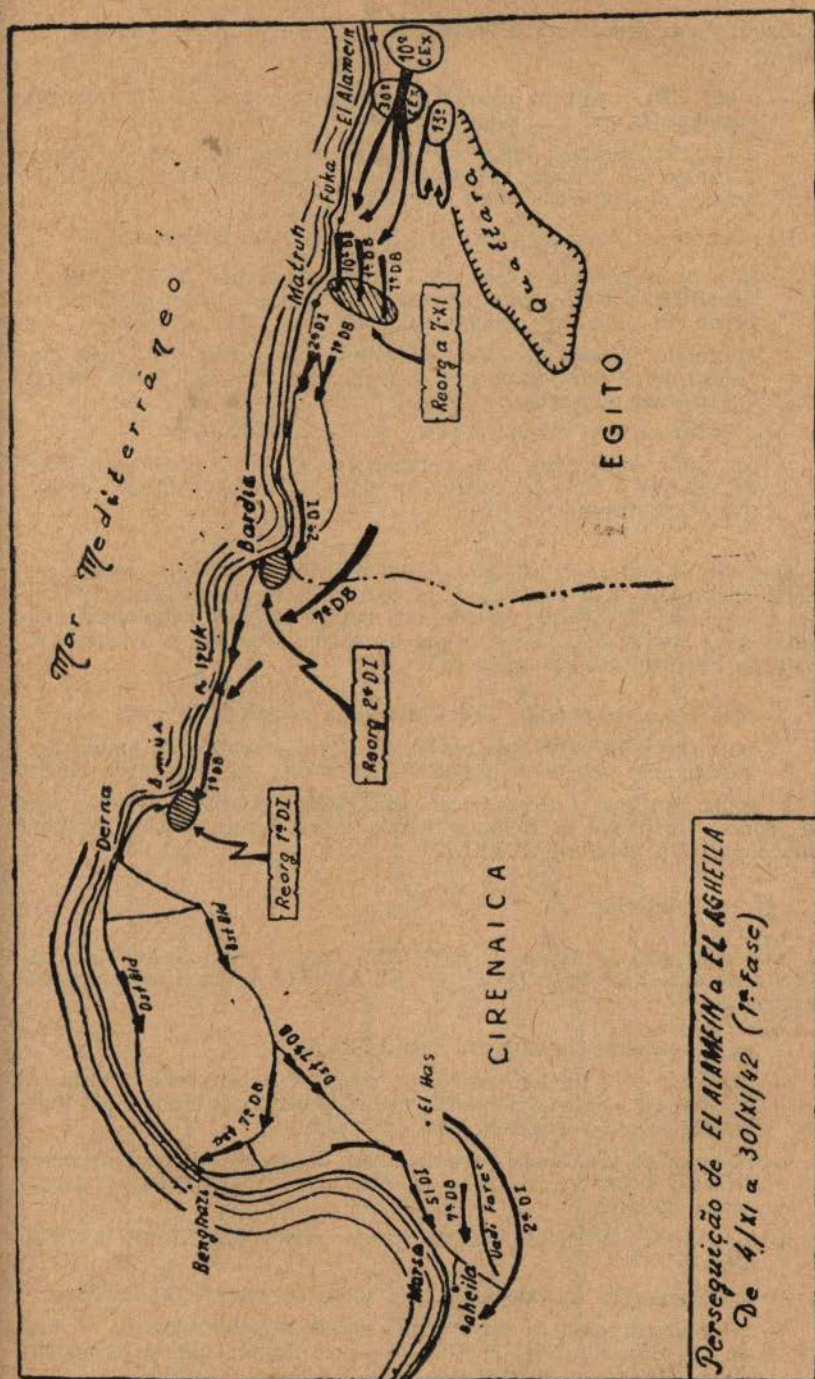
de Cêrco, constituída pelos restantes elementos, avançaria simultaneamente pelo deserto, para cortar a estrada em MATRUH.

- de posse de MATRUH, prosseguir para W, a fim de conquistar o aeródromo de MARTUBA e, em seguida, isolar o adversário em BENGHAZI, sendo que, para a atuação sobre BENGHAZI, também seriam empregados dois grupamentos, um de Pressão Direta e, outro, de Cêrco. A 4 de novembro iniciou-se a Perseguição, lançando-se o 10º CEx Bld (1ª e 7ª DB) violentamente sobre os remanescentes blindados do Eixo (Esbôço n. 5), enquanto a



ESBÔÇO N 5 — SITUAÇÃO A 4-X-42 — INÍCIO DE PERSEGUIÇÃO

2ª DI/NZ se orientava para o deserto. A 5 de novembro a 2ª DI/NZ encontrou forte resistência perto de FUKA (Esbôço número 6).



ESBOÇO N. 6

Enquanto se processava a Perseguição pelo 10º CEx Bld (Esbôço número 7):

- o 30º CEx seguia na esteira do 10º, para reunir as GU inimigas encontradas em sua zona de ação;
- o 13º CEx recebeu ordem para lançar-se para W, a fim de limpar o campo de batalha, reunindo as Divisões italianas desmoralizadas e abandonadas pelos alemães.

Que aconteceu durante a Perseguição, de 6 a 30 de novembro?

- já a 6, os primeiros elementos estavam próximo a MATRUH — CHARING CROSS, onde esperavam os ingleses poder cortar a retirada de poderosos grupamentos de força dos alemães;
- durante a jornada de 7 houve pequena progressão das forças que realizavam o aproveitamento do êxito, em face das fortes chuvas que caíram na região;
- a primeira fase vai até a posse de EL AGHELLA;
- foi muito importante a cooperação das Forças Navais nessa fase, de vez que a Marinha operou ao longo da costa contra as colunas que se retiravam.

Que vão encontrar os aliados em EL AGHELLA? Ai já existe nova posição defensiva, bem estruturada e com os flancos apoiados, o N no mar e, o S, no FEREGH; donde ser muito perigoso prosseguir sem montar nova operação. Porém, o que os aliados decidem é o prosseguimento da Perseguição, por meio de:

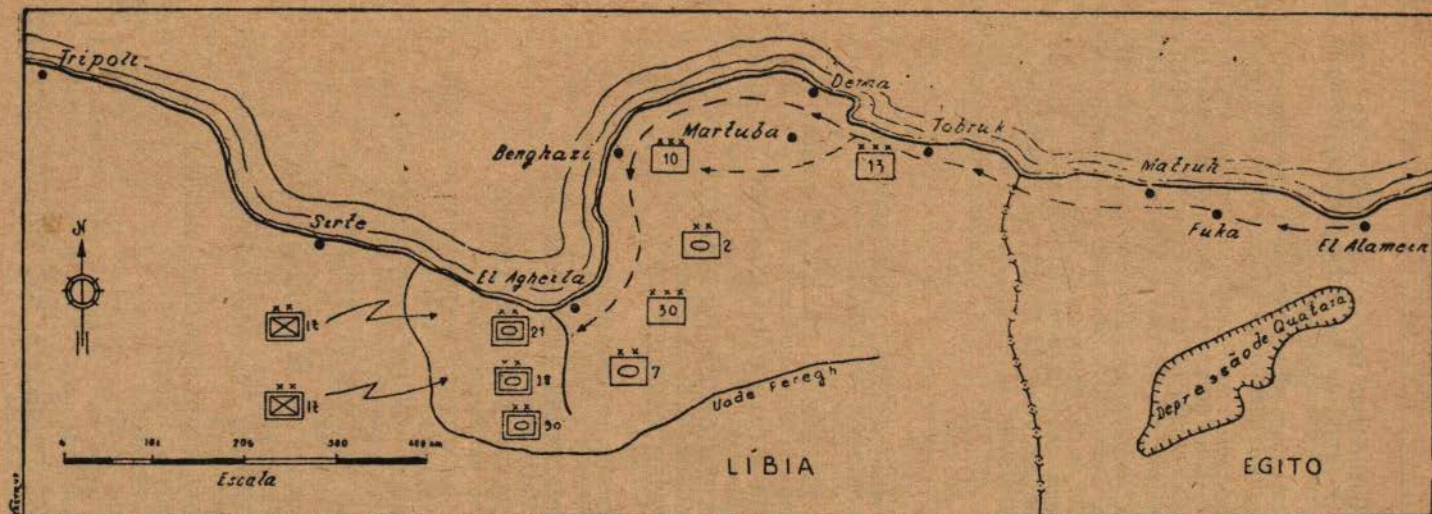
- uma força de pressão direta, atacando ao longo da costa;
- uma força de cerco (no caso a 2ª DI/NZ) realizando amplo desbordamento pelo S de FAREGH, para cair na retaguarda alemã.

E assim continua a Perseguição ao AFRIKA KORPS, em sua nova fase, com a finalidade de dominar amplo espaço operacional a W, bem como dominar o porto de TOBRUK.

(4) Comentários:

A perseguição às forças de ROMMEL, após a ruptura de EL ALA-MEIN e durante a 1ª Fase, isto é, até EL AGRELLA, sugere as seguintes observações:

- os grupamentos atuaram descentralizados;
- imprimiu-se a maior velocidade possível e constante pressão às colunas em retirada, a fim de, não só isolar as diferentes GU italo-alemãs, como possibilitar sua destruição;
- os eixos de progressão para as forças de pressão direta e de cerco ficaram à inteira iniciativa de seus cmts, que receberam largas zonas de ação;
- fixaram-se objetivos bem à frente, como MARTUBA e BEN-GHAZI;
- a perseguição foi conduzida por todos os meios disponíveis;
- tal operação exige o emprego de forças altamente móveis — caso do 10º CEx Bld e da 2ª DI/NA —, no mínimo, de maior mobilidade que as do adversário;



ESBOÇO N. 7 — Situação a 30-XI-42 — 1ª fase da perseguição (fim)

- da maior importância para a continuidade do avanço até à destruição, é o problema do apoio logístico, proporcionando adequado reaprovisionamento das GU;
- ficou bastante clara nessa operação a necessidade de combinar manobras de envolvimento com ações à base de pressão direta;
- nessa perseguição, onde ROMMEL perdeu 4 Div alemãs, 8 Div italianas, mais de 30.000 PG (inclusive 9 Generais), ficaram ressaltadas as seguintes idéias fundamentais: manter contato com o inimigo, isolá-lo em diversos grupamentos e, ao final, destruí-lo.

Para finalizar, pretendemos assinalar que, na ofensiva do VIII Ex de EL ALAMEIN a TOBRUK, aparecem nitidamente caracterizadas as fases da Ruptura, e da Perseguição. O Aproveitamento do Êxito aí aparece realmente como um complemento da Ruptura, enquanto que a Perseguição destaca-se, em busca da Decisão na Batalha, aí se configurando plenamente sua finalidade.

(Continua no próximo número)

Livros publicados por BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 volumes)
Cel Genserico de Vasconcellos
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSARIO
Gal Tasso Fragoso
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO
Ten-Cel Antônio de Sousa Júnior
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA
Gal Tasso Fragoso
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL
Gal F. de Paula Cidade
- 6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS
Cel J. B. Magalhães
- 7 — DO RECONCAVO AOS GUARARAPES
Maj Antônio de Sousa Júnior
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI
Gal Tasso Fragoso
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL
Cel J. B. Magalhães
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL
Cel J. B. Magalhães
- 11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO
Gal Tasso Fragoso
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI
Dionísio Cerqueira
- 13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR
Ten-Cel Humberto Peregrino
- 14 — RICARDO FRANCO
Gen Silveira de Mello
- 15 — ANTÔNIO JOÃO
Gen V. Benício da Silva
- 16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA
Cel F. Paula Cidade

2 — DOCTRINA MILITAR E ESTRATÉGICA SOVIÉTICA

Ten-Cel CARLOS DE MEIRA MATTOS

Nota do Redator:

Melhor recomendação ao trabalho do Ten-Cel Meira Mattos não encontraríamos, que a própria citação introdutória do autor, quando transcreve palavras do Cel Yvon, da Escola Superior de Guerra, de Paris. Eis como é posto o problema da Doutrina Militar Soviética: — traduzindo principalmente "constantes psicológicas e geográficas da nacionalidade", que o Ten-Cel Meira Mattos fixa, com muita objetividade, oportunidade e clareza.

A nós outros, que buscamos as bases filosóficas ao estabelecimento d'uma autêntica Doutrina Militar Brasileira, que atenda, antes de mais nada, aos reclamos de nossa Realidade Militar (e é nossa Carta Magna que assinala às Forças Armadas do Brasil, quais as missões constitucionais que lhes incumbe cumprir), mas evolue, por outro lado, visando a possibilitar o cumprimento de nossos compromissos com o Mundo Ocidental, reveste-se, pois, da maior atualidade a excelente interpretação da Doutrina soviética, desenvolvida pelo Ten-Cel Meira Mattos.

Não que nos sirva de "mais um modelo", absolutamente, em que pese algumas condições análogas relativamente aos Teatros de Operações (imensidade territorial, grandes áreas "ilhadas", diversidade e diversidade de clima em cada uma das áreas geoestratégicas e entre elas e singularidade das linhas de transporte. Pois, sem embargo, não apelamos nos TO sul-americanos para a massa, a potência, os grandes efetivos; atuação de forças emmassadas, que se configuram uma constante nas manobras de flanco, do tipo cerco, dos russos, normalmente precedidas de manobras centrais, de ruptura, de grande amplitude. Um exemplo típico, por sinal, está no escalão CEx: as próprias razões que justificam a tendência na Doutrina russa, no sentido de abolir o CEx, nos chamados Exércitos de Infantaria, por constituir um elo dispensável, e só justificável, quando o número de DI exceder de 7; na América do Sul, paradoxalmente, impõe-se esse escalão estrutural (CEx), embora o número de Divisões seja muito reduzido.

Esse simples exemplo, caracteriza o divisor de ambas as Doutrinas, quando consideradas as características operacionais das GU nos TO russo e sul-americanos.

Porém... fiquemos por aqui, deixando que o leitor seja conduzido ao domínio conceptual e estratégico da Doutrina Soviética.

A. Raposo Filho, Maj

A Doutrina Militar de uma Nação, diz o Coronel Ivon, Diretor do Centro de Estudos Eslavos, da Escola Superior de Guerra da França, "incorpora, através dos tempos, as tradições mais antigas, herdadas da configuração do território e sua produção, do clima, das campanhas do passado, do modo de vida de seus habitantes e de seu comportamento "vis a vis", com os seus vizinhos".

Apresentamos a conceitualização acima, no intuito de dizer que, em que pese o impacto das idéias do marxismo-lenismo, a Doutrina Militar Soviética por alhear-se das constantes psicológicas e geográficas da nacionalidade.

Antes de analisarmos até que ponto e em que medida as idéias políticas da Revolução de Outubro, influíram na evolução da Doutrina Militar Soviética, diremos que a sua estratégia militar estará sempre subordinada a certas realidades imperativas da geografia do país, tais como, a imensidade territorial que empresta às operações militares um sentido de fluidez, criando aquela "presença invisível", que tanto impressionou as guarnições das Panzer alemãs, o clima inclemente, criador de um fator militar decisivo em tôdas as campa-

nhas "o General Inverno", a importância singular das vias de comunicações na polarização da batalha, a relevância do fator mobilidade, como consequência, mesmo, dos grandes espaços para a manobra.

Como resultantes dessas constantes psicológicas e geográficas, surgem duas características fundamentais da estratégia militar soviética — a vocação terrestre das forças militares russas e a tendência para a utilização de grandes massas de combatentes. Nem mesmo os estupendos sucessos alcançados pela técnica e ciência soviéticas no campo dos engenhos-foguetes e na fabricação de armas atômicas, veio alterar, ainda, essa vocação para a guerra terrestre de decisiva influência na mentalidade militar dos russos.

O pensamento militar soviético, antes e depois do advento da Revolução de Outubro, esteve e está sob a influência das idéias de Clausewitz. Já na época do Exército Imperial, o escritor militar prussiano era o autor mais lido como autoridade militar. Além do mais, Clausewitz serviu ao Exército Czarista no posto de Coronel, entre 1811 e 1815. Jomini que também serviu ao Exército Imperial, sob as ordens de Tzar Alexandre I, teve considerável influência na elaboração do pensamento militar russo. A esse pensador militar suíço, devem, os russos, a incorporação à sua doutrina de guerra, dos princípios de iniciativa estratégica, emprego de grandes massas e a inclinação para a manobra de cerco. Clausewitz inspirou na Rússia um precioso admirador e divulgador de suas idéias, o estrategista e escritor militar Boris Shaposhnikov, que conseguiu difundir suas idéias através do trabalho "Os Nervos do Exército" (o Estado-Maior). Na opinião do Marechal Barmine, cabe a Shaposhnikov a glória de ter esboçado a estratégia que assegurou o sucesso da Guerra Civil Revolucionária e das Forças Armadas Soviéticas, na Segunda Guerra Mundial.

Do pensamento de Clausewitz, expresso principalmente na sua obra "Von Kriege" (Da Guerra), de que a Guerra e a Política são uma mesma coisa, conquistou inúmeros adeptos entre os líderes revolucionários, merecendo várias citações em seu apoio de Marx, Engels, Lenine, Trotsky e Stalin. Segundo Clausewitz, *a Guerra é a continuação da Política por outros meios* (especialmente violentos). Os marxistas têm considerado, sempre, esta tese, a base dos pontos-de-vista soviéticos, sob o significado de qualquer guerra. Do glossário dos conceitos de Clausewitz sobre a guerra, um em especial, mereceu e merece destacado relêvo para os teóricos da guerra soviética — trata-se do que diz "Um conquistador é sempre um amante da paz, ele deseja sempre entrar em novos domínios sem oposição". Lenine e Stalin subscreveram inteiramente esse conceito. Confirmando essas idéias, Stalin disse, em 1934, numa entrevista concedida a H. M. Wells "Os comunistas em absoluto desejam métodos de violência. Estarão sempre muito satisfeitos se puderem abolir os, desde que as outras classes concordem em dar passagem à classe operária".

A influência das idéias acima expostas, no pensamento militar soviético da atualidade, é tão preponderante, que muitos estudiosos da Doutrina Militar Soviética, como Liddell Hart e Raymond Garthoff, não titubearam em afirmar em suas conclusões que "a Guerra não é o objetivo da Estratégia Soviética". Cumpre esclarecer quando esses autores dizem "guerra", querem se referir a conflitos militares de grandes proporções, à guerra geral.

Raymond Garthoff, no seu livro "Doutrina Militar Soviética", diz textualmente:

"A guerra não é o objetivo da estratégia soviética; os soviéticos preferem chegar aos seus objetivos por meios pacíficos — forçando

o apaziguamento do adversário. Essa consideração tem lugar destacado na estratégia soviética, que assenta a estimativa de suas possibilidades na determinação *do risco menor*. Assim, o Exército Soviético é, via de regra, empregado ofensivamente somente em situações em que outros processos de *menor risco* não são considerados possíveis, e que têm a garantia de possuir um grande potencial à mão. Embora as Forças Armadas Soviéticas caracterizem o instrumento básico para os propósitos soviéticos, muito mais uso é previsto para as formas suplementares de luta, tais como a subversão, a sabotagem, a rebelião colonial e as agressões de seus satélites; não há dependências dessas formas de agir com uma situação formal de guerra, e nem mesmo os riscos de uma guerra total. Os líderes soviéticos não consideram um conflito armado local, como levando à possibilidade de um conflito total. Com exceção feita de que elas são fases da política, com uma componente diferente — a força armada —, não há diferença entre paz e guerra na Doutrina Soviética.

Os estrategistas militares russos de "post-revolução", tais como Frunze, Svechin, Bulganin, Voroshilov, Zhunkov, apesar de sua preocupação permanente com a Guerra Geral, a encaram sempre como uma contingência inevitável e não desejada, que só deve ter lugar quando os propósitos políticos do estado russo não puderem ser alcançados pelos processos de intimidação, subversão, insurreição, guerra local. Todos concordam, igualmente, que o êxito desses processos intermediários, de pressão ou conquista política depende, essencialmente, da existência de Forças Armadas poderosas e agressivas que, mesmo sem intervirem no conflito, atuam indiretamente, como argumento de intimidação.

Na obra recentemente lançada nos Estados Unidos, "A Estratégia Soviética na Era Nuclear", o mesmo Raymond Garthoff, analista soviético do Departamento de Defesa, assim expõe as suas conclusões:

"O choque estratégico inicial por modernos bombardeiros a jato, foguetes "mísseis" de alcances intermediário e intercontinental e "mísseis", lançados de submarinos, causará devastadora destruição nos territórios de ambos os contendores, Estados Unidos e URSS, e de seus principais aliados. Mas, significará essa mútua devastação, uma mútua derrota? A resposta soviética é, *não*. O choque atômico inicial, em alta prioridade, destruirá as bases estratégicas inimigas, aéreas e de lançamento de "mísseis", em proporções jamais conhecidas. As grandes cidades e os centros industriais, em segunda prioridade, também sofrerão pesados danos. Engenhos radioativos e bacteriológicos poderão ser usados. Mas esta enorme destruição recíproca consumirá, provavelmente, a maior parte das disponibilidades dos "mísseis" de longo alcance. De certo modo, os esforços destas forças se neutralizam um ao outro. Esta é uma frase crucial da guerra, na qual uma potência fraca ou mal preparada poderá ser derrotada. Mas, este não será o desfecho decisivo de uma guerra entre grandes potenciais, bem preparadas; este "climax atômico" não deverá determinar o resultado final da luta entre ambos.

O poder aéreo e os foguetes táticos, esses meios destinados a atacar as forças militares inimigas numa área compreendida a 1.600 quilômetros das fronteiras iniciais, se engajarão igualmente em recíprocos choques atômicos. Mas, neste ponto, os soviéticos já não encaram a hipótese do mesmo equilíbrio de forças entre ambos os combatentes. O papel decisivo (do ponto-de-vista soviético), passará para as forças de terra — instruídas

para a guerra atômica e armadas com engenhos nucleares; e, aqui, a guerra começará a sofrer um sério desequilíbrio — marcado pela preponderância dos soviéticos.

Então, os soviéticos se esforçariam em realizar, pelo menos, uma grande ofensiva favorável, ocupando todo o Continente Eurásico e explorando os seus recursos ao máximo, tendo em vista compensar algumas das perdas sofridas pela União Soviética. Devastado e reduzido, o mundo livre se encontraria inteiramente desterrado no Hemisfério Ocidental".

Opiniões predominantes nos meios militares norte-americanos inclinam-se a considerar o problema apenas até este climáx do holocausto atômico recíproco.

Por que a imaginação dos soviéticos transpõe esta barreira e vai adiante? Será fruto da ignorância existente sobre os efeitos das armas nucleares? É o próprio Garthoff quem responde:

"As baixas maciças suportadas pela União Soviética em 1941, num espaço de tempo relativamente curto, estiveram mais próximas das perdas prováveis resultantes de um ataque nuclear, do que qualquer outra experiência realizada na atualidade, por uma grande potência.

Os soviéticos perderam o controle de 40% de sua população, 40% de sua produção de cereais, aproximadamente 60% de sua produção de carvão, ferro, aço e alumínio e 95% ou mais de certas indústrias militares essenciais, tal como de rolamentos. Suas baixas em pessoal combatente alcançaram a cifra de 4.000.000 entre mortos, feridos e prisioneiros. Perderam 2/3 de seus blindados e aviões de combate. Um cataclisma nuclear poderá ser pior, mas a Rússia já sobreviveu a um desastre militar de tamanha proporção e magnitude — sobreviveu e venceu.

Enquanto o conceito de objetivo militar dos Estados Unidos é, apenas, *deter e derrotar o ataque inimigo* — os propósitos militares soviéticos são marcados por um objetivo fundamental: ampliar o poder da União Soviética qualquer que sejam os caminhos; desde que seja preservada a sobrevivência deste mesmo poder.

Os soviéticos não sabem como poderão ocupar e controlar os Estados Unidos. Mas, sabem como a conquista da Europa Ocidental os colocará, no fim da guerra, em posição "vis a vis" com os Estados Unidos, posição melhor do que a que ocupam presentemente.

É esta visão do futuro que imprime confiança aos porta-vozes soviéticos e impulsiona sua diplomacia".

Antes de encerrarmos estas considerações iniciais, queremos deixar bem claro que a Doutrina Militar Soviética destaca o princípio da Ofensiva como fundamental. Preceituam os Regulamentos Militares Soviéticos: "*O combate ofensivo é o aspecto básico das ações no Exército Vermelho*", ou, como define o Regulamento de Campanha "*Toda guerra, ofensiva e defensiva, tem o propósito de derrotar o inimigo. Mas somente a ofensiva decisiva na direção principal, seguida por uma perseguição denodada, pode conduzir ao completo aniquilamento das forças e recursos do adversário*".

Em criterioso estudo publicado na revista "Army", de janeiro de 1958, o conhecido especialista em assuntos militares soviéticos, Raymond Garthoff (autor do livro "Doutrina Militar Soviética", a que já nos referimos) assim conclui:

"Seus sucessos com os "Sputniks" e foguetes balísticos intercontinentais, não levaram o Kremlin a diminuir o efetivo de suas forças

terrestres. As 175 divisões existentes no Exército Soviético, são armadas com engenhos modernos dos mais variados e estão aptas a combater dentro de novos conceitos táticos, inclusive os referentes à mobilidade terrestre e aérea. Do ponto-de-vista soviético, os exércitos maciços continuam a ser o principal elemento das forças armadas".

Com os elementos acima expostos, pensamos poder compor o conceito estratégico soviético com as seguintes palavras:

"A vitória decisiva só pode ser alcançada pela ofensiva, através do emprêgo conjugado de armas modernas com massas de combatentes."

II — EVOLUÇÃO DAS FORÇAS TERRESTRES SOVIÉTICAS

A tarefa principal, na estratégia soviética, continua a cargo das forças terrestres. Esta é a conclusão dos principais pesquisadores ingleses e norte-americanos.

Nos anos de 1956 e 1957, o Marechal Zhukov, por diversas vezes, revelou claramente a concepção estratégica dos soviéticos para a guerra moderna. São suas estas palavras: "O poder aéreo e os engenhos atômicos, por si mesmos, não podem decidir sobre os resultados dos conflitos armados. Ao lado das bombas de urânio e de hidrogênio, em que pese o seu tremendo poder destrutivo, será inevitável a presença nos campos de batalha, de exércitos numerosos e de enorme quantidade de armamento convencional.

Pesam, certamente, nessa preponderância do Exército no quadro da estratégia combinada, os fatores que analisamos anteriormente — a alma nacional e as constantes geográficas do território —, geradores da "vocaçào terrestre das forças militares russas e da tendência para o emprêgo de grandes massas de combatentes".

Não devemos esquecer, também, que o êxito dos processos intermediários de guerra, "a guerra revolucionária" como a definem os franceses, deram à Rússia o controle político de áreas habitadas por aproximadamente um bilhão de pessoas. Esses povos, sob estreito controle político russo, encerrados na "cortina de ferro" e na "cortina de bambu", representam hoje 1/3, da população do globo. Enquanto isto, a população dos países membros da OTAN não vai além de 450 milhões. Acrescentando-se ao potencial humano da OTAN o da OEA, alcança-se o efetivo populacional de 600 milhões, muito aquém daquela correspondente ao do mundo comunista.

Enquanto os soviéticos mantêm em armas um Exército de 175 divisões, sem contar as 40 divisões dos estados satélites do oriente europeu e as da China Popular, a OTAN, com muito sacrifício e sérios desentendimentos entre seus membros, todos estados soberanos e democratas, não conseguiu ainda colocar em pé de guerra, na Europa Ocidental, mais do que 48 divisões. Sabe-se, que as reservas estratégicas da OTAN, nos Estados Unidos, são muito pequenas, quase se resume na Força de Choque Estratégica, composta de 4 Divisões (2 de Inf e 2 Aeroterrestres), componentes do Corpo de Exército Estratégico, SCRAE e nas unidades aéreas e navais.

Esses fatores, fundados numa superioridade em potencial humano inquestionável, parecem, também, bastante sugestivos para reforçar nos russos a sua vocação tradicional para a guerra terrestre.

Elementos de informações colhidos entre os serviços de inteligência militar das nações aliadas da OTAN permitiram a elaboração do quadro abaixo, que atualiza os dados comparativos entre o potencial dos Estados Unidos e da Rússia, no que se refere, principalmente, a possibilidades para realizar a guerra convencional ou a guerra atômica limitada (com o emprêgo exclusivo de armas atômicas táticas).

| 1 | 2 | 3 | 4 |
|--|-----------------|----------------|--------------------------|
| DISCRIMINAÇÃO | União Soviética | Estados Unidos | Observações |
| População | 210.000.000 | 173.000.000 | |
| Extensão territorial | 22.000.000 | 9.380.000 | |
| Número de grandes cidades (maiores de 50.000 ha- bitantes) | 22 | 18 | |
| Eletivo das Forças Arma- das | 4.000.000 | 2.700.000 | Aproximadamente |
| Exército | 2.460.000 | 300.000 | Aproximadamente |
| Marinha | 800.000 | 825.000 | Aproximadamente |
| Força Aérea | 800.000 | 875.000 | Aproximadamente |
| Div Bld | 40 | Aprx 3 | Aproximadamente |
| Div Mec | 35 | — | Aproximadamente |
| Div Inf | 90 | 9 | Aproximadamente |
| Div Aet | 10 | 3 | Aproximadamente |
| Div Fzo Navais | — | 3 | Aproximadamente |
| Bld modernos | 20.000 | 3.000 | Aproximadamente |
| Bld antiquados | 15.000 | 6.000 | Aproximadamente |
| Submarinos | 400 | 200 | Aproximadamente |
| Pequenos vasos de guerra | 80 | 260 | Aproximadamente |
| Destróiers | 130 | 390 | Aproximadamente |
| Cruzadores modernos | 27 | 65 | Aproximadamente |
| Porta-aviões (CVA, CVS, CVL) | — | 37 | Aproximadamente |
| Porta-aviões escolta (CVE) | — | 60 | Aproximadamente |
| Aviões de transporte | 2.000 | 3.000 | Aproximadamente |
| Aviões interceptadores | 10.000 | 3.500 | No território dos EUA |
| Aviões-navais e caças-bom- bardeiros | 3.500 | 12.500 | Aproximadamente |
| Bombardieiros táticos | 5.000 | 1.000 | Aproximadamente |
| Bombardieiros estratégicos médios (Badger; B-47) | 500 | 1.200 | Aproximadamente |
| Bombardieiros estratégicos pesados (Bason; B-52 e B-36) | 300 | 450 | Aproximadamente |
| Aviões-tanque estratégicos (Bear; KC-135; KC-97) | 200 | 850 | Aproximadamente |

OBSERVAÇÃO — Este quadro foi extraído da Revista de Aviação Mundial "Intervista", n. 1 de 1958 (Genebra — Suíça).

Os russos “não dormem sobre os louros” de sua vocação terrestre, de sua inclinação para fazer a guerra à base de exércitos maciços. Todas as informações que possuímos nos mostram que as 175 divisões que a URSS mantém em pé de guerra, vêm sendo sucessivamente reorganizadas e reestruturadas desde o final da Segunda Grande Guerra, a fim de receberem as novas armas e se adotarem novos processos de combate conseqüente do aparecimento dessas armas.

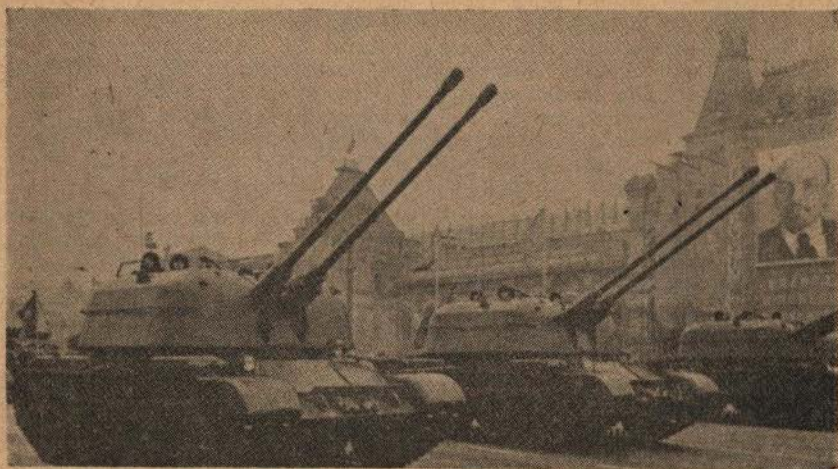
O Marechal Malinowsky, sucessor de Zhukov como Ministro Membro do Soviét Supremo e Comandante-em-Chefe das Forças Terrestres, no que diz respeito a assuntos estratégicos e doutrinares, não se afastou da linha que vinha sendo seguida pelo seu antecessor. Para bem sentirmos o *espírito de renovação* que impulsiona a modernização do Exército Soviético vamos reproduzir aqui o ponto de vista do Marechal Malinowsky. O pensamento do Comandante-em-Chefe das Forças Terrestres da URSS, várias vezes manifestado, pode ser assim resumido:

“A expressão *Exércitos maciços*, na doutrina militar moderna, não deve ser confundida com uma mera massa de soldados que muitas vezes formaram os Exércitos Vermelhos da Segunda Guerra Mundial. Esta expressão deve ser compreendida à luz da contínua evolução que se vem processando nesta pós-guerra, e que converteu o Exército numa força de terra poderosa e moderna. O Exército Soviético de 15 milhões de homens de 1945, era uma aglomeração de mais do que 600 “divisões”, constituídas em sua maioria de infantaria a pé e tropas hipomóveis. Durante este período de pós-guerra, uma drástica reorganização foi realizada. A desmobilização efetuada obedeceu a um critério seletivo e fez parte de um programa geral de modernização.

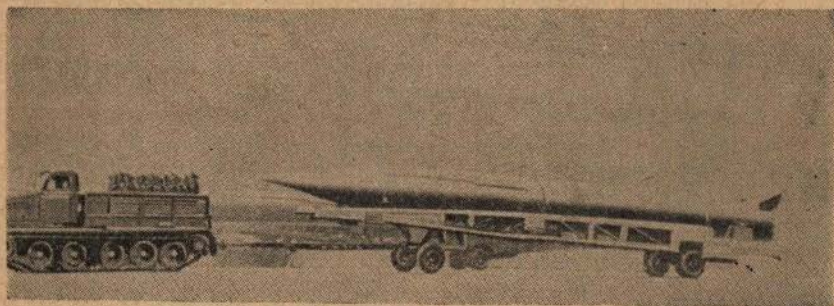
Em 1945 havia dez divisões de infantaria para cada divisão blindada ou mecanizada; em 1947 a relação era de dois para um e, agora, já se aproxima da paridade. No fim de 1947, as Forças Armadas Soviéticas alcançaram o nível de seu efetivo de “post-guerra”, previsto, aproximadamente de quatro milhões de homens nas três armas (mais 400.000 de tropas de segurança), dos quais dois e meio milhões pertencem às forças de terra organizadas em 175 divisões. Este nível de efetivo das forças terrestres, ao lado de uma contínua formação de reservas e de um processo racional de conscrição das classes em idade militar, manteve-se virtualmente constante até 1955, embora contínua modernização venha aumentando, de ano para ano, a capacidade manobreira, a mobilidade tática e o poder de fogo das 175 divisões em armas”.

No ano de 1956, o governo de Moscou com estrepitosa propaganda anunciou uma redução de efetivos da ordem de 1.840.000 homens, abrangendo as forças soviéticas e os seus satélites da Europa Ocidental (Pacto de Varsóvia). Não se sabe, até onde essa anunciada redução foi realmente realizada. Opina Raymond Garthoff que uma redução moderada se deve ter efetuado, isto, entretanto, sem alterar o número de divisões do Exército, mas apenas reduzindo o efetivo de algumas delas (adoção de efetivos orçamentários sem prejuízo da manutenção dos quadros e dos elementos especializados).

Segundo o mesmo Garthoff, o Exército Soviético iniciou sua adaptação para a guerra atômica com algum retardamento. Isto, devido a influência da estagnação stalinista. Praticamente, começou a encarar os problemas da influência da ordem atômica no campo de batalha, a partir de outubro de 1953. Nessa ocasião, realizaram-se pequenas manobras experimentais onde foram “testadas” as idéias iniciais sobre a tática ofensiva e defensiva.



Canhão AAé-57 mm, montado em chassis de CC Médio



ENGENHO-FOGUETE — Alcance de 300 milhas

Nos anos de 1954 e 1955 apareceram na "Estrêla Vermelha" e outras publicações militares soviéticos, os primeiros artigos sôbre engenhos atômicos táticos e as influências da presença desses engenhos nos processos de combate das forças terrestres.

O estudos experimentais e manobras realizados nos anos de 1954 a 1956 permitiram ao Mar Zhukov afirmar, com toda a segurança, perante os delegados reunidos por ocasião do 20º Congresso do Partido Comunista Russo, em 1956:

"Nestes últimos anos considerável esforço foi realizado no sentido de instruir as nossas tropas na conduta de operações de combate, sob condições de guerra atômica..."

As publicações militares soviéticas, nos últimos cinco anos, têm se dedicado a estudar intensamente o problema da defesa contra engenhos nucleares, quer nas retaguardas quer nas zonas de combate. Lêem-se, freqüentemente, calorosas discussões sôbre proteção e contra os efeitos de sôpro, incendiários e radioativos das explosões nucleares.

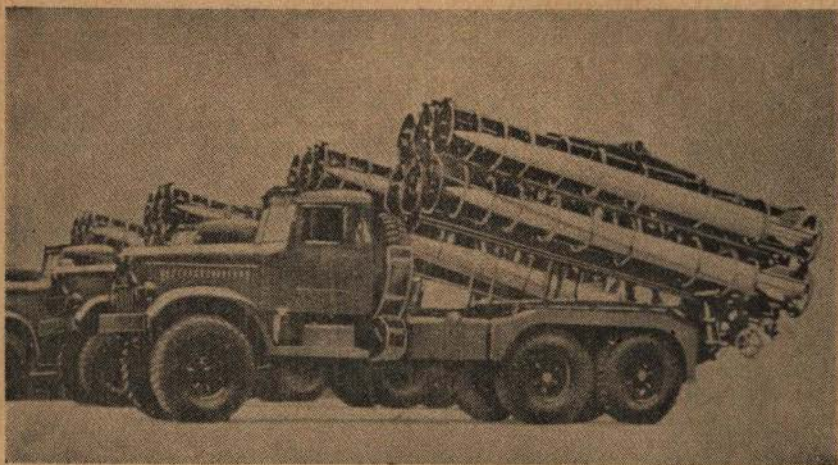
Como medidas de defesa passiva, são postos em evidência: a importância do abrigo, a indumentária protetora, o estudo da proteção que as formas do terreno podem oferecer, os processos de descontaminação do pessoal, equipamento e armamento.

As publicações militares do Exército Soviético prescrevem inúmeras normas de conduta para as tropas em campanha, visando o combate atômico, tais como:

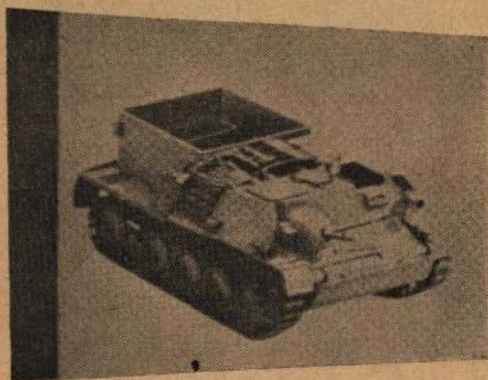
- "o cumprimento integral da missão de combate constitui o dever básico do soldado e este dever não cessa ao ser ouvido o sinal de alerta-atômico";
- "na ofensiva o melhor meio de proteger-se é cerrar sôbre o inimigo";
- "na defensiva, nos movimentos e na concentração para a ofensiva, a determinação no cumprimento das missões persiste mesmo depois do alerta-atômico";
- "nas situações de marcha, o movimento continua apesar dos sinais de alerta-atômico";
- "a importância dos trabalhos de engenharia, no campo de combate, aumenta consideravelmente, diante da ameaça de serem usados engenhos atômicos";
- "os postos de comando, posições de artilharia, abrigos para blindados e aviões devem estar protegidos por casamatas e espaldões";
- "a mobilidade das tropas representa a melhor proteção contra os engenhos atômicos";
- "as situações de parada prolongada devem ser evitadas";
- "a capacidade de dispersão das tropas e serviços deve ser explorada ao máximo".

O Major-General Losik, Comandante de um Corpo Blindado assim exprimiu, em artigo recente publicado numa revista militar:

"Sob condições de emprêgo de engenhos atômicos, as tropas devem operar em ordem extremamente dispersa de maneira a proteger seus homens e materiais; a concentração de forças só deve ser feita no momento do ataque".

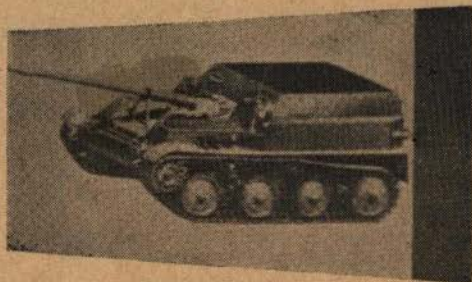


Lança-Foguetes de 17 pés



Veículo blindado leve

Canhão 57 mm. usado em operações
aero-terrestres como
artilharia e AC



Pesquisas meticolosas realizadas em publicações expedidas pelas escolas de ensino militar superior da União Soviética, tais como a Academia Voroshilov (semelhante à nossa Escola Superior de Guerra) e à Academia Frunze (equivalente à nossa Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) nos revelam que, desde 1954, vivem esses institutos preocupados em estudar a fundo as novas idéias, os novos processos de combate, e as novas organizações, surgidos em consequência do aparcimento da arma atômica no campo de batalha.

Em suma, através de toda a literatura militar soviética sobre a guerra atômica no campo das operações terrestres ressalta-se a ênfase que é dada aos fatores: — SURPRESA, MOBILIDADE E DISPERSÃO.

III — A MODERNA ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES DE COMBATE DO EXÉRCITO SOVIÉTICO

Ao mesmo tempo em que desenvolvem intenso programa baseado na fabricação de mísseis e armas nucleares, os soviéticos procuram, "pari-passu", adaptar a organização de suas forças terrestres às novas exigências do campo de batalha atômico.

As últimas publicações militares russas nos dão informações muito valiosas e os últimos desfiles militares realizados em Moscou, particularmente os de 7 de novembro de 1957 e 1º de maio de 1958, mostraram-nos, ao lado da reestruturação das unidades clássicas das forças terrestres visando aumentar-lhes a mobilidade e a potência de fogo, a introdução nas organizações terrestres de numerosos tipos de mísseis aptos ao lançamento da arma atômica tática.

A apresentação desses engenhos-foguetes revela, inequivocamente, que os soviéticos reservam a esses engenhos um papel decisivo nas operações militares do futuro.

No desfile militar de 7 de novembro último, comemoração do 40º Aniversário da Revolução Comunista Russa, o qual foi assistido por numerosas delegações de convidados de todos os países comunistas e neutros, além de autoridades diplomáticas ocidentais acreditadas em Moscou, a União Soviética resolveu fazer uma verdadeira exposição de armas modernas.

Desfilaram pelas alamedas de Moscou uma gama enorme de mísseis, montados sobre viaturas com lagartas ou sobre imensos reboques, de peso, tamanho e formas as mais variadas. Foram vistos pelos observadores militares ocidentais, mísseis de forças terrestres, superfície-superfície, de alcances calculados de 55 Km, 120 Km, 560 Km, 800 Km, além de mísseis superfície-ar de uma e duas fases, de alcance ignorado. Foram vistos novos e aperfeiçoados foguetes múltiplos, de alcance muito maior do que os anteriormente apresentados, montados em novas viaturas de lagartas, aumentando de muito a mobilidade através campo.

Passaram diante dos olhos curiosos dos observadores militares ocidentais, poderosíssimos canhões auto-propulsados de calibre calculado em 300 milímetros, artilharia antiaérea auto-propulsada, numerosos tipos de viaturas blindadas de transporte de pessoal, na sua grande maioria anfíbias armadas com metralhadoras pesadas. A quantidade dos conceituados carros de combate médios T-54 aumentou consideravelmente, tendo sido apresentado como novidade, um tipo de carro pesado, do tipo Joseph Stalin III, armado com canhão de 122 mm, de alta cadência de tiro, como armamento principal. Um motor novo e aperfeiçoado dá a este "matador de carros", uma autonomia comparável à dos carros de combate médios atuais. Foi mostrado, também, um tipo de carro de combate leve, anfíbio, que aumenta consideravelmente a capacidade de



Lança-rojão de 12 tubos



Canhão de 122 mm de CC pesado

reconhecimento de combate das unidades do Exército Soviético. Dotado de canhão de 76 mm, esta viatura permite um reconhecimento profundo, potente e rápido, e não depende de qualquer equipamento especial para a transposição de cursos d'água.

No tocante à aviação de transporte e helicópteros, especialidades que interessam muito de perto aos modernos processos de combate das forças terrestres, em que a mobilidade assumiu importância decisiva, os soviéticos, nesses últimos meses revelaram nada menos de cinco novos tipos de aviões de transporte de tropas de notáveis características. Entre eles o CAMP, transporte turbo-hélice bimotor, representa um grande progresso na categoria de aviões de transporte de peso médio e o CAT, transporte quadrimotor, turbo-hélice, indubitavelmente será um suplemento para o CAMP, com o seu grande alcance e maior capacidade de carga útil. No campo dos helicópteros, além do HORSE capaz de levantar cinco toneladas, sabe-se que os soviéticos estão prestes a lançar o MI-6, destinado a levantar doze toneladas. Este aparelho, acionado por dois turbo-jatos, dará às forças terrestres uma impressionante capacidade de decolagem e aterragem verticais.

No tocante a mísseis menores do que os anteriormente citados, foi apresentado um foguete do tipo "Honest John", que emprega como transporte um chassis de carro de combate anfíbio. Estamos lembrados que na organização da Divisão Pentômica norte-americana, há a distribuição de duas plataformas para lançamento do "Honest John", foguete que poderá lançar granadas explosivas convencionais ou projetis atômicos. Tudo indica, portanto, que esse foguete russo seja, também, de distribuição divisionária. Desfilaram sobre caminhões foguetes de artilharia, do tipo "Little John".

No que se refere a armamentos mais leves, além dos três tipos de armas automáticas simples e rústicas, todas atirando com o mesmo calibre, de que é dotada a infantaria soviética, apareceram como novidade o canhão sem recuo de 107 mm que, associado ao lança-rojão anti-carro de 82 mm, forma o binômio da defesa contra blindados das unidades terrestres. No campo dos morteiros, foi observada uma variedade de calibres alcançando até o de 240 mm.

As unidades básicas de manobra, as Divisões, também foram reorganizadas tendo em vista se tornarem mais aptas ao campo de combate atômico.

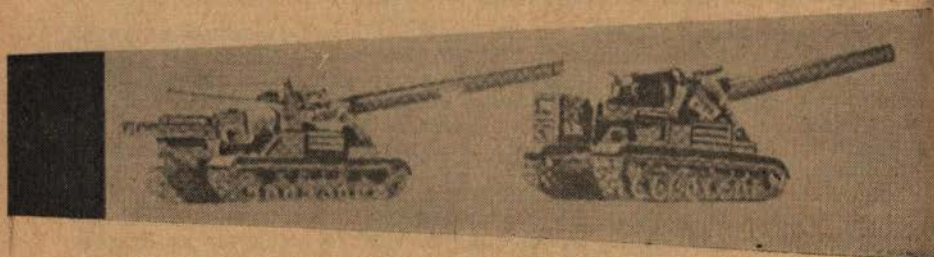
As principais modificações tiveram em vista aumentar a velocidade e a — versatilidade dos movimentos e alcance e potência de fogo.

A velocidade e aptidão para o movimento através-campo foram os fatores levados em conta na fabricação de novos modelos de veículos motorizados, destinados a assegurar às tropas combatentes capacidade de dispersão rápida, concentração para o ataque e nova dispersão evitando oferecer ao inimigo um alvo compensador para a sua arma atômica. Veículos anfíbios, tanto carros de combate como carros blindados de transporte de pessoal, foram distribuídos fartamente às divisões visando facilitar a transposição de cursos d'água sem necessidade de uma parada para o lançamento da "cabeça-de-ponte". No tocante a comunicações, novo equipamento foi distribuído, visando assegurar as ligações em situações que exigem o desdobramento das unidades em áreas maiores e à necessidade de assegurar-lhes maior fluidez.

Numerosos exercícios com tropas no terreno vêm sendo realizados, ultimamente, tendo em vista estudar a conduta das unidades quer no caso do emprêgo de armas atômicas pelo inimigo, quer no caso de seu emprêgo pelas tropas soviéticas.



Helicóptero "Hook"



Canhões atômicos

O critério estratégico que preside a organização das divisões é, ao que parece, assegurar-lhes uma rápida expansão por toda a Eurásia. As divisões estacionadas em áreas avançadas, estão inteiramente prontas para a ação. As demais, poderão ficar prontas em 48 horas. As divisões, são de quatro tipos — de Infantaria, Mecanizadas, Blindadas e Aero-terrestres; as três primeiras são enquadradas para operações em Corpos de Exército e comandadas e apoiadas logisticamente pelos Exércitos. Há dois tipos de Exército, — de Infantaria e Mecanizado. O primeiro é constituído, em princípio, por dois ou mais Corpos de Exército de Infantaria (3 DI e 1 Div Mec e elementos de apoio) e o segundo, por dois Corpos de Exército, um mecanizado (2 Div Mec) e um blindado (duas Div Bld.

Das 175 divisões atualmente no Exército Soviético, 90 são de infantaria, 55 mecanizadas, 20 blindadas e 10 aeroterrestres. A diferença entre as divisões mecanizadas e as blindadas é que, nas primeiras, a relação infantaria transportada, carros de combate é maior do que nas últimas. Exemplificando, com a última e recente reorganização, a Divisão Blindada Soviética passou a ter 450 carros de combate (possuía 250) e a Divisão Mecanizada 300 (possuía 200), enquanto a proporção de infantaria é de 3 RI na Div Mec e 1 RI na DB.

A Divisão de Infantaria Soviética atualmente, conta com 75 carros de combate.

Os processos de instrução moderna dão grande ênfase às medidas de proteção contra os engenhos nucleares, os gases de combate e a guerra bacteriológica, aconselhando medidas de dispersão, e acentuando a importância dos abrigos para pessoal e material.

Em resumo, todas as inovações, introduzidas na organização das unidades e nos processos de combate das forças terrestres soviéticas, visam torná-las aptas a fazer a guerra atômica e não atômica.

A *potência de fogo*, com o surgimento dos novos engenhos e o aperfeiçoamento das armas convencionais, cresceu de tal maneira, em alcance e poder de destruição, que revolucionou o conceito clássico do campo de batalha.

A *mobilidade e versatilidade de movimentos*, pelo incremento da motorização, pelo aumento de veículos sobre lagartas e pela larga suplementação de veículos anfíbios, ampliaram-se de tal maneira, que os velhos conceitos de velocidade tática e a profundidade do combate, vigentes por ocasião da 2ª Guerra Mundial, são hoje coisas do passado.

O moderno exército soviético, ao lado de sua capacidade de atuar no campo de batalha atômico, teve altamente elevada a sua aptidão para fazer a guerra não atômica.

II — ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTOS

A DOCTRINA E OS REGULAMENTOS NACIONAIS ARGENTINOS

Maj Juan Cuaranta — República Argentina — 1940

— Trad. do então Ten-Cel F. A. Araripe

Nota do Redator :

É com prazer que trazemos à meditação dos leitores de "Doutrina Militar Brasileira", um interessantíssimo estudo do então Maj Cuaranta, do Exército Argentino, onde aparecem focalizados aspectos do maior relêvo à compreensão dos problemas sul-americanos, do ponto-de-vista doutrinário. Revela o trabalho, por outro lado, a preocupação do ilustre articulista, já em 1940, no sentido de equacionar o problema militar segundo bases filosóficas nacionais, domésticas, adaptando-se os ensinamentos de além-fronteira e, não, "copiando-os" servilmente.

A simples seqüência do trabalho denuncia a maneira lógica e direta com que o assunto é tratado, destacando-se as diversas partes em que o tema é desenvolvido. Depois de mostrar a necessidade de "atacar de frente o problema" e de apelar para o estudo da "psicologia do nosso material humano", ressalta o Maj Cuaranta a "necessidade de estar nossa tática de acôrdo com nosso armamento e nossas possibilidades".

Na verdade, o mérito do artigo, que adiante se vê, está em que, "se esperamos ter uma conduta clássica, genuinamente nacional, a doutrina deve insistir indefectivamente no estudo do próprio ambiente", o que denuncia, embora não esteja explícita, a idéia de utilização daqueles dois métodos responsáveis pela integração do conhecimento militar: — o histórico e o positivo. Aquêlê, inspirado na sedimentação experimental do passado, enquanto êste se configura como de importância relativamente aos métodos e processos de atuação, consoante o estágio técnico-científico-industrial.

Em que pèse a época em que o trabalho foi escrito, contudo, permanecem perfeitamente verdadeiras e atuais as idéias expandidas pelo ilustre oficial argentino, com objetividade, equilíbrio e senso da realidade argentina e sul-americana.

A. Raposo Filho, Maj

Na reflexão, na meditação e no estudo das campanhas argentinas encontraremos as bases para resolver os nossos problemas :

"Não é um gênio quem me revela de repente e em segredo o que deve dizer ou fazer em circunstância inesperada para os outros ; é a reflexão e a meditação."

Napoleão

"Aprendamos a pensar" — Foch.

Para copiar não é preciso nem sequer ser inteligente, basta saber escrever; porém, o mesmo não acontece na solução dos problemas concretos em que é fundamental refletir, meditar, coisa relativamente fácil caso se tenha aprendido a pensar. (1).

Quando se fala em "regulamentos nacionais" e logicamente se evoca uma "doutrina argentina", encontra-se não pouca resistência.

Há os que pensam devermos continuar com doutrina, regulamentos, certos fatores que não correspondem à psicologia do material humano argentino e "até com os costumes de outros países". "Com isso estamos em profundo desacôrdo".

APRENDAMOS PRIMEIRO A PENSAR

Recordemos que o velho Frederico exigia que os seus generais trabalhassem com a cabeça e que Foch dizia na Escola Superior de Guerra de Paris: "aprendamos a pensar". Não podia ser de outro modo porque nisso está a base indispensável para poder-se encontrar as soluções dos problemas militares, econômicos ou político-sociais.

REFLITAMOS E MEDITAMOS SOBRE OS NOSSOS PROBLEMAS CONCRETOS

Não será difícil que dêse estudo surjam dispositivos argentinos que não sirvam para as nações européias, mas que, para nós, resolvam da melhor forma o "nosso caso".

Também é provável que se conclua, devido aos extensos teatros de operações, ao espaço para manobrar e as enormes distâncias a percorrer, que se torne necessário preparar de outra forma o material humano e que se deva ensinar outra tática que não a empregada na França em 1914, por ser ela a mais nociva e a menos aplicada "ao nosso caso particular".

Finalmente, dessa meditação e dessa reflexão pode surgir uma doutrina argentina, isto é, depois de quasi quarenta anos teremos "roupa e abrigos próprios" de acôrdo com a nossa medida e não como até agora, quando os temos muito pequenos ou muito grandes, conforme as circunstâncias.

ESTUDEMOS A PSICOLOGIA DO NOSSO MATERIAL HUMANO

É necessário chegar a conclusões concretas para obter-se uma das bases que permita conhecer o que podemos esperar e exigir dêse material para estabelecer exigências de acôrdo com o seu espírito e capacidade.

(1) O Sr. Ten.-Cel. Matias Rodriguez Conde, Professor de Tática e Serviço de Estado-Maior no II Curso da Escola Superior de Guerra, considerou o "centro de gravidade" de sua matéria o "ensinar-nos a pensar". Eu era um dos que não estavam de acôrdo com êsse Sistema; hoje não só reconheço a sua eficácia, como creio ser um dever afirmar o profundo reconhecimento ao amigo. Os oficiais do referido curso, se já não o reconhecem breve apreciarão a dívida de gratidão contraída com o camarada.

(Nota do autor).

Estudemos as campanhas de nossa independência; aí encontraremos o complemento indispensável para edificar uma doutrina argentina. É na nossa história que encontraremos a argamassa do edifício que pretendemos levantar. É a "história argentina" que espera há tempos para nos proporcionar os meios de que necessitamos no estabelecimento de doutrina argentina e de regulamentos argentinos.

O problema apresentado sinteticamente pode ser assim resumido: aprender a pensar, logo refletir, meditar sobre os nossos problemas e recorrer à nossa história; essas bases: saber pensar, refletir e história argentina, são as únicas necessárias para encarar o problema.

Façamo-lo quanto antes.

NECESSIDADE DE ESTAR A NOSSA TÁTICA DE ACÓRDO COM O NOSSO ARMAMENTO E AS NOSSAS POSSIBILIDADES

"Quem escreve sobre Estratégia e sobre Tática deve ater-se em ensinar uma Estratégia e uma Tática nacionais, únicas suscetíveis de serem proveitosas à nação para a qual se escreve."

(Von Der Goltz)

"Se aspiramos ter uma conduta clássica, genuinamente nacional, a doutrina deve insistir indefectivelmente no estudo do próprio ambiente."

(Coronel J. L. Cernados)

Parece não ser necessário tratar desse ponto com profissionais e muito menos, nas conclusões de um trabalho. Porém é a realidade que impõe isso.

Não são poucos os países arrastados pela guerra 1914-1918 que ensinam hoje uma Tática distinta do armamento que possuem.

"Isso não é porém o mais grave", por isso que depois dos primeiros meses de guerra aprenderão o emprêgo do que têm, ou talvez antes, já que esse armamento é mais simples.

"A gravidade está na própria Tática"; são esquecidos os "nossos" teatros de operações, os "nossos" armamentos, os "nossos" efetivos, as "nossas" possibilidades e se transporta a frente franco-alemã para reproduzi-la em um teatro de operações sul-americano e aí continuar a Tática da guerra de posição ou outra muito semelhante e "que está longe de ser a nossa".

O ataque às posições fortificadas, as rupturas, as substituições, o emprêgo de enormes massas de artilharia ocupam então o primeiro plano e, "em nosso conceito, deveria constituir, ao contrário a exceção".

A Tática que devemos ensinar é a do nosso armamento, especialmente de nossa artilharia, de nossas possibilidades e a da guerra dos campos sul-americanos e não a de 1914-1918.

O maior contraste dessa Tática reside no choque com a "nossa organização". Como nesta levou-se em conta as possibilidades argentinas, não se pode dispor nem da quantidade de peças, nem das toneladas de munição necessárias às rupturas, ataques a posições fortificadas, etc. Recorre-se ao meio simplíssimo: "se não há a munição necessária, não se vai à guerra". Estamos em completo desacôrdo com esse modo de pensar.

A situação política pode arrastar à guerra e então, será preciso lutar com o que se tiver. Recordemos o que ocorreu na Guerra Boliviana-Paraguaia.

Os entusiastas das doutrinas e processos táticos estrangeiros devem refletir sobre essa última guerra e outras não mui remotas para retomar o nosso verdadeiro caminho: o da doutrina e dos processos táticos argentinos, pois, é aqui, e não na Europa, que combateremos.

Daí não se deve concluir que desprezemos a experiência haurida ou paga com o sangue; não, absolutamente, nela há sempre algo de útil, mas nem tudo o é.

Meditem os admiradores de doutrinas estrangeiras nas seguintes palavras com que foram recebidos os oficiais estrangeiros no curso para Coronéis, realizado em abril de 1937 no "Centro de Cooperação das Armas" em Versailles:

"No curso que assistireis, senhores oficiais estrangeiros, tratar-se-á da "Tática francesa", que corresponde às características particulares do terreno em que seguramente terá que se bater o Exército francês, às condições particulares "do seu" provável adversário; ao armamento de que está provido e com que poderemos continuar a provê-lo em caso de guerra; às "nossas" condições particulares de mobilidade e possibilidade de "nossa" indústria automóvel; às possibilidades de nossa indústria de guerra, em geral, ao que nos ensinou a "nossa" última e sangrenta experiência de guerra."

Deliberadamente o general acentuava a sua voz ao pronunciar cada uma das palavras grifadas no parágrafo anterior, querendo assim exprimir que, embora a Tática francesa seja a melhor para o Exército francês, talvez não o seja para os Exércitos de outras nações, que possam encontrar-se em situação diferente da da França, em qualquer dos fatores que foram anteriormente enumerados.

Evidentemente, na adoção de determinada Tática, intervêm "fatores nacionais", que não devem ser afastados, sob pena de cair-se em perigoso esquematismo, que poderá ficar caro no caso real.

É de esperar que o mesmo possamos dizer dentro de curto prazo.

Destacado camarada, o Sr. Coronel J. L. Cernados, ao referir-se a esses aspectos, em sua recente obra "Estratégia Nacional e política do Estado", disse:

"Doutrina estratégica nacional" — A interpretação de suas leis, em função da potencialidade militar da nação, o objetivo político que se colima, das características do teatro da guerra, da idiosincrasia dos homens que constituem a massa dos combatentes, do inimigo, etc., dá necessariamente origem a "uma maneira" de entender e de aplicar a estratégia ao caso particular de cada país, isto é, gera e desenvolve paulatinamente uma "doutrina estratégica nacional". Desta deriva a espécie de guerra que se deseja fazer, isto é, a que melhor convenha e possa ser levada a cabo para alcançar a finalidade desejada.

"A doutrina de guerra nacional deve conter e garantir a indestrutível existência e continuidade do genuíno pensamento militar argentino; visa, no seu preparo integral, a obtenção de uma só tendência na concepção do problema da defesa nacional, em virtude da uniformidade dos conceitos fundamentais em que se repose, como

ainda pela analogia ou semelhança das aspirações e sentimentos nacionais, justamente interpretados.

.....

"A doutrina de guerra particular anima tôdas as forças militares e também o povo da nação com um único e intenso espírito nacional, desde que seja inoculada na alma de todos com tempo e seja assimilada em sua essência."

.....

"Uma tal doutrina nacional deverá estar naturalmente apoiada nas forças materiais, intelectuais e morais do povo da nação e, por conseguinte, compreenderá, no que respeita à Estratégia, as idéias substanciais do "conceito operativo", de onde, como um fermento de ação, emane o sôpro espiritual e as grandes diretrizes em que se baseie a doutrina tática sob a forma de normas, preceitos e regulamentos harmônicos, destinados às forças armadas permanentes e às a mobilizar. As normas gerais de direção das forças (no sentido operativo, como no tático) devem prever o desenrolar decidido das mesmas de tal maneira que afaste a tendência de basear o êxito quase que exclusivamente no número. Nisso reside a principal idéia para os condutores da guerra sul-americana, em que sobrarão campos de manobras e faltam os efetivos."

"As idéias novas, como os gregos, entram a golpes de martelo". É de esperar que por muito insistir sôbre um mesmo assunto se alcance a finalidade desejada e inspirada em elevados sentimentos patrióticos.

O QUE SERIA UM REGULAMENTO NACIONAL PARA A DIREÇÃO DAS TROPAS EM CAMPANHA

Se a tática é e será sempre a arte de fazer combater os homens, é necessário que os processos a empregar para obter o melhor resultado estejam de acôrdo com a idiosincrazia das massas.

Admitamos que as diferentes subcomissões (as encarregadas das prescrições operativas e táticas, experiências estrangeiras possíveis de serem adaptadas, características topográficas dos nossos teatros de operações, psicologia e história) se tenham reunido e firmado as bases concretas para redigir o regulamento.

Todos sabemos que, apesar do esforço e do patriotismo, será o regulamento incompleto, porém isso não importa. A perfeição dos trabalhos dessa natureza vem com o tempo.

No citado regulamento não se deve excluir os ensinamentos derivados de alheias experiências, hauridas à custa do sangue sempre que tenham aplicação em "nossa" guerra, para o que é preciso submetê-las a detido e minucioso estudo.

Anualmente, em vez de efetuar correções nos regulamentos estrangeiros, retificaríamos os nossos, e a nova geração de militares argentinos disporia de doutrina e tática nitidamente argentinas, essencial e fundamentalmente nacionais. Ela, a nova geração, aperfeiçoaria essa doutrina e tática e seria grata aos que as proporcionaram, por coincidirem com o caráter nacional e porque a sua aplicação e compreensão estaria ao alcance de todos.



A GRANDE BANDEIRA DAS ESMERALDAS

General JOSÉ FAUSTINO DA SILVA FILHO

A SERRA RESPLANDECENTE

Todos os tesouros descobertos e por descobrir, por edito real, pertenciam ao Rei, que prometia títulos de nobreza a quem fizesse sacrifícios para descobrir a *Serra Resplandecente*, de que falavam os índios. Estes diziam que no norte de Minas havia uma serra que resplandecia, quando sobre ela incidiam os raios do sol, tal a quantidade de esmeraldas que continha e que por isso a denominavam de Itaberababoçu. A ambição da descoberta, além da riqueza que poderia proporcionar, era ainda mais estimulada pelo prometido título de brasão de nobreza, insigne honra, a maior daquela época.

De São Paulo e da Bahia partem bandeiras em demanda da *Serra Resplandecente*. A bandeira de Marco de Azevedo atinge à cubiçada região, de lá trazendo, como amostra, algumas pedras que são oferecidas ao Rei. O seu descobridor, porém, não quer revelar o segredo de sua localização e itinerário a seguir, sendo por isso recolhido a uma prisão, onde veio a falecer. O Governador Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, ansiando pela descoberta e sabendo das proezas do famoso bandeirante Fernão Dias Paes, vai encarregá-lo da descoberta das esmeraldas da Serra do Sabarabuçu, oferecendo-lhe, antecipadamente, o título de "Capitão-mor das Minas das Esmeraldas" e promete tornar nobres a todos os seus descendentes, desde que desencantasse êle a Serra Resplandecente.

Fernão Dias, embora já tivesse a avançada idade de 66 anos, sentiu-se instigado pelo brio de bandeirante e, num gesto quixotesco, aceita o encargo fazendo questão de custear as despesas, as quais vão levá-lo à miséria.

Em 1674, inicia a angustiosa jornada, que se prolonga por 7 anos e já se assemelha a uma epopéia espartana. O itinerário da penetração, além da Mantiqueira, ficou assinalado pelas roças plantadas pelos expedicionários, e tais paradas são enumeradas por Roberto

Southey: Ibituruna, Paraopeba, Sumidouro do Rio das Velhas, Roça Grande, Tracambira, Itamerendiba, Esmeraldas, Mato das Pedrarias e Serra Fria.

Esgotados os seus recursos, — mais de seis mil cruzados, segundo os cálculos da Câmara de São Paulo, — envia um emissário à sua esposa distante, aquela denodada Maria Garcia Betink, que deixara gravemente enferma e tanto lhe pedira que transferisse a viagem. Vai ela então, abnegadamente, sacrificar jóias, adornos e recordações das próprias bandeiras, além do gado e da mata, donde tirava lenha, “com que ficou em miserável estado de pobreza”, segundo informa o Arquivo de Marinha e Ultramar. O postilhão tardou a voltar. A fome ronda o acampamento. Os próprios dois capelães: um franciscano e o outro carmelita, o deixam com sua teimosia. Alguns desertam e outros se revoltam, tachando-o de louco obstinado.

Os bandeirantes, no dizer de historiadores e sociólogos, não eram anjos de bondade, mas pessoas que, “no anseio do enriquecimento cometeram todos os crimes que os homens dessa época praticavam para satisfação de suas paixões”, informa Paulo Prado em “Retrato do Brasil”.

Fernão Dias não recorre a meios suasórios. Para dominar a revolta, manda enforcar os cabeças, entre os quais se achava o filho bastardo, José Dias Pais.

Certa noite, defronta-se com uma serra, onde nota cintilações, como se ali pousassem inúmeros pirilampos. Para certificar-se da verdade, resolve aguardar o amanhecer. Com o raiar do sol a montanha apresenta reflexos da côr das esmeraldas.

A LENDA DA SERRA RESPLANDECENTE

No sopé da montanha, estendem-se as águas tranqüilas da lagoa do Vipabuçu, e na margem oposta surge um índio curioso, pertencente a tribo dos Maxapós, o qual, feito prisioneiro, conta a *Lenda da Serra Resplandecente* que foi revelada por Gandava. Uiará era a mãe d'água e habitava no fundo daquela lagoa. Nas noites de luar vinha à tona e fazia-se ouvir em seus ternos cantares, tão suaves e encantadores que enfeitavam os guerreiros, que se metiam pela água a dentro quando ela lhes estendia os braços e com eles desaparecia. Era uma atração irresistível a que não escapavam os mais destemidos guerreiros, que haviam desaparecido na profundidade daquela lagoa, sendo assim sacrificados aos caprichos de Ufá.

Os restantes Maxapós imploraram a Machachera, que era o Deus da Guerra, que salvasse os seus guerreiros daquela sedução. Machachera fez com que Uiará adormecesse e que a tribo velasse pelo seu sono e por sua vida. Dela, agora, só apareciam os cabelos que, por se misturarem com o limo, eram verdes e tão longos que se estendiam além das margens da lagoa, subindo pela montanha. O sol secava-os e petrificava-os e deles surgiram as esmeraldas ali resplandecentes. O Deus da Guerra os advertira que a vida de Uiará dependia de seus cabelos; cada fio desaparecido, seria um dia de menos em sua existência. E que os Maxapós deviam velar pelo seu sono e por sua vida, pois se ela acordasse ou morresse, uma grande desgraça cairia sobre eles. Eram, por isso, os guardiões das verdes pérolas. Fernão Dias é bem experimentado e não crê nas lendas indígenas. Apanha uma porção de pedras, de todos os tamanhos, sob a maldição dos índios, e as confia a seu filho legítimo, Garcia Rodrigues Paes, que as devia levar a São Paulo. Não é ele, porém, quem ali chega com a preciosa dádiva para El-Rei, embora assim o informem alguns autores. Nem também Borba Gato, como outros afirmam.

O ADMINISTRADOR DAS MINAS

Garcia Paes vai encontrar-se no arraial do Paraopeba com o fidalgo espanhol Dão Rodrigues de Castelo Branco, — que chegara a Portugal com fama de grande conhecedor de mineração, merecendo do Rei o título de Fidalgo da sua casa real, — e fora nomeado, a 2 de junho de 1673, Administrador-Geral das Minas de Itabaiana. No Brasil desenvolveu êle grande atividade, sem que lograsse qualquer êxito. A 19 de março de 1681, decidiu seguir com uma tropa de paulistas ao encalço da "Grande Bandeira das Esmeraldas". Pretendia talvez, na opinião de Gustavo Barroso, arrancar a Fernão Dias a glória e o proveito do seu achado. O certo é que, Fernão Dias lhe entrega o saquitel de couro com as famosas pedras, sendo disto passado um recibo em língua espanhola, datado do Arraial do Sumidouro, em 26 de junho de 1681.

A MORTE ANTECEDEU A DESILUSÃO

Atacado pelo paludismo, vencido pela fadiga e pelas privações, cai exangue, o inolvidável *Caçador das Esmeraldas*, à margem do Rio das Velhas, com a doce ilusão da descoberta. Os índios exultam dizendo que era castigo de Tupan e exclamam: O Emboaba morreu! Uiãra viverá!



Chegado que foi a São Paulo, o mensageiro de Dão Rodrigo vai passar por um grande desapontamento. Aquêles seixos, pelos quais tanto sofreu um pugno de audazes aventureiros, eram crisol ou turmalinas verdes.

Não foi, porém, em vão o esforço gigantesco dos intrépidos bandeirantes.

O caminho das minas estava traçado e o seu território em grande parte explorado.

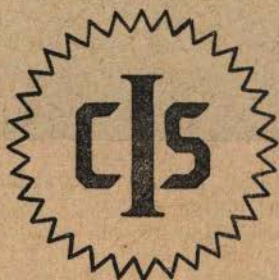
A mineração ia se estender pelas terras dadivosas e recompensaria generosamente as audácias, os sacrifícios e as próprias vidas ali imoladas.

SEGURO DE VIDA EM GRUPO

- SEM CARÊNCIA
- LIMITE DE IDADE, 54 ANOS
- DESCONTO MENSAL EM FOLHA DE PAGAMENTO
- CAPITAIS SEGURADOS:

| | | Custo mensal | |
|-----|--|--------------|--------|
| | | Cr\$ | Cr\$ |
| 1º) | Generais, Coronéis, maiores e respectivas espôsas | 400.000,00 | 640,00 |
| 2º) | Capitães, tenentes, aspirantes e respectivas espôsas | 240.000,00 | 384,00 |
| 3º) | Subtenentes, sargentos, civis e respectivas espôsas | 160.000,00 | 256,00 |

A COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS



está autorizada a oferecer esse seguro aos associados do GRÊMIO BENEFICENTE DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO, já tendo em vigor a sua apólice SG, número 110, subscrita por inúmeros camaradas.

Os representantes do Grêmio estão autorizados a receber pedidos de novas inclusões dos associados que desejem ingressar também no seguro.

Dirija-se a eles e preencha o seu Cartão, amparando a sua família com mais esse benefício.

A GUERRA DO PACÍFICO

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

1) CAUSAS DA GUERRA

Já contava o Chile com meio século de vida constitucional e suas relações com os países estrangeiros eram as mais cordiais.

Somente dois conflitos internacionais haviam ocorrido durante este período: a guerra contra a Confederação Peru-Boliviana, chefiada por Santa Cruz, em 1836, e a guerra com a Espanha, em 1865.

Os Estados Unidos, assim como diversas nações americanas e europeias, destacando-se entre elas a França, Bélgica, Inglaterra e Alemanha, haviam assinado com o Chile tratados de amizade, comércio e navegação.

A política exterior do Chile era favorável ao pan-americanismo, procurando mesmo congregiar todas as repúblicas do continente, sem outro objetivo que não fosse a defesa mútua de seus interesses, quando qualquer agressão ameaçasse a independência ou a integridade do território de alguma delas.

Como consequência da guerra contra a Espanha, surgiram tratados de alianças ofensivas e defensivas entre o Chile, Peru, Bolívia e Equador. Mas, a partir de 1865, questões de limites vieram quebrar, em parte, a harmonia até então existente.

As lutas pelas fronteiras foram sempre uma espécie de rastilho, que poderia servir, de um momento para outro, para desencadear a guerra entre as nações americanas de origem espanhola, pois elas, ao se separarem da metrópole, adotaram os mesmos territórios que possuíam quando colônia. Era o que chamavam o "utis possidetis de 1810".

A primeira questão que envolveu o Chile, neste particular, foi com a Argentina, iniciada em 1847 e só finalizada em 1881, com a assinatura de um tratado de limites.

Enquanto durava a questão Chile-Argentina, surgiu outra entre o Chile e a Bolívia, que nós poderemos considerar como uma das causas remotas da guerra de que vamos tratar.

Ora, desde algum tempo, certos exploradores chilenos, atravessando o deserto de Atacama, haviam descoberto no litoral, nas proximidades de Mejillones, ricos depósitos de "guano", estêrco de aves marinhas, muito apropriado para adubo, pelas suas qualidades fertilizantes.

Iniciada a exploração, a Bolívia alegou que esse território lhe pertencia, surgindo, então, o primeiro debate político entre as duas nações.

Em 1866 foi firmado um tratado de limites entre os dois países. O Chile reconhecia a soberania boliviana no território em questão, tendo as partes interessadas acordado que todos os depósitos de "guano" descobertos ou a serem descobertos, entre os paralelos 23 e 25, assim como as minas ou jazidas de outros minerais aí descobertas, pagariam à Bolívia as tarifas de exportação e esta se comprometia a dividir com o Chile os produtos de tais tarifas, em partes iguais.

Em meados de fevereiro de 1879, 200 soldados chilenos, sob o comando do Coronel Sotomayor, desembarcaram em Antofagasta e, sem encontrar resistência, tomaram posse da cidade e hastearam, nos edifícios públicos, a bandeira chilena.

A ocupação de Antofagasta dava, assim, começo a uma guerra que iria, por certo, pôr em sobressalto todo o território da América do Sul.

2) AS OPERAÇÕES MILITARES

Quando, no Peru, foi sabida a ocupação de Antofagasta, o governo, agora exercido pelo General Mariano Prado, compreendeu que também o seu país estava envolvido na questão, determinando, então, a rápida mobilização de suas tropas. A Bolívia, vendo violados seus direitos de nação soberana, declarou guerra ao Chile. Aproveitou-se, então, a imprensa deste país para dar conhecimento ao povo do tratado secreto que existia entre o Peru e a Bolívia. O embaixador do Chile em Lima procurou colher informações sobre a veracidade e a existência de tal tratado, tendo o ministro das Relações Exteriores do Chile confessado a existência deste documento. Não tendo outro caminho a seguir, o governo chileno declarou guerra ao Peru e à Bolívia em abril de 1879.

As operações militares da Guerra do Pacífico caracterizaram-se por ações navais e terrestres.

A) *Fôrças em presença*

As fôrças dos beligerantes eram muito desequilibradas. O Chile tinha, naquela época, cerca de 2.000.000 de habitantes e seu exército constava somente de 2.500 homens. O Peru, com uma população de 3.000.000 de almas, tinha 8.000 homens em armas e a Bolívia, com mais de 2.000.000 de habitantes, tinha suas fôrças com 3.000 homens. Vemos assim que, para enfrentar os 11.000 soldados do norte, contava o Chile com menos de quarta parte do efetivo de seus inimigos.

No mar, a superioridade dos nórdicos também era flagrante. Embora a Bolívia não possuísse navios, o Peru tinha 4 encouraçados e vários navios-transportes. O Chile contava somente com dois navios de classe e algumas fragatas, que quase nada representavam, como poder naval.

No entanto, a Guerra do Pacífico foi toda favorável ao Chile.

Um mês e meio, transcorrido entre a ocupação de Antofagasta e os últimos dias de março de 1879, as tropas chilenas dominaram, quase sem resistência, todo o deserto boliviano, até as proximidades da fronteira com o Peru.

A luta inicial, conhecida com o nome de Campanha de Antofagasta, foi um passeio triunfal para as hostes chilenas.

A Bolívia nada podia fazer, em vista da grande dificuldade que encontravam suas tropas para atravessar as serranias e chegar a Antofagasta e o Peru só desejava entrar em ação após a reunião das fôrças aliadas.

B) *Operações navais*

O Almirante chileno Williams Rebolledo transportou seus navios para águas peruanas. Bloqueou Iquique e logo depois se dirigiu para Callão, deixando em Iquique, somente, seus dois barcos de madeira: o "Esmeralda" e o "Covadonga".

A esquadra peruana, por outro lado, havia saído de Callão, rumo ao Sul, dividida em diferentes partes, mas durante o trajeto não encontrou a esquadra chilena.

Frente a Iquique chegaram os mais poderosos encouraçados do Peru, o "Huáscar" e o "Independência", comandados pelo Almirante Grau. Dispostos estavam os peruanos de quebrar o sítio mantido pelos navios chilenos.

Travou-se, então, o memorável combate naval de Iquique, a 21 de maio de 1879. Ao amanhecer deste dia, o comandante do "Covadonga" foi avisado de que, para os lados do Norte, se aproximavam dois navios, logo depois reconhecidos como peruanos. O aviso foi dado imediatamente ao Capitão Arturo Prat, que se achava a bordo do "Esmeralda" e era comandante do bloqueio. Ante tal situação, vendo dois navios encouraçados se aproximarem das embarcações de madeira a seu comando, Prat determina: — "Resistir até o último transe". E o fogo começou...

Durante uma hora de ativo canhoneio, enquanto o "Independência" atirava sobre o "Covadonga" e o "Huáscar" sobre o "Esmeralda", o comandante Prat não esmoreceu. As balas do "Esmeralda" pouco prejuízo produziram no casco do encouraçado peruano e Prat, aproveitando um momento de trégua, reuniu seus marinheiros no tombadilho e lhes disse:

"Rapazes, a luta é desigual. Nossa bandeira nunca desceu do mastro em presença do inimigo. Espero que não seja esta a ocasião de fazê-lo. Enquanto eu viver esta bandeira tremulará no lugar em que se acha. Quando morrer, meus oficiais saberão cumprir o seu dever!"

Após 3 horas de combate, a corveta "Esmeralda" já havia sido atingida por diversos projéteis. Grau, reconhecendo que continuar o fogo seria desperdiçar munição sobre um navio já vencido, resolve lançar o "Huáscar" sobre o "Esmeralda", tomando-o pelo meio e quebrando-o. No momento do esbarro, alguns marinheiros, com Prat à frente, lançaram-se sobre o navio inimigo, para tentar abordagem, mas foram imediatamente fuzilados.

Mas a luta naval não teve lugar somente nessa região. Mais para o Sul dava-se o encontro entre o "Independência" e o "Covadonga". O primeiro perseguia o segundo e este, costeando o litoral, procurava, a todo transe, colocar-se fora dos fogos do navio peruano. Após três horas de luta a situação do "Covadonga" era desesperadora, mas seu comandante, aproveitando-se da situação de ter um navio pequeno e de pouco calado, colocara-se nas proximidades de bancos de areia, entre os arrecifes de Ponta Grossa.

Ao pretender aproximar-se do barco chileno, para abordá-lo, o "Independência" bateu com o casco nos arrecifes, encalhando imediatamente. O "Covadonga" aproveitou-se, então, da situação e, aproximando-se do "Independência", transformou-o em alvo certo para os seus tiros. Não fora a rápida chegada do "Huáscar", a tripulação do "Independência" teria sido aprisionada pelos chilenos. O "Covadonga" fugiu, indo abrigar-se no porto de Antofagasta, tendo Grau abandonado a idéia de persegui-lo, com receio, talvez, de encontrar outras embarcações chilenas e ter que combatê-las somente com o "Huáscar".

Foi este o resultado do combate naval de Iquique. O Chile perdeu seu velho barco e uns 150 homens da tripulação; no entanto, ganhou um herói, que até hoje é venerado pelo seu desprendimento e patriotismo — Arturo Prat. Em compensação, o Peru perdia seu melhor navio de guerra.

Depois de tais façanhas, não quis Grau regressar ao Peru sem ter aumentado sua ação destruidora sobre os chilenos; rumou com o "Huáscar" para o Sul, bombardeou o porto de Antofagasta, regressando, depois, a Calláo, a fim de reparar os estragos sofridos e receber novas ordens.

Encarregado de voltar para o Sul, Grau encontrou, em seu caminho para Antofagasta, o transporte chileno "Rimac", que conduzia tropas e

munições, barco este que, após poucos minutos de combate, foi aprisionado pelos peruanos.

Tal feito calou fundo no ânimo dos chilenos, que resolveram, inflamados pelo amor pátrio e pelo ódio, agora incontido, fornecer todos os recursos ao governo, com a condição de que este agisse de maneira esmagadora contra os peruanos. Todos os barcos chilenos foram concentrados em Valparaíso, sendo, então, suspenso o sítio de Iquique e o Almirante Williams Rebolledo, vendo a atmosfera de antipatia que se criara em seu derredor, pediu exoneração do cargo, sendo substituído pelo Capitão Galvarivo Riveros.

A luta no mar tornou-se mais intensa, aproveitando-se agora o Peru para agir contra as populações do litoral. Durante vários meses, Grau burlara a perseguição que lhe era feita pelos navios chilenos e Riveros, vendo que eram inúteis todas as ações isoladas para impedir as incursões do "Huáscar", resolve reunir todas as forças navais chilenas e com elas sair em procura do vaso peruano.

Quando as naves do Chile procuravam se reunir, o Capitão Juan José Latorre, comandante do encouraçado "Cochrane", encontrou o "Huáscar" nas proximidades de Ponta de Angamos, a 8 de outubro de 1879.

Talvez o "Huáscar" não estivesse pronto para a luta em tal situação; daí a idéia de Grau em não aceitar o combate com Latorre, mas o "Cochrane" foi lançado em perseguição do navio peruano, tendo a vantagem de ser mais veloz. A ação não foi muito demorada: durou cerca de hora e meia. Logo no início da luta, Grau morre sobre o tombadilho, vítima da explosão de uma granada chilena e a situação já era desvantajosa para o "Huáscar", quando chega ao teatro da luta o navio chileno "Blanco Encalada", comandado pelo próprio Riveros. O barco peruano não teve outra solução, senão capitular.

A luta continuou por mais uns dias, sendo ainda aprisionada uma corveta peruana, a "Pilcomayo", mas, após este novo revés, o restante da esquadra peruana permaneceu nos portos, deixando ao Chile o domínio livre dos mares.

C) Operações terrestres

Enquanto tais fatos se passavam no Pacífico, as nações em luta tratavam de aumentar suas forças para a luta terrestre que se avizinhava. Lançando mão de todos os recursos financeiros que possuía, o Peru comprou nos Estados Unidos armas e munições.

Por seu lado, o Chile adquiriu na Europa grande quantidade de material bélico, que chegou a Valparaíso através do estreito de Magalhães. Em pouco tempo, tinham os chilenos, em Antofagasta, uma força de 12.000 homens.

Os aliados conseguiram reunir em Iquique, sob as ordens imediatas dos dois presidentes, Prado e Daza, aquele estacionado em Arica e este em Tacna, cerca de 14.000 soldados.

Acreditava-se que o Chile não ousaria invadir o Peru através dos desertos imensos da região meridional peruana. No entanto, em princípios de novembro de 1879, conseguiram desembarcar em Pisagua, após renhida luta, cerca de 10.000 chilenos, sob o comando do General Erasmo Escala.

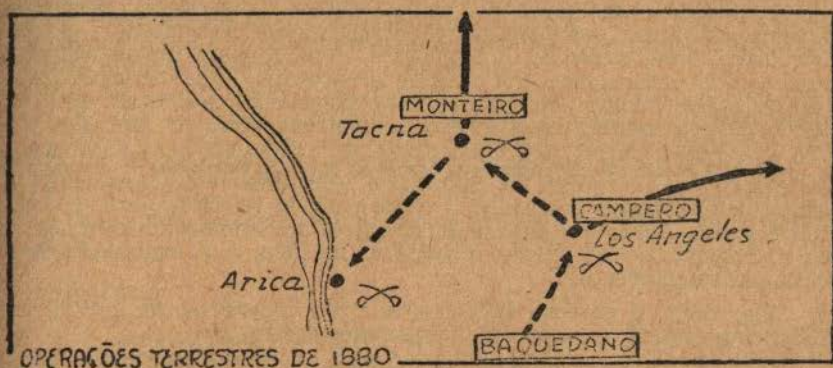
Estava, assim, iniciada a campanha de Tarapacá e uma única batalha foi o suficiente para as tropas chilenas se apoderarem da província.

O Coronel Sotomayor saiu com 6.000 homens de Pisagua, para tomar posição nas campinas de Dolores e o General peruano Buendia, sabendo

dêste avanço das forças inimigas, lançou-se, com o dobro do efetivo, em perseguição às tropas adversas. Tendo Buendia rumado para o norte, tratou o chefe do exército boliviano de levar suas tropas para o sul, a fim de colocar as tropas de Escala entre dois fogos e ao mesmo tempo cortar a retirada dos chilenos, interrompendo a comunicação que estes procuravam manter com o grosso, ainda situado em Iquique. Mas antes que Daza chegasse à região desejada, Escala compreendeu a intenção do inimigo e procurou, imediatamente, atirar suas tropas contra Buendia e, a 19 de novembro de 1879, travou o combate de Dolores, onde os peruanos foram vencidos. Derrotada a força principal do inimigo, voltou-se Escala contra as forças de Daza; este, vendo em tempo a situação crítica em que se colocara, tratou de regressar a Tacna, em marcha forçada.

Continuando os chilenos na campanha, em poucos dias toda a província de Tarapacá era submetida. Ante tal situação, começaram a aparecer, nos países aliados, os descontentes, premeditando movimentos rebeldes, o que veio ainda mais comprometer a situação dos inimigos do Chile. Prado, dada a situação política que atravessava o Peru, viu-se na contingência de abandonar Arica e seguir para Lima, onde encontrou os ânimos exaltados e não teve outro remédio senão demitir-se, passando o governo para as mãos do Coronel Nicolás Piérola.

Na Bolívia, coisa semelhante se passava, sendo Daza deposto e em seu lugar nomeado o General Narciso Campero.



Terminava, assim, o ano de 1879, com a completa desorganização dos aliados.

Ao principiar o ano de 1880, as tropas chilenas começaram a invadir o Peru, em uma região mais para o norte: assim é que 13.000 homens desembarcaram em Ilo e Pacocha, ao norte de Arica, e, tomando posição em Moquega, deram início a uma nova jornada — a campanha de Tacna e Arica. Nesta região, as tropas chilenas estavam comandadas pelo general Manuel Baquedano, o qual não encontrou resistência, a não ser nas proximidades das alturas de Los Angeles, onde as tropas peruanas estavam estabelecidas em uma região fortificada e procuravam barrar a marcha para o norte das tropas chilenas. Tendo a posição, em um único assalto, ficou o caminho de Tacna aberto às tropas de Baquedano, bastando agora atravessar o longo deserto.

Ao cabo de dois meses de marcha, o exército chileno avista a região de Tacna, notando logo Baquedano que a cidade estava defendida por forte linha de trincheiras, construídas nas elevações próximas. Acharam-se defendendo a cidade as tropas bolivianas, sob o comando do Ge-

neral Campero. Mesmo sem reconhecer o efetivo do inimigo e sem um prévio reconhecimento das linhas de defesa, o General Baquedano ordenou o ataque geral em toda a frente. A batalha de Tacna travou-se renhida e feroz, morrendo aí cerca de 5.000 homens, sendo 2.000 chilenos. As tropas chilenas, mais aguerridas que as bolivianas, tomaram as posições destas e a cidade de Tacna foi ocupada a 26 de maio de 1880.

Faltava, agora, tomar Arica, porto que já se achava bloqueado pelos navios chilenos, mas muito bem defendido pelas fortalezas da costa peruana e pelo encouraçado "Manco Capac", convertido em fortaleza flutuante. Defendiam a cidade perto de 2.000 homens, comandados pelo valoroso Coronel peruano D. Francisco Bolognesi.

A divisão achava-se instalada numa elevação, a qual havia sido cercada por grande quantidade de dinamite, que os defensores usavam à guisa de minas. Doze dias após a tomada de Tacna, o Coronel chileno Pedro Lagos atacou a posição dos peruanos, enquanto outras forças procuravam penetrar na cidade e tomar o porto. A luta foi tremenda, dado o heroísmo dos comandados de Bolognesi. Este chefe peruano foi morto durante a ação, o mesmo acontecendo com quase todos os seus oficiais, que preferiam morrer a se entregarem ao inimigo... Os próprios marinheiros do "Manco Capac" afundaram seu navio e vieram para terra, a fim de aumentar a resistência. Mas todo o heroísmo foi debalde, porque os chilenos tomaram o porto e a cidade.

Terminada a campanha de Tacna e Arica, as operações terrestres ficaram paralisadas por longo tempo, acreditando-se mesmo que a guerra terminaria nesta situação. A Inglaterra e os Estados Unidos ofereceram-se como mediadores. Foi mais feliz o segundo, que conseguiu reunir os representantes dos países beligerantes em outubro de 1880, a bordo de uma corveta norte-americana, surta no porto de Arica.

Esta conferência, conhecida na história com o nome de "Conferência de Arica", teve na pessoa de D. Euclógio Altamirano o representante do Chile, que ali expôs as condições sobre as quais o Chile podia aceder. Entre outras, figurava a dominação definitiva de Antofagasta e Tarapacá. Os representantes dos aliados rechaçaram tal idéia e as negociações fracassaram inteiramente.

Viu, então, o governo chileno que a paz só poderia ser ditada em Lima e que, para tal, a luta tinha que prosseguir.

Nos dois últimos meses de 1880, cerca de 25.000 chilenos, levados por terra e por mar, foram concentrados às margens do rio Lurin e, sob o comando do General Baquedano, se aprestavam para dar início à Campanha de Lima. Esta tropa, reunida cinco léguas ao sul de Lima, foi recebida pelo povo peruano da campanha como uma expedição libertadora, pois a região por ela atravessada desde Pisco e Curayaco, onde haviam desembarcado, até as margens do Lurin, era habitada por chilenos, que até então haviam trabalhado como escravos para o povo peruano.

Piérrola, a muito custo, conseguiu reunir cerca de 30.000 peruanos com os quais pretendia resistir. Fortificara as regiões situadas ao sul de Lima, principalmente as colinas de Chorrillos e Miraflores.

Nos primeiros dias de 1881, a defesa estava pronta e o caminho praticamente barrado ao invasor.

A 13 de janeiro, as tropas chilenas se aproximam das fortificações de Chorrillos, atacando os defensores a baioneta. Dois dias depois, investem contra as posições de Miraflores, onde os peruanos foram mais uma vez derrotados.

3) CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

Chorrillos e Miraflores ditaram a terminação da guerra. Assim mesmo, alguns elementos do Peru conseguiram se reagrupar nas serras e continuar, por algum tempo, ações isoladas contra os chilenos.

Durante dois anos o Peru foi mantido dentro de uma penumbra de terror, dada a anarquia que dominava em todos os seus povoados; anarquia, em parte, minorada pela ação sempre rápida do exército chileno de ocupação.

Um movimento revolucionário, surgido nas proximidades de Lima, favoreceu a elevação de Francisco Garcia Calderón ao poder, sendo o governo estabelecido nas proximidades de Lima. Mas este governo resolveu desconhecer o tratado em que o Peru fazia entrega dos territórios ao Chile e, assim sendo, foi destituído pelo exército chileno.

Somente em 1885 foi possível falar em paz, mediante a ascensão do General Miguel Iglesias ao governo do Peru.

As conferências de paz tiveram lugar em Ancón, povoado situado ao norte de Lima, e, em outubro de 1883, foi firmado o tratado com o Peru e o Chile. Pelo "Tratado de Ancón" o Peru cedia ao Chile o domínio perpétuo da província de Tarapacá e a soberania sobre as províncias de Tacna e Arica, durante dez anos, findo os quais um plebiscito de seus habitantes decidiria a qual dos dois países ficariam pertencendo, definitivamente, as duas cidades. O país que ficasse com as províncias em questão pagaria ao outro dez milhões de pesos. Foi criado, ainda, um tribunal arbitral para ressarcir os prejuízos do Chile pela exploração de salitre e outros minérios.

O "Tratado de Trégua com a Bolívia" só foi firmado em abril de 1884, na cidade de Valparaíso, e por ele a Bolívia entregava definitivamente ao Chile todo o território boliviano compreendido entre os Andes e o Pacífico, ou seja, a atual província de Antofagasta.

Resumindo, podemos dizer que os vencidos perderam por causa da guerra:

O Peru:

- a) perdeu Tarapacá e pelo espaço de dez anos Tacna e Arica;
- b) perdeu quase todo o território rico em salitre e boratos;
- c) ficou mais esgotado com esta guerra que nos cinquenta anos de revolução do século XIX;
- d) ficou com seu desenvolvimento geral detido por vários anos, em virtude da situação financeira que o país teve que afrontar após a guerra.

A Bolívia:

- a) perdeu o território de Atacama, com seus quatro portos de Antofagasta, Cobija, Mejillones e Tocopilla;
- b) sem porto de mar, torna-se um país ilhado e sob forte pressão, capaz de expandir-se a qualquer momento, desde que suas forças permitam.

A Guerra do Pacífico durou desde 1879 até 1881, mas somente em 1920 a província de Tacna foi devolvida ao Peru.

A DEFESA NACIONAL

(FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913)

Órgão da "Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intellectual A Defesa Nacional Ltda.", registrada no Departamento Nacional da Indústria e Comércio, sob o n. 18.843, em 7 III-943

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Ministério da Guerra (ala da rua Visconde da Gávea — 3º pavimento) — Telefone 43-0563 — Caixa Postal 17, do Ministério da Guerra

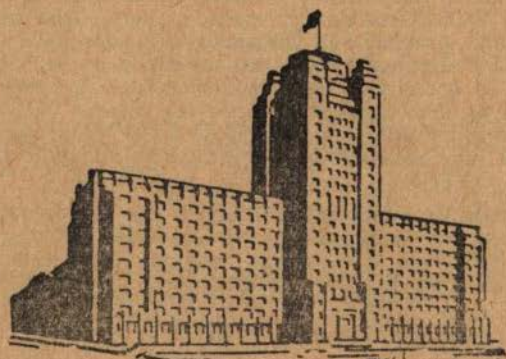


TABELA DE PREÇOS

| | |
|---|----------------|
| Capa externa..... | Cr\$ 10.000,00 |
| Capa interna..... | Cr\$ 8.000,00 |
| Página inteira..... | Cr\$ 5.000,00 |
| 1/2 página..... | Cr\$ 3.000,00 |
| 1/4 página..... | Cr\$ 2.000,00 |
| Relatórios, contratos, extratos, reportagens, entrevistas, etc.: | |

Página — Cr\$ 10.000,00

A EPOPEIA DE UMA RETIRADA

General FELÍCIO LIMA

No fastígio das mais puras glórias militares, triunfar não é desprezar as leis que regulam os princípios de humanidade. Cumpre reconhecer que há na guerra certas regras e certas leis que os homens de bem não devem olvidar. É preciso não ser tão ávido de vitória para que se evite a censura de a dever a meios ímpios e vergonhosos. Um chefe de Estado deve contar com o próprio valor e a sua própria virtude, jamais com a maldade e a perfídia. Reagir quando a ousadia dos treloucados não corresponda a tão elevadas disposições cívicas, em empregando processos de espúria moral...

Por faltarem a Solano Lopez estes deveres para com o gênero humano, é que se viu D. Pedro II obrigado a declarar-lhe guerra.

A 12 de novembro de 1864 era o Brasil invadido por tropas paraguaias, sem prévia declaração de guerra.

Antes, Solano Lopez tivera o descôco de aprisionar o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, a cujo bordo se encontrava Frederico Carneiro de Campos, que ia assumir a presidência de Mato Grosso. Além disso, a nossa chancelaria tinha conhecimento dos vexames porque passara Viana de Lima, ex-plenipotenciário do Brasil no Paraguai, ao protestar perante aquêle ditador contra o aprisionamento do nosso vaso de guerra, sem um motivo que se apoiasse no Direito Internacional. Como resposta, Lopez declarou que o seu governo considerava ato agressivo à sua pátria as relações do Brasil com Venâncio Flores, dirigente do Uruguai!

Mas, o governo imperial estava a par do que se passava em Mato Grosso. E só não tomou medidas imediatas, por perceber que a finalidade do ditador, invadindo aquela província, era causar o pânico na Côrte, de onde esperava partirem ordens que desviariam tropas, em luta no Prata, para socorrê-la. Dêsse modo, Lopez se apossaria das regiões banhadas pelo rio da Prata — Argentina e Uruguai — e, tendo em vista a escassez das nossas forças no Rio Grande do Sul, impotentes para detê-lo, faria do Brasil mais uma fácil e excelente presa de guerra.

Entretanto, os nossos dirigentes preferiram deixar aquela província do Oeste agir com os seus próprios recursos, até ser decidida a questão do Prata, vital para a defesa principal do Império. Assim, os paraguaios, praticamente livres dêsse lado, mudaram o nome da parte ocupada de Mato Grosso para o de *Alto e Baixo Paraguai* e instituíram ali um governo!

Todavia, não estiveram os invasores muito tempo sossegados, porque tão depressa venceu o Brasil a luta do Prata, iniciou com presteza, em fevereiro de 1867, a adoção de providências enérgicas.

Governava Mato Grosso o General Alexandre Albino de Carvalho, que, devido ao seu estado de saúde, aguardava substituto. Avisado pelo Almirante Tamandaré, a invasão não lhe causou surpresa e, compreendendo que não poderia contar com qualquer auxílio, reagiu com seus próprios meios conseguindo organizar uma força de 600 homens. Para

defesa fluvial contava apenas com o *Anhambai*, navio armado com dois canhões, e mais cinco pequenas embarcações, tudo sob o comando do Capitão-de-Fragata F. C. de Castro Menezes.

Pouco antes da invasão, Albino enviou, a 13 de outubro de 1864, para a fronteira o Coronel Carlos Augusto de Oliveira, Comandante das Armas, e protegeu o *Forte de Coimbra* com elementos disponíveis. Comandado pelo Capitão Benedito de Farias e guarnecido apenas por 46 praças, teve sua guarnição elevada para 150, graças ao reforço conseguido do Batalhão de Artilharia de Posição do comando do Major Rego Monteiro.

Tendo conhecimento de que uma esquadilha naval inimiga, às ordens do Coronel Vicente Barrios, zarpara de Assunção, a 11 de dezembro, conduzindo 4.200 homens com 12 canhões, ao mesmo tempo que por terra marchava o destacamento do Coronel Resquin, com 5.000, passou o Forte à disposição do Tenente-Coronel Hermenegildo Pôrto Carrero, que havia substituído o Coronel Oliveira no comando supremo da fronteira.

A 26 o inimigo sitiou o Forte. Intimado a render-se, Pôrto Carrero negou-se a atender; teve comêço, então, a luta desigual. Escasseando a munição, a esposa do Comandante d. Ludovina de Albuquerque, ao escurecer, num gesto patriótico, reuniu as mulheres e com elas fabricou durante a noite inteira êsse imprescindível artefato de guerra, evitando assim uma capitulação prematura.

Ao alvorecer de 27 recomeçou a luta, tentando o inimigo escalar o Forte e sendo repellido. Após 48 horas de combate, com a munição esgotada, sem material para fabricá-la, compreendeu-se que seria inútil resistir e oportuna uma retirada. Todos os defensores embarcaram no *Anhambai*, conseguindo escapar à noite, deixando o inimigo com 200 homens fora de combate, enquanto da nossa parte nenhuma baixa se registrou.

Os paraguaios fizeram do Forte a sua base de operações e daí obtiveram, sucessivamente, a queda das cidades de Corumbá, Miranda, Albuquerque e Dourados, tendo esta se coberto de glórias sob o comando do bravo Alferes Antônio João Ribeiro, que no paroxismo da cruenta luta proferiu a célebre frase: "Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirão de protesto solene contra a invasão de minha Pátria...".

O General Albino, firme no seu pôsto apesar de doente, tudo tentou para evitar que a invasão se alastrasse. Mas não lhe foi possível impedir que o Sul de Mato Grosso fôsse ocupado pelo inimigo.

O Governo Federal não ficou impassível. Embora no propósito de não retirar a tropa do Sul, resolveu opor a Lopez, naquela província, a máxima resistência. Para tanto, organizou uma expedição composta de elementos de São Paulo, Minas, Goiás, Paraná e Amazonas, que, antes de entrar em contacto com o invasor, teve que vencer combates mais difíceis — o do sertão agreste onde campeavam as epidemias e o dos índios guaranis, hostis aos brasileiros.

Enquanto a expedição vencía as 500 léguas que a separavam do inimigo, a luta no Sul se intensificava.

Foi essa memorável expedição que deu lugar à trágica epopéia da *Retirada da Laguna*, em que a fibra moral dos brasileiros muito impressionou o mundo civilizado.

Sob o comando do Coronel Manuel Pedro Drago partiu de São Paulo, a 10 de abril de 1865, a coluna que levava a missão de expulsar os paraguaios de Mato Grosso. Estacionando em Uberaba, são ali in-

corporadas várias unidades mineiras comandadas pelo Coronel José Antonio da Fonseca Galvão e ao partir, em julho, para Cuiabá o seu efetivo era de cerca de 3.000 homens, constituindo: 17º Btl de Voluntários de Minas; 21º Btl I de Linha (formado com elementos de São Paulo, Paraná e Minas); Corpo de Artilharia do Amazonas; Esquadrão de Cavalaria de Goiás; 20º Btl de Linha de Goiás; Corpo de Polícia de São Paulo e Corpo de Polícia de Minas Gerais.

Ao alcançar as margens do rio Parnaíba, recebeu um emissário do Governo, ordenando que a coluna rumasse para o Distrito de Miranda, ocupada pelo inimigo. Daí haver tomado o rumo do rio Coxim, contornando após a serra de Maracaju, região na qual, em consequência das enchentes do rio Paraguai, proliferava a malária.

A 20 de dezembro era alcançada a povoação de Coxim que, devido ao transbordamento do rio, reteve a tropa por algum tempo; aí, por falta de recursos, a febre maligna a assaltou, atacando, além do Coronel Drago, grande parte do pessoal. Para fugir a uma situação calamitosa, resolveram os seus componentes abandonar Coxim, atravessando os pantanais.

Ao chegar às margens do rio Negro, faleceu Drago, que foi substituído pelo Coronel Fonseca Galvão. Atingida, Miranda é encontrada em abandono e saqueada. Ali, o beribéri dizimou a coluna de tal forma que a reduziu a um terço do seu já deficiente efetivo.

Devido a essa digressão foram pendidos dois anos e vencidos 2.112 quilômetros, tendo a coluna permanecido em Miranda por algum tempo, a despeito das péssimas condições higiênicas motivadas pelas inundações frequentes.

Mas, o Coronel Carlos Morais Camisão, assumindo a direção da coluna em 1 de janeiro de 1867 e levando em consideração o parecer da comissão de engenheiros e da junta médica, resolveu a 11 abandonar Miranda rumando para Nioac, onde chegou a 24. Esta cidade, embora devastada pelo inimigo, foi escolhida para base de operações, em vista de se achar situada em zona salubre e de se tratar de posição estratégica.

Dispondo de exíguos recursos, a coluna deveria daí por diante manter-se na defensiva, guardando Mato Grosso, até o momento oportuno para retomar a missão primitiva. Porém Camisão, cuja honra estava abalada desde os dias fatídicos da invasão, que o obrigou, à testa do 2º Batalhão de Artilharia de Posição, a retirar-se de Corumbá, resolveu invadir o Paraguai, desejoso de reabilitar-se de um fracasso inevitável.

Assim é que a 25 de fevereiro ordenou o movimento geral alcançando a Colônia de Miranda a 4 de março, onde passou pela decepção de vê-la completamente destruída. Essa ofensiva, nas condições em que foi executada, constitui uma verdadeira temeridade, pois a falta de provisões, que já se sentira em Nioac, estava se tornando um problema insolúvel.

Todavia, houve um momento em que Camisão hesitou. Donde a decisão de, a 23 de março, oficial ao Tenente-Coronel Juvêncio Manuel Cabral de Menezes, chefe da comissão de engenheiros, ordenando-lhe que convocasse a reunião de seus membros com o fim de deliberar sobre a possibilidade do prosseguimento da ofensiva. Nela ficou resolvido que não poderiam as forças avançar sem o gado de corte necessário e os respectivos víveres, sem contar com a escassez da munição.

Nesse justo momento José Francisco Lopes, guia da coluna, entrou no acampamento prazientemente, com regular rebanho conseguindo na *Estância Jardim*, de sua propriedade, dando ensejo a que os sol-

dados bradassem alegremente: "Ao inimigo! Ao Apa!" Empolgado por tanto entusiasmo, Camisão ordenou a continuação da ofensiva. Mas Juvêncio, ao remeter o novo parecer da comissão, proferiu estas palavras: "Deixo viúva e seis filhos. Terão como única herança um nome honrado".

E a avançada foi reencetada. Para o dia 11 de abril o destino reservava uma surpresa: entre dez brasileiros que lograram escapar do inimigo, achavam-se o genro e um filho do guia Lopes. Pode-se imaginar a emoção do bravo sertanejo ao abraçar êsses entes queridos!... A 17, a vanguarda comandada pelo Capitão Delfim Rodrigues de Almeida descortinava a fronteira do Apa. A 18, foi descoberto um piquete de cavalaria inimigo que, perseguido, se retirou sem aceitar combate. Transposto o rio Taquaraçu, foi encontrada outra força acampada e apenas algumas granadas foram suficientes para dispersá-la. Ao escurecer de 19, acampava na confluência do córrego Sombrero com o rio Apa. Ao alvorecer de 20, prosseguiu a marcha, tendo a vanguarda avistado, à margem direita do Apa, o forte *Machorra* e mais distante, na outra margem, o forte *Bela Vista*.

A entrada da estância de *Machorra*, a coluna travou o primeiro combate. Os paraguaios enfrentaram com ardor os brasileiros, enquanto um grupo inimigo incendiava a mata. Obrigando o adversário a recuar, *Machorra* foi ocupada pela nossa vanguarda, que aí aguardou a chegada do grosso da tropa, que foi recebido entusiasticamente. Em consequência, foi vadeado o *Apa* e os nossos bravos patrícios pisaram, a 21, território paraguaio, defronte ao forte *Bela Vista*, que foi ocupado, após ter o inimigo incendiado a povoação, de onde levou todos os recursos.

A essa altura, tornou-se angustiosa a situação dos nossos, pela falta de gado e pelo aprovisionamento quase extinto. O Coronel Camisão, procurando evitar maiores sacrifícios, tentou um acôrdo com o inimigo, fazendo circular a seguinte proclamação:

"Aos paraguaios.

Fala-vos a expedição brasileira, como amigos. Não é seu intuito levar a devastação, a miséria e as lágrimas ao vosso território. A invasão do Norte com a do Sul da vossa República significa apenas uma reação contra a injusta agressão nacional. Será conveniente que venha um dos vossos oficiais entender-se conosco. Poderá retirar-se, desde que assim entenda, e bastará que manifeste simplesmente tal desejo. Jura o comandante da expedição pela honra, pela santa religião professada por ambos os povos, que todas as garantias se oferecem ao homem generoso que em nós confiar. Disparamos tiros de peça como inimigos, queremos agora nos entender como amigos reconciliáveis. Apresentai-vos empunhando a bandeira branca e sereis recebidos com todas as atenções que povos civilizados, embora em guerra, mutuamente se devem."

No dia seguinte foi encontrada, presa numa vara, a resposta insultuosa aos nossos bravos:

"Ao comandante da expedição brasileira.

Estarão os oficiais das forças paraguaias sempre atentos a todas as comunicações que lhes quiserem fazer; mas no atual estado de guerra aberta entre o Império e a República, só de espada desembainhada poderemos tratar convosco. Não nos atingem os vossos disparos de peça e quando tivermos ordens de os obrigar a calar, há no Paraguai campo de sobra para as manobras dos exércitos republicanos.

Avança crânio pelado!

Mal-aventurado General que espontâneamente

Vem procurar o túmulo.

Crêem os brasileiros estar em Concepción para as festas; os nossos ali os esperam com baionetas e chumbo."

Dada a insolência da resposta, sômente restava lutar para vencer.

Entre os dias 23 e 27, foram executadas diversas batidas, mas sem resultado. Os paraguaiois haviam arrasado tudo.

Em tal, circunstância, foi enviado um mensageiro a Nioac para obter a remessa urgente de recursos inadiáveis. A situação era crítica, a fome campeava inexoravelmente.

Sabendo da existência da estância da Laguna, propriedade do cruel ditador, onde pressupunha abundância de gado, Camisão, sempre empolgado pela idéia de continuar a ofensiva, consultou os seus comandados, que opinaram pela marcha sôbre *Concepción*, via *Laguna*, aceitando assim o desafio. Dessa forma, os brasileiros atingiram a 30 as margens do *Apa-mi*, a pouca distância de Bela Vista. Chegando à estância a 7 de maio, ali encontraram apenas um deserto: o inimigo, prevendo a nossa intenção, a abandonara após destruí-la, deixando o seguinte recado:

"Malfadado o General que aqui vem procurar o túmulo. O leão do Paraguai, altivo e sanguissedento rugirá contra qualquer invasor."

Muito embora a gravidade da situação, contudo ninguém pensava em retirada! Ao contrário, ao alvorecer de 8 um destacamento composto do 1º Batalhão do Major José Tomás Gonçalves, do Corpo de Caçadores do Capitão José Fufino e auxiliado por alguns índios Terenas e Guaicurús atacava um acampamento inimigo, infligindo-lhe derrota formal.

Porém, de que valia tanto heroísmo quando não existia mais recursos para alimentar a tropa? Como prosseguir numa ofensiva sem o aprovisionamento solicitado a Nioac? Persistir na mesma seria, pois, uma verdadeira loucura!

Tal situação de desespero forçou o Coronel Camisão a ordenar a retirada, esperançoso, todavia, de retornar quando obtivesse o necessário reabastecimento. E nesse mesmo dia, sob o mais profundo desalento, iniciou a retirada famosa, sem prever que iria executar um dos mais comoventes feitos de guerra que a História registraria!

Apesar de as chuvas copiosas dificultarem a passagem das carretas pelos córregos transbordantes, a tropa retrocedia em boa ordem. Mas, ao costear um bosque, foi inopinadamente atacada, e sômente à custa de inauditos esforços conseguiu destroçar o inimigo. Ali registrou um episódio glorioso o soldado Laurindo José Ferreira que, cercado pelos atacantes, com o corpo todo golpeado, demonstrando fibra de herói, não se rendeu; e depois, quando atendido pelo serviço de socorro, ainda que com um dos ombros quase arrancado, não soltou sequer um gemido!

Mesmo com o material sanitário escasseando, os Drs. Manuel de Araújo Gasteiro e Cândido Manuel de Oliveira Quintana, não poupavam sacrifícios para curar os feridos.

A pouca distância do cêrro *Margarida*, a coluna ao atravessar um pântano, sofreu ataque de artilharia e cavalaria numerosa. Em tais circunstâncias, a marcha tornava-se cada vez mais penosa; os animais cargueiros, exaustos, já não andavam e os feridos, vários agonizantes, passaram a ser carregados em rédes.

O Comandante pretendeu acampar na mata marginal do *Apa-mi*. Mas o inimigo, percebendo-lhe o intuito, destruiu a ponte e aguardou-o

com artilharia, apoiada por grande massa de cavalaria. Os nossos artilheiros, arrastando com dificuldade os canhões, entraram em ação, conseguindo destroçar os contrários. Restaurada, a ponte foi atravessada pelos bravos que acamparam na região próxima, onde, jogando-se ao chão, tentaram no sono aliviar tantos sofrimentos.

Ao romper do dia 9 a coluna levantava acampamento. O inimigo continuou a hostilizá-la, não dando descanso aos atiradores que, não perdendo um tiro, iam deixando o caminho crivado de cadáveres paraguaios, abandonados à mercê dos corvos famintos. Finalmente, atingida uma elevação a cavaleiro de Bela Vista, foi ordenado acampar.

A 10 chegou ao acampamento o Tenente Vitor Batista, proveniente de Miranda, informando que a cerca de dez quilômetros dali, na fazenda *Machorro*, achavam-se à disposição da expedição algumas carretas com aprovisionamento. Camisão o encarregou de fazer a ligação. O oficial partiu com uma escolta composta de quatro homens e da qual fazia parte o filho de Lopes que, conhecedor da região, enveredou por um atalho. Mas, uma força inimiga assaltou de emboscada, matando os componentes da escolta, escapando apenas o primogênito do guia.

Entretanto, após a construção de uma ponte sobre o Apa, começou a 11 a penosa retirada. Divididos agora em dois grupos, os paraguaios continuaram hostilizando a coluna. Do fundo de uma escarpa que contornava a estrada, surgiu um corpo de infantaria que se lançou sobre os atiradores do Tenente Paestrina. Dispersando-os, atirou-se sobre o Batalhão mineiro. Porém, os atiradores, refazendo-se, atacaram o inimigo pela retaguarda. Nesse momento a cavalaria paraguaia surgiu por todos os lados, travando-se combate corpo a corpo. Não obstante a confusão, o Batalhão reagiu com vigor, provocando o recuo dos atacantes que deixaram o solo juncado de mortos e feridos.

Prevendo, no entanto, o Coronel Camisão que o inimigo organizasse para empreender ataques de maiores proporções, ordenou a formação de quadrado em cujos vértices colocou a artilharia comandada pelo Major João Tomaz de Cantuária. Infelizmente, as poucas reses que restavam, tomadas de pânico pelo contínuo estampido dos canhões, precipitaram-se sobre os lados do quadrado, produzindo incrível desordem, no momento em que a cavalaria inimiga investiu a golpes de espada. Mas a nossa infantaria fez malograr tal manobra, mantendo os agressores, graças ao cruzamento de fogos, a certa distância.

A resistência dos brasileiros nesse sangrento embate foi tal que os paraguaios daí por diante foram mais prudentes. Todavia, na fuga, arrebanharam todas as reses que haviam escapado do quadrado. De nossa parte, tivemos a lamentar a perda do bravo Tenente Paestrina que, atravessado por um lançaço, entregou a alma ao Criador.

Aumentando as nossas baixas, no piedoso mister de ajudar o serviço de enfermagem ofereceu-se a esposa de um soldado, alcunhada de "Prêta Ana". Como outras companheiras, cujo número atingiu a cem, Ana fizera questão de acompanhar a coluna. Muitas delas carregavam os filhinhos no colo, atrás das carretas, protegendo-os com o próprio corpo.

No encontro supracitado, não teve Ana um momento de descanso. Indiferente às balas, procurava os feridos no campo da luta e, arrastando-os a lugar abrigado, ministrava-lhes os primeiros curativos, animando-os com carinho. Assim procedendo conseguia conter alguns companheiros que, tomados de pavor, perdiam a energia moral. A crueldade paraguaia era tanta que a uma delas, que atendia ao próprio filhinho, um inimigo arrebatou-o, esfacelando-o sem piedade; outra,

enfrentando o agressor, com o instinto materno, matou-o com um sabre que no momento cruciante apanhou no solo!...

Continuando a emocionante tragédia, o Coronel Camisão promoveu novo conselho assistido pelo velho Lopes, tendo ficado decidido que a coluna tomaria outro rumo para escapar ao inimigo. O célebre vagueano opinou pelo da *Estância de Jardim*, de sua propriedade, onde esperava encontrar recursos.

Mas o inimigo, desmorteado pela digressão da coluna, recorreu a uma nova crueldade: orientado pelo rumo dos ventos, incendiou a mata, para que o fogo se propagasse na direção dos brasileiros, o que motivou, no acampamento do dia 12, a morte de alguns dos nossos soldados, por asfixia e a de outros, carbonizados. E ao escurecer o inimigo emboscado atacou mais uma vez, sendo novamente derrotado pelo flanco-guarda, com grandes perdas.

A retirada prosseguiu, e durante o dia 13 a temperatura tornou-se elevadíssima devido aos incêndios sucessivos, baixando consideravelmente à noite após chuvas torrenciais e aumentando assim a desdita dos heróis, que nada possuíam para proteger-se do frio horrível. Nos três dias seguintes a marcha continuou, ainda sob a hostilidade dos incêndios e pequenos ataques.

Porém, por infelicidade, o guia se desorientou, vagueando ao acaso, de 17 a 19, até que, avistando um morro, garantiu que dentro de dois dias chegaria a coluna à sua estância.

Entretanto, mais uma calamidade rondava aquêle pugilo de bravos: adoeceram alguns soldados de um mal súbito que os médicos constataram ser o *cólera-morbus*, flagelo que veio aumentar o pânico da desditosa expedição.

O dia 20 foi ainda mais amargo. Os incêndios não cessavam; alguns dos nossos eram devorados pela cruel epidemia; outros, além de cegos, tragados pelo fogo e os restantes, famintos, apossavam-se de frutos verdes ou podres, brotos, raízes, enfim, de tudo ao alcance das mãos. Contudo, a coluna continuou, a 21, arrastando-se — “carregando o corpo com o estômago colado às costas e do carroção de feridos pendem braços, pernas dos que acabam de morrer!” Todavia, graças ao novo rumo dos ventos os brasileiros escaparam de ser aniquilados pelo fogo dos incêndios.

Houve uma parada forçada, quando os bois exaustos afrouxaram de vez o puxar da artilharia. Contudo, a 23 continuou o trágico desfile sob os incêndios que recrudesçam e as escaramuças que se sucediam. O cruel inimigo como que se divertia com a desdita dos heróis, e, em sinal de zombaria, convidava-os em vão para se renderem.

A 24, o guia chegando aos limites de sua estância para lá se dirigiu, enquanto a sua escolta lentamente o seguia. Nesse dia, aumentando assustadoramente o número de coléricos, o comandante, reunindo os seus oficiais, fez considerações acerca do perigo que corria Nioac se os paraguaiois conseguissem atingi-la em primeiro lugar. Referiu-se ao transtorno que tais enfermos, já condenados à morte, traziam à jornada, tornando-a morosíssima. E, em obediência a ditames que lhe impunha o dever de chefe, resolvera, sob sua única responsabilidade, abandonar os coléricos, com exceção apenas dos convalescentes; pelo que convidava os médicos a imitarem seu parecer. O bravo Dr. Gesteira respondeu que “... nada lhe podia retrucar contra tal resolução. Se como médico, devido ao juramento profissional, não deveria concordar com o abandono dos enfermos, como soldado, que também o era, estava de inteiro acôrdo com a medida do comandante”.

E a inevitável decisão foi fielmente executada. As próprias vítimas a receberam com a maior resignação, solicitando apenas um pouco de água ao seu alcance, no lugar para onde fôsem conduzidas. Ao partirem os remanescentes, foi colocada naquele pouso pleno de dor e saudade indeléveis a inscrição:

"Compaixão para os coléricos!"

Nessa trágica noite defrontaram-se os nossos com outra série de infortúnios: o Tenente-Coronel Juvêncio, substituto do comando, foi atacado pelo cólera; um soldado de plantão suicidou-se para livrar-se do mal; o guia Lopes participou o falecimento de seu dileto filho, único consolo de sua vida, uma vez que havia perdido o resto da família. Pediu permissão ao comandante para sepultá-lo em sua própria terra e foi atendido. Finalmente, para coroar, os paraguaios, num requinte de desumanidade, atacaram os coléricos, a despeito do pedido de clemência para os mesmos!

A expedição, atingindo os terrenos da *Estância Jardim*, atravessou um córrego em cuja margem direita foi sepultado, com as devidas honras, o filho do famoso guia. Nesse momento o desditoso pai, assaltado por estranha excitação, apontou para o lugar onde o seu gado outrora pastava; enalteceu a fertilidade de seu pomar, falando do efeito benéfico que as laranjas exerciam sobre o cólera e, finalmente, na vida feliz que passara ali, ao lado da esposa amantíssima e dos filhos queridos: estava também contaminado...

Levada essa ocorrência ao Coronel Camisão, o bravo comandante foi encontrado em sua barraca prostrado, com sinais evidentes do cólera-morbus. Os oficiais, surpresos, narraram-lhe o acontecido. Mas o Coronel apenas respondeu: "Vou morrer também. Era fatal. Salvei a expedição..." E, dirigindo-se ao seu denodado auxiliar, Alfredo d'Escragnolle Taunay, acrescentou: "... o senhor que sabe, há de o dizer..."

Lopes, não obstante o seu precário estado de saúde, agora montado, continuou dirigindo a caminhada. Ao alvorecer de 27, o inimigo tentou em vão agredir, quando atravessavam o ribeiro *Jardim*. O 17º Batalhão destroçou-o, mantendo-o afastado. Atingido o rio *Miranda* e com a visão de sua residência, o famoso guia entregou a alma a Deus. Ali mesmo foi sepultado; e como recordação perene de seus companheiros de desdita, foi erigida uma singela cruz, simbolizadora dos relevantes serviços que prestou à expedição aquele admirável mineiro.

A tocante solenidade deixaram de comparecer Camisão e Juvêncio porque, transportados em reparo de canhões, em estado desesperador, os médicos procuraram evitar-lhes mais essa tortura.

Depois, aqueles que sabiam nadar, enfrentando perigosa enchente, conseguiram vadear o rio e atiraram-se aos laranjais; acenando aos companheiros, mostravam as deliciosas laranjas, que foram, por assim dizer, um bálsamo precioso no combate à terrível epidemia. Os doentes foram, então, levados para local apropriado, onde lhes foram servidos os benfazejos frutos.

Infelizmente, não gozaram dessa ventura os coronéis Camisão e Juvêncio, por haverem aquele expirado a 29 pela manhã e este ao cair da noite dessa data funesta. Os corpos dos dois heróis foram sepultados à margem esquerda do *Miranda*, após tocante homenagem. Hoje, com os companheiros, repousam no Panteão da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Em consequência, assumiu o comando da expedição o Major José Tomás Gonçalves. Conseguiu, com esforço inaudito, transportar os seus comandados para a margem direita do citado rio. Assim, passado o

sinistro mês de maio, a 1 de junho todos se encontravam na famosa estância, onde se revigoraram com os reabastecimentos que tanta falta fizeram à ofensiva brasileira.

Concedido o tempo necessário para carnear, o novo comandante ordenou o prosseguimento da marcha. Agora, em melhores condições o inimigo é repellido em seus ataques. Chegando a 4 de julho a Nioac, encontraram tudo devastado, inclusive a igreja que após ardil diabólico, fôra dinamitada!

Dadas as condições dessa martirizada cidade foi levantado acampamento a 5 e seguida a estrada de Aquidauana. Vencidas chuvas copiosas, transpostos córregos transbordantes, foi ficando para trás aquêlê inferno dantesco.

Sem obstáculos da parte do inimigo impiedoso, foi atravessado o rio Taquaraçu a 9 e 11 alcançado o porto de Canuto sobre a margem esquerda do Aquidauana, baixando o comandante, a 12, a seguinte proclamação:

"Soldados!

A retirada que acabais de efetuar, fêz-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias as mais difíceis.

Sem cavalaria contra o inimigo audaz que a possuía formidável, em campos onde o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pelo cólera que vos roubou em dois dias o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos estes males, todos estes desastres vós os suportastes numa inversão de estações sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentas e através de imensas inundações em tal desorganização da natureza que parecia contra vós conspirar."

Soldados! Honra à vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras!"

Após o necessário repouso em Canuto, onde foram substituídos os farrapos que vestiam os seus bravos soldados por fardamentos novos, a coluna rumou para Cuiabá, aí chegando no mês de outubro do fatídico ano de 1867.

Mas o imortal Caxias, sempre preocupado com a sorte de tão destemida expedição, após a sua entrada triunfal em Assunção, Capital do Paraguai, enviou um destacamento a Mato Grosso, a maior vítima dessa triste guerra de um lustro.

E anos depois a pena adamantina de Taunay descrevia, no seu notável livro — "A Retirada da Laguna", aquela epopéia gloriosa — traduzida hoje em diversas línguas, com perfeito conhecimento, pois o elegante historiógrafo fêz parte da comissão de engenheiros que tão importantes serviços prestou à desditosa expedição.

Os episódios desenrolados nesse poema militar, ao serem comentados pelo célebre escritor Ernesto Aimé, foram julgados mais brilhantes, de maior heroísmo do que os descritos por Xenofontes em sua obra famosa — "A Retirada dos Dez Mil".

Um revés nem sempre é um crime, quando tudo se fêz para alcançar a vitória. Não é pelos acontecimentos que julgamos os combatentes, mas por seus esforços e bravura.

O que devemos desejar é que se não perca a esperança na salvação da Pátria, porque o mais tênue sinal de agressão aos foros conquistados, é o de vigilante alerta para os patriotas. O mínimo atentado ponha toda a Nação em armas, nada cedendo, nem transigindo, nem descançando...

Eis porque o grande Homero sentenciou: "O melhor dos augúrios é combater pela Pátria".

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Dactilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDERÊÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

CIÊNCIA E HUMANISMO

FRANCIS DE MIOMANDRE

O impulso prodigioso das técnicas científicas e, principalmente, o das pesquisas nucleares, parece ter ocasionado nos cérebros dos nossos contemporâneos uma espécie de vertigem, graças à qual as mais clássicas concepções da vida, eu diria mesmo as mais sagradas, foram submetidas a uma revisão total, em síntese, a uma subversão nunca vista.

Haveria necessidade de assinalar aqui o fator orgulho?... O cientista, ou melhor, o técnico contemporâneo, está de tal forma convencido da supremacia do seu valor próprio em relação aos que se dedicam a outras disciplinas, que não admite a possibilidade de uma comparação. Senhor, ou julgando-se tal de processos capazes de destruir o planêta, sorri com desprezo para os esforços despendidos por milhões e milhões de homens, no decorrer dos séculos, para melhorar a sorte dos habitantes na terra. Ou por outra, existe (segundo êles) uma antinomia irredutível entre a Ciência, que pode dar ao homem poderes extraordinários, e o humanismo, que se contenta em ornamentar seu espírito e aperfeiçoar sua moral.

No plano prático, trata-se de uma verdadeira trama, cujo resultado primordial foi a luta encarniçada que desencadearam contra os estudos clássicos foram certas ordens reduzindo ao mínimo as aulas de latim, e isso para aqueles que desejavam aprendê-lo, e a eliminação completa para os que escolheram o setor científico. Esses serão os "técnicos puros", será outra cultura geral.

Os partidários dessa doutrina (pois na realidade é uma doutrina) são levados a dizer que a República não precisa de cidadãos capazes de ler Tácito ou Cícero, ou conhecedores do papel que representaram na História Universal personagens tais como Eschyle, Firdousi, Leão X e Racine... Porém, por mais plausível que pareça ao primeiro momento êste sofisma, não deixa de ser falso; porquanto falta e faltará sempre àqueles que tudo ignoram a respeito dessas coisas, um "que" de essencial e de pré-estabelecido, numa palavra, uma base sobre a qual a cultura técnica propriamente dita não poderia se estabelecer solidamente.

De fato, nenhum sábio, no passado, jamais se ergueu contra a cultura clássica, e isto pela simples razão de que antes de se tornarem sábios, haviam sido colegiais e aplicaram-se a adquirir um cabedal desses conhecimentos — considerados hoje como inúteis — graças aos quais seu espírito pronto e aguçado no domínio científico, permitia-lhes exercer suas faculdades com muito mais eficiência do que os anal-fabetos.

Aí está toda a questão. A "técnica" não forma o espírito. Serve-se do espírito, quando este foi previamente preparado para todos os exercícios que lhe podem ser solicitados. E estou certo de que o espírito que ficou na retaguarda não obterá no campo da ciência os mesmos resultados do que um outro do mesmo nível, porém tendo recebido essa preparação humanista.

E acho que estou com a razão, pois tendo feito um inquérito junto a algumas personalidades (dedicadas às mais diversas disciplinas) ficou provado, por unanimidade, que nenhuma se achava com o direito de rejeitar a sua formação clássica, nem mesmo escolar. O cômico, assim como o arquiteto, o professor na Sorbonne, o crítico literário, todos estão de acordo em declarar que a missão essencial da Educação consiste em formar elites (qualquer que seja, aliás, a orientação adotada mais tarde pelos seus membros), e que a formação dessas elites está baseada no estudo das nossas humanidades, as quais devem ter algum valor, uma vez que há 600 anos alimentaram e conceberam homens de talento, como Dante, Ronsard, Sully, Corneille, Victor Hugo, Einstein ou Bergson — citados a esmo. Porém, o testemunho que mais me impressionou, foi o de um homem que, pela sua carreira e acompanhando os preconceitos da moda, deveria de preferência ser classificado entre os sectários da ciência. Ao contrário, Albert Delaunay, que é um biologista, não hesita em dizer que é tão apaixonado pela filosofia e pela poesia como pelas pesquisas científicas. E acrescenta, com palavras impressionantes:

"A ciência exclusiva, aliás, não permite conceber, criar idéias; uma formação unicamente científica resultará em técnicos perfeitos; mas não em homens de ciência. Todos os grandes inventores, todos os grandes sábios, foram pessoas que conheceram a sua profissão, e "mais alguma coisa"."

Esse "mais alguma coisa", somente a cultura humanista no-lo pode dar. Pois, faltando essa "outra coisa", o técnico, por mais hábil que seja, não conseguirá ir além da aplicação das fórmulas descobertas pelos verdadeiros sábios, isto é, pelos cérebros que receberam uma dupla cultura.

Permitam-me — indo mais adiante — expressar a minha opinião pessoal sobre esse grave problema. Perdoem-me se é exagerada ou paradoxal. Porém, tem o mérito de ser absolutamente sincera:

"Creio que não é possível haver a menor igualdade, a mais leve comparação entre essas duas teses. Porquanto, uma concebe uma ciência abstrata, reduzida a seus próprios sistemas, não tendo a menor preocupação com os seus vivos, dos quais encara friamente uma possível exterminação. Enquanto a outra, aplicando-se somente em aperfeiçoar no homem que lhe é confiado, as nobres forças da moral e do ideal, e isto desde a mais tenra idade, acha-se perfeitamente em regra com o imperativo sagrado da educação. A orgulhosa satisfação de contemplar as máquinas (benéficas ou maléficas, pouco lhe importa) que a primeira inventou, a segunda contrapõe a modesta alegria de tornar o homem mais feliz e mais perfeito. Eu me contentaria de uma civilização sem bomba atômica e sem radar, porém que deixasse nossos filhos inebriarem-se das alegrias das descobertas intelectuais, e continuando a recitar: "Rosa": a Rosa."



ANO II — N. 1

(JUL 59)

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA
da Seção de Geografia e História do EME

SUMÁRIO DA SEÇÃO

I — DOCTRINA

“O Poder Nacional” — “Seus Fundamentos Geográficos” —
2ª Parte (conclusão do número anterior) — MARIO TRAVASSOS, Mal.

II — ARTIGO ESTRANGEIRO

“As Influências Geopolíticas na Formação do Estado Argentino” (“Las Influencias Geopolíticas en La Formación de Nuestro Estado”) — EMÍLIO RADAMÉS ISOLA, Ten (Trad. por Heitor Ferreira, Ten).

III — ÍNDICE DO ANO I DA SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA — OCTAVIO TOSTA, Maj

1. Índice Analítico
2. Índice Alfabético
3. Índice dos Autores
4. Índice de Assuntos
5. Índice das Figuras

A **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO** já publicou as seguintes obras sobre **GEOPOLÍTICA** :

- 1) **GEOPOLÍTICA DO BRASIL** — 1947 — Brigadeiro Lísias Rodrigues (Esgt).
- 2) **A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA** — 1951 — Ten-Cel Jaime Ribeiro da Graça.
- 3) **PROBLEMAS DO BRASIL** — 1952 — Cel Adalardo Fialho.
- 4) **GEOPOLÍTICA GERAL E DO BRASIL** — 1952 — Everardo Backheuser.
- 5) **FRONTEIRA EM MARCHA** — 1956 — Renato de Mendonça.
- 6) **ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL** — 1957 — Ten-Cel Golbery do Couto e Silva.

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endosso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na **SEÇÃO** pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA**. A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — “A Defesa Nacional” — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.

I — DOUTRINA

O PODER NACIONAL — SEUS FUNDAMENTOS GEOGRÁFICOS

(Conclusão do número anterior)

Marechal MARIO TRAVASSOS

Do esboço panorâmico que vimos de fazer a propósito dos fundamentos geográficos do Poder Nacional resulta evidente a importância da Geografia, como elemento básico de ação no terreno político, econômico e social e militar, não só pela configuração do Poder Nacional em si, como por seu valor potencial quanto ao sentido de sua aplicação.

Atestam-no também o constante e crescente interesse pelo conhecimento da Geografia, revelado desde os primeiros esboços cartográficos, e, modernamente, os desdobramentos da própria Geografia para efetiva cobertura dos fenômenos geográficos e humanos, em suas relações de causa e efeito.

Na realidade, a evolução tecnológica tornou de tal modo complexa essas correlações, que se fez necessário completar os conhecimentos geográficos de ordem geral, com outros especificamente compendiados pela Geografia Humana e a Geografia Social, a Geografia Econômica e a Geografia Política e outras tantas modalidades da Ciência Geográfica moderna, até essa impressionante Geografia da Fome.

Sem embargo, conviria focalizar alguns aspetos que, direta ou indiretamente, entendem com a elasticidade inerente aos fundamentos geográficos do Poder Nacional para que melhor se destaque a importância da Geografia como elemento básico de ação no terreno político, econômico, psico-social e militar.

Dentre esses aspetos ressaltam os que se relacionam com o problema das distâncias, face aos novos módulos de tempo e espaço.

A *Velocidade* sem dúvida, que é a marca dos tempos e encontra nas aeronaves o máximo de sua expressão. Mas nem sempre as distâncias podem ou devem ser medidas em "flying-time hours and minutes". Pelas próprias características dos meios de transporte, cada um deles tem sua carga específica, ou pelo menos preferencial, e sua utilização, segundo finalidades bem definidas, conforme a natureza do tráfego.

Acresce que, do ponto de vista econômico ou comercial, deve-se considerar a *distância-tarifa*. Nesse particular, por exemplo, o transporte, marítimo continua sendo o mais barato dos meios de transporte, tanto mais se levada em conta a conexão dos transportes terrestres e fluviais, com as diversas categorias de portos. Por essa sorte de prolonga terrestre com os transportes marítimos, Moscou é hoje considerada a cidade dos cinco mares.

Assim, existem regiões integrantes de massas continentais, que ficam mais próximas de outras de além-mar, do que algumas a que estão ligadas pela continuidade territorial. O petróleo da Romênia

chegava aos mercados alemães pelo pôrto de Hamburgo, via Gibraltar, e apenas 1/5 das importações da Itália, lhe chegavam por via terrestre, apesar da vinculação desses territórios com o resto da Europa. Ao tempo áureo da borracha, era mais fácil aos amazonenses conhecerem Paris e Londres, que o Rio ou Buenos Aires.

Nessa ordem de idéias é bom ter presente a fluidez dos centros de produção e consumo (mercados), apesar de certa estabilidade das áreas agricultáveis, das curvas de precipitação pluviométricas e da distribuição dos recursos industriais. Cada vez que entram em ação novos estímulos tecnológicos, sérias oscilações se transmitem à trama de centros de produção e consumo e, conseqüentemente, à caracterização do tráfego e ao emprego dos meios de transporte.

Com a invenção das máquinas a vapor, por exemplo, as regiões carboníferas e os portos carvoeiros, adquiriram grande importância, logo superada pela invenção do motor de explosão, quanto à exploração e distribuição do petróleo e localização de refinarias. Outras reações menos sensíveis devem passar-se, provocadas pela invenção e generalização da turbina elétrica como fonte de energia.

A sucessão de exemplos, como esses, serviria ainda para assinalar o grau de importância territorial dos transportes terrestres, no que respeita aos fundamentos geográficos do Poder Nacional, por sua grande flexibilidade, verdadeiras válvulas de compensação ou órgãos de regeneração das correntes circulatórias mais amplas do mar e do ar.

No que tange a distâncias a serem cobertas é de bom aviso, pois, considerar em conjunto os transportes terrestres, marítimos e aéreos, sem que se despreze a conveniência de encará-los, segundo certas composições de tempo e espaço, conjugados dois a dois, ou em torno de um deles, assim o determinem as circunstâncias.

O mesmo se poderia dizer das comunicações radioelétricas, no que respeita ao seu emprego, tomando como exemplo suas aplicações nos ensaios da viabilidade transpolar.

Quanto ao fenômeno da *circulação* propriamente dita, requerem a melhor das atenções, certos aspectos ligados à *morfologia geográfica*.

Nos domínios da geodinâmica não basta apreciar-se linhas naturais de circulação do território e sua adaptação aos imperativos do Poder Nacional, o que nos daria, digamos, o seu *valor absoluto*. É imprescindível analisar também a maior ou menor concordância dessas linhas com as de outros territórios, contíguos ou não, o que nos daria, o seu *valor relativo*, tanto é verdade que o primeiro caso se restringe ao *fácies espacial* e o segundo ao *fácies da posição*.

Numa época em que o "mito dos continentes" está superado, é realmente indispensável saber como situar a dinâmica territorial, no quadro da dinâmica geral.

Assim como o território contém suas linhas de penetração ou expansão, tanto quanto suas barreiras naturais, o mundo como um todo, também tem suas encruzilhadas, suas passagens difíceis a qualquer título e suas grandes barreiras ou abertas à circulação.

Uma vista de conjunto sobre o Hemisfério Ocidental poderia dar uma idéia desses aspectos geodinâmicos, se bem considerada a barreira Andes-Rochosas, em relação às vertentes do Pacífico e do Atlântico. Graças ao Canal de Panamá é que foi possível emprestar significação econômica à costa do Pacífico. O pôrto de Nova Iorque, hoje está mais próximo dos portos asiáticos, ao norte de Shangai, do que a região industrial de Lancashire e o pôrto de Liverpool, via Canal de Suez.

Determinadas composições de planícies e montanhas, podem ser surpreendidas na conformação geodinâmica do Velho e do Novo Mundo, o que será fácil verificar em cartas orográficas de conjunto, assim como a influência dessas composições, quanto aos movimentos migratórios (psico-sociais), às causas e aos efeitos de invasões (político-militares), os fluxos de ordem econômica (produção, consumo, transportes) e outros fenômenos dessa espécie, que bem demonstram a importância dos fatos geográficos, como elemento de ação no domínio dos fatos humanos.

Essas considerações pretendem dar ênfase aos fundamentos geográficos do Poder Nacional no âmbito do Poder Mundial, de maior amplitude, é certo, mas de natureza semelhante.

* * *

Em tal escala se processa o "encolhimento do mundo", em presença de novos módulos de tempo e espaço, que cada vez mais o nacional se integra no mundial e assim, progressivamente, se manifesta a tendência para um mundo só, Paz e uma só Guerra.

Daí a necessidade, cada vez mais premente, de uma Geografia e de uma cartografia de feição global, tanto quanto possível justapostas, segundo essa mesma conformação dos fatos geográficos e humanos, requerendo fôssem vencidas certas incompatibilidades culturais entre geógrafos e cartógrafos. A esfericidade da Terra deve corresponder, como que um sentido esferoidal, no trato dos problemas políticos, econômicos, sociais e militares, em função de estreito e recíproco entendimento entre geógrafos e cartógrafos.

Em razão de tais circunstâncias, impôs-se a geógrafos e cartógrafos escaparem ao jugo da projeção cilíndrica, das cartas em projeção Mercator, de molde a poderem escolher e projetar cartas geográficas, conforme a maior ou menor aptidão dos sistemas à apreciação dos fenômenos em pauta.

Em verdade, do uso generalizado de cartas em projeção Mercator, centradas na Europa — desde os mais elementares currículos, até as mais altas cogitações de Governo e dos Estados-Maiores — é que resultaram a concepção do mundo como "um arquipélago de ilhas-continentes", as denominações específicas de oriente próximo, extremo oriente, hemisfério ocidental e outras, e conseqüente deformação de fatos políticos, econômicos e militares, de que dão mostra as teorias geopolíticas com a "Ilha do Mundo" e o "Heartland", especialmente a Geopolitik de Haushofer, que um autor francês denominou a Linha Maginot alemã (Esbôço C).

Quase exatas em latitudes próximas do Equador, as distorções nessas cartas aumentam progressivamente, em latitudes mais afastadas. Centradas na Europa, as cartas em projeção Mercator oferecem, no entanto, vistas de conjunto com o seu tradicional Mapa-Mundi e um diagrama de paralelos e meridianos, permitindo a medida de distâncias sobre linhas retas.

Excepcionalmente adequadas à época do poder marítimo, da expansão da Europa, como propulsora da civilização moderna, segundo os paralelos, as cartas em projeção Mercator, centradas na Europa, respondem por distorções mais graves, porque de natureza político-militar e psicológica. Mesmo variando o centro de projeção, as distorções permanecem, com variantes quanto à periferia das cartas, como se pode verificar do mapa de projeção cilíndrica Miller, centrado no Hemisfério Ocidental, do mesmo modo passível de outras tantas ilusões psico-político-militares (Esbôço D).

Seria longo pormenorizar, agora, as múltiplas facetas do livre emprêgo de cartas em diversificados sistemas de projeção, inclusive por motivos de ordem pessoal, pois que data de pouco nossa reconciliação com a cartografia.

Mas não seria possível deixar de referir, pelo menos, aos sistemas de projeção azimutal, particularmente quanto à *projeção ortográfica* e de *equidistância azimutal*. O primeiro é o que melhor idéia nos deixa da conformação esferoidal das áreas geográficas, como verdadeiro traço de união, entre o globo a três dimensões e o mapa a duas dimensões, permitindo completa visão de um hemisfério. O segundo, se centrado no pólo norte, nos permite sentir o grau de *continuidade* das massas continentais, colocando assim em seus verdadeiros termos a *descontinuidade* oceânica. Qualquer mapa em projeção azimutal, aliás, pode ser centrado, onde melhor convenha à apreciação dos fatos geográficos. (Esboços E e F).

Dessas simples características, resta evidente a importância do grupo de projeção azimutal, sendo de notar ainda que suas cartas expressam, em linhas retas, as distâncias sobre círculos máximos, caminhos mais curtos entre dois pontos, o que os tornam eminentemente úteis à definição das rotas aéreas e ao emprêgo das comunicações radioelétricas, os dois pontos altos dos novos módulos de tempo e espaço. É igualmente iniludível sua utilidade, nos estudos geopolíticos em termos globais de bem-estar e segurança.

Dentre os preconceitos criados e alimentados pelo uso de cartas no sistema Mercator, a convenção do norte no tôpo das cartas é dos piores, pois que leva a encarar-se os fatos geográficos sempre de um mesmo ângulo, donde a visão viciada desses mesmos fatos. Sem a cega obediência a essa regra, pode-se ver melhor o verso e o reverso dos fatos geográficos, particularmente, se se dispõe de mapas geopanorâmicos. Apesar de mais imprecisos, esses mapas completam o uso de outros mais exatos, oferecem apreciável recurso, para a identificação aérea das áreas geográficas e são excelente meio de divulgação da moderna conceituação global dos fatos geográficos.

* * *

Durante a exposição de uma tese complexa, como a que nos vem ocupando, de umas vezes, as coisas se apresentam mais simples do que parecem à primeira vista; de outras, tem-se a impressão de que se está enredado em um cipal de que dificilmente se poderá sair.

Sob a primeira dessas influências, chega-se mesmo a bordar as zonas perigosas do unilateral, de uma espécie de determinismo mal disfarçado, como certamente teria acontecido a respeito de determinados conceitos, por demais tendentes ao Poder Aéreo e outros quase que exclusivistas, quanto às idéias geopolíticas, notadamente se tomados em separado esses conceitos. Sob a segunda dessas influências, parece haver uma fuga ao valor exato ou previsível dos fatos.

O presente trabalho foi elaborado à base desse contraste, inclusive para aumentar as possibilidades de seus efeitos, quando das discussões em grupo ou da realização dos Foruns.

De um lado, se alinham dados de problemas, por meio de procedimentos quase acadêmicos ou da rotina didática; de outro faz-se intervir a feição cultural, no trato dos problemas, num como noutro caso mais em superfície que em profundidade. Assim, com frequência se passa do *aparentemente estável*, emergente das próprias

condições físicas do planêta (morfologia, clima, pedologia, geologia) para o *realmente instável*, decorrente de interessante evolução tecnológica (intervenção dos fatos humanos). Dêsse contraste em permanência derivavam, aliás, as normas para a apreciação dos fatos no quadro do possibilismo geográfico, da "série de processus", em operação simultânea nos diversos ângulos da manifestação dos fatos geográficos e humanos.

Face a êsse contraste, em presença dessa "série de processus", não há como negar o interesse prático de idéias geopolíticas, desde que adaptadas à realidade de um mundo a três dimensões e conseqüente espírito de cooperação, nas relações internacionais. Como que à queda do "mito dos continentes" deverá suceder a queda do "mito dos nacionalismos".

A iminência dêsses dois desmoronamentos, talvez seja a causa profunda da inquietação contemporânea, entretida pelo choque entre um mundo livre e um mundo escravo, agravada por arraigados preconceitos político-militares, por demais visíveis através dos esforços para a composição das forças da Europa livre e das do próprio Hemisfério Ocidental, e no ambiente mais ou menos confuso da política interna dos países.

O mesmo não se pode dizer das *teorias geopolíticas*, de fundo imperialista, seja espontaneamente derivado do exclusivismo do *Poder Marítimo*, segundo as teorias de Mahan, ou do dualismo *Poder Marítimo-Poder Terrestre* de Mackinder; seja mais que intencionalmente com Haushofer, apesar de sua incapacidade para sequer vislumbrar as *ações anfíbias*, de aplicação adequada às orlas, às *fimbrias* do "Heartland".

Agrava êsse estado de coisas o fato das teorias geopolíticas não levarem em conta a presença do *poder Aéreo*, em toda sua extensa repercussão econômico-político-militar, inclusive como verdadeiro polarizador do *Poder Marítimo* e do *Poder Terrestre*.

Quer parecer que a conceituação geopolítica de Nicholas J. Spykman, consolidada em sua obra "A Geografia da Paz" ("Geography of Peace"), editada por Helen R. Nicholl, do Instituto de Estudos Internacionais de Yale, após sua morte, recomenda-se de modo especial na atual conjuntura do mundo, como base de uma Geopolítica global, vasa da em idéias de cooperação e *segurança*.

É que insiste Spykman na visão esferoidal dos fatos geográficos e humanos, a serviço da qual deverá existir uma cartografia flexível, de feição melhor ajustada à própria natureza daqueles fatos, em seu *processus* político-econômico, psico-social ou militar.

Embora não assente suas idéias sobre fundamentos imperialistas, como Haushofer, nem por isso se deixa ficar no comodismo estático do *Poder Marítimo* de Mahan, como se o mundo pudesse ser contido em seus impulsos, pelas malhas de uma rede de bases navais, de ação quase catalítica. Do mesmo modo, não se deixa levar pelas inegáveis seduções do *Poder Aéreo*, nem esquece o papel do *Poder Terrestre*, no drama circulatório do mundo moderno.

O certo é que, enquanto existirem duas grandes potências ou grupo de potências em contraposição ideológica, econômica ou política e militar, como vem acontecendo ao longo da civilização humana, as idéias ou teorias geopolíticas devem girar em torno das porções de território, que envolvem êsses focos em contraposição, de seu contorno aparente, dessa espécie de horizonte visível de que as *fimbrias* dão idéia perfeita.

A importância geopolítica das *fimbrías* permanecerá quando os focos, em contraposição, venham a transformar-se em *motivos de co-operação* na composição de um mosaico de paz e segurança, digamos de equilíbrio político e econômico, para o qual a *fôrça* será apenas o fiel da balança.

De quanto está dito a propósito dos fundamentos geográficos do Poder Nacional, pode-se concluir que sua imagem oscila como se refletida sobre um espelho d'água.

É preciso estrita vigilância, para que a amplitude e o sentido das oscilações não cheguem a diluir sua configuração, em tempo de paz, provocadas pela competição tecnológica, em tempo de guerra, sob os efeitos desordenados da "luta entre duas vontades".

É que da amplitude e do sentido dessas oscilações depende, fundamentalmente, a integridade da Segurança Nacional.

ESBOÇOS CARTOGRÁFICOS

Esbôço A — Geopolítica de Mackinder

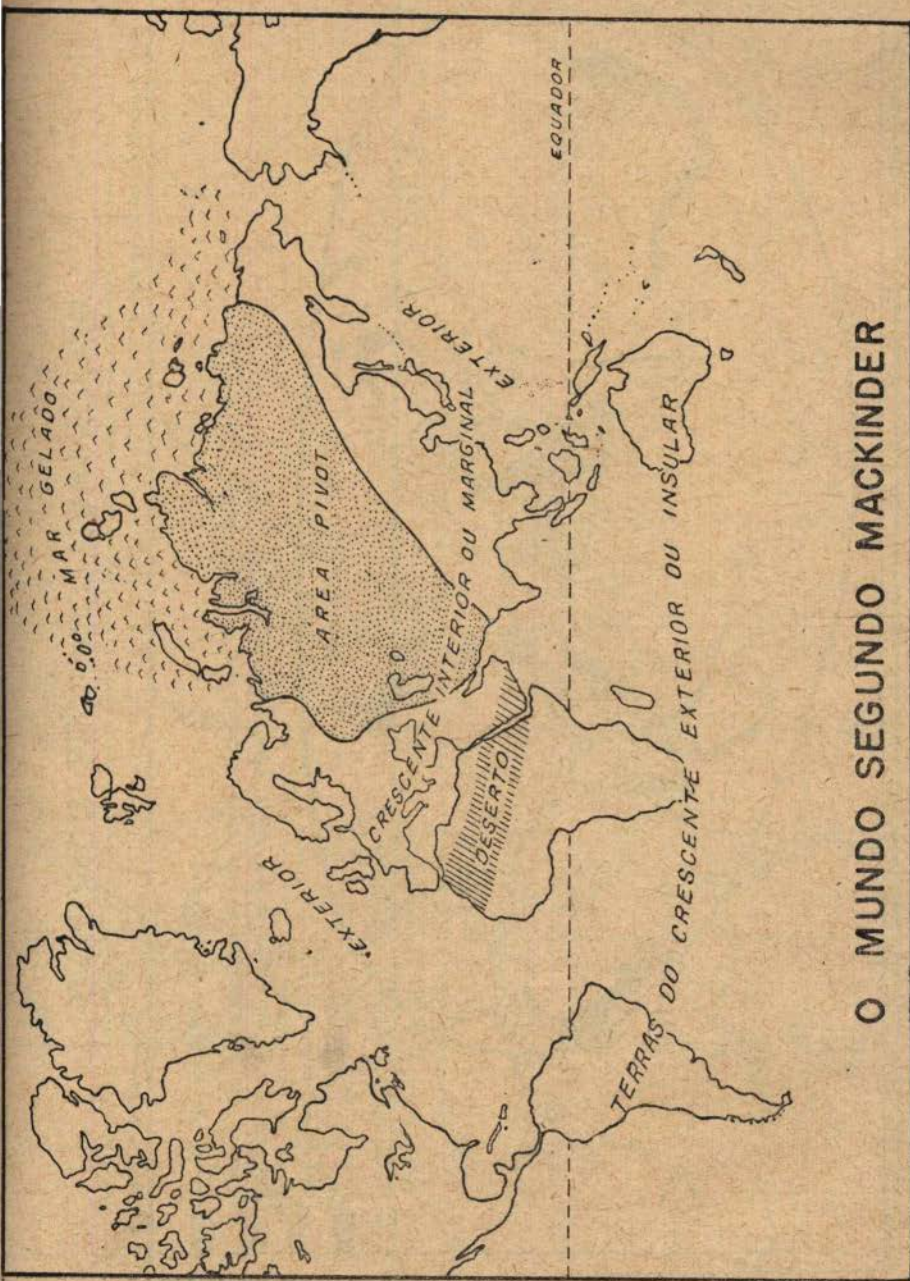
Esbôço B — Geopolítica de Haushofer

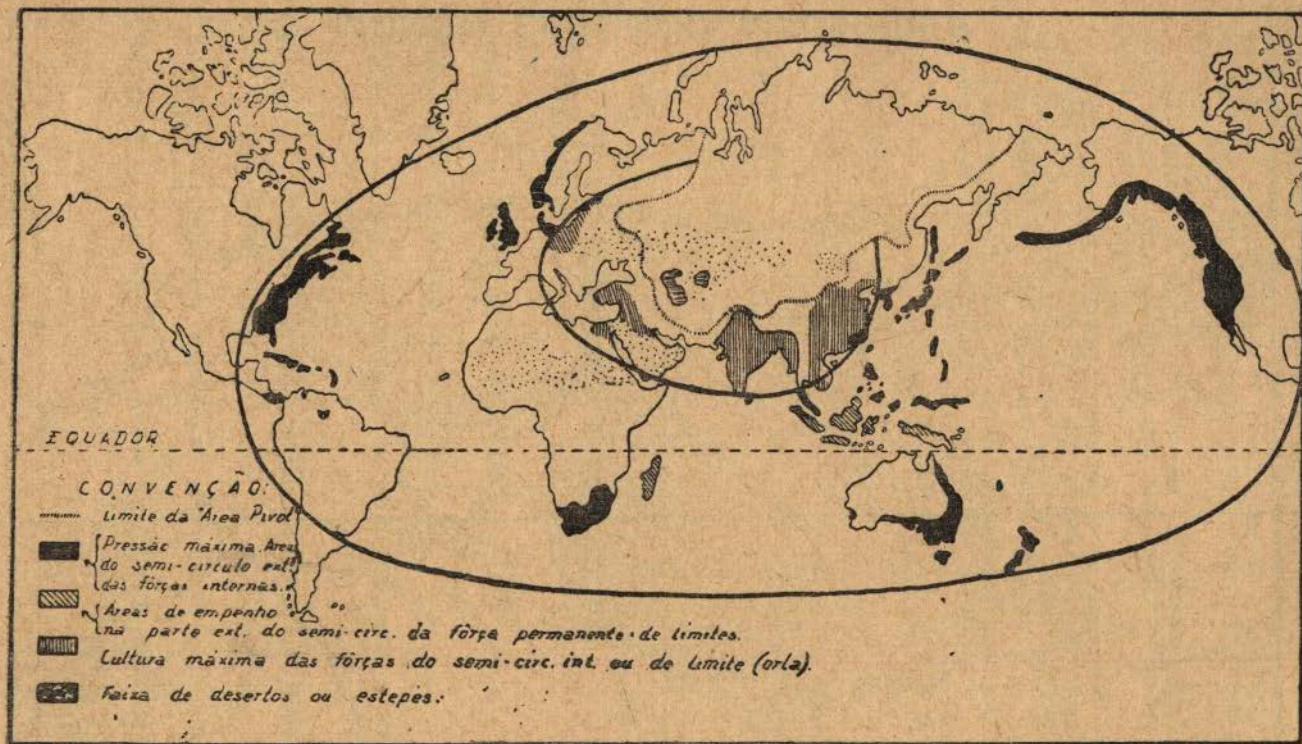
Esbôço C — Carta em Projeção Mercator, centrada na Europa (cilíndrica)

Esbôço D — Carta em projeção Miller, centrada no Hemisfério Ocidental (cilíndrica)

Esbôço E — Cartas em eqüidistância azimutal

Esbôço F — Seis aspetos do mundo em projeção azimutal





CEGAR - 2º SGT. DESENHISTA

5a. SEC. E. M. E. / RIO-29-8-958.

O MUNDO SEGUNDO HAUSHOFER

ESBOÇO B

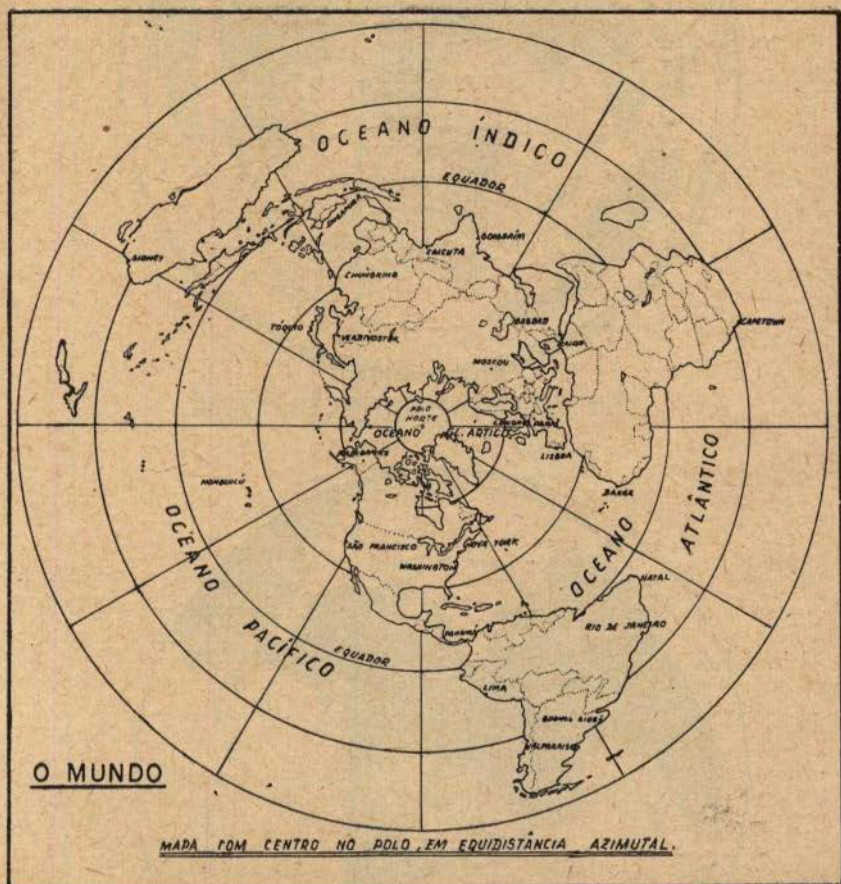


Esbôço C — CARTA EM PROJEÇÃO MERCATOR, CENTRADA NA EUROPA (Cilíndrica)



CARTA EM PROJEÇÃO MILLER, CENTRADA NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL

(CILÍNDRICA)



1944 - 27 SET DESENHISTA.

22. SEC. E. M. E. / 110 - 20 - 8 - 944.

ESBOÇO E

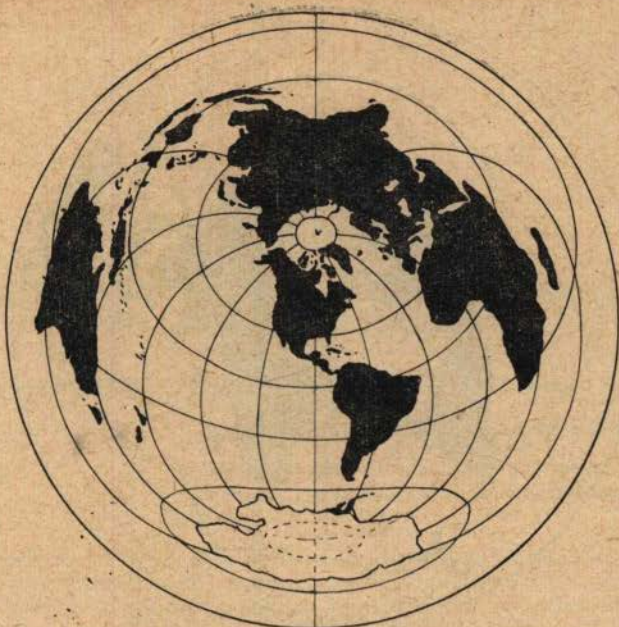


CENTRO PROXIMO AO CANAL DO PANAMA

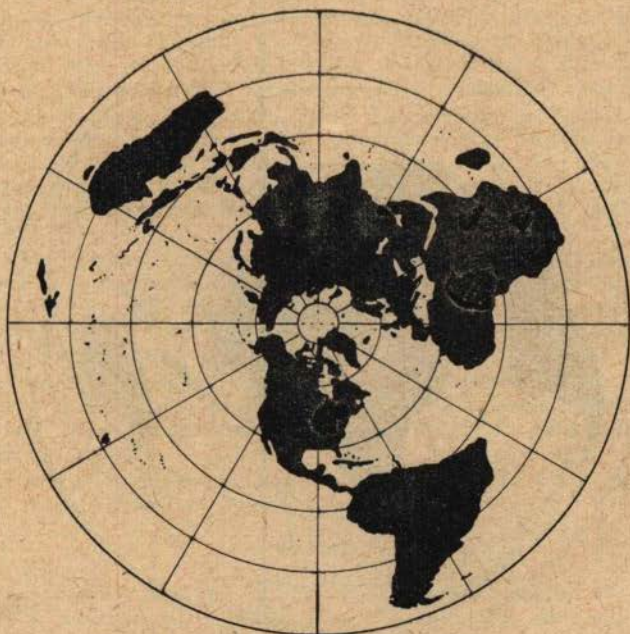


CENTRO EM TÓQUIO

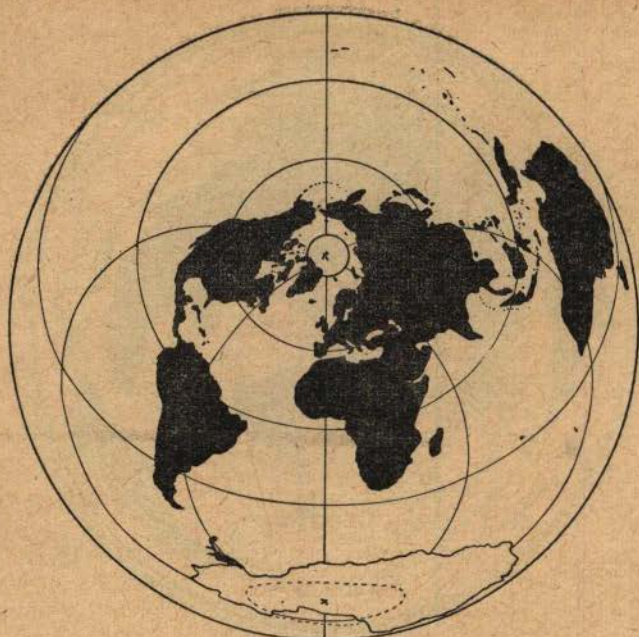
ESBOÇO F



CENTRO EM S. LUIZ



CENTRO NO POLO NORTE



CENTRO EM LONDRES



CENTRO EM MOSCOU

II — ARTIGO ESTRANGEIRO

AS INFLUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS NA FORMAÇÃO DO ESTADO ARGENTINO

("Las Influencias Geopolíticas en la Formación de Nuestro Estado")

Tenente EMÍLIO RADAMÉS ISOLA

(Traduzido da "Revista Militar" do Círculo Militar — Argentina, de Jan/50) pelo Tenente Heitor Aquino Ferreira)

A geopolítica é uma disciplina científica, que ainda está passando por um momento de incompreensão, motivado pelo uso indevido que lhe deram os que trataram de encontrar na imensidade de seus domínios, a justificativa necessária às aspirações políticas de certa potência que dasatou no mundo uma das mais sangrentas guerras de nações da era contemporânea.

O material de consulta, de que dispomos no momento atual, é insuficiente em permitir a emissão de um juízo terminante sobre a geopolítica, sobretudo, quando ao lado de seus erros alinham-se, ao mesmo tempo, seus retumbantes triunfos logrados pelos que dela fizeram um uso inteligente e de acordo com suas realidades geográficas.

Ainda que a geopolítica tenha sido considerada por aqueles que a estudaram e desenvolveram como uma ciência de *âmbito mundial*, o objetivo deste trabalho é, unicamente, valendo-se do apoio prestado por alguns de seus princípios fundamentais, fazer um estudo sobre a forma como influíram na formação do nosso Estado as gravitações geopolíticas.

Cabe aduzir, que não se pretende enfrentar uma tarefa exaustiva sobre tópico tão interessante, e menos ainda assentar doutrina a respeito; pelo contrário, é um trabalho para aqueles que chegam aos amplos portais dessa ciência apaixonante e, também, se cabe a expressão para os profanos.

Mesmo assim, é nosso firme propósito tocar esses temas no essencial, para deixar, aos camaradas que sintam essas inquietudes, caminho livre para o aprofundamento e investigação mais detalhada dos problemas traçados.

Esta é nossa intenção única; se o lograrmos teremos satisfeito com muito nossas modestas aspirações.

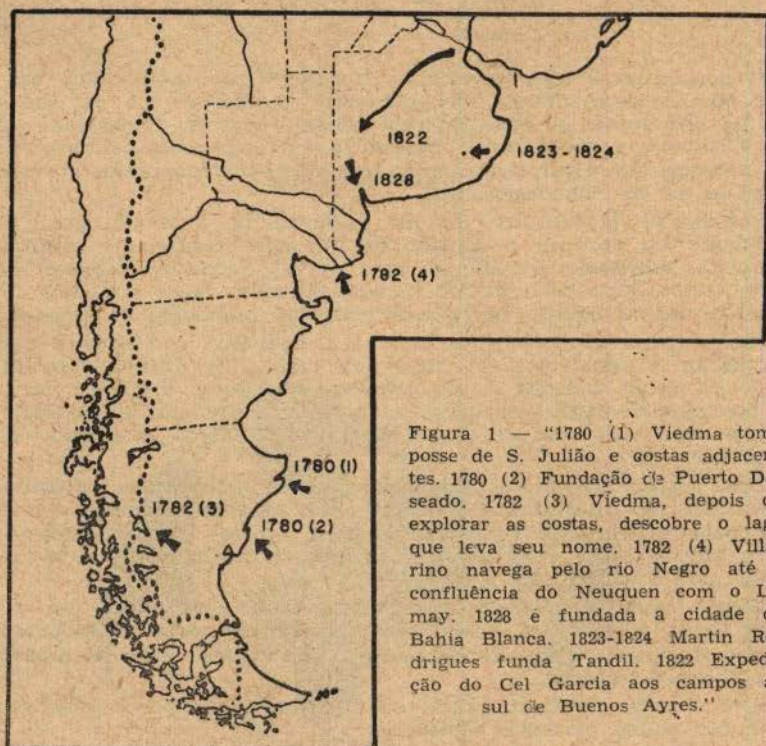
O CLIMA

Demonstra-nos a história, que os Estados têm surgido nas zonas temperadas e subtropicais e que, com o correr dos séculos, estendem-se cada vez mais para o norte. Assim, vemos que as temperaturas que melhores condições oferecem para os povos, parecem ser as compreendidas entre as médias anuais de 5° e 15°, alcançando seu máximo perceptível, por volta de 10°.

Comprovamos que no hemisfério norte, as grandes civilizações originaram-se e desenvolveram-se entre os paralelos 30° e 65°; já mais além do paralelo 65° não é possível a vida para grandes associações humanas e estão habitadas, apenas, por pequenos grupamentos de seres que permanecem num estado de organização rudimentar e primitivo.

Este mesmo aspecto pode ser considerado no hemisfério sul; com efeito, seguindo o percurso da isoterma de 16°, vemos que passa pela embocadura do Prata e, depois de atravessar o Atlântico, percorre o extremo sul da África, o Oceano Índico, a extremidade meridional da Austrália e o extremo norte da Nova Zelândia. A isoterma de 10° atravessa uma parte do território argentino, saindo ao sul do golfo de São Jorge, para encaminhar-se ao sul da Nova Zelândia.

Pode-se admitir que a zona ótima, estende-se até além da isoterma dos 15°. Sobre a isoterma dos 16°, ou em suas proximidades, encontramos as seguintes grandes cidades: Buenos Aires, Montevidéu, Cidade do Cabo, Melbourne, Sidney, Valparaíso e Santiago do Chile.

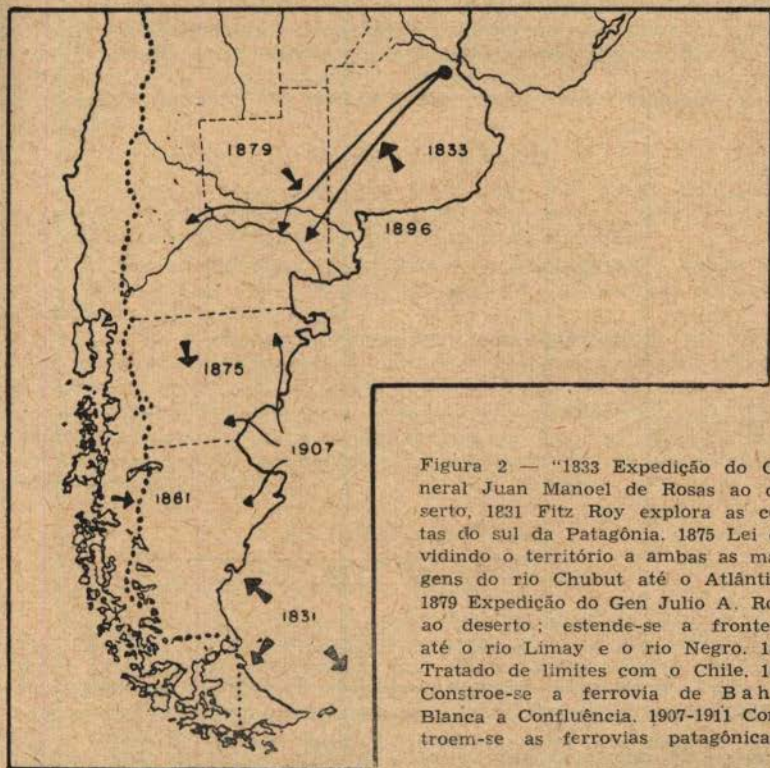


Surge evidente, do acima expresso, que a população do hemisfério sul tende também a agrupar-se nas zonas temperadas e se, porém, não alcançou o ótimo dos 10°, foi devido à influência de outros fatores.

A preferência das populações pelo clima temperado, não deixa lugar a dúvidas, principalmente porque numa sumária análise da distribuição das populações no mundo comprova-lo-emos com suma facilidade.

Podemos assim, sem a necessidade de mais ampliar o exposto, aceitar que em ambos hemisférios, cumpre-se a que podemos chamar *Lei de Atração das Associações Humanas Pelas Zonas Temperadas*.

Dando por assentada a validade da lei que enunciamos, passaremos a analisar o acontecido em nosso território, para tirar, assim, várias e interessantes conclusões. Para isso nos é necessário remeter o leitor complacente a qualquer manual de geografia argentina e fazê-lo reparar o traçado das isotermas de 5° e 15°, para apreciar em seguida que nosso país encontra-se praticamente compreendido entre as duas linhas, quer dizer, entre as temperaturas que representam o grau mais favorável para o desenvolvimento efetivo das atividades vitais do homem.



Isso nos prova a causa fundamental da extraordinária capacidade povoadora de nosso país, amplamente corroborada pela rápida aclimação dos povoadores europeus, que se radicaram no mesmo, provenientes de diversas zonas climáticas do hemisfério norte.

Depois d'êste ligeiro bosquejo, recorreremos aos fatos históricos para certificar em nosso caso o cumprimento da lei, anteriormente enunciada, no sentido de demonstrar o avanço progressivo e constante da população na direção dos territórios do sul, de tão favorável condição para o estabelecimento de grandes núcleos humanos.

Na figura 1 mostramos as primeiras pontas de crescimento ou penetração do povoamento em nosso território sulino, representada pelas expedições comandadas pelo governo de Buenos Aires. Por intermédio das mesmas, apreciamos já os primeiros intentos de ganhar êsses vastos domínios para o país.

Ao mesmo tempo os homens responsáveis pela condução do estado, com plena consciência geográfica, não se limitaram a essas primeiras tentativas e continuou-se com uma verdadeira ação nesse sentido, tal como pode o leitor apreciar gráficamente na figura 2; nessas expedições, conjugadas à luta contra o índio, foram-se ganhando para a civilização e para o Estado, férteis terras, antes incultas e abandonadas.

Concorrente com os fatos indicados, durante o período que compreende os anos 1929-1949, verificou-se *uma verdadeira expansão de nossa esfera de poder sobre os territórios do sul*, materializada por sábias e previdentes medidas do governo central, como sejam: a criação de unidades militares na Patagônia, a Gendarmeria Nacional, os ter-

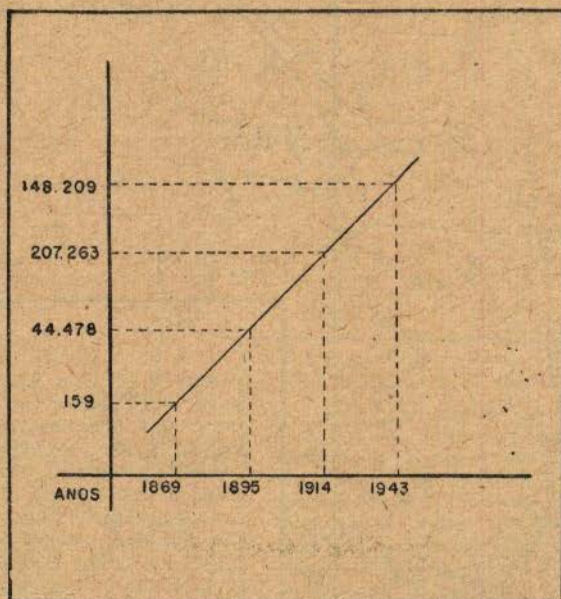


Figura 3

ritórios de administração naval e militar, as vastas obras a realizar de acôrdo com as previsões do Plano Quinquenal, uma das quais recentemente terminada — o gasoduto a Comodoro Rivadavia — é mais uma estaca a marcar a tendência gravitatória do Estado argentino na direção sul.

O analisado, até aqui indica-nos de forma por demais evidente que não permanecemos alheios à atração da zona temperada fria e os ensinamentos da história encarregaram-se de demonstrá-lo.

Não obstante, essa tendência está notavelmente acentuada pelos seguintes fatos, que enunciaremos sumariamente:

- 1) *A defesa do espaço austral.* Baste-nos recordar a firme atitude argentina, nas questões de limites na Patagônia, para ver o ex-

traordinário valor que o governo atribuía a essas terras como elemento de gravitação no porvir.

2) *A quantidade de capital que o Estado inverteu nos territórios do sul, em obras de fôlego, mas de vantagens a um prazo bem longo, como as ferrovias patagônicas, as obras de irrigação e a ligação ferroviária entre Bahia Blanca e Neuquén.*

3) *O aumento da população nos territórios sulinos, segundo os seguintes dados: em 1869, 159 habitantes; em 1895, 44 478 habitantes; em 1914, 207 263; em 1943, 448 209; um quadro assim ilustra o aumento global da população da Patagônia e bem claramente podemos apreciar o rápido e promissor aumento do número de habitantes dessa zona. (v. Fig. 3)*

Os resultados são bem significativos, máxime, tendo em conta, os sacrifícios que tiveram de fazer os colonos, para sua instalação e adaptação à região.

4) *A adaptação do elemento estrangeiro, sobretudo de raças provenientes de zonas climáticas, semelhantes da Europa, assimilados de maneira notável em nossos vales patagônicos (alemães, galenses e ingleses).*

Do brevemente exposto podemos induzir:

1 — *Que a população em nosso país, tal como aconteceu no hemisfério norte, cumpriu o que demos em chamar hoje lei de atração das associações humanas pelas zonas temperadas.*

2 — *Que a população, por instinto ou conhecimento, tende a gravitar para o sul, não obstante as inúmeras e grandes dificuldades próprias a toda a colonização.*

3 — *Que a imposição geográfica, materializada em sua climatologia, indicou aos dirigentes do Estado o objetivo político a conseguir: a defesa da soberania do mesmo, sobre os espaços austrais.*

4 — *Que a referida área, com seu vigor aumentado pela política imigratória nacional e seus extraordinários recursos, está chamada a ser um dos fatores eminentemente coadjuvantes na consolidação de nossa grandeza nacional.*

AS VIAS FLUVIAIS

a) A formação dos centros políticos

Ao aprofundar a análise dos fatores geográficos, que exerceram sua influência na transformação de nossa unidade geográfica em política, surge entre os mesmos, com força incontestável, em toda a magnitude de sua imensa rede hidrográfica, a bacia do Prata, integrada pelos rios mais caudalosos que regam, em parte, nosso território.

A parte de outros traços geográficos, que analisaremos em sua oportunidade, corresponde a esta bacia uma ação sumamente importante e decisiva, como elemento de profundo determinismo geográfico, na formação e integração de nosso Estado.

Já nos pródromos da colonização hispânica, o estuário do Prata brindou os conquistadores com a via fácil e segura, para penetrar no país, em busca dos tesouros apetecidos, mas deixando, isso sim, a semente de uma civilização que com o correr do tempo germinaria num glorioso destino.

Para levar a efeito nosso estudo geopolítico da bacia, basear-nos-emos no conhecimento do fato geográfico como tal, deduzindo sua influência e projeções para logo, buscando auxílio na história, tratar de ver se, efetivamente, ela certifica o que inferimos no mesmo.

Observando o esboço da figura 3, que representa a bacia hidrográfica do Prata, surge à primeira vista, um detalhe muito interessante por suas ulteriores consequências: a bacia está orientada numa direção norte-sul, com seu vértice no estuário do Rio da Prata.

Esta direção dos rios deu origem a uma força de atração, que tem seu núcleo no estuário e estende sua esfera de influência a todo o território abarcado pelos cursos d'água que a formam, dando lugar assim a uma situação sumamente favorável dos centros demográficos, que se encontram sobre o estuário, os quais, ao recolher toda a vida econômica e cultural que o rio transporta para o vértice, convertem-se por imperativos das referidas condições geográficas no elemento receptor, centralizador e distribuidor de toda a riqueza externa e interna que aflui ao estuário.



Figura 4

Estas circunstâncias transformam o dito ponto de recepção em zona de forte poder econômico comercial que com o correr do tempo erige-se em forte poder político, estabelecendo o precedente para que tais centros ostentem a capital do Estado.

Esta imposição de *neto* caráter geopolítico, viu-se, em nosso caso particular, cumprido de forma absoluta. Assim vemos Buenos Aires situada no vértice do estuário do Prata, convertendo-se no organismo receptor e distribuidor da atividade do país, passando de forma sucessiva, por direito histórico e imposição geográfica, a ser a capital da República.

Fatos que demonstram o afirmado:

1) Ao findar o século XVI, consumada a conquista da extensa governação das províncias do Rio da Prata, era capital do imenso território, que as mesmas compreendiam, a cidade de Assunção.

Durante o governo de Fernande de Zarate (1593-1595), este preferiu fixar sua residência em Buenos Aires, por sua qualidade de porto sobre o estuário e ponto de entrada para as terras do interior.

2) O Aviso Real de 8 Agô 1776, dispôs que o novo Vice-Reinado do Prata, com capital em Buenos Aires, se formasse da governação desse nome, a do Paraguai, Cuyo e regiões do Alto Peru.

3) A 6 Nov fica instalado em Paraná o governo federal, confirmado por lei de 4 Out 1858.

Em 1869 o Congresso aprovou contra a resistência de Velez Sarsfield, a lei que declarava Rosário a capital.

Por outras leis sancionadas, em 1871 e 1873, declarava-se capital Villa Maria; estas foram vetadas por Sarmiento.

4) No dia 21 Set 1880, por lei n. 1.029 do Congresso Nacional, foi declarada capital da República o município da cidade de Buenos Aires.

O confronto destes dados históricos, mostra-nos como foi oscilando o critério dos homens, que tiveram em suas mãos os destinos do país, os quais, evidenciando sua falta de consciência geográfica, apartaram-se do que o meio impunha, ao mudar a capital do Estado, claramente determinada pelos fatos que enunciámos.

Triunfou, porém, o bom sentido; a cidade que era o receptáculo natural da vida da nação devia ser a que ostentaria a cabeça do Estado.

Reflitamos e haveremos de reconhecer nessa decisão política dos nossos precursores a *submissão ao determinismo delineado na bacia hidrográfica do Prata*.

b) Estratificação dos núcleos de população

Por outro aspeto, sumamente singular, que se desprende diretamente da orientação dos rios da bacia, em especial dos mais importantes, à qual corresponde a formação dos núcleos de população

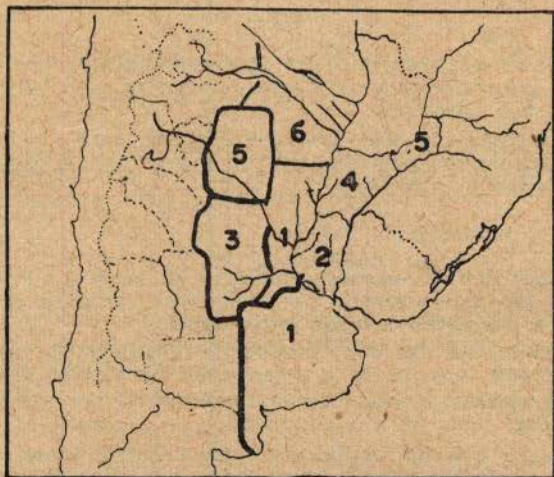


Figura 5 — 1: de 10 a 12 habitantes por quilômetro quadrado; 2: de 8 a 10; 3: de 6 a 8; 4: de 4 a 6; 5: de 2 a 4; 6: de 0 a 1;

em sentido vertical, produzindo-se uma diminuição das densidades populacionais, à medida que remontamos o curso dos rios, tanto mais manifesta quanto mais internarmos-nos na direção das nascentes.

Nesse sentido a figura 5 é bem clara e permitirá ao leitor formular para si, interessantes conclusões sobre este aspeto tão particular.

O processo de fundação de nossas cidades mais importantes, está intimamente relacionado com o exposto. Efetivamente, examinando a figura 6, podemos apreciar as datas de fundação das mesmas, cada vez mais modernas à medida que subimos o curso dos rios; guardando estreita vinculação, com a bacia do Prata, observemos que parecem frutos dessa fertilíssima árvore configurada pelos cursos d'água da mesma.



Figura 6

É evidente a relação imediata de ambos fatores: *com o reconhecimento dos rios nasceram as cidades, à medida que estes eram navegados até suas nascentes.*

Há exceções, mas não devemos esquecer que a colonização não penetrou unicamente pelo estuário do Prata, mas também pelo Chile e pelo caminho do Alto Peru.

c) A organização do Estado

A direção eminentemente centripeta da bacia do Prata, além das influências tão interessantes que esboçamos, adquire projeções mais amplas se a considerarmos sob outro aspeto.

Com efeito, ela age num sentido de unificação do vasto território que a conforma, orientando a organização do Estado para uma forma unitária de governo, com sua sede fundamental no extremo da bacia: Buenos Aires.

Está claro que outros fatores, especialmente nosso extenso território, são o fundamento da forma federativa adotada, mas, por acaso, a orientação e impulso unificador da bacia do Prata, não imprimem um tal sentido na direção da política do Estado?

Os múltiplos problemas que, dia a dia, agitam a vida das províncias, em cuja solução o governo central tem cada vez maior in-

gerência, parecem demonstrar, a nosso ver, o que cremos intuir no aspecto geográfico que estudamos.

Por outro lado é um lugar comum para todos os que vivem os acontecimentos mundiais, que o espaço encolheu, quer dizer, estamos mais perto uns dos outros, os problemas são mais gerais e comuns. Hoje, nenhum habitante da nação desinteressa-se do que acontece a outro, situado em diferente latitude do mesmo território, uma vez que os problemas vitais do país afetam a todos os seus habitantes por igual.

Este aspecto foi tornado maior pelo incremento das vias e meios de comunicações; como resultante de todo este complexo analisado, existe uma tendência para maior intervenção do poder estatal, na vida provincial, o qual atua consolidando o impulso concretizado no valor hidrográfico de que nos ocupamos.

d) A configuração dos caracteres regionais

Por último podemos dizer que a influência da bacia, não se limita aos fatos analisados; exerce outra ação muito importante, a levar em conta em nosso estudo; esta influência é mais sutil, mais profunda, mas põe-se em evidência assim que pesquisemos nos fatos históricos o que a põe a descoberto.

Ela é que se manifesta no caráter dos povos desenvolvidos às suas margens; nesse sentido, nossa mesopotâmia é característica.

Efetivamente, a situação desses territórios, entre os rios Paraná e Uruguai, deu lugar a um extraordinário espírito regionalista que, em seu tempo, gerou no campo político profundas ambições separatistas.

Tal sentimento é produto exclusivo do isolamento imposto pelo fator geográfico à nossa mesopotâmia. Não podemos negá-lo, pois isso está em evidência, por dois fatos bem conhecidos de nossa história pátria:

1) O levante de Entre Rios, em 1 de maio de 1851.

2) A insurreição de Corrientes na pessoa do General Berón de Astrada.

Todos esses fatos alimentavam desejos separatistas nas mencionadas províncias, com relação ao resto do país e são bem ilustrativos, por certo, demonstrando o acerto do que foi dito.

A "SITUAÇÃO GEOVIAL"

Em geopolítica, compreende-se por "situação geovial" a situação favorável ou desfavorável de um determinado país, relativamente às rotas de trânsito mundiais.

Desejamos tratar desse aspecto em nosso estudo, pois exerce uma influência bem notada no desenvolvimento de nosso Estado.

Para isso, a figura 7 ilustra o leitor sobre a situação do nosso território, em relação às rotas marítimas mundiais. Podemos notar imediatamente que não gozamos de uma posição favorável, posto que achamo-nos em posição excêntrica com relação às principais rotas, as quais têm sua maior densidade entre o Equador e o paralelo 20° de latitude norte.

Isso quer dizer: estamos distanciados dos mais importantes centros políticos e comerciais do mundo.

Não obstante, dessa aparente inferioridade surge uma vantagem inegável; é a que representa o encontrar-se nosso país afastado da influência das linhas de força, que se irradiam de tais centros poli-

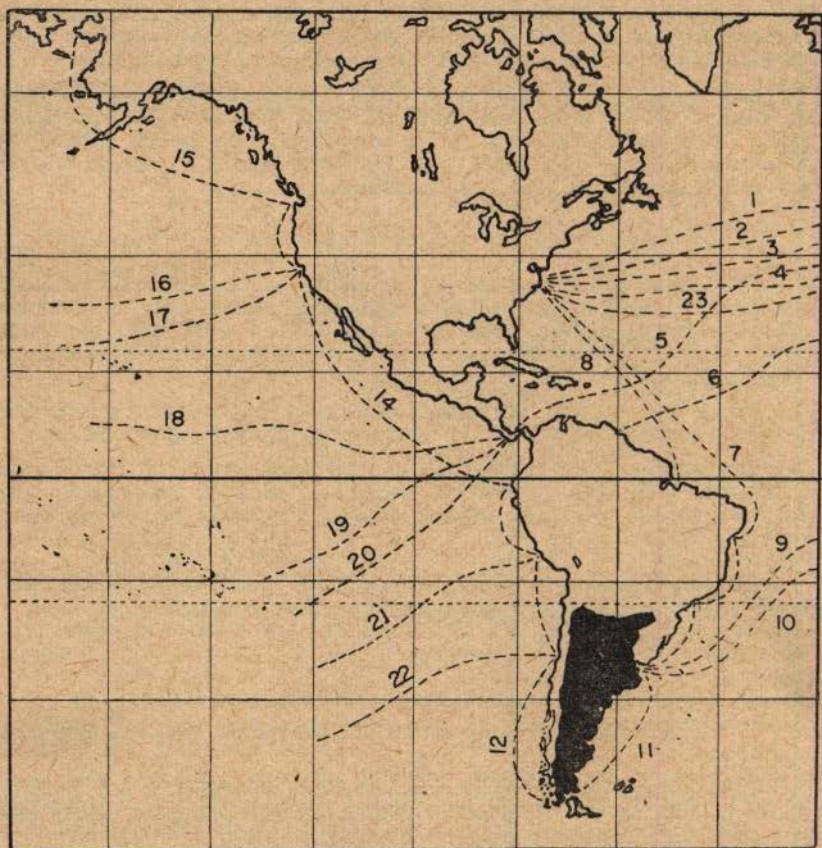


Figura 7 — 1) Nova York — Liverpool, 2.630 milhas. 2) Nova York — Londres, 3.300. 3) Nova York — Havre, 3.168. 4) Nova York — Açores, 2.271. 5) Colombo — Londres, 4.740. 6) Port-of-Spain — Tenerife, 2.790. 7) Nova York — Pernambuco, 3.700. 8) Nova York — Barbados, 1.829. 9) Buenos Ayres — Londres, 6.265. 10) Buenos Ayres — Gênova, 6.276. 11 e 12) Buenos Ayres — Valparaíso, 2.700. 13) Valparaíso — Callao, 1.310. 14) São Francisco — Guayaquil, 3.514. 15) Seattle — Nome, 2.350. 16) Yokohama — S. Francisco, 4.536. 17) Honolulu — S. Francisco, 2.055. 18) Honolulu — Panamá, 4.685. 19) Sidney — Londres, 12.500. 20) Wellington — Panamá, 6.458. 22) Nova Zelândia — Valparaíso, 5.200. 23) Nova York — Gibraltar, 3.200.

ticos, materializadas pelas rotas que analisamos, o que nos permite manter-nos livres da pressão de interesses forasteiros, divorciados por completo de nossa realidade nacional.

Essa circunstância, orientou nossa política a manter-se dentro de uma norma fundamental de conduta: a "não ingerência" nos problemas internos de outras nações e a defesa da soberania e autodeterminação de nossos destinos.

Ainda que a nossa posição seja, com respeito aos países extra-continenciais, desfavorável, torna-se vantajosa à medida que a vinculamos às nações americanas que nos rodeiam, por ser o nosso território de passagem obrigatória a toda a riqueza, que das zonas produtoras do mundo demandam os mesmos.

Nesse sentido, a influência política de nossa posição põe-se em evidência, nos esforços realizados pelo Estado para orientar toda a nossa rede vial, de forma a consolidar ainda mais os vínculos com os países limítrofes e facilitar o acesso aos mesmos.

E mesmo, pouco a pouco, deixamos de ser país de trânsito para convertermo-nos, graças a nosso pujante progresso, em consumidor ou industrializador dos produtos essenciais dos países vizinhos, aumentando dessa forma, os laços de união com os mesmos.

Com respeito às rotas aéreas, elas seguem sensivelmente os rumos indicados pelas rotas marítimas, coisa lógica por certo, sendo as primeiras, de certa maneira, complementares das segundas; tampouco estamos em vantagem sob esse aspecto fundamental.

Não obstante, podemos dizer que o ressurgimento cada vez mais acentuado dos países do SE da Ásia e da Oceania, aconselha olhar para o sul e meditar sobre a conveniência de iniciar as experiências necessárias para concretizar rotas aéreas, através do setor antártico, a regiões tão promissoramente pujantes.

O país já iniciou uma ação tendente a atenuar os efeitos negativos de nossa situação geovial, ao procurar ter em suas mãos os instrumentos de poder que nos tornem independentes, em certo sentido, da composição forjada em nossa posição vial; isso concretizou-se com a nacionalização das empresas aéreas e a criação de uma poderosa frota mercante.

Do brevemente exposto, podemos induzir:

1) Que a situação geovial de nosso país, ainda que nos seja desfavorável, distancia-nos das zonas geopoliticamente perigosas, quer dizer, das situadas entre os paralelos 30° e 60° de latitude norte.

2) Que a mesma é sumamente vantajosa para os países sul-americanos que nos rodeiam e que tal traduzir-se-á numa íntima união, a qual embora não seja de caráter político, será evidenciado no aspecto econômico.

3) Que nossa linha de força, deve estender-se sobre o casquete antártico, procurando contato com as ricas terras da Ásia e da Oceania; em tal sentido, é condição indispensável manter e defender nossa soberania sobre o setor antártico, que nos pertence.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CONSULTADA

- "Notas de aula" — Engenheiro Pedro Brunengo
- "Introdução à geopolítica" — R. Henning e L. Korholz
- "O fator geográfico na política sul-americana" — Carlos Badia Malagrida
- "Lições de geografia argentina" — Gastón Federico Tobal
- "Novo Atlas geográfico das Américas" — José Anesi.

QUE TEREMOS DE FAZER PARA SALVAR-NOS ?

Considerando nossa atual interdependência e as armas atuais, nós nos encontramos em fase da perspectiva de um mundo às vésperas de unificar-se politicamente, por um meio ou por outro, e devemos impedir o desenlace desastroso da unificação pela força das armas. O método bem conhecido de imposição pela força de uma paz romana é, provavelmente, a linha de menor resistência na resultante das formidáveis forças políticas em cujas garras nosso mundo se encontra, hoje em dia. Poderiam os Estados Unidos e outros países ocidentais articular-se no sentido de cooperar com a União Soviética, por intermédio das Nações Unidas ? Se a Organização das Nações Unidas pudesse desenvolver-se ao ponto de se tornar um sistema efetivo de governo mundial, seria esta a melhor solução para o nosso crucial problema político. Mas temos de contar com a eventualidade do fracasso dessa empresa e, se isso acontecer, devemos estar preparados para as suas conseqüências. Poderiam as Nações Unidas cindir-se, de fato, em dois grupos sem a rutura da pa ? E, supondo que toda a superfície do planêta pudesse ser dividida, pacificamente, entre uma esfera americana e outra russa, os dois mundos poderiam viver, lado a lado, sobre o mesmo planêta, numa base de "não-cooperação não violenta", o tempo necessário para possibilitar uma gradual atenuação das atuais divergências entre seus climas sociais e ideológicos ? A resposta a esta pergunta dependerá de sabermos se, dentro dêstes termos, poderemos encontrar o tempo necessário para realizar nossa tarefa econômica, isto é, encontrar um meio termo entre a livre empresa e o socialismo.

Êsses enigmas podem ser difíceis de decifrar mas êles nos ensinam claramente o que mais necessitamos saber. Êles nos dizem que nosso futuro depende, sobretudo, de nós próprios. Nós não estamos, simplesmente, à mercê de um destino inexorável.

ARNOLD TOYNBEE

(Trecho de "A Civilização Posta à Prova")

III — ÍNDICE DA "SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA"

(ANO I — JUL 58/JUN 59)

Major OCTAVIO TOSTA

1. ÍNDICE ANALÍTICO

N. 1 — (DEF. NAC. N. 528, JUL 58) — PP. 79-97 :

Apresentação da Seção de Geopolítica

I — DOCTRINA

"Geopolítica e Geo-Estratégia". 1. "Introdução" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 81-84.

II — CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

"Programa Sumário da Cadeira de Geopolítica do Instituto de Direito Comparado da Pontificia Universidade Católica". — EVERARDO BACKHEUSER, Prof. — pp. 85.

III — ARTIGO ESTRANGEIRO

"O Pacífico, Epicentro Geopolítico de um Mundo em Estruturação" — RAMÓN CAÑAS MONTALVA, Gen R. (Trd. da "Revista de Marina", Chile, Abr 55, p. Heitor A. Ferreira, Ten) — pp. 87-92.

IV — O LIVRO DO MÊS

"A Geopolítica Geral e do Brasil" — Everardo Backheuser (Ed. Bibl. Ex. vol. 178-179/1952) — Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj — pp. 93-94.

V — ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

"A Defesa Nacional" (De 1945 a 1956) (1ª parte) — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 95-97.

N. 2 — (DEF. NAC. N. 529, AGÔ 58) — PP. 81-98 :

I — DOCTRINA

"Geopolítica e Geo-Estratégia" (cont. n. ant.) — 2. "Evolução do Conceito de Estratégia" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 81-87.

II — CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

"Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais" — "Programa de Geopolítica" (Transcr. de "O Ensino de Geografia no Brasil" do Prof. James Braga Vieira da Fonseca) — pp. 89.

III — ARTIGO ESTRANGEIRO

"Geopolítica" — BENJAMIN RATTENBACH, Gen Div (R) (Trd. da "Revista de Marina", Chile n. 5 — 54 p. Heitor A. Ferreira, Ten) — pp. 91-94.

IV — INDICE BIBLIOGRÁFICO

"A Defesa Nacional" (De 1945 a 1956) (concl. n. ant.) — OCTAVIO TOSTA, Major — pp. 95-98.

N. 3 — (DEF. NAC. N. 530, SET 58) — PP. 45-87 :

I — DOCTRINA

"Geopolítica e Geo-Estratégia" (cont. n. ant.) — 3. "Quadro Conceptual da Segurança Nacional" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 45-50.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"Os Fatores Geográficos e o Mundo em que Vivemos" — JOÃO BATISTA PEIXOTO, Ten-Cel — pp. 51-58.

III — FRONTEIRAS

"O Caso da Ilha Snipe" — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 59-72.

IV — CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores — "Programa de Geografia do 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata" — pp. 73.

V — ARTIGO ESTRANGEIRO

"Contradições Geográficas e Geopolíticas" — "Erros em Mapas do Chile" — GALVARINO MONTALDO, Ten-Cel (Trd. do "Memorial del Ejercito de Chile" n. 278-57 p. Octavio Tosta, Maj) — pp. 75-80.

VI — INDICE BIBLIOGRÁFICO

"Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil" (De 1943 a 1954) — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 81-87.

TÓPICOS

1 de Haushofer + 1 de James Fairgrieve + 1 de Kjellén + 8 de Ratzel + 3 de Spykman + 1 de Weigert.

N. 4 — (DEF. NAC. N. 531, OUT 58) — PP. 93-128 :

I — DOCTRINA

"Geopolítica e Geo-Estratégia" (cont. n. ant.) — 4. "Discussão dos Conceitos de Geopolítica e Geo-Estratégia" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 95-102.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"Os Grandes Impérios da América Latina": 6 fig. Introdução de OCTAVIO TOSTA, Maj. Transcrição de trechos do livro "El Factor Geográfico en la Política Sudamericana" de CARLOS BADÍA MALAGRIDA — pp. 103-111.

III — FRONTEIRAS

"Limites Entre o Peru e o Equador" — "O Caso do "Divortium Aquarum" entre os rios Zamora e Santiago" (1ª Parte): 1. fig. — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 113-118.

IV — CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

Universidade Nacional Autônoma do México — "Plano de Estudos do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras" — JORGE A. VIVÓ ESCOTO, Prof. — pp. 119-120.

V — ARTIGO ESTRANGEIRO

"Visões Geográfico-Políticas Mundiais" — ANGEL RUBIO, Prof. (Trd. da "Revista Geográfica" do Instituto Pan-Americano de Geografia e História n. 46-57 p. Geraldo Magarinos, Maj) — pp. 121-124.

VI — O LIVRO DO MÊS

"Geopolítica do Brasil" — Lysias A. Rodrigues, Brig (Ed. Bibl. Mil. vol. CXI/1947) — Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj — pp. 125-126.

TÓPICOS

1 de Quincy Wright + 1 de Negreiros Vidal + 1 de Franck H. Simonds e Broocks Enemy + 1 de Claudio Juarez + 1 de Francis Bowen.

N. 5-6 — (DEF. NAC. NS. 532 E 533, NOV-DEZ 58) — PP. 93-162 :

I — DOCTRINA

"Geopolítica e Geo-Estratégia" (concl. ns. ants.) — 5. "Geopolítica e Geo-Estratégia Brasileiras" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 95-98.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"Interpretação Geopolítica do Brasil" — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel — pp. 99-104.

"O Sentido Geopolítico do Descobrimento do Brasil" (1ª parte) — OMAR EMIR CHAVES, Cel — pp. 105-113.

III — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

"Bolívia País do Atlântico" — IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO, Gen. — pp. 115-118.

IV — FRONTEIRAS

"Limites Entre o Peru e o Equador" — "O Caso do *"Divortium Aquarum"* entre os Rios Zamora e Santiago" (concl. n. ant.) — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 119-128 + 1 anexo.

V — CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (3º Ano do Curso, 1958). "Programa de Geopolítica" — Cel GOLBERY e Maj TOSTA — pp. 129-131.

VI — ARTIGO ESTRANGEIRO

"Visões Geográfico-Políticas Mundiais" (cont. n. ant.) — ANGEL RUBIO, Prof. (Trd. da "Revista Geográfica" do Instituto Pan-Americano de Geografia e História n. 46-57 p. Geraldo Magarinos, Maj) — pp. 133-137.

VII — GEOPOLÍTICOS LATINO-AMERICANOS

"Everardo Backheuser o Precursor da Geopolítica no Brasil" — OCTAVIO TOSTA, Major — pp. 139-161.

TÓPICOS

11 de Backheuser + 1 de F. A. Raja Gabaglia + 2 de Franck H. Simonds e Brooks Emeny + 1 de Francisco de Barros Cachapuz (*Sistemas de Propriedades na América Latina*).

N. 7 — (DEF. NAC. N. 534, JAN 59) — PP. 69-116 :

I — DOCTRINA

"Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba" — 1. "Princípios Fundamentais da Geopolítica" — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel (Trd. do "Boletim del Ejercito", Cuba, de Jul-Agô 54 p. A. de A. Lima) — pp. 71-80.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"O Sentido Geopolítico do Descobrimento do Brasil" (concl. n. ant.) — OMAR EMIR CHAVES, Cel — pp. 81-86.

III — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

"O Brasil e a Defesa do Ocidente" — 1. "Introdução" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 87-88.

"Os Investimentos Norte-Americanos e a Evolução Econômica da América Latina" — PIERRE MONBEIG (Trd. dos "Annales de Géographie" n. 342-55, Paris p. Olga Buarque de Lima) — pp. 89-100.

IV — FRONTEIRAS

"Brasil-Bolívia" — "O Acôrdo de Roboré" (1ª Parte) — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 101-107.

V — ARTIGO ESTRANGEIRO

"Visões Geográfico-Políticas Mundiais" (concl. ns. ants.) — ANGEL RUBIO, Prof. (Trd. da "Revista Geográfica" do Instituto Pan-Americano de Geografia e História n. 46-57 p. Geraldo Magarinos, Maj) — pp. 109-115.

TÓPICOS

2 de Adolf A. Berle Jr. + 1 de Jorge Washington + 1 de MacKinder + 1 de Samuel Guy Inman ("O Imperialismo dos EUA") + 1 s/ autor ("Tipo de Nacionalismo que convém ao Brasil").

N. 8 — (DEF. NAC. N. 535, FEV 59) — PP. 99-160 :

I — DOCTRINA

"Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba" (cont. n. ant.) — 2. "A Geopolítica e a Situação Atual do Poder no Mundo" — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel (Trd. do "Boletim del Ejercito", Cuba, de Jul-Agô 54, p. A. de A. Lima) — pp. 101-109.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"Problemas Estratégicos da África e em Particular da África do Norte" — 1. "Da África em Geral" — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel — pp. 111-121.

III — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

"O Brasil e a Defesa do Ocidente" (cont. n. ant.) — 2. "O Ocidente e o Brasil" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 123-128.

IV — FRONTEIRAS

"Brasil-Bolívia". "O Acôrdo de Roboré" (2ª Parte) — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 129-152.

V — CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

"A Geopolítica e o Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército" — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 153-154.

VI — ARTIGO ESTRANGEIRO

"Qual Deve Ser Nossa Posição em Geopolítica?" — JORGE E. ATENCIO, Ten-Cel (Trd. "Revista Militar" do Círculo Militar da República Argentina n. 10-150 p. Alvaro da Fonseca Vieira Filho, Ten) — pp. 155-159.

TÓPICOS

"Por que não tem a América Latina uma Política Exterior Independente?" + "Planos para Conquistar o Brasil" + 1 de Adolf A. Berle Jr. + 2 de Roy Nash + 3 de Sarvepalli Radhakrishnan, Sir.

N. 9 — (DEF. NAC. N. 536, MAR 59) — PP. 113-168 :

I — DOCTRINA

"Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba" (cont. n. ant.) — 3. "A Geopolítica da América do Sul" — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel (Trd. do "Boletim del Ejercito", Cuba de Jul-Agô 54, p. A. de A. Lima) — pp. 115-123.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"Problemas Estratégicos da África e em Particular da África do Norte" (concl. n. ant.) — 2. "A África do Norte" — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel — pp. 125-131.

III — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

"O Brasil e a Defesa do Ocidente" (cont. n. ant.) — 3. "O Ocidente Ameaçado" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 133-144.

IV — FRONTEIRAS

"Brasil-Bolívia". "O Acôrdo de Roboré" (3ª Parte) — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 145-161 + 1 anexo.

V — ARTIGO ESTRANGEIRO

"Como devemos Estudar Geopolítica" — GEOPOLÍTICO (Trd. da "Revista Militar" do Círculo Militar da República Argentina n. 10-50, p. Heitor Ferreira, Ten) — pp. 163-166.

VI — O LIVRO DO MÊS

"A Geografia na Política Externa" — Jayme Ribeiro da Graça, Ten-Cel (Ed. Bibl. Ex., vol. 165/1951) — Comentário p. GERARDO MAGARINOS, Maj — pp. 167-168.

TÓPICOS

1 de Stefan Zweig + 1 da "Revue Militaire Générale" + 1 de Adolf A. Berle Jr. + 1 de Mário Travassos + 1 de Mahan.

N. 10 — (DEF. NAC. N. 537, ABR 59) — PP. 95-156 :

I — DOCTRINA

"Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba" (concl. ns. ants.) — 4. "A Geopolítica de Cuba" — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel — (Trd. do "Boletim del Ejercito", Cuba, de Jul-Agô 54, p. A. de A. Lima) — pp. 97-103.

II — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

"O Brasil e a Defesa do Ocidente" (cont. n. ant.) — 4. "O Ocidente Precisa do Brasil" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 105-114.

III — GEOPOLÍTICA DA BOLÍVIA

"*Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica*" — 1. "O Processo de Retraimento do Espaço Boliviano" — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 117-132 + 4 anexos.

"*A Confraternidade Americana e a Clausura Geopolítica da Bolívia*" — HUMBERTO COSTAS E, Cel (Trd. da "Revista Militar", Bolívia n. 230-56, p. Cláudio Leig, Maj — pp. 133-139.

"*A Bolívia, uma Experiência Geopolítica*". "*Alguns Elementos da Geografia do "Pivot" Sul-Americano*" — ALFREDO A. KOLLIKER FRERS (Trd. da "Revista Militar" do Círculo Militar da República Argentina, vol. 92-3 e 4, p. Antônio de Castro Nascimento, Gen) — pp. 141-148.

"*Geopolítica Boliviana*". "*A Bolívia no Continente Sul-Americano*" — FELIPE N. VISCARRA, Gen Bda (Trd. da "Revista Militar" — Bolívia, p. Zair de Figueiredo Moreira, Maj) — pp. 149-156.

TÓPICOS

1 de Moisés Gicovate + 1 de Diderot Miranda, Ten Cel + 1 de Alcides D'Orbigny + 1 de Delgado de Carvalho + 1 de James Fairgrieve.

N. 11 — (DEF. NAC. N. 538, MAI 59) — PP. 129-174 :

I — DOCTRINA

"*Aspectos Geopolíticos do Mar*" — 1. "*Os Mares na Era da Navegação*" — EVERARDO BACKHEUSER — pp. 131-138.

II — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

"*O Brasil e a Defesa do Ocidente*" (concl. ns. ants.) — 5. "*O Brasil Depende do Ocidente*" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 139-141.

III — GEOPOLÍTICA DA BOLÍVIA

"*Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica*" (cont. n. ant.) — 2. "*Os Elementos do Poder*" — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 145-168.

"*Os Fatores Geopolíticos e Unidade Nacional*" — RAUL WICH-TENDAHL M., Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Bolívia ns. 152-153/50, p. Cláudio Leig, Maj) — pp. 169-172.

IV — CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

Instrução dos Oficiais da Guarnição de Belo Horizonte — Ano de 1957 — Programa de Geopolítica — OLYMPIO MOURÃO FILHO, Gen, e GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 173-174.

TÓPICOS

2 de Arnold Toynbee + 2 de Juarez Távora, Gen.

N. 12 — (DEF. NAC. N. 539, JUN 59) — PP. 79-158 :

EDITORIAL

"Primeiro Aniversário da Seção de Geopolítica" — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 81-82.

I — DOCTRINA

"Aspectos Geopolíticos do Mar" (concl. n. ant.) — 2. "Possibilidades Imediatas da Aviação" — EVERARDO BACKHEUSER — pp. 83-86.

"O Poder Nacional" — "Seus Fundamentos Geográficos" (1ª Parte) — MARIO TRAVASSOS, Mal — pp. 87-102.

"Os Fatores Políticos no Condicionamento do Conceito Estratégico Nacional" — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, Prof. — pp. 103-106.

"Escolas Geopolíticas" — JOÃO MENDES DA SILVA, Brig do Ar Eng — pp. 107-128.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"O Problema Vital da Segurança Nacional" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel — pp. 129-135.

III — GEOPOLÍTICA DA BOLÍVIA

"Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica" (concl. ns. ants.) — 3. "Problemas e Soluções" — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 139-148.

IV — CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

Academia Militar das Agulhas Negras — "Programa de Geopolítica" — OCTAVIO TOSTA, Maj — pp. 149-150.

V — ARTIGO ESTRANGEIRO

"O Espírito da Geopolítica" — TOMÁS GREENWOOD — (Trd. do "Memorial del Ejercito de Chile" n. 27-56 p. Heitor Ferreira, Ten) — pp. 151-156.

VI — O LIVRO DO MÊS

"Problemas do Brasil" — Adalardo Fialho, Cel (Ed. Bibl. Ex. vol. 173-174/1952) — Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Ten-Cel: n. 12 (Jun 59) — pp. 157-158.

TÓPICOS

1 do Cel Golbery + 1 do Cel Adalardo Fialho (*Situação Geopolítica das Bases do Nordeste*) + 1 de Kjellén + 1 da ABCLC (*Instabilidade e Pauperismo*) + 1 do Instituto de Munique.

2. ÍNDICE ALFABÉTICO

A Bolívia, uma Experiência Geopolítica. Alguns Elementos da Geografia do "Pivot" Sul-Americano — ALFREDO A. KOLLIKER FRERS (Trd. da "Revista Militar", Argentina p. Antônio de Castro Nascimento, Gen): N. 10 (Abr 59), pp 141-148.

- Academia Militar das Agulhas Negras* — "Programa de Geopolítica" — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 12 (Jun 59), pp 149-150.
- Acepções do Termo Estratégia* — JUAREZ TAVORA, Gen, Tópico: N. 11 (Mai 59), pp 141-142.
- Acepções do Termo Política* — JUAREZ TAVORA, Gen. Tópico: N. 11 (Mai 59), pp 174.
- A Civilização Posta à Prova* — ARNOLD TOYBEE. Tópico: N. 11 (Mai 59), pp 168.
- A Comunidade Americana* — ADOLF A. BERLE JR. Tópico: N. 9 (Mar 59), pp 131-132.
- A Confraternidade Americana e a Clausura Geopolítica da Bolívia* — HUMBERTO COSTA E, Cel (Trd. da "Revista Militar", Bolívia p. Cláudio Leig, Maj): N. 10 (Abr 59), pp 133-139.
- Adalardo Fialho, Cel* — Problemas do Brasil (Ed Bibl Ex vols. 173-174, 1952). Comentário p. Geraldo Magarinos, Ten-Cel: N. 12 (Jun 59), pp 157-158 + Tópico: N. 12 (Jun 59), pp 136 ("Situação Geopolítica das Bases do Nordeste").
- A. de A. Lima* — Trd. art. "Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba" — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel: N. 7 (Jan 59), pp 71-80 — N. 8 (Fev 59), pp. 101-109 — N. 9 (Mar 59), pp 115-123 — N. 10 (Abr 59), pp 97-103.
- A Defesa Nacional (1945-1956)*. "Índice Bibliográfico da Geopolítica" — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 1 (Jul 58), pp 95-97 — N. 2 (Agô 58), pp 95-98.
- Adolf A. Berle Jr.* — Tópicos: N. 7 (Jan 59), pp 80 ("As Três Grandes Potências do Fim do Século XX") e pp 88 — N. 8 (Fev 59), pp 128.
- A Geografia na Política Externa* — Jayme Ribeiro da Graça, Ten-Cel (Ed. Bibl. Ex. vol. 165-1951). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 9 (Mar 59), pp 167-168.
- A Geopolítica e o Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 8 (Fev 59), pp 153-154.
- A Geopolítica Geral e do Brasil* — Everardo Backheuser (Ed. Bibl. Ex. vol. 178-179/1952): Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 7 (Jul 58), pp 93-94.
- Alcides D'Orbigny* (v. D'Orbigny, Alcides).
- Alguns Trechos de "A Raça Humana em Crise"* — SARVEPALLI RADHAKRISHNAN, Sir. Tópicos: N. 8 (Fev 59), pp 159-160.
- Alvaro da Fonseca Vieira Filho, Ten* (v. Vieira Filho).
- Alfredo A. Kolliker Frers* — "A Bolívia uma Experiência Geopolítica". "Alguns Elementos da Geopolítica do "Pivot" Sul-Americano" (Trd. da "Revista Militar", Argentina p. Antônio de Castro Nascimento, Gen): N. 10 (Abr 59), pp 141-148.
- Angel Rubio* — "Visões Geográfico-Políticas Mundiais" (Trd. da "Revista Geográfica" do IPAGH p. Geraldo Magarinos, Maj): N. 4 (Out 58), pp 119-129 — Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 133-137 — N. 7 (Jan 59), pp 109-115.

Arnold Toynbee — Tópicos: N. 11 (Mai 59) pp 138 ("O Maior Mérito da História Greco-Romana") e pp 168 ("A Civilização Posta à Prova", trecho).

Associação Brasileira do Congresso pela Liberdade de Cultura — Tópico: N. 12 (Jun 59), pp 156 ("Instabilidade e Pauperismo").

Aspectos Geopolíticos do Mar — EVERARDO BACKHEUSER: N. 11 (Mai 59), pp 131-138 — N. 12 (Jun 59), pp 83-86.

As Três Grandes Potências do Fim do Século XX — ADOLF A. BERLE JR. Tópico: N. 7 (Jan 59), pp 80.

Atencio, Jorge E, Ten-Cel — "Qual Deve Ser Nossa Posição em Geopolítica?" (Trd. "Revista Militar", Argentina p. Álvaro da Fonseca Vieira Filho, Ten): N. 8 (Fev 59), pp 155-159.

Backheuser, Everardo:

"A Geopolítica Geral e do Brasil" (Ed. Bibl. Ex. vols. 178-179/52). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 1 (Jul 58), pp 93-94.

"Aspectos Geopolíticos do Mar": N. 11 (Mai 59), pp 131-138 + N. 12 (Jun 59), pp 83-86.

"O Precursor da Geopolítica no Brasil" — OCTAVIO TOSTA, Maj: Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 139-161.

"Programa Sumário da Cadeira de Geopolítica do Instituto de Direito Comparado da Pontifícia Universidade Católica": N. 1 (Jul 58), pp 81-84.

Tópicos: Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 97-98 + 113 ("Finalidades de Uma Fronteira"), 114 + 118 + 113.

Benjamin Rattenbach, Gen Div R — "Geopolítica" (Trd. da "Revista de Marina", Chile p. Heitor Ferreira, Ten): N. 2 (Agô 58), pp 91-94.

Berle Jr. (v. Adolf A. Berle Jr.).

Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 10 (Abr 59), pp 117-132 + N. 11 (Mai 59), pp 145-168 + N. 12 (Jun 59), pp 139-148.

Bolívia, País do Atlântico — IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO, Gen: N. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 115-118.

Bowen, Francis — Tópicos: N. 4 (Out 58), pp 126.

Brasil-Bolívia. O Acôrdo de Roboré (fronteira) — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 7 (Jan 59), pp 101-107 + N. 8 (Fev 59), pp 129-152 + N. 9 (Mar 59), pp 145-161.

Broock Emeny (v. Franck H. Simonds).

Cachapuz, Francisco de Barros — Tópico: Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 162 ("Sistemas de Propriedades na América Latina").

Carlos Badía Malagrida, D. (v. Malagrida, D. Carlos Badía).

Carlos de Meira Mattos, Ten-Cel (v. Meira Mattos, Carlos de).

Classificação dos Estados Pelos Tipos de Sua Produção — FRANCK H. SIMONDS e BROOKS EMENY. Tópicos: Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 137-138.

Cláudio, Juarez — Tópicos: N. 4 (Out 58), pp 120.

Cláudio Leig, Maj (v. Leig, Cláudio).

Como devemos estudar Geopolítica — "Geopolítico" (Trd da "Revista Militar", Argentina p. Heitor Ferreira, Ten): N. 9 (Mar 59), pp 163-166.

Conceituação de Geopolítica — MOISÉS GICOVATE. Tópico: N. 10 (Abr 59), pp 104.

Contradições Geográficas e Geopolíticas. Erros em Mapas do Chile — GALVARINO MONTALDO, Ten-Cel (Trd. do "Memorial del Ejercito" de Chile p. Octavio Tosta): N. 3 (Set 58), pp 75-80.

Costas E, Humberto, Cel — "A Confraternidade Americana e a Clausura Geopolítica da Bolívia" (Trd. da "Revista Militar", Bolívia p. Cláudio Leig, Maj): N. 10 (Abr 59), pp 133-139.

Delgado de Carvalho, Prof. — Tópico: N. 10 (Abr 59), pp 140.

Diderot Miranda, Ten-Cel — Tópico: N. 10 (Abr 59), pp 114.

D'Orbigny, Alcides — Tópico: N. 11 (Abr 59), pp 115.

Editorial (v. Primeiro Aniversário da "Seção de Geopolítica").

El Factor Geográfico en la Política Sudamericana (v. Malagrida, Carlos Badía).

Enemy, Brooks (v. Franck H. Simonds).

Erros em Mapas do Chile (v. Contradições Geográficas e Geopolíticas).

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (3º Ano do Curso, 1858). "Programa de Geopolítica" — Cel GOLBERY e Major TOSTA: Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 129-131.

Escolas Geopolíticas — JOÃO MENDES DA SILVA, Brig do Ar. Eng: N. 12 (Jun 59), pp 107-128.

Everardo Backheuser (v. Backheuser, Everardo).

Fábio de Macedo Soares Guimarães, Prof. — "Os Fatores Políticos no Condicionamento do Conceito Estratégico Nacional": N. 12 (Jun 59), pp.

Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais — "Programa de Geopolítica": N. 2 (Agô 58), pp 89.

Fairgrieve, James — Tópico (Abr 59), pp 148.

F. A. Raja Gabaglia (v. Raja Gabaglia, F. A.).

Felipe N. Viscarra, Gen Bda — "Geopolítica Boliviana". "A Bolívia no Continente Sul-Americano" (Trd. da "Revista Militar", Bolívia p. Zair de Figueiredo Moreira, Maj): N. 10 (Abr 59), pp 149-156.

Ferreira, Heitor (v. Heitor Ferreira, Ten).

Fialho, Adalardo (v. Adalardo Fialho, Cel).

Finalidades de Uma Fronteira — Backheuser. Tópico: Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 113.

Fonseca, James Braga Vieira (v. James Braga Vieira da Fonseca, Prof).

Francis Bowen (v. Bowen Francis).

Françisco de Barros Cachapuz (v. Cachapuz, Francisco de Barros).

Franck H. Simonds e Broocks Enemy — Tópicos: N. 4 (Out 58), pp -18 — Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 132 e pp 137-138.

Gabaglia, Raja (v. Raja Gabaglia).

- Galvarino Montaldo*, Ten-Cel — "Contradições Geográficas e Geopolíticas". "Erros em Mapas do Chile" (Trd. do "Memorial del Ejército de Chile" p. Octavio Tosta, Maj): N. 3 (Set 58), pp 75-80.
- Geopolítica* — BENJAMIN RATTENBACH, Gen Div (Trd. da "Revista de Marina", Chile p. Heitor Ferreira, Ten): N. 2 (Agô 58), pp 91-94.
- Geopolítica Boliviana. A Bolívia no Continente Sul-Americano* — FELIPE N. VISCARRAC, Gen Bda (Trd. da "Revista Militar", Bolívia p. Zair de Figueiredo Moreira, Maj): N. 10 (Abr 59), pp 149-156.
- Geopolítica do Brasil* — Lísias A. Rodrigues (Ed. Bibl. Mil. volume CXI/1947) — Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 4 (Out 58), pp 125-126.
- Geopolítica e Geo-Estratégia* — GOLBERY DO COUTO'E SILVA, Cel: N. 1 (Jul 58), pp 81-84 + N. 2 (Agô 58), pp 81-87 + N. 3 (Set 58), pp 45-50 + N. 4 (Out 58), pp 95-102 + Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 95-98.
- Geopolítica* — "Como Devemos Estudar Geopolítica" (Trd. da "Revista Militar", Argentina p. Heitor Ferreira, Ten): N. 9 (Mar 59), pp 163-166.
- Geraldo Magarinos*, Ten-Cel (v. Magarinos, Geraldo).
- Gicovate, Moisés* — Tópico: N. 10 (Abr 59), pp 104 ("Conceituação de Geopolítica").
- Golbery do Couto e Silva*, Cel:
- "Geopolítica e Geo-Estratégia": N. 1 (Jul 58), pp 81-84 + N. 2 (Agô 58), pp 81-87 + N. 3 (Set 58), pp 45-50 + N. 4 (Out 58), pp 95-102 + Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 95-98.
- "O Brasil e a Defesa do Ocidente": N. 7 (Jan 59), pp 87-88 + N. 8 (Fev 59), pp 123-128 + N. 9 (Mar 59), pp 133-144 + N. 10 (Abr 59), pp 105-114 + N. 11 (Mai 59), pp 139-141.
- "O Problema Vital da Segurança Nacional": N. 12 (Jun 59), pp 129-135.
- "Programa de Geopolítica" (+ Maj TOSTA) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (3º Ano do Curso, 1958): Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 129-131.
- "Programa de Geopolítica" (+ Gen OLYMPIO MOURÃO FILHO) — Instrução dos Oficiais da Guarnição Militar de Belo Horizonte (Ano de 1957): N. 11 (Mai 59), pp 173-174.
- Tópico: N. 12 (Jun 59), pp 128.
- Graça, Jayme Ribeiro da*, Ten-Cel — "A Geografia na Política Externa" (Ed. Bibl. Ex. vol. 165/1951). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 9 (Mar 59), pp 167-168.
- Greenwood, Tomás* — "O Espírito da Geopolítica" (Trd. do "Memorial del Ejército de Chile" p. Heitor Ferreira, Ten): N. 12 (Junho 59), pp 151-156.
- Guimarães, Fábio de Macedo Soares* (v. Fábio de Macedo Soares Guimarães, Prof.).
- Haushofer* — Tópico: N. 3 (Set 58), pp 50.

Heitor Ferreira, Ten:

Trd. art. "Como Devemos Estudar Geopolítica" — "Geopolítico": N. 9 (Mar 59), pp 163-166.

Trd. art. "Geopolítica" — BENJAMIN RATTENBACH, Gen Div R: N. 2 (Agô 58), pp 91-94.

Trd. art. "O Espírito da Geopolítica" — TOMÁS GREENWOOD: N. 12 (Jun 59), pp 151-156.

Trd. art. "O Pacífico, Epicentro Geopolítico de Um Mundo em Estruturação" — RAMÓN CAÑAS MONTALVA, Gen R: N. 1 (Jul 58), pp 87-92.

Humberto Costas E. Cel (v. Costas E, Humberto).

Ignácio José Veríssimo, Gen (v. Veríssimo, Ignácio José).

Inman, Samuel Guy — Tópico: N. 7 (Jan 59), pp 108 — ("O Imperialismo dos Estados Unidos").

Instabilidade e Pauperismo — ABCLC. Tópico: N. 12 (Jun 59), pp 156.

Instantané Brésilien — "Revista Militaire Générale". Tópico: N. 9 (Mar 59), pp 124.

Instituto de Munique — Tópico: N. 12 (Jun 59), pp 158.

Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores — Programa de Geografia do 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata: N. 3 (Set 58), pp 73.

Instrução dos Oficiais da Guarnição de Belo Horizonte (Ano de 1957) — "Programa de Geopolítica" — OLYMPIO MOURÃO FILHO, Gen e GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel: N. 11 (Mai 59), pp 173-174.

Interpretação Geopolítica do Brasil — CARLOS DE MEIRA MATTOS. Ten-Cel: Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 99-104.

James Braga Vieira da Fonseca — "O Ensino de Geografia no Brasil". "Programa de Geopolítica": N. 2 (Agô 58), pp 89.

James Fairgrieve (v. Fairgrieve, James).

Jayme Ribeiro da Graça, Ten-Cel (v. Graça, Jayme Ribeiro).

João Batista Peixoto, Ten-Cel (v. Peixoto, João Batista).

João Mendes da Silva, Brig do Ar Eng — "Escolas Geopolíticas": N. 12 (Jun 59, pp 107-128).

John E. Kieffer, Ten-Cel (v. Kieffer, John E.).

Jorge A. Vivó Escoto, Prof. — "Plano de Estudos do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras" (Universidade Autónoma do México): N. 4 (Out 58), pp 119-120.

Jorge E. Atencio, Ten-Cel (v. Atencio, Jorge E.).

Jorge Washington (v. Washington, Jorge).

Juarez, Cláudio (v. Cláudio Juarez).

Juarez Távora, Gen — Tópicos: N. 11 (Mai 59), pp 141-142 ("Acepções do Termo Estratégico") — pp 174 ("Acepções do Termo Político").

Kieffer, John E, Ten-Cel — "Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba" (Trd. da "Revista Militar", Cuba p. A. de A. Lima): N. 7 (Jan 59), pp 71-80 + N. 8 (Fev 59), pp 101-109 + N. 9 (Mar 59), pp 115-123 + N. 10 (Abr 59), pp 97-103.

Kjellén — Tópico: N. 3 (Set 58), pp 87 + N. 12 (Jun 59), pp 150.

Kolliker Frers, Alfredo A. (v. Alfredo A. Kolliker Frers).

Leig, Cláudio:

Trd. art. "A Confraternidade Americana e a Clausura Geopolítica da Bolívia" — HUMBERTO COSTAS E, Cel: N. 10 (Abr 59), pp 133-139.

Trd. art. "Os Fatores Geopolíticos e a Unidade Nacional" — RAUL WICHTENDAHL M, Ten-Cel: N. 11 (Mai 59), pp 165-172.

Lima, A. de A. — Trd. art "Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba" — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel: N. 7 (Jan 59), pp 71-80 + N. 8 (Fev 59), pp 101-109 + N. 9 (Mar 59), pp 115-123 + N. 10 (Abr 59), pp 97-103.

Limites entre o Peru e o Equador. "O Caso do Divortium Aquarum" entre os Rios Zamora e Santiago" — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 4 (Out 58), pp 113-118 + Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 119-128.

Lysias A. Rodrigues, Brig — "Geopolítica do Brasil" (Ed. Bibl. Mil. vol. CXI/1947). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 4 (Out 58), pp 125-126.

Magarinos, Geraldo, Ten-Cel:

Comentário do livro "A Geografia na Política Externa" — JAYME RIBEIRO DA GRAÇA, Ten-Cel: N. 9 (Mar 59), pp 167-168.

Comentário do livro "A Geopolítica Geral e do Brasil" — EVERARDO BACKHEUSER: N. 1 (Jul 58), pp 95-97.

Comentário do livro "Geopolítica do Brasil" — LYSIAS A. RODRIGUES, Brig: N. 4 (Out 58), pp 125-126.

Comentário do livro "Problemas do Brasil" — ADALARDO FIALHO, Cel: N. 12 (Jun 59), pp 157-158.

Trad art. "Visões Geográfica-Políticas Mundiais" — ANGEL RUBIO, Prof: N. 4 (Out 58), pp 121-124 + Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 133-137 + N. 7 (Jan 59), pp 109-115.

Mahan — Tópico: N. 9 (Mar 59), pp 168.

Malagrida, D. Carlos Badía — Trechos do livro "El Factor Geográfico en la Política Sudamericana" (Trd. p. Octavio Tosta, Maj): N. 4 (Out 58), pp 103-108.

Mário Travassos, Mal:

"O Poder Nacional, Seus Fundamentos Geográficos" (1ª Parte): N. 12 (Jun 59), pp.

Tópicos: N. 9 (Mar 59), pp 168.

Meira Mattos, Carlos de, Ten-Cel:

"Interpretação Geopolítica do Brasil": Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 99-104.

- "Problemas Estratégicos da África e em Particular da África do Norte": N. 8 (Fev 59), pp 111-121 + N. 9 (Mar 59), pp 125-131.
- Mendes da Silva (v. João Mendes da Silva, Brig do Ar Eng).
- Moisés Gicovate (v. Gicovate, Moisés).
- Montaldo, Galvarino (v. Galvarino Montaldo, Ten-Cel).
- Montalva, Ramón Cañas, Gen R — "O Pacífico, Epicentro Geopolítico de Um Mundo em Estruturação" (Trd. da "Revista de Marina", Chile p. Heitor Ferreira, Ten): N. 1 (Jul 58), pp 87-92.
- Moreira, Zair de Figueiredo (v. Zair de Figueiredo Moreira).
- Mourão Filho, Olympio, Gen (v. Olympio Mourão Filho, Gen).
- Nash, Roy — Tópicos: N. 8 (FEV 59), pp 154 e 160.
- Negreiros, Vidal — Tópicos: N. 4 (Out 58), pp 111.
- O Acôrdo de Roboré. Brasil — Bolívia (fronteira) — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 7 (Jan 59), pp 101-107 + N. 8 (FEV 58), pp 129-152 + N. 3 (MAR 59), pp 141-161.
- O Brasil e a Defesa do Ocidente — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel: N. 7 (JAN 59), pp 87-88 + N. 8 (FEV 59), pp 123-128 + N. 9 (MAR 59), pp 133-144 + N. 10 (ABR 59), pp 105-114 + N. 11 (MAI 59), pp 139-141.
- O Caso da Ilha Snipe (fronteira chileno — argentina) — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 3 (SET 58), pp 59-72.
- O Caso do "Divortium Aquarum" entre os Rios Zamora e Santiago (v. Limites entre o Peru e o Equador).
- Octavio Tosta, Maj (v. Tosta, Octavio).
- O Espírito da Geopolítica — TOMÁS GREENWOOD (Trd do "Memorial del Ejército de Chile" p. Heitor Ferreira, Ten): N. 12 (JUN 59), pp 151-156.
- O Imperialismo dos EE.UU. — SAMUEL GUY INMAN. Tópico: N. 7 (JAN 59), pp. 108.
- Olga Buarque de Lima — Trd. art. "Os Investimentos Norte-Americanos e a Evolução Econômica da América Latina" — PIERRE MONBEIG: N. 7 (JAN 59), pp 89-100.
- Olympio Mourão Filho, Gen (+ GOLBERY DO COUTO E SILVA) — Instrução dos Oficiais da Guarnição de Belo Horizonte (Ano de 1957), "Programa de Geopolítica": N. 11 (MAI 59), pp 173-174.
- O Maior Mérito da História Greco-Romana — ARNOLD TOYNBEE, Tópico: N. 11 (MAI 59), pp 138.
- Omar Emir Chaves, Cel — "O Sentido Geopolítico do Descobrimento do Brasil": Ns. 5-6 (NOV-DEZ 59), pp 105-113 + N. 7 (JAN 59), pp 81-86.
- O Pacífico, Epicentro Geopolítico de um Mundo em Estruturação — RAMÓN CAÑAS MONTALVA, Gen R (Trd. da "Revista de Marina" p. Heitor Ferreira, Ten): N. 1 (JUL 58), pp 87-92.
- O Poder Nacional, Seus Fundamentos Geográficos (1ª Parte) — MARIO TRAVASSOS, Mal: N. 12 (JUN 59), pp 87-102.
- O Problema Vital da Segurança Nacional — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel: N. 12 (JUN 59), pp 129-135.

- O Sentido Geopolítico do Descobrimento do Brasil* — OMAR EMIR CHAVES, Cel: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 105-113 + N. 7 (JAN 59), pp 81-86.
- Os Fatores Geográficos e o Mundo em que Vivemos* — JOÃO BATISTA PEIXOTO, Ten-Cel: N. 3 (SET 58), pp 51-58.
- Os Fatores Geopolíticos e a Unidade Nacional* — RAUL WICHTENDALH M, Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Bolívia, p. Cláudio Leig, Maj): N. 11 (MAI 59), pp 169-172).
- Os Fatores Políticos no Condicionamento do Conceito Estratégico Nacional* — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, Prof: N. 12 (JUN 59), pp 103-106.
- Os Grandes Impérios da América Latina* — Introdução de OCTAVIO TOSTA, Maj + transc. trechos do livro "El Factor Geográfico en la Política Sul-Americana" de CARLOS BADIA MALAGRIDA: N. 4 (OUT 58), pp 103-111.
- Os Investimentos Norte-Americanos e a Evolução Econômica da América Latina* — PIERRE MONREIG (Trd. dos "Annales de Géographie", Paris, p. Olga Buarque de Lima): N. 7 (JAN 59), pp 89-100.
- Peixoto, João Batista, Ten-Cel* — "Os Fatores Geográficos e o Mundo em que vivemos": N. 3 (SET 58), pp 51-58.
- Plano de Estudos do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras. Universidade Nacional Autônoma do México* — JORGE A. VIVÓ ESCOTO, Prof: N. 4 (OUT 58), pp 119-120.
- Planos para Conquistar o Brasil* (compilação p. Octavio Tosta, Maj) — Tópico: N. 8 (FEV 59), pp 121-122.
- Por quê a América Latina não tem uma Política Independente?* — s/autor — Tópico N. 8 (FEV 59), pp 109-110.
- Primeiro Aniversário da Seção de Geopolítica, Editorial* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 12 (JUN 59), pp 81-82.
- Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba* — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Cuba, p. A. de A. Lima): N. 7 (JAN 59), pp 7180 + N. 8 (FEV 59), pp 101-109 + N. 9 (MAR 59), pp 115 — 123 + N. 10 (ABR 59), pp 97-103.
- Problemas do Brasil* — Adalardo Fialho (Ed. Bibl. Ex. vols. 173-174/1952). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Ten-Cel: N. 12 (JUN 59), pp 157-158.
- Problemas Estratégicos da África e em Particular da África do Norte* — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel: N. 8 (FEV 59), pp 111-121 + N. 9 (MAR 59), pp 125-131.
- Programa de Geografia do 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Instituto Rio Branco* — Ministério das Relações Exteriores: N. 3 (SET 58), pp 73.
- Programa de Geopolítica. Academia Militar das Agulhas Negras* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 12 (JUN 59), pp 149-150.
- Programa de Geopolítica. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército* (3º Ano do Curso, 1958), — Cel GOLBERY e Maj TOSTA: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 129-131.
- Programa de Geopolítica. Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais* (Transcr. de "O Ensino de Geografia no Brasil" — JAMES BRAGA VIEIRA DA FONSECA, Prof): N. 2 (AGÔ 58), pp 89.

- Programa de Geopolítica. Instrução dos Oficiais da Guarnição de Belo Horizonte (Ano de 1947)* — OLYMPIO MOURÃO FILHO, Gen e GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel: N. 11 (MAI 59), pp 173-174.
- Programa Sumário da Cadeira de Geopolítica do Instituto de Direito Comparado da Pontificia Universidade Católica* — EVERARDO BACKHEUSER, Prof: N. 1 (JUL 58), pp 85.
- Qual Deve Ser Nossa Posição em Geopolítica?* — JORGE E. ATENCIO, Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Argentina, p. Álvaro da Fonseca Vieira Filho, Ten): N. 8 (FEV 59), pp 155-159.
- Quincy Wright — Tópico: N. 4 (OUT 58), pp 102.
- Radhakrishnan, Sir Sarvepalli — Alguns Trechos de "A Raça Humana em Crise". Tópicos: N. 8 (FEV 59), pp 159-160.
- Raja Gabaglia, F.A. — Tópico: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 98.
- Ramón Cañas Montalva, Gen R (v. Montalva, Ramón Cañas).
- Rattenbach, Benjamin, Gen Div R (v. Benjamin Ratenbach, Gen Div R).
- Ratzel — Tópicos: N. 3 (SET 58), pp 58 + 72 + 80 + 87.
- Raul Wichtendahl M., Ten-Cel (v. Wichtendahl M., Raul).
- Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* — (de 1943 a 1954). "Índice Bibliográfico de Geopolítica" — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 3 (SET 58), pp 81-87.
- Revue Militaire Générale* — Tópico: N. 9 (MAR 59), pp 124.
- Roy Nash (v. Nash, Roy).
- Rubio, Angel, Prof — "Visões Geográfico-Políticas Mundiais" (Trd. da "Revista Geográfica do I.P.A.G.H.", p. Geraldo Magarinos, Maj): N. 4 (OUT 58), pp 121-124 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ), pp 133-137 + N. 7 (JAN 59), pp 109-115.
- Samuel Guy Inman (v. Inman, Samuel Guy).
- Sarvepalli Radhakrishnan, Sir (v. Radhakrishnan, Sir Sarvepalli).
- Silva, Golbery do Couto e, Ten-Cel (v. Golbery do Couto e Silva, Cel).
- Silva, João Mendes da, Brig. (v. João Mendes da Silva, Brig. do Ar Eng.).
- Simonds, Franck H. (v. Franck H. Simonds).
- Sistemas de Propriedades na América Latina* — FRANCISCO DE BARROS CHAPUZ. Tópico: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 59), pp 162.
- Situação Geopolítica das Bases do Nordeste* — ADALARDO FIALHO, Cel. Tópico: N. 12 (JUN 59), pp 136.
- Spkkman — Tópicos: 3 (SET 58), pp 50 + 58 + 72.
- Stefan Zweig (v. Zweig, Stefan).
- Távora, Juarez, Gen (v. Juarez Távora, Gen).
- Tipo de Nacionalismo que Convém ao Brasil* — s. autor. Tópico: N. 7 (JAN 59), pp 116.
- Tomás Greenwood (v. Greenwood, Tomás).
- Tosta, Octavio, Maj:
- "A Geopolítica e o Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército": N. 8 (FEV 59), pp 153-154.
- "Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica": N. 10 (ABR 59), pp 117-132 + N. 11 (MAI 59), pp 145-168 + N. 12 (JUN 59), pp 139-148.

- "Brasil-Bolívia" (fronteira). "O Acôrdo de Roboré": N. 7 (JAN 59), pp 101-107 + N. 8 (FEV 59), pp 129-152 + N. 9 (MAR 59), pp 145-161.
- "Everardo Backheuser, Precursor da Geopolítica no Brasil": Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 139-161.
- "Índice Bibliográfico de Geopolítica da "A Defesa Nacional" (1945-1956): N. 1 (JUL 58), pp 95-97 + N. 2 (AGÔ 58), pp 95-98.
- "Índice Bibliográfico de Geopolítica da *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*" N. 3 (SET 58), pp 81-87.
- Introdução de "Os Grandes Impérios da América Latina" e Trd. trechos do livro "El Factor Geográfico en la Política Sudamericana" de CARLOS BADÍA MALAGRINA: N. 4 (OUT 58), pp 103-111.
- "Limites Entre o Peru e o Equador". "O Caso do *Divortium-Aquarum* Entre os Rios Zamora e Santiago" N. 4 (OUT 58), pp 113-118 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 119-128.
- "O Caso da Ilha Snipe" (fronteira chileno-argentina): N. 3 (SET 58), pp 59-72.
- "Primeiro Aniversário da *Seção de Geopolítica*": N. 12 (JUN 59), pp 139-148.
- "Programa de Geopolítica". Academia Militar das Agulhas Negras: N. 12 (JUN 59), pp 149-150.
- "Programa de Geopolítica". Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (3º ano do Curso, 1948) + Cel GOLBERY: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 129-131.
- Trad. art. "Contradições Geográficas e Geopolíticas". "Erros em Mapas do Chile" — GALVARINO MONTALDO, Ten-Cel: N. 3 (SET 58), pp 75-80.
- Travassos, Mario, Mal (v. Mario Travassos, Mal).
- Trecho de "O Fator Econômico" — FRANK H. SIMONDS e BROOKS EMENY. Tópico: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 132.
- Um só Mundo — Diderot Miranda, Ten-Cel. Tópico: N. 10 (ABR 59), pp 114.
- Universidade Nacional Autónoma do México. "Plano de Estudos do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras" — JORGE A. VIVÓ ESCOTO, Prof: N. 4 (OUT 58), pp 119-120.
- Veríssimo, Ignácio José, Gen — "Bolívia, País do Atlântico": Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 115-118.
- Vidal, Negreiros (v. Negreiros Vidal).
- Vieira Filho, Álvaro da Fonseca, Ten — Trad. art. "Qual Deve Ser Nossa Posição em Geopolítica?" — JORGE E. ATENCIO, Ten-Cel: N. 8 (FEV 59), pp 155-159.
- Viscarra, Felipe N., Gen-Bda — "Geopolítica Boliviana". "A Bolívia no Continente Sul-Americano" (Trd. da "Revista Militar, Bolívia, p. Zair de Figueiredo Moreira, Maj): N. 10 (ABR 59), pp 149-156.
- Visões Geográfico-Políticas Mundiais — ANGEL RUBIO, Prof (Trd. da "Revista Geográfica" do IPAGH, p. Geraldo Magarinos, Maj): N. 4 (OUT 58), pp 119-120 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 133-137 + N. 7 (JAN 59), pp 109-115.
- Vivó Escoto, Jorge A., Prof (v. Jorge A. Vivó Escoto, Prof).
- Washington, Jorge — Tópicos: N. 7 (MAR 59), pp 100.

Wichtendahl M., Raul, Ten-Cel — "Os Fatores Geopolíticos e a Unidade Nacional" (Trd. da "Revista Militar", Bolívia, p. Cláudio Leig, Maj): N. 11 (MAI 59), pp 169-172.

Wright, Quincy (v. Quincy Wright).

Zair de Figueiredo Moreira, Maj — Trad. art. "Geopolítica Boliviana". "A Bolívia no Continente Sul-Americano" — FELIPE N. VISCARRA, Gen-Bda: N. 10 (ABR 59), pp 149-156.

Zweig, Stefan — Tópico: N. 9 (MAR 59), pp 124.

ABCLC — Tópico: N. 12 (JUN 59), pp 156 ("Instabilidade e Pauperismo").

3. ÍNDICE DOS AUTORES

Adalardo FIALHO, Cel (v. Fialho, Adalardo).

Adolf A. BERLE JR. (v. Berle Jr., Adolf A.).

Alcides D'ORBIGNY (v. D'Orbigny, Alcides).

Alfredo A. KOLLIKER FRERS (v. Kolliker Frers, Alfredo A.)

Angel RUBIQ, Prof (v. Rubio, Angel).

ATENCIO, Jorge E., Ten-Cel:

Qual Deve Ser Nossa Posição em Geopolítica? (Trad. da "Revista Militar, Argentina, p. Álvaro da Fonseca Vieira Filho, Ten): N. 8 (FEV 59), pp 155-159.

BACKHEUSER, Everardo:

Aspectos Geopolíticos do Mar: N. 11 (MAI 59), pp 131-138 + 12 (JUN 59), pp 83-86.

Programa Sumário da Cadeira de Geopolítica do Instituto de Direito Comparado da Pontifícia Universidade Católica: N. 1 (JUL 58), pp 81-84.

Tópicos: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 97-98 + 113 ("Finalidades de Uma Fronteira") + 114 + 118 + 131.

BENJAMIN RATTENBACH, Gen-Div R (v. Rattenbach, Benjamin).

BERLE JR, Adolf A.

Tópicos: N. 7 (JAN 59), pp 80 ("As Três Grandes Potências do Fim do Século XX") e pp 88 + N. 8 (FEV 59), pp 128.

BOWEM, Francis.

Tópico: N. 4 (OUT 58), pp 126.

Broocks EMENY (v. Emeny, Broocks).

CACHAPUZ, Francisco de Barros.

Tópico: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 162 ("Sistemas de Propriedades na América Latina").

Carlos Badiá MALAGRIDA, D. (v. Malagrida, D. Carlos Badiá).

Carlos de MEIRA MATTOS, Ten-Cel (v. Meira Mattos, Carlos).

Chaves, OMAR Emir, Cel (v. Omar Emir Chaves, Cel).

CLÁUDIO JUAREZ.

Tópico: N. 4 (OUT 58), pp 120.

COSTAS E. Humberto, Cel.

A Confraternidade Americana e a Clausura Geopolítica da Bolívia (Trd. da "Revista Militar", Bolívia, p. Cláudio Leig, Maj): N. 10 (ABR 59), pp 133-139.

DELGADO DE CARVALHO, Prof.

Tópico: N. 10 (ABR 59), pp 140.

D'ORBIGNY, Alcides.

Tópico: N. 10 (ABR 59), pp 115.

EMENY, Brooks (e Frank H. Simonds).

Tópicos: N. 4 (OUT 58), pp 118 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 132 ("Trecho de O Fator Econômico") e pp 137-138 ("Classificação dos Estados pelo Tipo de Sua Produção").

Everardo BACKHEUSER (v. Backheuser, Everardo).

Fabio de Macedo Soares GUIMARÃES, Prof (v. Guimarães, Fábio de Macedo Soares).

FAIRGRIEVE, James.

Tópico: N. 10 (ABR 59), pp 148.

F.A. RAJA GABAGLIA (v. Raja Gabaglia, F.A.).

Felipe N. VISCARRA (v. Viscarra, Felipe N.).

FIALHO, Adalardo, Cel

Tópico: N. 12 (JUN 59), pp 136 ("Situação Geopolítica das Bases do Nordeste").

Francis BOWEN (v. Bowen, Francis).

Francisco de Barros CACHAPUZ (v. Cachapuz, Francisco de Barros).

Frank H. SIMONDS e Brooks Emeny (v. Simonds, Frank H.).

GABAGLIA, RAJA (v. Raja Gabaglia).

Galvarino MONTALDO, Ten-Cel (v. Montaldo, Galvarino).

"GEOPOLÍTICO"

Como Devemos Estudar Geopolítica (Trd. da "Revista Militar", Argentina p. Heitor Ferreira, Ten): N. 9 (MAR 59), pp 163-166; 1 fig.

Geraldo MAGARINOS, Ten-Cel (v. Magarinos, Geraldo).

GICOVATE, Moisés

Tópico: N. 10 (ABR 59), pp 104 ("Conceituação de Geopolítica").

GOLBERY do Couto e Silva, Cel

Geopolítica e Geo-Estratégia: N. 1 (JUL 58), pp 81-94 + N. 2 (AGÔ 58), pp 81-87 + N. 3 (SET 58), pp 45-50 + N. 4 (OUT 58), pp 95-102 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 95-98; 3 quadr.

Programa de Geopolítica (+ Maj TOSTA). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (3º Ano do Curso, 1958): Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 129-131.

O Brasil e a Defesa do Ocidente: N. 7 (JAN 59), pp 87-88 + N. 8 (FEV 59), pp 123-128 + N. 9 (MAR 59), pp 133-144 + N. 10 (ABR 59), pp 105-114 + N. 11 (MAI 59), pp 139-141; 3 fig.

Programa de Geopolítica (+ Gen Olympio MOURÃO FILHO). Instrução dos Oficiais da Guarnição Militar de Belo Horizonte (Ano de 1957): N. 11 (MAI 59), pp 173-174.

O Problema Vital da Segurança Nacional: N. 12 (JUN 59), pp. 129-135.

GREENWOOD, Tomás

O Espírito da Geopolítica (Trd do "Memorial del Ejercito de Chile" p. Heitor Ferreira, Ten): N. 12 (JUN 59), pp 151-156.

GUIMARAES, Fábio de Macedo Soares

Os Fatores Políticos no Condicionamento do Conceito Estratégico Nacional: N. 12 (JUN 59), pp. 103-106.

HAUSHOFFER

Tópico: N. 3 (SET 58), pp. 50.

Humberto COSTAS E, Cel (v. Costas, Humberto).

Ignácio José VERÍSSIMO, Gen (v. Veríssimo, Ignácio José).

INMAN, Samuel Guy

Tópico: N. 7 (JAN 59), pp. 108 ("O Imperialismo dos EE.UU.").

James FAIRGRIEVE (v. Fairgrieve, James).

João Batista PEIXOTO, Ten-Cel (v. Peixoto, João Batista).

JOÃO MENDES da Silva, Brig do Ar Eng

Escolas Geopolíticas: N. 12 (JUN 59), pp 107-128; 5 fig.

John E. KIEFFER, Ten-Cel (v. Kieffer, John E.).

Jorge A. VIVÓ ESCOTO (v. Vivó Escoto, Jorge A.).

Jorge E. ATENCIO, Ten-Cel (v. Atencio, Jorge E.).

Jorge WASHINGTON (v. Washington, Jorge).

JUAREZ, CLÁUDIO (v. Cláudio Juarez).

JUAREZ TÁVORA, Gen

Tópicos: N. 11 (MAI 59), pp 141-142 ("Acepções do Termo Estratégia") + pp 174 ("Acepções do Termo Política").

KIEFFER, John E., Ten-Cel

Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba (Trd da "Revista Militar", Cuba p. A. de A. Lima): N. 7 (JAN 59), pp 71-80 + N. 8 (FEV 59), pp 101-109 + N. 9 (MAR 59), pp 115-123 + N. 10 (ABR 59), pp 97-103.

KJELLÉN

Tópico: N. 3 (SET 58), pp. 87 + N. 12 (JUN 59), pp. 150.

KOLLIKER FRES, Alfred A.

A Bolívia uma Experiência Geopolítica. Alguns Elementos da Geopolítica do "Pivot" Sul-Americano (Trd. da "Revista Militar" Argentina, p. Antônio de Castro Nascimento, Gen): N. 10 (ABR 59), pp 141-148.

MAGARINOS, Geraldo, Ten-Cel

Comentário do livro "A Geografia na Política Externa" — JAYME RIBEIRO DA GRAÇA, Ten-Cel: N. 9 (MAR 59), pp 167-168; 1 fig.

Comentário do livro "A Geopolítica Geral e do Brasil" — EVERARDO BACKHEUSER: N. 1 (JUL 58), pp 95-97.

Comentário do livro "Geopolítica do Brasil" — LYSIAS A. RODRIGUES, Brig: N. 4 (OUT 58), pp 125-126; 1 fig.

Comentário do livro "Problemas do Brasil" — ADALARDO FIALHO,
Ten-Cel: N. 12 (JUN 59), pp 157-158; 1 fig.

MAHAN

Tópico: N. 9 (MAR 59), pp 168.

MALAGRIDA, Carlos Badia

Trechos do livro "El Factor Geográfico en la Política Sudamericana"
(Trd. p. Octavio Tosta, Maj), incluídos em "Os Grandes Impérios
da América Latina": N. 4 (OUT 58), pp 103-111. 6 fig.

MARIO TRAVASSOS, Mal

"O Poder Nacional, Seus Fundamentos Geográficos" (1ª Parte): N. 12
(JUN 59), pp. 87-102; 8.

MEIRA MATTOS, Carlos de, Ten-Cel

Interpretação Geopolítica do Brasil: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 99-
104.

Problemas Estratégicos da África em Particular da África do Norte:
N. 8 (FEV 59), pp 111-121 + N. 9 (MAR 59), pp 125-131; 1
fig. + 1 quadr.

Moisés GICOVATE (v. Gicovate, Moisés).

MONTALDO, Galvarino, Ten-Cel

Contradições Geográficas e Geopolíticas. Erros em Mapas do Chile
(Trd. do "Memorial del Ejército de Chile" p. Octavio Tosta,
Maj): N. 3 (SET 58), pp 75-80; 1 fig.

MONTALVA, Ramón Cañas, Gen R

O Pacífico, Epicentro Geopolítico de um Mundo em Estruturação
(Trd. da "Revista de Marina", Chile, p. Heitor Ferreira, Ten):
N. 1 (JUL 58), pp 87-92.

MOURÃO FILHO, Olympio, Gen

Programa de Geopolítica (+ Cel GOLBERY do Couto e Silva). Ins-
trução dos Oficiais da Guarnição Militar de Belo Horizonte (Ano
de 1957): N. 11 (MAI 59), pp 173-174.

NASH, Roy

Tópicos: Ns. 8 (FEV 59), pp 154 + 160.

NEGREIROS, Vidal

Tópicos: N. 4 (OUT 58), pp 111.

Octavio TOSTA, Maj (v. Tosta, Octavio).

Olympio MOURÃO FILHO, Gen (v. Mourão Filho, Olympio).

OMAR Emir Chaves, Cel

O Sentido Geopolítico do Descobrimento do Brasil: Ns. 5-6 (NOV-
DEZ 58), pp 105-113 + N. 7 (JAN 59), pp 81-86.

PEIXOTO, João Batista, Ten-Cel

Os Fatores Geográficos e o Mundo em que Vivemos: N. 3 (SET 58),
pp 51-58; 2 fig.

QUINCY WRIGHT

Tópico: N. 4 (OUT 58), pp 102.

RADHAKRISHNAN, Sir Sarvepalli

Tópicos: Trechos do artigo "A Raça Humana em Crise": N. 8 (FEV 59), pp 159-160.

RAJA GABAGLIA, F.A.

Tópico: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 98.

Ramón Cañas MONTALVA, Gen R (v. Montalva, Ramón Cañas).

RATTENBACH, Benjamin, Gen-Div R

Geopolítica (Trd. da "Revista de Marina", Chile, p. Heitor Ferreira, Ten): N. 2 (AGÔ 58), pp 91-94.

RATZEL

Tópicos: N. 3 (SET 58), pp 58 + 72 + 80 + 87.

Raul WICHTENDAHL M., Ten-Cel (v. Wichtendahl M., Raul).

"REVUE MILITAIRE GÉNÉRALE"

Tópico: N. 9 (MAR 59), pp 124.

Roy NASH (v. Nash, Roy).

RUBIO, Angel, Prof.

Visões Geográfico-Políticas Mundiais (Trd. da "Revista Geográfica" do IPAGH, p. Geraldo Magarinos, Maj): N. 4 (OUT 58), pp 121-124 + N. 5 (NOV 58), pp 121-124 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 133-137 + N. 7 (JAN 59), pp 109-115.

Samuel Guy INMAN (v. Inman, Samuel Guy).

Sarvepalli RADHAKRISHNAN, Sir (v. Radhakrishnan, Sir Sarvepalli).

Silva, GOLBERY do Couto e, Cel (v. Golbery do Couto e Silva, Cel).

Silva, JOÃO MENDES da, Brig do Ar Eng (v. João Mendes da Silva, Brig).

SIMONDS, Franck H e Broks EMENY

Tópicos: N. 4 (OUT 58), pp 118 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 132 ("Trecho de O Fator Econômico") e pp 137-138 ("Classificação dos Estados Pelo Tipo de Sua Produção").

SPYKMAN

Tópicos: N. 3 (SET 58), pp 50 + 58 + 72.

STEFAN ZWEIG

Tópico: N. 9 (MAR 59), pp 124.

TÁVORA, JUAREZ, Gen (v. Juarez Távora, Gen).

Tomás GREENWOOD (v. Greenwood, Tomás).

TOSTA, Octavio, Maj

A Geopolítica e o Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: N. 8 (FEV 59), pp 153-154.

Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica: N. 10 (ABR 59), pp 117-132 + N. 11 (MAI 59), pp 145-168 + N. 12 (JUN 59), pp. 139-148; 14 fig. (4 anexas).

Brasil-Bolívia (fronteira). O Acôrdo de Roboré: N. 7 (JAN 59), pp 101-107 + N. 8 (FEV 59), pp 129-152 + N. 9 (MAR 59), pp 145-161; 17 fig. (1 anexa).

Everardo Backheuser, Precursor da Geopolítica no Brasil: Ns. 5-6 (Nov-DEZ 58), pp 139-161; 4 fig + 1 quadro.

- Índice Bibliográfico de Geopolítica da "A Defesa Nacional"* (1945-1956): N. 1 (JUL 58), pp 95-97 + N. 2 (AGÔ 58), pp 95-98.
- Índice Bibliográfico de Geopolítica da "Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil"*: N. 3 (SET 58), pp 81-87.
- Introdução de "Os Grandes Impérios da América Latina"*: 6 fig.
- Limites Entre o Peru e o Equador. O Caso do "Divortium-Aquarum"*
Entre os Rios Zamora e Santiago: N. 4 (OUT 58), pp 113-118 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 119-128; 5 fig (1 anexa).
- O Caso da Ilha Snipe* (fronteira chileno-argentina): N. 3 (SET 58), pp 59-72; 5 fig + 1 quadro.
- Primeiro Aniversário da "Seção de Geopolítica"*: N. 12 (JUN 59), pp. 81-82.
- Programa de Geopolítica. Academia Militar das Agulhas Negras*: N. 12 (JUN 59), pp 149-150.
- Programa de Geopolítica (+ Cel GOLBERY). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército* (3º ano do Curso, 1948): Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 129-131.

TRAVASSOS, MÁRIO, Mal (v. MÁRIO TRAVASSOS, Mal).

VERÍSSIMO, Ignácio José, Gen

Bolívia, País do Atlântico: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 115-118.

Vidal NEGREIROS (v. Negreiros, Vidal).

VISCARRA, Felipe N., Gen-Bda

Geopolítica Boliviana. A Bolívia no Continente Sul-Americano. (Trd. da "Revista Militar", Bolívia, p. Zair de Figueiredo Moreira, Maj): N. 10 (ABR 59), pp 149-156.

VIVÓ ESCOTO, Jorge A., Prof.

Plano de Estudos do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras. "Universidade Nacional Autônoma do México": N. 4 (OUT 58), pp. 119-120.

WASHINGTON, Jorge

Tópico: N. 7 (MAR 59), pp 100.

WICHTENDAHL M., Raul, Ten-Cel

Os Fatores Geopolíticos e a Unidade Nacional (Trd. da "Revista Militar", Bolívia, p. Cláudio Leig, Maj): N. 11 (MAI 59), pp. 169-172.

WRIGHT, QUINCY (v. Quincy Wright).

ZWEIG, STEFAN (v. Stefan Zweig).

4. ÍNDICE DE ASSUNTOS

AMÉRICA LATINA

A Bolívia. Uma Experiência Geopolítica. Alguns Elementos da Geografia do "Pivot" Sul-Americano — ALFREDO A. KOLLIKER FRERS (Trd. da "Revista Militar" Argentina, p. Antônio de Castro Nascimento, Gen): N. 10 (ABR 59), pp 141-148.

A Comunidade Americana — ADOLF A. BERLE. *Tópico*: N. 9 (MAR 59), pp 131-132.

- A Confraternidade Americana e a Clausura Geopolítica da Bolívia* — HUMBERTO COSTAS E., Cel (Trad. da "Revista Militar", Bolívia, p. Cláudio Leig, Maj): N. 10 (ABR 59), pp 133-139.
- As Três Grandes Potências do Fim do Século XX* — ADOLF A. BERLE. Tópico: N. 7 (JAN 59), pp 80.
- Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 10 (ABR 59), pp 117-132 + N. 11 (MAI 59), pp 145-168 + N. 12 (JUN 59), pp. 139-148; 14 fig. (4 anexas).
- Bolívia, País do Atlântico* — IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO, Gen: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 115-118.
- Brasil — Bolívia. O Acôrdo de Roboré (fronteira)* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 7 (JAN 59), pp 101-107 + N. 8 (FEV 59), pp 129-152 + N. 9 (MAR 59), pp 145-161; 17 fig. (1 anexa).
- Geopolítica Boliviana. A Bolívia no Continente Sul-Americano* — FELIPE N. VISCARRA, Gen-Bda R (Trd. da "Revista Militar", Bolívia, p. Zair de Figueiredo Moreira, Maj): N. 10 (ABR 59), pp 149-156.
- Instantané Brésilien* — "REVISTA MILITAIRE GÉNÉRALE". Tópico: N. 9 (MAR 59), pp 124.
- Interpretação Geopolítica do Brasil* — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 99-104.
- Limites Entre o Peru e o Equador. O Caso do "Divortium-Aquarum" Entre os Rios Santiago e Zamora* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 4 (OUT 58), pp 113-118 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp. 119-128; 5 fig. (1 anexa).
- O Acôrdo de Roboré* — fronteira (v. Brasil — Bolívia).
- O Brasil e a Defesa do Ocidente* — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel: N. 7 (JAN 59), pp 87-88 + N. 8 (FEV 59), pp 123-128 + N. 9 (MAR 59), pp 133-144 + N. 10 (ABR 59), pp 105-114 + N. 11 (MAI 59), pp 139-141; 3 fig.
- O Caso da Ilha Snipe (front. chileno-argentina)* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 3 (SET 58), pp 59-72; 5 fig + 1 quadro.
- O Caso do "Divortium-Aquarum" Entre os Rios Zamora e Santiago (v. Limites Entre o Peru e o Equador).*
- O Imperialismo dos Estados Unidos* — SAMUEL GUY INMAN. Tópico: N. 7 (JAN 59), pp 108.
- O Pacífico, Epicentro Geopolítico de um Mundo em Estruturação* — RAMÓN CANAS MONTALVA, Gen R (Trd. da "Revista de Marina", Chile, p. Heitor Ferreira, Ten): N. 1 (JUL 58), pp 87-92.
- O Poder Nacional, Seus Fundamentos Geográficos (1ª Parte)* — MÁRIO TRAVASSOS, Mal: N. 12 (JUN 59), pp. 187-102.
- O Problema Vital da Segurança Nacional* — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel: N. 12 (JUN 59), pp. 129-135.
- O Sentido Geopolítico do Descobrimento do Brasil* — OMAR EMIR CHAVES, Cel: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 105-113 + N. 7 (JAN 59), pp 81-86.
- Os Fatores Geopolíticos e a Unidade Nacional* — RAUL WICH-TENDAHL M., Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Bolívia, p. Cláudio Leig, Maj): N. 11 (MAI 59), pp. 169-172.
- Os Fatores Políticos no Condicionamento do Conceito Estratégico Nacional* — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, Prof.: N. 12 (JUN 59), pp. 103-106.

Os Grandes Impérios da América Latina — Introdução de OCTAVIO TOSTA, Maj + transcr. trechos do livro "El Factor Geográfico en la Política Sudamericana", de CARLOS BADÍA MALA-GRIDA: N. 4 (OUT 58), pp 103-111; 6 fig.

Os Investimentos Norte-Americanos e a Evolução Econômica da América Latina — PIERRE MONBEIG (Trd. dos "Annales de Géographie", Paris, p. Olga Buarque de Lima): N. 7 (JAN 59), pp 89-100.

Planos Para Conquistar o Brasil — (Compilação p. Octavio Tosta, Maj). Tópico: N. 8 (FEV 59), pp 121-122.

Porque a América Latina não tem uma Política Independente? — s. autor. Tópico: N. 8 (FEV 59), pp 109-110.

Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Cuba, p. A. de A. Lima): N. 7 (JAN 59), pp 71-80 + N. 8 (FEV 59), pp 101-109 + N. 9 (MAR 59), pp 115-123 + N. 10 (ABR 59), pp 97-103.

Sistemas de Propriedades na América Latina — FRANCISCO DE BARROS CACHAPUZ. Tópico: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 162.

Situação Geopolítica das Bases do Nordeste — ADALARDO FIALHO, Cel. Tópico: N. 12 (JUN 59), pp. 136.

Tipo de Nacionalismo que Convém ao Brasil — s. autor. Tópico: N. 7 (JAN 59), pp 116.

ARGENTINA

O Caso da Ilha Snipe (fronteira argentino-chilena) — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 3 (SET 58), pp 59-72; 5 fig. + 1 quadro.

Qual deve Ser Nossa Posição em Geopolítica? — JORGE E. ATENCIO, Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Argentina, p. Álvaro da Fonseca Vieira Filho, Ten): N. 8 (FEV 59), pp 155-159.

ARTIGOS ESTRANGEIROS

A Bolívia, Uma Experiência Geopolítica. Alguns Elementos de Geografia do "Pivot" Sul-Americano — ALFREDO A. KOLLIKER FRERS (Trd. da "Revista Militar", ARGENTINA, p. Antônio de Castro Nascimento, Gen): N. 10 (ABR 59), pp 141-148.

A Confraternidade Americana e a Clausura Geopolítica da Bolívia HUMBERTO COSTAS E., Cel (Trad. da "Revista Militar", BOLÍVIA, p. Cláudio Leig, Maj): N. 10 (ABR 59), pp 133-139.

Como Devemos Estudar Geopolítica — "GEOPOLÍTICO" (Trd. da "Revista Militar", ARGENTINA, p. Heitor Ferreira, Ten): N. 9 (MAR 59), pp 163-166.

Contradições Geográficas e Geopolíticas. Erros em Mapas do Chile. GALVARINO MONTALDO, Ten-Cel (Trd. do "Memorial del Ejército de CHILE", p. OCTAVIO TOSTA, Maj): N. 3 (SET 58), pp 75-80; 1 fig.

Geopolítica — BENJAMIN RATTENBACH, GenDiv R (Tr: "Revista de Mariña", CHILE, p. Heitor Ferreira, Ten): N. 2 (AGÔ 58), pp 91-94.

Geopolítica Boliviana. A Bolívia no Continente Sul-Americano — FELIPE N. VISCARRA C., Gen Bda (Trd. da "Revista Militar", BOLÍVIA, p. Zair de Figueiredo Moreira, Maj): N. 10 (ABR 59), pp 149-156.

O Espírito da Geopolítica — TOMÁS GREENWOOD (Trd. do "Memorial del Ejército de CHILE", p. Heitor Ferreira, Ten): N. 12 (JUN 59), pp. 151-156.

- O Pacífico, Epicentro Geopolítico de Um Mundo em Estruturação* — RAMÓN CANAS MONTALVA, Gen R (Trad. da "Revista de Marinha", CHILE, p. Heitor Ferreira, Ten): N. 1 (JUL 58), pp. 87-92.
- Os Fatores Geopolíticos e a Unidade Nacional* — RAUL WICHTEN-DAHLM., Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", BOLÍVIA, p. Cláudio Leig, Maj): N. 11 (MAI 59), pp 169-172.
- Os Investimentos Norte-Americanos e a Evolução Econômica da América Latina* — PIERRE MONBEIG (Trd. dos "Annales de Géographie", Paris, FRANÇA, p. Olga Buarque de Lima): N. 7 (JAN 59), pp 89-100.
- Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba* — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", CUBA, p. A. de A. Lima): N. 7 (JAN 59), pp 71-80 + N. 8 (FEV 59), pp 101-109 + N. 9 (MAR 59), pp 115-123 + N. 10 (ABR 59), pp 97-103.
- Qual Deve Ser Nossa Posição em Geopolítica?* — JORGE E. ATENCIO, Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", ARGENTINA, p. Álvaro da Fonseca Vieira Filho, Ten): N. 8 (FEV 59), pp 155-159.
- Visões Geográfico-Políticas Mundiais* — ANGEL RUBIO, Prof. (Trd. da "Revista Geográfica", do I.P.A.G.H., p. Geraldo Magarinos, Maj): N. 4 (OUT 58), pp 119-120 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 133-137 + N. 7 (JAN 59), pp 109-115.

BIBLIOGRAFIA

- A Defesa Nacional (1945-1956). "Índice Bibliográfico"* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 1 (JUL 58), pp 95-97 + N. 2 (AGÔ 58), pp 95-98.
- A Geografia na Política Externa* — Jayme Ribeiro da Graça, Ten-Cel (Ed. da Bibl. Ex., vol. 165-1951). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 9 (MAR 59), pp 167-168, 1 fig.
- A Geopolítica Geral e do Brasil* — Everardo Backheuser (Ed. da Bibl. Ex., vols. 178-179/1952). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 1 (JUL 58), pp 93-94.
- Everardo Backheuser, o Precursor da Geopolítica no Brasil* — II — Trabalhos sobre Geopolítica — OCTAVIO TOSTA, Maj: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 148-160; 3 fig.
- Geopolítica do Brasil* — Lísias A. Rodrigues (Ed. Bibl. Mil., vol. CXI/1947). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 4 (OUT 58), pp. 125-126; 1 fig.
- Problemas do Brasil* — Adalardo Fialho, Ten-Cel (Ed. Bibl. Ex., vol. 173-174/1952). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Ten-Cel: N. 12 (JUN 59), pp 157-158; 1 fig.
- Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (1943-1954). "Índice Bibliográfico"* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 3 (SET 58), pp 81-87.

BOLÍVIA

- A Bolívia, Uma Experiência Geopolítica, Alguns Elementos da Geografia do "Pivot" Sul-Americano* — ALFREDO A. KOLLIKER FRERS (Trad. da "Revista Militar", Argentina, p. Antônio de Castro Nascimento, Gen): N. 10 (ABR 59), pp 141-148.

- A Confraternidade Americana e a Clausura Geopolítica da Bolívia* — Humberto Costas E., Cel (Trd. da "Revista Militar", Bolívia, p. Cláudio Leig, Maj): N. 10 (ABR 59), pp 133-139.
- Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 10 (ABR 59), pp 117-132 + N. 11 (MAI 59), pp 145-168 + N. 12 (JUN 59), pp. 139-148; 14 fig. (4 anexas).
- Bolívia, País do Atlântico* — IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO, Gen: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp. 115-118.
- Brasil-Bolívia. O Acôrdo de Roboré (fronteira)* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 7 (JAN 59), pp 101-107 + N. 8 (FEV 59), pp 129-152 + N. 9 (MAR 59), pp 145-161; 17 fig. (anexas).
- Geopolítica Boliviana. A Bolívia no Contingente Sul-Americano* — FELIPE N. VISCARRA, Gen Bda R (Trd da "Revista Militar", Bolívia, p. Zair de Figueiredo Moreira, Maj): N. 10 (ABR 59), pp 149-156.
- O Acôrdo de Roboré — fronteira (v. Brasil-Bolívia)*.
- Os Fatores Geopolíticos e a Unidade Nacional* — RAUL WICHTEN-DAHL M., Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Bolívia, p. Cláudio Leig, Maj): N. 10 (ABR 59), pp 159-172.

BRASIL

- As Três Grandes Potências do Fim do Século XX* — ADOF A. BERLE. Tópico: N. 7 (JAN 59), pp 80.
- Brasil-Bolívia. O Acôrdo de Roboré (fronteira)* OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 7 (JAN 59), pp 101-107 + N. 8 (FEV 59), pp 129-152 + N. 9 (MAR 59), pp 145-161; 17 fig (1 anexa).
- Instantané Brésilien* — "REVISTA MILITAIRE GÉNÉRALE. Tópico: N. 9 (MAR 59), pp 124.
- Interpretação Geopolítica do Brasil* — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 99-104.
- O Acôrdo de Roboré — fronteira (v. Brasil-Bolívia)*.
- O Brasil e a Defesa do Ocidente* — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel: N. 7 (JAN 59), pp 87-88 + N. 8 (FEV 59), pp 123-128 + N. 9 (MAR 59), pp 133-134 + N. 10 (ABR 59), pp 105-114 + N. 11 (MAI 59), pp 139-141; 3 fig.
- O Poder Nacional, Seus Fundamentos Geográficos (1ª Parte)* — MARIO TRAVASSOS, Mal: N. 12 (JUN 59), pp. 87-102.
- O Problema Vital da Segurança Nacional* — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel: N. 12 (JUN 59), pp. 129-135.
- O Sentido Geopolítico do Descobrimento do Brasil* — OMAR EMIR CHAVES, Cel: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 105-113 + N. 7 (JAN 59), pp 81-86.
- Os Fatores Políticos no Condicionamento do Conceito Estratégico Nacional* — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARAES, Prof: N. 12 (JUN 59), pp. 103-106.
- Planos Para Conquistar o Brasil* — (Compilação p. Octavio Tosta, Maj). Tópico: N. 8 (FEV 59), pp 121-122.
- Situação Geopolítica das Bases do Nordeste* — ADALARDO FIALHO. Tópico: N. 12 (JUN 59), pp. 136.
- Tipo de Nacionalismo que Convém ao Brasil* — S. autor. Tópico: N. 7 (JAN 59), pp 116.

CHILE

Contradições Geográficas e Geopolíticas. Erros em Mapas do Chile — GALVARINO MONTALDO, Ten-Cel (Trd. do "Memorial del Ejército de Chile", p. Octavio Tosta, Maj): N. 3 (SET 58), pp 75-80; 1 fig.

O Caso da Ilha Snipe (fronteira chileno-argentina) — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 3 (SET 58), pp 59-72.

O Pacífico, Epicentro Geopolítico de um Mundo em Estruturação — RAMÓN CAÑAS MONTALVA, Gen R (Trd. da "Revista de Mariña", p. Heitor Ferreira, Ten): N. 1 (JUL 58), pp 87-92.

CUBA

Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba. 4. A Geopolítica de Cuba — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Cuba, p. A. de A. Lima): N. 10 (ABR 59), pp 97-103.

DOCTRINA

Aspectos Geopolíticos do Mar — EVERARDO BACKHEUSER: N. 11 (MAI 59), pp 131-138 + N. 12 (JUN 59), pp 83-86.

Escolas Geopolíticas — JOÃO MENDES DA SILVA, Brig. do Ar Eng.: N. 12 (JUN 59), pp 107-128; 5 fig.

Geopolítica — BENJAMIN RATTENBACH, Gen Div R (Trd. da "Revista de Mariña", Chile, p. Heitor Ferreira, Ten): N. 2 (AGÔ 58), pp 91-94.

Geopolítica e Geo-estratégia — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel: N. 1 (JUL 58), pp 81-84 + N. 2 (AGÔ 58), pp 81-87 + N. 3 (SET 58), pp 45-50 + N. 4 (OUT 58), pp 95-102 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 95-98; 3 quadros.

O Espírito da Geopolítica — TOMÁS GREENWOOD (Trad. do "Memorial del Ejército de Chile", p. Heitor Ferreira, Ten): N. 12 (JUN 59), pp. 151-156.

O Poder Nacional, Seus Fundamentos Geográficos — MARIO TRAVASSOS, Mal: N. 12 (JUN 59), pp. 87-102.

Os Fatores Políticos no Condicionamento do Conceito Estratégico Nacional — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, Prof.: N. 12 (JUN 59), pp. 106-106.

Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba — JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Cuba, p. A. de A. Lima): N. 7 (JAN 59), pp 71-80 + N. 8 (FEV 59), pp 101-109 + N. 9 (MAR 59), pp 115-123 + N. 10 (ABR 59), pp 97-103.

Visões Geográfico-Políticas Mundiais — ANGEL RUBIO, Prof. (Trd. da "Revista Geográfica" do IPAGH, p. Geraldo Magarinos, Maj): N. 4 (OUT 58), pp 119-120 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 133-137 + N. 7 (JAN 59), pp 109-115.

EDITORIAL

Primeiro Aniversário da Seção de Geopolítica — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 12 (JUN 59), pp 81-82.

ENSINO

- Academia Militar das Agulhas Negras. "Programa de Geopolítica"* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 12 (JUN 59), pp 149-150.
- A Geopolítica e o Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 8 (FEV 59), pp 153-154.
- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (3º Ano do Curso, 1958). "Programa de Geopolítica"* — Cel GOLBERY e Maj TOSTA: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 129-131.
- Como Devemos Estudar Geopolítica — "GEOPOLÍTICO"* (Trd. da "Revista Militar", Argentina, p. Heitor Ferreira, Ten): N. 9 (MAR 59), pp 163-166; 1 fig.
- Everardo Backheuser, Precursor da Geopolítica no Brasil. I. Contribuição ao Ensino* — OCTAVIO TOSTA, Maj: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 146-147.
- Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. "Programa de Geopolítica"*: N. 2 (AGÔ 58), pp 89.
- Instituto de Direito Comparado da Pontifícia Universidade Católica. "Programa Sumário da Cadeira de Geopolítica"* — EVERARDO BACKHEUSER, Prof.: N. 1 (JUL 59), pp 85.
- Instituto Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores — "Programa de Geografia do 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata"*: N. 3 (SET 58), pp 73.
- Instrução dos Oficiais da Guarnição de Belo Horizonte (Ano de 1957). "Programa de Geopolítica"* — Gen OLYMPIO MOURÃO FILHO e Cel GOLBERY DO COUTO e SILVA: N. 11 (MAI 59), pp 173-174.
- Universidade Nacional Antônoma do México. "Plano de Estudos do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras"* — JORGE A. VIVÓ ESCOTO, Prof.: N. 4 (OUT 58), pp 119-120.

EQUADOR

- Limites Entre o Peru e o Equador. O Caso do "Divortium-Aquarum" Entre os Rios Zamora e Santiago* — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 4 (OUT 58), pp 113-118 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 119-129; 5 fig (1 anexa).

ESTUDOS E ENSAIOS

- Interpretação Geopolítica do Brasil* — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp. 99-104.
- O Problema Vital da Segurança Nacional* — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel: N. 12 (JUN 59), pp. 129-135.
- O Sentido Geopolítico do Descobrimento do Brasil* — OMAR EMIR CHAVES, Cel: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 105-113 + N. 7 (JAN 59), pp 81-86.
- Os Fatores Geográficos e o Mundo em que Vivemos* — JOÃO BATISTA PEIXOTO, Ten-Cel: N. 3 (SET 58), pp 51-58; 2 fig.
- Os Grandes Impérios da América Latina* — Introdução de OCTAVIO TOSTA, Maj + Trnscr. trechos do livro "El Factor Geográfico en la Política Sudamericana", de CARLOS BADIÁ MALAGRIDA: N. 4 (OUT 58), pp 103-111; 6 fig.

Problemas Estratégicos da África e em Particular da África do Norte — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel: N. 8 (FEV 59), pp 111-121 + N. 9 (MAR 59), pp 125-131; 1 fig.

Qual Deve Ser Nossa Posição em Geopolítica? — JORGE E. ATENCIO, Ten-Cel (Trd. da "Revista Militar", Argentina, p. Alvaro da Fonseca Vieira Filho, Ten): N. 8 (FEV 59), pp 155-159.

FRONTEIRAS

Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica. I. O Processo de Retraimento do Espaço Boliviano — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 10 (ABR 59), pp 117-132; 7 fig. (4 anexas).

Brasil-Bolívia. O Acôrdo de Roboré — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 7 (JAN 59), pp 101-107 + N. 8 (FEV 58), pp 129-152 + N. 3 (MAR 59), pp 141-161; 17 fig (1 anexa).

Limites Entre o Peru e o Equador. O Caso do "Divortium Aquarum" Entre os Rios Zamora e Santiago — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 4 (OUT 58), pp 113-118 + Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 119-129; 5 fig. (1 anexa).

O Caso da Ilha Snipe (fronteira chileno-argentina) — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 3 (SET 58), pp 59-72; 5 fig + 1 quadro.

GEOPOLÍTICOS

Everardo Backheuser, Precursor da Geopolítica no Brasil — OCTAVIO TOSTA, Maj: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 139-161; 4 fig. + 1 quadro.

LIVRO DO MÊS..

A Geografia na Política Externa — Jayme Ribeiro da Graça, Ten-Cel (Ed. Bibl. Ex, vol. 165/1951). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 9 (MAR 59), pp 167-168; 1 fig.

A Geopolítica Geral e do Brasil — Everardo Backheuser (Ed. Bibl. Ex. vol. 178-179/1952). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 1 (JUL 58), pp 93-94.

Geopolítica do Brasil — Lysias A. Rodrigues, Brig (Ed. Bibl. Mil., vol. CXI/1947). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Maj: N. 4 (OUT 58), pp. 125-126; 1 fig.

Problemas do Brasil — Adalardo Fialho, Cel (Ed. Bibl. Ex. volumes 173-174/1952). Comentário p. GERALDO MAGARINOS, Ten-Cel: N. 12 (JUN 59), pp. 157-158; 1 fig.

MARES, OCEANOS

Aspectos Geopolíticos do Mar — EVERARDO BACKHEUSER: N. 11 (Mai 59), pp 131-138 — N. 12 (Jun 59), pp 83-86.

O Pacífico, Epicentro Geopolítico de um Mundo em Estruturação — RAMÓN CAÑAS MONTALVA, Gen R (Trd. da "Revista de Marina" p. Heitor Ferreira, Ten): N. 1 (Jul 58), pp 87-92.

PERU

Limites entre o Peru e o Equador. O Caso do "Divortium-Aquarum". Entre os Rios Zamora e Santiago — OCTAVIO TOSTA, Maj: N. 4 (Out 58), pp 113-118 — Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 119-129; 5 figs. (1 anexa).

TÓPICOS

- Acepções do Termo Estratégia* — JUAREZ TÁVORA, Gen: N. 11 (Mai 59), pp 141-142.
- Acepções do Termo Política* — JUAREZ TÁVORA, Gen: N. 11 (Mai 59), pp 174.
- A Civilização Posta à Prova* — ARNOLD TOYNBEE: N. 11 (MAI 59), pp 168.
- A Comunidade Americana* — ADOLF A. BERLE JR: N. 9 (Mar 59), pp 131-132.
- Alguns Trechos de "A Raça Humana em Crise"* — SARVE-PALLI RADHAKRISHNAN, Sir: N. 8 (Fev 59), pp 159-160.
- As Três Grandes Potências do Fim do Século XX* — ADOLF A. BERLE JR: N. 7 (Jan 59), pp. 80.
- Classificação dos Estados pelos Tipos de Sua Produção* — FRANK H. SIMONDS e BROOKS EMENY: Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 137-138.
- Conceituação de Geopolítica* — MOISÉS GICOVATE: N. 10 (Abr 59), pp 104.
- Finalidades de Uma Fronteira* — BACKHEUSER: Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 113.
- Instabilidade e Pauperismo* — ABCLC. Tópico: N. 12 (JUN 59), pp. 156.
- Instatané Brésilien* — REVISTA MILITAIRE GÉNÉRALE: N. 9 (Mar 59), pp 124.
- O Imperialismo dos Estados Unidos* — SAMUEL GUY INMAN: N. 7 (Jan 59), pp 108.
- O Maior Mérito da História Greco-Romana* — ARNOLD TOYNBEE: N. 11 (Mai 59), pp 138.
- Planos para conquistar o Brasil* (compilação p. Octávio Tosta, Major): N. 8 (Fev 59), pp 121-122.
- Porque a América Latina não tem uma Política Independente?* — s. autor: N. 8 (Fev 59), pp 109-110.
- Sistema de Propriedades na América Latina* — FRANCISCO DE BARROS CACHAPUZ: Ns. 5-6 (Nov-Dez 59), pp 162.
- Situação Geopolítica das Bases do Nordeste* — ADALARDO FIALHO, Cel. Tópico: N. 12 (JUN 59), pp. 136.
- Tipo de Nacionalismo que convém ao Brasil* — s. autor: N. 7 (Jan 59), pp 116.
- Trecho de "O Fator Econômico"* — FRANK H. SIMONDS e BROOK EMENY: Ns. 5-6 (Nov-Dez 58), pp 132.
- Um Só Mundo* — DIDEROT MIRANDA, Ten-Cel: N. 10 (Abr 59), pp 114.

5. ÍNDICE DAS FIGURAS

I — "OS FATORES GEOGRÁFICOS E O MUNDO EM QUE VIVEMOS":

- 1) *Mapa Demonstrativo da Mais Importante Linha de Comunicações que Circunscreve o Globo*: N. 3 (SET 58), pp 52.
- 2) *O Mundo. Carta em Equidistância Azimutal com Centro no Pólo*: N. 3 (SET 58), pp 54.

II — "O CASO DA ILHA SNIPE" (fronteira chileno-argentina):

- 1) *Região de Limites Entre a Argentina e o Chile na Zona do Canal Beagle*: N. 3 (SET 58), pp 62.
- 2) *Região do Artigo 3º do Tratado de 1881*: N. 3 (SET 58), pp 65.
- 3) *Bôca Oriental do Canal Beagle Segundo o Govêrno Chileno*: N. 3 (SET 58), pp 67.
- 4) *Intérpretações Argentinas da Bôca Oriental do Canal Beagle*: N. 3 (SET 58), pp 68.
- 5) *Ushuaia, Capital do Território Nacional da "Terra do Fogo". Vendo-se ao Fundo a Vegetação e o Relêvo Característicos da Zona do Canal Beagle*: N. 3 (SET 58), pp 69.

III — CONTRADIÇÕES GEOGRÁFICAS E GEOPOLÍTICAS — ERROS EM MAPAS DO CHILE:

Gráfico Mostrando o Território Nacional do Chile (Território Chileno Continental, Insular, Mar Chileno e Céu Chileno): N. 3 (SET 58), pp 80.

IV — OS GRANDES IMPÉRIOS DA AMÉRICA LATINA:

- 1) *Vice-Reinado de Nova Espanha*: N. 4 (OUT 58), pp 103.
- 2) *Vice-Reinado do Peru*: N. 4 (OUT 58), pp 104.
- 3) *Vice-Reinado do Rio da Prata*: N. 4 (OUT 58), pp 105.
- 4) *Império do Brasil*: N. 4 (OUT 58), pp 106.
- 5) *República de Gran-Colômbia*: N. 4 (OUT 58), pp 107.
- 6) *Confederações da América do Sul, Segundo Malagrida*: N. 4 (OUT 58), pp 110.

V — LIMITES ENTRE O PERU E O EQUADOR. O CASO DO "DIVORTIUM-AQUARUM" ENTRE OS RIOS ZAMORA E SANTIAGO:

- 1) *Zona Zamora Santiago*: N. 4 (OUT 58), pp 114.
- 2) *Zona de la Cordillera del Condor*: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 121.
- 3) *Croquis Zona Lagartococha-Gueppi*: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 122.
- 4) *Limites Entre o Peru e o Equador*: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 126.
- 5) *Demonstracion Grafica de las Desmenbraciones Territoriales del Equador en su Litigio con el Peru*: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), anexo.

VI — EVERARDO BACKHEUSER, PRECURSOR DA GEOPOLÍTICA NO BRASIL:

- 1) *Everardo Backheuser, Precursor da Geopolítica no Brasil* — estampa: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 139.

- 2) *Fac-Símile da Capa do Livro "A Estrutura Política do Brasil" — "Notas Prévias"* — Everardo Backheuser: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 151.
- 3) *Fac-Símile da Capa do Livro "Problemas do Brasil"* — Everardo Backheuser: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 150.
- 4) *Fac-Símile da Capa do Livro "A Geopolítica Geral e do Brasil"* — Everardo Backheuser: Ns. 5-6 (NOV-DEZ 58), pp 151.

VII — BRASIL — BOLÍVIA. O ACÓRDO DE ROBORE (fronteira):

- 1) *Áreas Reservadas Para Exploração Petrolífera*: N. 7 (JAN 59), pp 103.
- 2) *Regiões Litigiosas da Fronteira Brasil — Bolívia, Consideradas na Nota Reversal n. 1C/R, de 29-III-58*: N. 8 (FEV 59), pp 131 + N. 9 (MAR 59), pp 147.
- 3) *Fronteira Brasil — Bolívia. Trecho Rio Verde — Quatro Irmãos* (Trat. Natal, 1928; Área Considerada nas Notas Reversais de 1941; Lim. estabel. p. Notas Reversais de 1958): N. 8 (FEV 59), pp 133.
- 4) *Fronteira Brasil — Bolívia. Trecho Rio Verde — Quatro Irmãos* (Proposta Boliviana de 1947; Nota Rev. 58): N. 8 (FEV 59), pp 135.
- 5) *Fronteira Brasil — Bolívia. Trecho Rio Verde — Quatro Irmãos* (Diversas Interpretações do Trat. 1867): N. 8 (FEV 59), pp 143.
- 6) *Áreas Previstas para a Bolívia pelas Notas Reversais n. 1C/R, de 29-III-58. Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas — cópia de trecho*: N. 8 (FEV 59), pp 149.
- 7) *Major Percy Harrison Fawcett* — estampa: N. 8 (Fev 59), pp 138.
- 8) *Almirante José Cândido Guillobel* — estapa: N. 8 (Fev 59), pp 138.
- 9) *Marco do Turvo* — estampa: N. 8 (FEV 59), pp 139.
- 10) *Marco de Quatro Irmãos* — estampa: N. 8 (FEV 59), pp 139.
- 11) *Esquema do Trecho da Fronteira Baía Negra — Paralelo 19°02 Sul ("JACADIGO")*: N. 9 (MAR 59), pp 149.
- 12) *Trecho da Carta Geral de 1878 acópia*: N. 9 (MAR 59), pp 151.
- 13) *Esbôço da Fronteira Brasileiro — Boliviana no Trecho de São Matias*: N. 9 (MAR 59), pp 153.
- 14) *Cópia da Carta do Rio Mamoré* (Levantada pela Comissão Mista de 1876): N. 9 (MAR 59), pp 155.
- 15) *Croquis da Ilha Suárez no Rio Mamoré* (Cópia do Relatório do General Cândido Rondon, 1929-1930): N. 9 (MAR 59), pp 157.
- 16) *Ilha Suárez* (Inspetoria Especial de Fronteiras): N. 9 (MAR 59), pp 159.
- 17) *Fronteira Brasil — Bolívia* (Ilha de Guajará-Mirim) — estampa: N. 9 (MAR 59), anexo.

VIII — PROBLEMAS ESTRATÉGICOS DA ÁFRICA E EM PARTICULAR DA ÁFRICA DO NORTE:

África Política: N. 8 (FEV 59), pp 115 + N. 9 (MAR 59), pp 127.

IX — O BRASIL E A DEFESA DO OCIDENTE:

Antagônismo Entre o Ocidente e o Oriente Comunista:

- *Esquema 1*: N. 9 (MAR 59), pp 135 + N. 10 (ABR 59), pp 109.
- *Esquema 2*: N. 9 (MAR 59), pp 136 × N. 10 (ABR 59), pp 110.
- *Esquema 3*: N. 9 (MAR 59), pp 137 + N. 10 (ABR 59), pp 111.

X — GEOPOLÍTICA DA BOLÍVIA:

- 1) *Mina de Estanho de San José* (estampa): N. 10 (ABR 59), pp 115.
- 2) *Soldados da Batalha da Mineração* (estampa): N. 11 (MAI 59), pp 143.
- 3) *Índio Boliviano*. N. 12 (JUN 59), pp 139.
- 4) *Armas da "República de Bolívia"*: N. 10 (ABR 59), pp 116 + N. 11 (MAI 59), pp 144 + N. 12 (JUN 59), pp 140.

XI — BOLÍVIA, IMPRESSIONANTE EXPRESSÃO GEOPOLÍTICA

- 1) *Divisão da América do Sul em Gobernaciones*: N. 10 (ABR 59), pp 118.
- 2) *Divisão da América do Sul em Audiências*: N. 10 (ABR 59), pp 120.
- 3) *Audiência de Charcas*: N. 10 (ABR 59), pp 121.
- 4) *América do Sul* (Arnold Florentin Van Langeren, 1596 — 1645): N. 10 (ABR 59), anexo I.
- 5) *América do Sul* (Guilherme Sanson, 1679): N. 10 (ABR 59), anexo II.
- 6) *L'Amérique Meridionale* (Guilherme de L'Isle, 1700): N. 10 (ABR 59), anexo III.
- 7) *Bolívia, Evolução das Fronteiras (1750-1938)*, Octávio Tosta: N. 10 (ABR 59), anexo IV.
- 8) *Esboço Orográfico e Rede Ferroviária*: n. 11 (MAI 59), pp 146 + N. 12 (JUN 59), pp 140.
- 9) *Zonas Climáticas*: N. 11 (MAI 59), pp 147.
- 10) *Recursos Econômicos do Altiplano Boliviano*: N. 11 (MAI 59), pp 149.

- 11) *Mapa das Concessões Petrolíferas*: N. 11 (MAI 59), pp 151.
- 12) *Rêde Rodoviária Excluídas as Estradas Departamentais e Provinciais*: N. 11 (MAI 59), pp 161.
- 13) *Lloyd Aéreo Boliviano (Serviços Locais)*: N. 11 (MAI 59), pp 163.
- 14) *Portos do Pacífico para o Tráfego Internacional*: N. 12 (Jun 59), pp 142.

XII — O PODER NACIONAL, SEUS FUNDAMENTOS GEOGRÁFICOS:

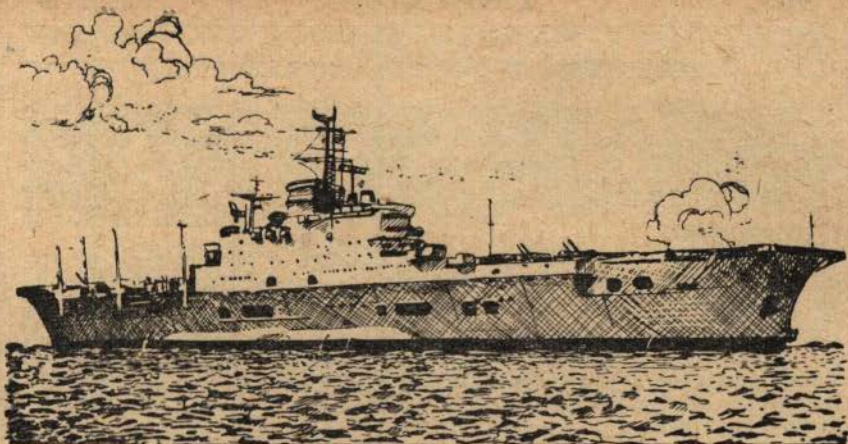
- 1) *O Mundo em Projeção Azimutal, com Centro em Londres*: N. 12 (JUN 59), pp 88.
- 2) *O Mundo em Projeção Azimutal, com Centro em Moscou*: N. 12 (JUN 59), pp 88.
- 3) *O Mundo em Projeção Azimutal, com Centro em São Luiz*: N. 12 (JUN 59), pp 90.
- 4) *O Mundo em Projeção Azimutal, com Centro no Pólo Norte*: N. 12 (JUN 59), pp 90.
- 5) *O Mundo em Projeção Azimutal, com Centro Próximo ao Canal do Panamá*: N. 12 (JUN 59), pp 92.
- 6) *O Mundo em Projeção Azimutal, com Centro em Tóquio*: N. 12 (JUN 59), pp 92.
- 7) *Carta em Projeção Mereator, Centrada na Europa (cilíndrica)*: N. 12 (Jun 59), pp 96.
- 8) *Carta em Projeção Militar, Centrada no Hemisfério Ocidental (cilíndrica)*: N. 12 (JUN 59), pp 100.

XIII — ESCOLAS GEOPOLÍTICAS:

- 1) *O Mundo Segundo Haushofer*: N. 12 (JUN 59), pp 108.
- 2) *O Mundo Segundo Mackinder*: N. 12 (JUN 59), pp 112.
- 3) *Idéias Atualizadas de Mackinder (1)*: N. 12 (JUN 59), pp 116.
- 4) *Idéias Atualizadas de Mackinder (2)*: N. 12 (JUN 59), pp 122.
- 5) *O Mundo (Mapa com Centro no Pólo, em Equidistância azimutal)*: N. 12 (JUN 59), pp 126.

XIV — O LIVRO DO MÊS:

- 1) *Fac-Símile da Capa do Livro "Geopolítica do Brasil"*: N. 4 (OUT 58), pp 125.
- 2) *Fac-Símile da Capa do Livro "A Geografia na Política Externa"*: N. 9 (MAR 59), pp 167.
- 3) *Fac-Símile da Capa do Livro "Problemas do Brasil"*: N. 12 (JUN 59), pp 157).



Coordenador : Ten A. BRANDÃO DE FREITAS.

NOSSA MARINHA

HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

A atual Diretoria de Hidrografia e Navegação foi originariamente a Diretoria de Faróis criada por Decreto de 26 de janeiro de 1876. Antes dessa data os faróis tinham administração própria, até 1845, quando a Lei n. 358, de 14 de agosto, reorganizou as Capitanias dos Portos e submeteu-os a essas Repartições.

No mesmo ano de 1876, pelo Decreto de 21 de fevereiro, foi criada a Repartição Hidrográfica e, só em 1888, o foi a Repartição Central Meteorológica.

Finalmente, em 1891, as Repartições de Faróis, Hidrográfica e Central Meteorológica foram fundidas em uma só, sob a denominação de Repartição da Carta Marítima.

Em 1908, um novo regulamento conferiu à Repartição da Carta Marítima a denominação de Superintendência de Navegação. Em 1914, foi instalada na ilha Fiscal.

Em 1924, a Superintendência de Navegação teve a sua denominação alterada, passando a ser Diretoria de Navegação. Esta designação manteve-se até 1946, quando foi mudada para a atual Diretoria de Hidrografia e Navegação, pelo Decreto-lei n. 9.356, de 13 de junho de 1946.

Em 1951, novo Regulamento foi adotado, tendo permanecido em vigor até 1953, quando, em virtude da Lei n. 1.658 de 4 de agosto de 1952, que deu nova organização à Marinha, fêz-se necessária nova alteração, tendo sido elaborado novo Regulamento, o atualmente em vigor.

A DHN é, assim, regida pelo Regulamento aprovado pelo Decreto n. 32.582 de 15 de abril de 1953 e o Regimento Interno que lhe corresponde está sendo revisto por ordem do Estado-Maior da Armada; o que vem sendo observado, atualmente, é o correspondente ao Regulamento aprovado pelo Decreto n. 29.523, de 2 de maio de 1951.

ESTRUTURA E POSIÇÃO HIERÁRQUICA

A Diretoria de Hidrografia e Navegação, órgão diretamente subordinado ao Ministro da Marinha, exerce as suas atividades, de acordo com a orientação do Estado-Maior da Armada, quanto ao Comando e à Logística de Produção: outrossim, mantém, estreita colaboração com as demais Diretórias, Serviços Navais e Organizações Militares e Cíveis correlatas.

Entre outras conseqüências dessas ligações, o diretor-geral de Hidrografia e Navegação exerce a função de representante da Marinha no Conselho Nacional de Geografia, na qualidade de membro do seu Diretório Central.

Finalmente, a Diretoria, no âmbito internacional, representa o Brasil junto ao Bureau Hidrográfico Internacional e a outras instituições do mesmo caráter e mantém relações estreitas com as entidades congêneres das Marinhas estrangeiras.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação compõe-se do Departamento de Hidrografia, Departamento de Navegação, Departamento de Geofísica, Departamento de Sinalização Náutica, Departamento de Obras e Reparos, Departamento de Intendência e Divisão de Serviços Gerais.

DEPARTAMENTO DE HIDROGRAFIA

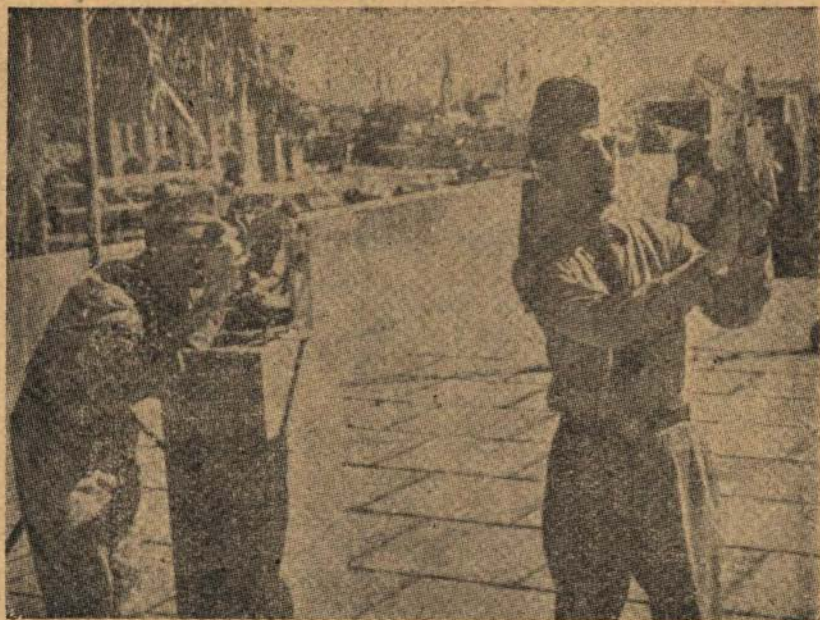
Ao Departamento de Hidrografia competem o levantamento da costa e dos portos, a construção das respectivas cartas, assistência aos navios-hidrográficos, manutenção dos equipamentos de hidrografia e confecção e atualização das publicações de segurança da navegação. As publicações do Departamento de Hidrografia são os Roteiros, as Listas de Faróis, Listas de Auxílios-rádio.

Os levantamentos da costa e dos portos importa na segurança da navegação em todo o território nacional. Graças a esses levantamentos podem os navios, quer nacionais, quer estrangeiros, navegar com a mais absoluta segurança, entrar e sair dos portos nacionais. Além das cartas assinalarem os acidentes que se encontram em determinados lugares, como pedras, escolhos, arrecifes, há ainda, em determinados locais, as bóias chamadas cegas, cujas côres indicam: quando encarnadas, que os navegantes devem passar, deixando-as por boreste, isto é, pela direita do navio; as pretas indicam que a passagem deve ser feita deixando-as por bombordo; uma bóia com listras pretas e encarnadas indica perigo isolado: o navio deve afastar-se; a de listra verticais preta e brancas, indica o meio de um canal; a de côr verde indica que aquele local há um navio soçobrado; finalmente, a branca indica que não se deve fundear perto, pois que ali existem cabos submarinos.

Os levantamentos da costa e dos portos brasileiros estão afetos aos navios-hidrográficos. Esses modernos navios, como o "Canopus" e o "Sirius" e dentro em breve o "Argus", o "Taurus" e o "Órion", estão prestando excepcional serviço à segurança da navegação com acorção das antigas cartas da nossa costa. Ainda há pouco o "Canopus" regressou de um levantamento da costa da barra do rio Doce ao cabo de São Tomé. Graças aos recursos desse hidrográfico, foi possível uma retificação nas cartas dessa área, as quais acusavam lacunas naturais, pois que, quando foram construídas, a Marinha não possuía os recursos hidrográficos que hoje possui nos moderníssimos "Canopus" e "Sirius". Esses navios possuem um helicóptero, cujos serviços têm sido incalculáveis para a feitura e retificação de cartas. Na verdade, essas unidades aéreas, pela sua capacidade de vôo a baixa altura, per-

mite a localização de pedras e perigos submersos, impossíveis de serem divisados sem o seu auxílio. Demais, a penetração que o aparelho tem em zonas de difícil acesso e desembarque, concorre grandemente para a exatidão dos trabalhos executados. Atualmente, os navios-hidrográficos brasileiros, estão aparelhados para determinar a qualidade de profundidades, até quatro mil metros.

Os Departamentos da Diretoria de Hidrografia e Navegação, exercem as suas funções em conjunto. Lá não se procura saber do nome de quem fez determinado trabalho científico. Nas próprias cartas de navegação, encontramos apenas: Marinha do Brasil — Diretoria de Hidrografia e Navegação. A MARINHA REVISTA, porém, deseja deixar consignado, aqui nestas páginas, alguns nomes de servidores que, no anonimato, prestam relevantes serviços a todos aqueles que navegam pelos mares do Brasil. São os responsáveis pelos Roteiros, Listas de Faróis, Listas de Auxílios-rádio e Avisos aos Navagantes (em inglês



OPERAÇÃO DE RÁDIO-SONDAGEM

e português) e fazem parte da Divisão de Segurança da Navegação. Como os nossos leitores podem perceber, não há necessidade de se historiar a importância dessa dependência. Ela é chefiada pelo capitão-de-corveta Gilvandro Pedrosa Caldas e tem como executores dos serviços, que lhe são atinentes os técnicos especializados Vitorino Trajano Mena da Costa Fialho e Arnaldo Vieira Martins; como auxiliares, Edésio Pinheiro de Moraes e Gilmar Barroso Pereira.

DEPARTAMENTO DE NAVEGAÇÃO

São misteres do Departamento de Navegação: Doutrina sobre navegação; manutenção e fornecimento dos equipamentos de navegação

(agulhas giroscópicas, agulhas magnéticas e instrumentos de navegação, direção da construção de instrumentos náuticos, pela indústria particular, distribuição de cartas náuticas e publicações, editadas pela Diretoria. Para a manutenção da aparelhagem de navegação o Departamento possui as seguintes oficinas de reparos: Oficina de agulhas giroscópicas, de agulhas magnéticas, de ótica, de precisão, de cronômetros e de pintura. Ainda a esse Departamento compete as vendas das cartas náuticas e publicações da DHN.

O Departamento de Navegação incentiva a indústria nacional na construção de instrumentos de navegação, mediante encomendas feitas a essa indústria. É de se ressaltar, aqui, a excepcional capacidade produtiva do Brasil, nesse setor. A indústria brasileira já fabrica os seguintes instrumentos: sextantes, binóculos, relógios de antepara, cronômetros, taxímetros, compassos, lentes de governo, lentes para cartas, guardas-postos, réguas de paralelos, estaciógrafos, alidades telescópicas azimutais e transferidores universais. Com isso, o Departamento de Navegação, presta mais um serviço à Nação: incrementa a indústria do País e impede que se percam divisas com a compra desse instrumental, nas praças estrangeiras.

O Departamento de Navegação, consta de duas Divisões: a de Náutica, à qual estão afetos os trabalhos da distribuição das cartas náuticas, publicações e o estudo dos assuntos relativos à navegação, e a de Instrumentos náuticos, à qual estão afetos os trabalhos das oficinas. Ele funciona num prédio da antiga Oficina de Torneiros do antigo Arsenal de Marinha.

DEPARTAMENTO DE GEOFÍSICA

Outro Departamento da DHN, que presta excepcionais serviços, é o de Geofísica. A ele competem os estudos sistemáticos das marés, as previsões meteorológicas. Esse Departamento mantém um curso de observadores meteorológicos e cogita de, em futuro próximo, instalar e manter uma Escola de Meteorologia. Coube-lhe dirigir a participação da Marinha no Ano Geofísico Internacional.

Ano Geofísico Internacional foi o nome que várias nações resolveram dar a um trabalho de pesquisas oceanográficas e meteorológicas, astrofísica e geofísica, em todo o globo terrestre. A cada nação coube uma tarefa em determinado setor. O Brasil, como participante do Ano Geofísico, foi representado nessas pesquisas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação, que tomou parte, intensamente, em todos os trabalhos que lhe foram outorgados. O NE "Almirante Saldanha" e o estabelecimento de uma estação de rádio-sondagem, na ilha da Trindade contribuíram, de maneira decisiva, para que a Nação pudesse levar a bom termo o seu intento. Basta que se diga que, instalada a estação de rádio-sondagem, na Ilha da Trindade, passou a constituir um excepcional auxílio à navegação marítima e aérea, pois que já se pode, com absoluta segurança, e com a antecipação de cinco dias, fazer a previsão do tempo em toda a costa leste brasileira.

Os trabalhos executados pelo Departamento de Geofísica, são aproveitados para os anais Hidrográficos. Trabalho digno de menção, e que está sendo executado por esse Departamento, é o da construção de cartas de pesca. Futuramente, o pescador brasileiro exercerá o seu mister cientificamente. O Departamento de Geofísica da Diretoria de Hidrografia e Navegação irá fornecer a delimitação dos locais de pesca, a espécie e a quantidade de pescado que será encontrado naquele local, evitando, assim o desperdício de tempo e preservando as espécies de peixes.

Com os estudos realizados nas pesquisas das densidades e da salinidade, os submarinos poderão navegar com mais segurança; os destróieres terão mais facilidade em localizar os submarinos, pois que, com a pesquisa feita na água, saber-se-á que em determinada zona não se produzirá um eco, que venha a confundir com a presença de um submarino.

Dentro em breve será inaugurada uma estação de rádio-sondagem na ilha de Mocanguê, onde funciona uma dependência da DHN.

E, por falar em rádio-sondagem, queremos esclarecer aos leitores de A MARINHA EM REVISTA, que essa operação consiste em lançar-se um balão, chamado balão-sonda, munido de um equipamento transmissor, que emite sinais correspondentes à pressão atmosférica, à umidade e à temperatura em várias altitudes, no local em que se encontra o balão. Há uma perfeita relação entre a pressão atmosférica e a altura. Sabendo-se a pressão atmosférica, ter-se-á, com exatidão, a altura. Um dos serviços prestados pela rádio-sondagem é o que diz respeito à segurança da navegação aérea.

DEPARTAMENTO DE SINALIZAÇÃO NAÚTICA

O Departamento de Sinalização Náutica, instalado na Base "Almirante Moraes Rêgo", tem a seu cargo as obras de balizamento, instalação de radiofaróis, dos Serviços de Sinalização Náutica, em geral, nos diversos recantos do País. O Departamento consta do Serviço de Sinalização Náutica do Norte, do Nordeste, do Centro e do Sul.

Centenas de serviços foram executados pelo Departamento, no que diz respeito à montagem e conservação de faróis, faroletes, balizas, radiofaróis, estações-rádio, bóias de luz e cegas.

A deficiência do Departamento de Sinalização Náutica, implica numa situação de verdadeira calamidade: Ela importará no sacrifício da segurança da navegação, o que se vai refletir na elevação dos fretes marítimos e na alta das taxas de seguros e, daí, o encarecimento geral dos produtos necessários à vida do povo.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E REPAROS

Ao Departamento de Intendência, que se compõe da Divisão de Contabilidade, Divisão do Material e Divisão de Aquisições, cabem os serviços contábeis da Diretoria de Hidrografia e Navegação. O seu movimento financeiro ascende a mais de setenta milhões de cruzeiros, cifra essa, diga-se de passagem, muito aquém das necessidades e do vult das realizações da Diretoria.

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

A Divisão de Serviços Gerais da DHN, tem a seu cargo, a execução dos serviços de oficiais, executados pelas de carpintaria, eletricidade, lanterneiro, mecânica, mestranga, pedreiro, pintura e reparos de veículos. Mais de um milhar de obras são executadas, anualmente, pela Divisão. A ela está afeto o Serviço de Assistência Médica e Dentária, para militares e civis da Diretoria, o qual atende a mais de quatro mil consultas e intervenções por ano.

ANO FESTIVO PARA A DHN

O ano de 1957 foi festivo para a Diretoria de Hidrografia e Navegação porque, durante êle, verificaram-se duas gratas comemo-

rações: o Centenário da Primeira Companhia Hidrográfica Brasileira e o lançamento ao mar dos navios-hidrográficos "Sirius" e "Canopus", no Japão e "Argus", no Brasil.

O Centenário da Primeira Companhia Hidrográfica veio recordar o trabalho do notável primeiro-tenente Manuel Antonio Vital de Oliveira, no comando do iate "Paraibano". Nesse pequeno veleiro de casco de madeira, cobriu êle, em dois anos, quinhentas milhas de costa inóspita, povoada de bancos e recifes, levando o trecho do litoral, compreendido pelos rios Mossoró e São Francisco.

O lançamento ao mar dos navios-hidrográficos veio constituir um fato alvissareiro, pois, pela primeira vez, recebeu a DHN navios especialmente projetados e construídos para os trabalhos de Hidrografia da nossa Marinha, e assim concretizar um velho sonho de hidrografos brasileiros, qual seja o de efetuar levantamentos em navios novos e apropriados ao mister.

Para ressaltar êsses acontecimentos, a DHN fêz cunhar medalha comemorativa, que evoca: no anverso, a figura de Vital e a sua primeira campanha, o seu navio e o seu principal instrumento de trabalho; no reverso, a sede da Diretoria, na ilha Fiscal e um dos navios-hidrográficos.

EXPEDIÇÃO OCEANOGRÁFICA

A Diretoria participou da expedição oceanográfica e de pesca experimental do pesqueiro japonês "Toko-Maru", nêle embarcando um oficial, em obediência às exigências, estabelecidas pelo Ministério da Marinha, na concessão da licença para que êsse barco operasse em águas brasileiras e realizasse pesquisas, por conta do Ministério da Agricultura do Brasil. Foram observadas tôdas as operações de pesca experimental e oceanográficas, efetuadas durante o período de 4 de janeiro a 17 de maio de 1957, bem como coletados dados úteis e necessários a estudos posteriores.

Participando ativamente de tôdas as tarefas, realizadas entre o arroio Chuí e o cabo Orange, durante 74 dias de mar, quando foram percorridas 11 113 milhas, houve oportunidade de se apreciar o desenvolvimento técnico alcançado e as falhas dos métodos aplicados pelos japoneses, no setor da Oceanografia e da pesca *otter-trawl* e *long line*.

Os resultados obtidos foram encaminhados para o Departamento de Geofísica, que os aproveitará devidamente.

NAVIOS

A Diretoria de Hidrografia e Navegação possui os seguintes navios:

Navios-hidrográficos: "Sirius", "Argus", "Canopus", "José Bonifácio", "Caravelas" e "Camocim"; estão em construção: "Órion" e "Taurus". Navios-faroleiros: "Vidal de Negreiros" e "Henrique Dias". Navios-escolas, funcionando como oceanográficos: "Almirante Saldanha" e "Guanabara"; navios-balizadores: "Mestre João dos Santos", "Faroleiro Areias", "Faroleiro Santana", "Faroleiro Vanderlei", "Faroleiro Nascimento", "Prático Juvêncio" e dois, ainda sem nome.

NOTÍCIAS DE TODOS OS MARES

Ten BRANDAO

1 — A Marinha Americana ordenou a venda, como sucata de 5 encouraçados, 23 cruzadores e 15 pequenos navios-aeródromos. Todos foram construídos antes ou durante a 2ª Guerra Mundial ao custo total de 698 milhões de dólares. O governo espera receber 30 milhões pela venda do equipamento aproveitável e de 520.000 toneladas de metal velho.

2 — A Marinha Americana ordenou a construção de mais 6 submarinos atômicos, perfazendo, agora, um total de 30 embarcações desse tipo, construídas e em construção. Três dos novos submarinos serão armados com os engenhos-foguetes Polaris. Quatro serão construídos por estaleiros comerciais e dois pela Marinha. Todos deslocarão 3.350 toneladas e serão da classe Tresher. Seu comprimento será de 274 pés (90 metros) e boca de 32 pés.

3 — Dois novos tipos de submarinos soviéticos estão em linha de construção. Um deles é capaz de lançar um engenho-foguete a longa distância. O submarino é da classe Soviet Z, movido por motores diessel convencionais e baterias elétricas. Alguns dos 20 submarinos da classe Z, os maiores que a Rússia possui, têm sido armados com mísseis. Esta classe, que desloca entre 2.500 e 3.000 toneladas está equipada com uma grande torre cônica e superestrutura que parece servir para alojar um ou dois mísseis. Alguns deste submarinos levam mísseis de combustível líquido, com asas, semelhantes ao *Regulus* americano. Outros parecem ter facilidades para lançamentos verticais. Não se conhecem detalhes do tamanho e do alcance de tais mísseis, mas é certo que os submarinos modificados estão, atualmente, armados com engenhos-foguetes.

Sabe-se que os russos possuíam um pequeno número de submarinos convencionais destinados a transportar mísseis, com asas e combustível líquido. A segunda nova classe de submarinos soviéticos apresenta, ao que se acredita, pequena modificação no casco, que é ligeiramente menor do que os dos submarinos da classe W que deslocam cerca de 2.000 toneladas.

Até 1957 a URSS estava produzindo submarinos a razão de 40 a 60 por ano, embora sua capacidade de produção fôsse avaliada em 100 por ano.

A redução foi interpretada como resultante da mudança para um novo tipo e muitos técnicos acreditam que é um preságio para o aparecimento do submarino atômico. Não há sinais concretos de que os russos já possuam submarinos atômicos em operação, mas fontes britânicas acreditam que, pelo menos três, já se encontram em construção.

O novo tipo de submarino com mísseis, se movido com o motor convencional, não teria a mesma capacidade de operação submersa que fazem o *Nautilus* e seus sucessores tão perigosos e formidáveis. Um sub-

marino acionado por baterias elétricas, deve vir à superfície, pelo menos, até a profundidade do Snorkel, uma vez, cada 24 horas, para recarregar as baterias. Isto facilitará a detenção pelo inimigo. Um submarino nuclear é capaz de manter por longo tempo uma levedade velocidade do cruzeiro, quando submerso, o que o submarino de bateria pode fazer, somente, em curtos períodos.

4 — A fim de construir um verdadeiro submarino a Marinha Americana apagou todos os vestígios do desenho do novo navio de superfície. O primeiro barco desse tipo foi o *Albacore*, construído em 1953, que ara um navio pequeno de 200 pés, diesel-elétrico com baterias extrapotentes e um casco chato, bem hidrodinâmico. A sua finalidade era usar as baterias ao máximo em pequenas corridas submarinas e verificar o que um verdadeiro submarino pode realizar. O resultado foi tão bom que a etapa seguinte consistiu em combinar o motor nuclear com o casco do *Albacore*.

Surgiu, assim, o *Skipjack*. Depois de provas no túnel aerodinâmico de vento a Marinha fixou o comprimento em 252 pés — cerca de 70 pés mais curto que o *Nautilus*, uma seção transversal de 31 pés e uma proa arredondada, que faz assemelhar-se mais a um dirigível que a um navio. Uma torre, alta e fina, que a tripulação chama de "vela" projeta-se de suas costas redondas como as de uma baleia, a fim de lhe dar estabilidade nas curvas e levar os controles dianteiros. Embora a Marinha guarde segredo, sabe-se que o *Skipjack* bateu na primeira prova a velocidade submersa do *Albacore* (30 nós), parecendo estar perto dos 40 nós. Poucos navios de superfície podem navegar a esta velocidade, exceto em mar espelhado, porém o *Skipjack* não possui este problema.

Os problemas que o novo submarino encontra procedem de sua alta velocidade. O barulho causado pela água que passa rapidamente sobre seu costado e superfície de controle perturba o delicado aparelho de sonar. Outro problema é o controle do mergulho, que embora não revelado, seria de cerca de 1.000 pés. O *Skipjack*, quando navegando, deverá ser operado mais como um avião que como navio. O seu timoneiro, o seu ajudante e o seu motorista são amarrados em assentos do tipo aeronave, manobrando nas 3 dimensões com Stick de avião; enquanto que o restante, de 83 homens se sustenta da melhor maneira possível.

5 — Enquanto os EUA estão concentrando sua atenção no espaço aéreo, os cientistas soviéticos dedicam sua atenção às profundezas do oceano.

A pesquisa oceânica russa, chamada "sem paralelo", está sendo realizada por 70 navios, incluindo-se, entre outros:

— o *Severyanka*, maior submarino de pesquisas do mundo, equipado com aberturas laterais, câmaras-fotos, e TV;

— O *OB*, quebrador de gelo, de 7.500 toneladas, que tem realizado importantes descobertas antárticas;

— o *Zarva*, único navio que pode medir campos magnéticos;

— o *Mikhail Lomonosov*, construído na Alemanha Oriental e cuja principal tarefa é a coleta de dados para a guerra submarina.



COMO O JAPÃO EVOLUI

Muito se tem falado, desde que terminou a última guerra, na ocidentalização do Japão. Já na fase anterior ao conflito, o enérgico país demonstrava que muito aprendera nas nações ocidentais, desenvolvendo uma extraordinária indústria e estendendo o seu comércio a todos os pontos do globo. A sua face política e a sua estrutura social permaneciam, no entanto, inalteráveis, a despeito de tôdas as semelhanças com o oeste no campo das atividades pragmáticas.

A derrota, após as explosões atômicas de Hiroshima e Nagasaki, seria paradoxalmente o ponto de partida para um entendimento com os antigos adversários e para um renascimento econômico, tanto mais espantoso quando se leva em conta a circunstância de que se transferiram a outros suzeranos aqueles vastos territórios que compunham o império.

Históricamente, ao lado do incalculável poder de adaptação do homem japonês às novas realidades, seria forçada a menção do nome do Gen Douglas Mac Arthur como fator principal para a transformação por que passou o antigo império nipônico. Fixando-se no arquipélago por um largo período após o conflito, o experimentado general começou a exhibir suas recônditas qualidades de estadista, ao procurar, mediante inteligentes e humanos métodos, iniciar êle próprio a recuperação do país prostrado, com atos que fazem recordar a melhor fase da história de Roma, numa adaptação quase ideal aos tempos modernos. Pela mão de Mac Arthur, o povo japonês pôde sentir melhor como o homem americano era diferente do empedernido imperialista ocidental que o Oriente conhecera. Sob sua orientação, a potência vitoriosa, em vez da vindita, estendeu a mão aos ex-inimigos, que, por sua vez, compreenderam o alcance do gesto.

Dá para as repercussões no modo de vida do povo não se deu senão um curto passo. Surgiu uma geração impregnada de ocidentalismo, sem o abandono, porém, de algumas caras tradições, numa curiosa evolução que o próprio monarca ajudou a estimular.

Foi esta nova paisagem que tornou possível o casamento do príncipe Akihito, membro de uma família cuja origem remonta à origem do tempo, com uma jovem filha de próspero negociante. Por mais que seja do agrado da imprensa dar ao imperial enlace uma justificação romântica, que coloca o príncipe na posição de um enamorado completamente alheio aos deveres tradicionais de um homem na sua condição, a verdade é que o casamento não poderá ser separado na intenção do imperador de firmar, com a sua celebração, as novas normas de vida do povo japonês.

Sendo um fato de relêvo na evolução que se opera no país, parece, pois, mais seguro admitir que o casamento do príncipe Akihito é como que uma indicação, vinda do mais elevado sítio do Japão, de que o seu povo, para sobreviver com dignidade e progredir no mundo atual, deverá colocar-se no limiar do Ocidente e Oriente, conservando o que de melhor existe das respectivas civilizações e repudiando o que nelas há de nocivo.

DETECTA E SEGUE COM RAPIDEZ

As modernas antenas de radar, instaladas em navios, aviões e bases antifoguetes, funcionam de duas maneiras: em primeiro lugar concentram a energia transmitida em estreito feixe que ilumina o alvo, e depois registram a energia refletida pelo alvo. Com 50 metros de pano, adquiridos em uma loja comum, cientistas da "Westinghouse Electric Corporation" de Pittsburgh, EUA, projetaram novo tipo de antena de radar, que aumenta sua eficiência nessas duas funções e que talvez possa servir como modelo para antenas de radar de longo alcance.

Esta antena, a que deram o nome de helisfera, pesquisa o céu em um círculo perfeito, sem que a sua estrutura tenha de mover-se. (Uma antena de radar do tipo convencional gira continuamente para detectar os aviões em voo).

A helisfera pode ser inflada como um balão, ou, então, ser de construção rígida, tal como um globo plástico. Na sua superfície, ou nela alojados, existem fios de metal condutor. Esses fios envolvem a helisfera em forma espiral ou helicoidal.

O funcionamento da nova antena se baseia no fato de que as ondas de radar podem ser polarizadas, isto é, vibrar em um só plano.

EXPOSIÇÃO DE GEOGRAFIA DO BRASIL NA POLÔNIA

O Instituto de Geografia da Academia de Ciências da Polônia organizou uma exposição cuja finalidade foi demonstrar o desenvolvimento da geografia no Brasil.

O material que constou da mostra foi levado àquele país pela delegação da Polônia junto ao XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro. Incluía, sobretudo, doações recebidas pela delegação.

A exposição sobre o Brasil reuniu cerca de 100 livros e periódicos, perto de 100 mapas em várias escalas 1:5 000 000, 1:1 000 000, 1:500 000, 1:250 000, 1:100 000 e 1:50 000, vários atlas, 50 amostras mineralógicas, 25 amostras de madeira, 100 fotografias sobre arquitetura brasileira e cerca de 30 fotografias aéreas mostrando as paisagens típicas do país.

A parte mais importante da exposição, tanto pela quantidade quanto pela qualidade, foi constituída pelas publicações editadas pelo "Conselho Nacional de Geografia", a saber: *Boletim Geográfico*, *Revista Brasileira de Geografia*, obras da série "Biblioteca Geográfica Brasileira" e de outras.

Foram também exibidas publicações do "Conselho Nacional de Estatística". Merece ser citada a série de folhetos referentes às características geográficas de várias cidades e outrossim as publicações sobre geologia editadas pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, assim como as do "Conselho Nacional do Petróleo" figuraram na exposição.

A biogeografia foi principalmente representada pelas publicações do "Instituto Nacional do Pinho", as quais incluíam indicações sobre as plantas úteis e um anuário sobre florestas.

Devem ser lembradas igualmente as publicações da "Comissão do Vale do São Francisco" que se referem ao progresso econômico no baixo curso do rio e ao maior investimento hidrelétrico da América do Sul: Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso, e as de muitas sociedades científicas brasileiras.

Do Ministério da Marinha foram exibidos numerosas publicações sobre navegação e toda uma série de mapas marítimos e de trabalhos sobre portos brasileiros.

Salientaram-se ainda as publicações editadas pelo Serviço de Meteorologia, Instituto de Imigração e Colonização, Fundação Getúlio Vargas (estudos econômicos e demográficos), Serviço Geográfico do Exército e Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Foram também exibidos vários guias editados pelo "Touring Club do Brasil" e fotografias sobre os aspectos característicos do Brasil, assim como uma excelente coleção de mapas antigos do Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII, contribuição do Ministério das Relações Exteriores.

A exposição incluiu também uma coleção de obras em polonês e as mais interessantes publicações, em línguas estrangeiras, relativas à geografia brasileira.

Visitaram a exposição muitos geógrafos poloneses procedentes de Varsóvia, salientando-se a presença do Sr. Frank Moscoso, ministro do Brasil, na Polônia, e de geógrafos de Leningrado, Praga, etc.

O material brasileiro coletado permitiu criar, no Instituto, um laboratório para estudos sobre países sul-americanos.

CONDIÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA

A devastação, ingentíssima na verdade, das matas brasileiras, é tema do qual, diuturnamente, se ocupa, num louvável esforço coletivo, a imprensa do País. É esse um brado de alarme que ressoa nos quatro cantos de nossa terra, como um sinistro preságio bíblico de desencanto.

Infelizmente, porém, o diapasão monótono dessa campanha se restringe a apontar os males que assistimos, sem identificar as suas causas, nem indicar os remédios.

O assalto que praticamos todos os anos em nossas florestas resulta de premente necessidade em que se vê a nossa população se subsistir, por isso que mais de quatro quintos da energia produzida no País é gerada pela lenha e pelo carvão.

Assim, sem o saque das florestas, os brasileiros não poderiam continuar a viver, da mesma maneira que, sem a reconstituição do nosso patrimônio florestal não terão ele a sua condição básica de sobrevivência.

Faz-se, destarte, o reforestamento problema nacional de magna importância, por isso que a sua solução não está no âmbito silvicultural, senão que requer recursos econômicos de grande monta.

(Editorial do "Brasil Madeireiro" n. 125)

A DIESELIZAÇÃO SISTEMÁTICA DO BRASIL É DE INADIÁVEL NECESSIDADE

Obsoleto, sob o aspecto econômico, o emprêgo de motores a gasolina em caminhões e ônibus — O Brasil continua queimando indiscriminadamente bilhões de cruzeiros em gasolina.

Estatísticas autorizadas, relativas ao ano passado, mostram que o petróleo atendeu a 69 % do total das exigências energéticas do Brasil. A elevada e sempre crescente percentagem de procura petrolífera coloca atualmente o nosso país como a quinta nação maior consumidora no hemisfério ocidental, sendo ultrapassado apenas pelos Estados Unidos, Canadá, México e Argentina, e em décimo lugar no conjunto de todos os países do mundo chamado livre. Com o desenvolvimento acelerado da nossa industrialização, situando o Brasil como a nação mais industrializada da América Latina, a participação do petróleo como fonte de energia deverá aumentar cada vez mais, deslocando para lugar insignificante as demais fontes energéticas, com exceção da hulha branca, hoje representada com a participação de apenas 7 % e que, nos anos próximos, deverá aparecer com índices mais expressivos.

O CONSUMO DUPLICOU

Para ilustrar a linha ascendente do consumo de petróleo bruto e derivados pelo Brasil, basta dizer que êle duplicou de 1950 para cá, totalizando 195.000 barris por dia em fins de 1957. Dentro das previsões, a procura deverá aumentar anualmente à razão de 7 %, equivalente a 14.000 barris diários, até atingir 262.000 barris por dia em 1961.

Diga-se, aliás, que tal fenômeno não é exclusividade nossa. Na Europa Ocidental, por exemplo, segundo estudo feito pela Organização Europeia de Cooperação Econômica, a demanda de petróleo não cessa de aumentar, tendo passado de 37 milhões de toneladas em 1947, para cerca de 100 milhões de toneladas em 1955, com uma taxa de crescimento anual de 13,2 %, de vez que a produção de carvão não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento da demanda total de energia.

A pressão crescente na balança de pagamento em divisas fortes, provenientes da área do dólar e da libra, levou êsses países europeus, em sua maioria não produtores de petróleo, ou produtores em pequena escala, a tomar as seguintes providências:

- a) Aumento da capacidade de refino;
- b) Estimulo à utilização de veículos de maior rendimento econômico.

PREFERÊNCIA PELO DIESEL

Em pouco diverge a situação européia da nossa. Daí também a identidade de providências a serem tomadas.

Quanto ao aumento da nossa capacidade de refino não há o que comentar. Centenas de milhões estão sendo economizados em divisas, uma vez que o preço da matéria-prima utilizada no refino é muito inferior ao valor global dos produtos obtidos da refinação.

Relativamente à segunda medida — utilização de veículos de maior rendimento econômico — é flagrante o exemplo europeu. O motor a gasolina, na Europa, principalmente em caminhões e ônibus de três toneladas ou mais, foi a bem dizer abolido em favor do motor Diesel. A razão é evidente: o motor Diesel se distingue por um consumo específico de combustível igual à metade, ou menos, do exigido pelo motor a gasolina. Além disso, a manutenção é muito menos onerosa. A vida útil do motor Diesel é maior. Há menor necessidade de peças de reposição. Finalmente, o óleo Diesel é aproximadamente um terço mais barato que a gasolina. Tantas são as vantagens de ordem técnica e econômica que militam a favor do motor Diesel que a dieselização da Europa, em sua virtual totalidade, hoje está consumada.

MAIOR RENTABILIDADE

A superior rentabilidade do motor Diesel em veículos de transporte pesado, confrontados estes com aqueles movidos a gasolina, de igual tonelagem, há muito que é ponto pacífico, e já nem se discute. Preve-se mesmo, para dentro de breves anos, a substituição total, ou virtualmente total, dos motores a gasolina pelos Diesel, nos veículos de maiores tonelagens, dada a incapacidade daqueles de competir com estes no terreno das vantagens de natureza prática e econômica.

Essas vantagens, entretanto, já não se restringem a veículos de maior peso. Nos últimos 20 anos, o motor Diesel evoluiu de maneira surpreendente, principalmente na Europa. Sob a premência das restrições impostas pela guerra, e forçados a recorrer a veículos mais econômicos que os movidos a gasolina, os europeus tiveram que empenhar-se a fundo para aperfeiçoar o motor Diesel. Eliminaram, efetivamente, e de maneira a bem dizer completa, os poucos inconvenientes do motor Diesel. O peso excessivo por H. P. foi reduzido. Aumentou a velocidade e as vibrações foram eliminadas.

Os aperfeiçoamentos alcançaram nível tão elevado que, mal terminada a guerra, o motor Diesel começou a introduzir-se rapidamente em toda as operações de transporte, inclusive nos automóveis de passageiros.

O EXEMPLO INGLÊS

Bastaria citar o exemplo da Grã-Bretanha, onde no setor rodoviário se empregavam tradicionalmente caminhões movidos a gasolina. Enquanto, no ano de 1950, apenas 0,06 % dos veículos até duas e meia toneladas empregavam motor Diesel, essa percentagem elevou-se a 5,39 % em 1956. Quanto aos veículos de duas e meia a três toneladas, só 12,4 % usavam Diesel em 1950. Decorridos apenas seis anos, essa percentagem já se traduzia em 67 %. Índices igualmente expressivos verificaram-se

na classe dos veículos de três a três e meia toneladas: no mesmo período, ou seja, de 1950 a 1956, o aumento de percentagem foi de 22,1% para 77,9%. Na classe dos três e meia a quatro toneladas, a percentagem elevou-se de 27,7 % para 81,5 %. Nos veículos de quatro a cinco toneladas, em igual período, as estatísticas assinalam um progresso de 57,3 % para 86,2 %.

A partir dali, o motor Diesel se mostra absoluto. Nos veículos de cinco a seis toneladas, o progresso foi de 77,9 % para 93,7 %. Finalmente, nos caminhões de mais de seis toneladas, verificou-se o aumento de 96 % para 98 %, já pouco faltando para a totalidade dos maiores caminhões trafegar equipada com motores Diesel.

O que sobressai como particularmente expressivo nesses dados estatísticos é o crescente emprego, em ritmo acelerado, do motor Diesel nos veículos de tonelagem reduzida, competindo assim com o motor a gasolina no único terreno onde este vinha levando alguma vantagem.

OS TESTES COMPROVAM

Os índices acima transcritos já seriam bastante convincentes, não o fossem, tanto ou mais, os testes realizados recentemente por uma instituição oficial britânica, destinados a confrontar o consumo de combustível em veículos equipados com motor Diesel e a gasolina. Eis os resultados:

Um caminhão da classe leve, de 1.300 quilos, realizando entregas urbanas, percorreu uma média de 10.500 metros por litro Diesel. Caminhão idêntico, movido a gasolina, cobriu apenas 4.200 metros por litro. Na mesma classe dos 1.300 quilos, um caminhão Diesel, transportando e entregando a domicílio uma carga de leite, fez 10.500 metros por litro, enquanto, no mesmo serviço, um idêntico caminhão leiteiro movido a gasolina, só conseguiu a média de 2.900 metros por litro de gasolina.

Daqui em diante, as vantagens do Diesel sobre o motor a gasolina se tornam cada vez mais pronunciadas.

Assim, na classe de veículos médios, um caminhão da classe de 2.000 quilos, Diesel, fazendo entregas de porta em porta, conseguiu a média de 9.200 metros por litro. Caminhão igual, a gasolina, ficou nos 5.000 metros por litro. Uma ambulância, de três e meia toneladas, Diesel, obteve a média de 14.600 metros por litro. Outra, a gasolina, da mesma classe, não realizou mais de 6.100 metros por litro.

Na categoria de caminhões pesados e ônibus, a margem de economia é cada vez mais ampla. Um caminhão Diesel, transportando uma carga de 7 a 8 mil quilos, em percurso longo, obteve a média de 7.100 metros por litro. Caminhão igual, a gasolina, não ultrapassou 3.700 metros. Finalmente, experimentou-se um ônibus, da classe de sete toneladas, em viagens médias. O ônibus Diesel possibilitou a média de 7.100 metros por litro, e o ônibus a gasolina apenas 4.000 metros.

Explica-se assim por que nos países de economia planejada, ainda mais quando se trata de países carentes de energia, a racionalização do consumo de combustíveis sobressai dentre os pontos de maior preocupação, quer por parte das autoridades, quer dos consumidores. A razão é simples: carência de energia traduz-se em maior dispêndio de divisas, e este se reflete sobre toda a economia do país. É precisamente neste ponto que o motor Diesel vem ao encontro da racionalização de

combustíveis e da conseqüente economia; além de prestar serviços por mais tempo, poupa dinheiro ao consumidor e ao país apreciáveis quantidades de divisas.

CINCO RAZÕES

Razões de economia — vultosa economia, sobretudo, de combustível — fizeram com que o motor Diesel conquistasse tantos adeptos em tão pouco tempo. Vejamos as principais dessas razões, e exclusivamente aquelas que se referem ao combustível:

1) O rendimento térmico no motor Diesel é bastante superior ao de um motor a gasolina. Enquanto este aproveita somente 23 a 25 % da energia contida no combustível, o rendimento térmico no Diesel é de 34 a 35 %, senão mais. Por isso, o motor Diesel necessita por HP hora, um volume de combustível 4 % inferior ao do motor a gasolina;

2) O consumo de combustível no motor Diesel corresponde aproximadamente à metade, às vezes só a um terço, do consumo num veículo de igual tonelagem equipado com motor a gasolina;

3) Abastecidos os tanques com o mesmo volume de combustível, o caminhão Diesel possui um raio de ação, em percurso de quilômetros, quase duas vezes maior que um equivalente a gasolina. Essa vantagem ganha em importância no interior, onde são escassos os postos de serviço e os depósitos de combustível;

4) O óleo Diesel é, aproximadamente, um terço mais barato que a gasolina;

5) Possuindo maior viscosidade, o óleo Diesel, praticamente, não sofre perdas por evaporação, enquanto a gasolina, muito volátil, se evapora em apreciável quantidade, principalmente, nas temperaturas tropicais e subtropicais. Afirmam os transportadores que, no caso da gasolina, a perda por evaporação atinge, conforme a distância, até 4 % do volume transportado. O óleo é oito vezes menos volátil que a gasolina.

Por estas e outras vantagens, o moderno motor Diesel conquistou nestes últimos 20 anos, a absoluta predominância sobre o motor a gasolina. Na Europa, motores a gasolina, para veículos de três toneladas ou mais, praticamente, deixaram de ser fabricados por obsoletos sob o aspecto econômico.

QUEIMANDO BILHÕES

No Brasil, só agora está começando a despontar a "mentalidade Diesel", e isso graças ao esforço pioneiro da Mercedes-Benz do Brasil e da Fábrica Nacional de Motores, às quais veio associar-se, em data recente, a SCânia Vabis. Infelizmente, até o momento, embora tal medida mereça a mais absoluta urgência, o governo não tomou providências no sentido de fixar diretrizes para a racionalização no consumo de combustíveis — racionalização que redundaria na economia anual de centenas de milhões de cruzeiros.

É, positivamente, inconcebível que, não obstante a angustiante carência de combustíveis líquidos, e a carência não menos angustiante de divisas, o Brasil continue queimando perdulariamente, indiscriminadamente, bilhões de cruzeiros em gasolina.

A medida certa, urgente, e já inadiável, ditada pelo espírito de rudimentar economia, deve ser a dieselização sistemática do Brasil.



BRASILIANAS

Coordenador: Major CLÁUDIO LEIG

BRASIL — 1958

● Agricultura

O problema da cultura do trigo foi talvez o que mereceu maiores atenções do noticiário em 1958. As importações brasileiras de trigo alcançam cerca de 100 milhões de dólares, o que representa, sem dúvida, um fator negativo de apreciável valor no equilíbrio da nossa balança comercial, não sendo portanto de estranhar o interesse despertado pela cultura do nobre cereal. Entre os nove Estados que se dedicam à cultura do trigo (Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), apesar de ser Santa Catarina o Estado que apresenta maior índice de produtividade, o do Rio Grande do Sul é o maior produtor. A Comissão de Organização da Triticultura Nacional assinou contrato com uma firma de Porto Alegre para construção de 15 centros armazenadores de trigo com capacidade estática de 150 mil toneladas, como parte de uma grande rede de armazéns e silos a ser construída nos Estados meridionais brasileiros. O Estado do Paraná procura desenvolver a cultura do trigo, tendo o Governo do Estado tomado providência para instalação, em Londrina, de um moinho com capacidade de moagem diária de 90 toneladas.

Outras notícias nos dão conta da recuperação de importante área para produção agrícola gaúcha. Trata-se da construção da ponte bargem sobre o Rio São Gonçalo, obra que impedirá que a água salgada penetre na Lagoa Mirim permitindo ao mesmo tempo a regularização do nível dessa lagoa no período das estiagens. Esta obra tem por finalidade aumentar a produção gaúcha que compreende vários produtos, em sua maioria alimentícia. A aplicação de perto de 5 bilhões de cruzeiros na cultura do arroz no Rio Grande do Sul demonstra, por sua vez, a importância desse cereal na economia brasileira, pois, como sabemos, o arroz vem de ter sido incluído entre os produtos exportáveis pelo País.

Dignos de registro são também os trabalhos encetados pela SPVEA no sentido de promover a recuperação rural da Amazônia. A SPVEA vem se propondo, entre outros objetivos agrícolas gerais, a alcançar a auto-suficiência alimentar da região, o desenvolvimento da produção agrícola, das matérias-primas necessárias à economia nacional e regional, o incremento da produção de gêneros que realizem na região condições ótimas, visando a alcançar saldos exportáveis como meio de obter recursos financeiros para ampliar o desenvolvimento da área. Por seu turno, o Governo do Estado do Amazonas promove entendimentos com autoridades

diplomáticas do Japão para vinda de imigrantes japoneses para as margens da rodovia Manaus — Itacoatiara.

Encerrando as notícias referentes às atividades agrícolas, justo se torna ressaltar a que se refere à mecanização progressiva da lavoura brasileira, com o aumento do número de tratores agrícolas e máquinas de terraplenagem existentes nos vários Estados da Federação, destacando-se o Estado de São Paulo que passou de 8.358 para 15.553 tratores e máquinas de terraplenagem e o do Rio Grande do Sul que passou de 2.410 para 4.546 tratores e máquinas de terraplenagem.

● Pecuária

No setor Pecuária, a SPVEA se propôs em aumentar a população bovina em 30% sobre os índices de 1952, em elevar o rebanho suíno em cada unidade regional à população de uma cabeça por habitante, em aumentar os rebanhos de ovinos, de caprinos e de aves, bem como a produtividade do gado bovino. A Região amazônica constitui uma região propícia para o desenvolvimento da pecuária, destacando-se a aclimação do búfalo, cujo número de cabeças é estimado em 20 mil. A Ilha de Marajó com sua população bovina de 600 mil cabeças tem menos de 10% de seus campos aproveitados, o que demonstra as grandes possibilidades econômicas da Amazônia nesse setor.

● Minerais

Em virtude das possibilidades mineralógicas brasileiras esse é um dos setores da economia nacional que vem despertando grande interesse não só na conjuntura nacional como também na dos países interessados na obtenção de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento econômico, científico e militar.

Em primeiro plano, é o ferro que merece nossa atenção, pois cabe ao Brasil cerca de 50 bilhões de toneladas de minério de ferro, 30% dos quais estão localizados no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Entretanto, as exportações brasileiras de ferro em 1957 atingiram, apenas, 3.550.000 de toneladas, no valor aproximado de 48 milhões de dólares.

As notícias referentes à exploração das jazidas de manganês de Urucum, Mato Grosso, também merecem registro, pois essa exploração vem tomando impulso com as providências adotadas pela Companhia concessionária que adquiriu material e equipamentos necessários à exploração do minério além de proceder à construção de rodovia ligando a jazida ao porto de Corumbá, cujo aparelhamento realizou, em conexão com o porto de descarga de Nueva Palmira no Uruguai. Os dirigentes da Companhia pretendem movimentar, de início, 50 mil toneladas por ano e posteriormente até 150 mil, com melhoramentos a serem introduzidos, inclusive a ampliação da frota de transporte fluvial.

As reservas conhecidas brasileiras somam entre 75 a 120 milhões de toneladas de manganês, assim discriminadas:

| Estado ou Território | Teor | Tonelagem (milhões) |
|----------------------|---------------|------------------------|
| Mato Grosso | 40 a 50% | 40 a 65 |
| Amapá | 46 a 54% | 20 a 30 |
| Minas Gerais | 30 a 46% | 6 a 7 |
| Minas Gerais | abaixo de 40% | 6 a 9 |
| Bahia | 38 a 50% | 2 a 5 |

A nossa produção de aço exige atualmente cerca de 60 mil toneladas anuais de manganês e, em 1970, a demanda provável deverá alcançar a cifra de 200 mil toneladas.

As estatísticas mostram que em 1957 foram exportadas cerca de 800 mil toneladas de minério de manganês num valor aproximado de 37 milhões de dólares.

No âmbito das pesquisas vale ressaltar os trabalhos que o Instituto Industrial de Minas Gerais realiza em cooperação com a Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura na Serra da Moeda (noroeste de Minas Gerais). Os levantamentos efetuados nas jazidas de cobre existentes naquela região demonstraram que esse mineral se acha associado a elementos radiativos além de zinco e traços de chumbo. O Ministério da Agricultura está ampliando a usina separadora de minérios estano-tântalo-uraníferos que mantém em São João Del Rei com intuito de atender às empresas de mineração que operam na região.

Merece destaque a descoberta de importante jazida de nióbio em Araxá (Minas Gerais), onde esse mineral é encontrado no pirocloro, que possui também apreciável quantidade de tório e urânio. Como sabemos, o nióbio é atualmente empregado em ligas metálicas que necessitam resistir fortemente à corrosão.

O zircônio é encontrado nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo; a produção brasileira de cromo gira em torno de 4 mil toneladas anuais, sendo os Estados da Bahia e de Goiás os nossos maiores produtores; o arsênico provém do Município de Nova Lima, Minas Gerais e as jazidas de baritina se encontram nos Estados de Paraná, da Paraíba e da Bahia.

No setor de investimentos é importante assinalar o interesse demonstrado por firmas estrangeiras na exploração mineralógica, como é o caso da empresa nipônica Tayo Bussan interessada em explorar uma mina de níquel no Brasil e de uma firma alemã que se propõe a realizar estudos nos depósitos de argila em Bagé, Rio Grande do Sul, objetivando a fabricação de refratários.

● Borracha

A implantação da indústria automobilística veio agravar sobremaneira o problema da borracha com o decorrente aumento do consumo interno.

Nos últimos 18 anos, a produção de borracha no Brasil pouco se afastou das 25 mil toneladas anuais, o que o obrigou a importar, somente em 1957, cerca de 9.250 toneladas dessa matéria-prima. Para evitar o volume de importação que tende a crescer, as indústrias de borracha realizam inversões superiores a 170 milhões de cruzeiros, com a plantação racional das seringueiras, nos Estados da Bahia, Pará e Mato Grosso, e a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo dá início ao cultivo de cerca de 100 mil seringueiras no Estado bandeirante, que foi dividido em três zonas a saber: zona Araraquarense, zona do Vale do Paraíba e zona do Sul do Estado. Com isso pensa aquele órgão do Governo do Estado substituir velhos cafezais por extensas plantações de seringueiras, com o fim de obter uma produção comercial e amenizar, pelo menos em tempo útil, a gravidade da situação.

● Energia

CARVÃO

Entre as notícias referentes ao carvão, destaca-se a que nos dá conta dos trabalhos que a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional realiza junto aos mineradores dos Estados para aumentar a produção. O

plano prevê a possibilidade de uma produção de 3,1 milhões de toneladas, a qual não atinge ainda 2,3 milhões, sendo o consumo interno atendido pela importação, que alcança anualmente, cerca de 900 mil toneladas. Entre os Estados produtores de carvão, o Rio Grande do Sul concorre com a maior parcela, seguindo-se Santa Catarina, onde as empresas mais importantes são a CSN e a Carbonífera Metropolitana, e o Paraná onde existem 4 organizações que exploram o carvão. Por outro lado, uma grande firma alemã apresentou proposta para explorar jazidas de carvão em São Jerônimo e Viamão (Rio Grande do Sul) para produzir gás e estabelecer indústrias químicas.

PETROLEO

As realizações da Petrobrás, no âmbito da exploração e produção no ano passado, assinalam o setor específico: — petróleo na conjuntura brasileira.

A produção de petróleo do Recôncavo baiano, no período de 1 de janeiro a 17 de novembro de 1958, atingiu 16.200.116 barris, ultrapassando a produção reunida de 1955, 1956 e 1957, que totalizou 16.186.874 barris. Há a assinalar, ainda, que a produção diária de petróleo daquela região é atualmente da ordem de 60 mil barris diários, o que representa cerca de 27% do consumo nacional.

As reservas de petróleo da Petrobrás continuam a crescer, mercê do contínuo desenvolvimento dos campos petrolíferos baianos, principalmente os de Água Grande e Candeias. Novos campos deverão ser descobertos no Recôncavo, em decorrência dos trabalhos exploratórios conduzidos. No poço pioneiro de Tapique, a 6 km ao norte de São Sebastião do Passo, foram realizados uma série de "testes de formação" pelos quais foi constatada a existência de uma zona de arenitos petrolíferos que permite estimar uma produção potencial do poço, da ordem de 800 barris diários.

XISTO

Desenvolve a Superintendência da Industrialização do Xisto, em escala piloto, sistemas de processamento, que satisfazem as exigências técnico-econômicas para aproveitamento das jazidas do Vale do Paraíba e do Irati, o que é, sem dúvida, bem significativo. As jazidas do Paraíba, de origem terciária, possuem reservas da ordem de 3 bilhões de barris de óleo e as de Irati, correspondente ao permiano, são calculadas em 12 bilhões de barris. Cerca de 30 técnicos estão encarregados do programa elaborado pela Superintendência cujo núcleo está situado na Estação Experimental de Processamento Monteiro Lobato, usina piloto instalada em Tremembé, Estado de São Paulo.

ELETRICIDADE

Uma análise do programa que vem sendo executado no sentido de ampliar a capacidade geradora de energia elétrica do País, consoante as notícias publicadas no ano de 1958, nos leva a sentir um maior empenho em desenvolver aquela capacidade mediante obras de ampliação ou construção de usinas em regiões onde problemas já equacionados necessitavam solução.

O aumento de 120 mil kw na capacidade geradora de Paulo Afonso, cujas linhas de transmissão, de início, levaram, apenas, a energia elétrica para o litoral, orientadas que foram no sentido de atender às capitais de alguns Estados Nordestinos e da região Leste, vem solucionar o problema do atendimento de grande parte do interior, inclusive o médio São Francisco, ótimo mercado, com seu abundante calcário, indispensável

à indústria do cimento e fonte de produção de fertilizantes. A ampliação de Paulo Afonso e os trabalhos que constam do programa da Comissão do Vale do São Francisco, compreendendo a construção de linhas de transmissão para o transporte de energia não só para o médio como também para o baixo São Francisco, procuram solucionar em parte o problema energético daquela área.

A ampliação do sistema elétrico do centro de Minas Gerais interessando as usinas e linhas da CEMIG, da Cia. Fôrça e Luz de Minas Gerais, da ACESITA e da Belgo-Mineira, tôdas operando em interligação.

O Estado de Minas Gerais comporta um vasto potencial hidrelétrico cujo aproveitamento vem fazendo parte dos programas de expansão da capacidade geradora de energia elétrica do País. Assim é que na região do Rio Santo Antônio — Piracicaba (médio Rio Doce), a Usina de Salto Grande terá sua capacidade duplicada, e a Usina Sá Carvalho atende às recentes necessidades da ACESITA; na região do Alto São Francisco, que já dispõe da Usina de Gafanhotos, está em construção a usina de Cajuru; na região do Alto Rio Grande, a usina de Itutinga, terá sua capacidade duplicada, e será construída a usina Camargos, ambas na área compreendida entre as cidades de Lavras e São João del Rei.

Além dessas, outras usinas de menor porte, que já produzem energia elétrica, tais como a usina de Tronqueiras, que atende à cidade de Governador Valadares, a de Santa Marta que fornece energia a Montes Claros e a de Piaú que supre Juiz de Fora e Santos Dumont estudam ou concluem projetos de ampliação. De modo semelhante a Usina Diesel da Cidade Industrial teve sua capacidade aumentada e a Usina de Pandeiros, supridora das cidades de Januária e São Francisco, entrou em funcionamento. Também faz parte do programa da Comissão do Vale do São Francisco a construção da Usina de Correntina na Bahia e a montagem de pequenos grupos "Diesel Elétricos", nos municípios onde não se justificam o transporte de energia hidrelétrica.

Os principais projetos de expansão, no entanto, são a construção da Usina de Três Marias e a Usina de Furnas. A Usina de Três Marias, de capital importância na economia brasileira, inundará uma área de cerca de 1.350 km², trazendo consideráveis benefícios para toda a região de sua influência, com o escoamento constante do rio proporcionando condições favoráveis à navegação, com o aproveitamento das terras da vazante, com a irrigação marginal, com o aumento da capacidade de Paulo Afonso, com a melhoria das condições de saneamento, tudo isso, além de favorecer, em parte, a regularização do Rio São Francisco. Esses benefícios se relacionam apenas com a construção da barragem; a eles acrescentam-se os que serão proporcionados pelos 520 mil kw de potência da Usina, entre os quais o aumento da industrialização de Minas Gerais, permitindo a implantação da eletro-siderurgia, da indústria de fertilizantes, da indústria de cimento, da de produtos alimentícios e muitas outras onde poderão ser aproveitadas as riquezas do subsolo e os produtos agrícolas regionais.

Três Marias e a construção de linhas de transmissão para o transporte de energia elétrica no sistema CEMIG, também constam do programa da Comissão do Vale do São Francisco, devendo a Usina entrar em funcionamento em fins de 1961.

A Usina de Furnas está sendo construída no Alto Rio Grande, próximo à cidade de Passos, a 380 km a noroeste do Rio de Janeiro. A barragem criará um reservatório de 15 bilhões de metros cúbicos úteis de água, assegurando a regularização pluvional da vazão do Rio Grande e favorecendo o aproveitamento do potencial hidrelétrico existente à jusante. Equidistante dos três maiores mercados consumidores, terá uma capacidade final de 1.100.000 kw, embora o atual contrato de construção,

avaliado em 38 milhões de dólares, só preveja a instalação de unidades geradoras num total de 460 mil kw. A primeira unidade geradora deverá entrar em serviço em outubro de 1962.

Os benefícios que a construção de Furnas trará para o Sul de Minas, serão também de grande alcance, pois criarão condições favoráveis ao aproveitamento das riquezas regionais, além de constituírem importante reserva no abastecimento de energia elétrica do triângulo econômico Rio — São Paulo — Belo Horizonte.

Furnas, cuja construção está a cargo de duas empresas, uma nacional e outra estrangeira, mediante recursos obtidos pelo Fundo Federal de Eletrificação, pelos fundos Estaduais de São Paulo e Minas e pelo financiamento proporcionado pelo BNDE, será produto da associação do Governo dos Estados com empresas privadas (BNDE, CEMIG, Departamento de Águas e Energia Elétrica de S. Paulo, S. Paulo "Light" S.A., Serviços de Eletricidade e Cia. Paulista de Força e Luz).

Ainda como parte do desenvolvimento da capacidade da região verifica-se a conclusão dos trabalhos da construção, pelas Centrais Elétricas de Goiás, da Usina de Cachoeira Dourada visando a atender, entre outras, as exigências da industrialização determinada pela construção de Brasília.

A recuperação do Vale do São Francisco, fundamental ao fortalecimento da unidade nacional, será atingida com a construção de Três Marias que completará a obra de Paulo Afonso (CHESF). A construção das usinas nas regiões Centro e Sul de Minas Gerais possibilitará o aproveitamento das riquezas agrícolas e das riquezas minerais do subsolo, notórias pelo seu inestimável valor econômico e estratégico, e atenderá às necessidades impostas pela transferência da capital para o planalto central.

A ampliação do sistema elétrico conjugado que abastece o Rio e São Paulo a cargo das empresas da "Light", no intuito de poder atender ao consumo que cresce em ritmo acelerado como consequência da rápida industrialização desses dois grandes centros, se realiza, em São Paulo, nas usinas de Piratininga e de Cubatão e no Rio abrange a construção da usina de Ponte Coberta.

As exigências consequentes do surto industrial paulista motivaram ainda a ampliação de antigas usinas e a construção de novas, entre as quais vamos encontrar a usina de Peixotos no Rio Grande e a de Salto Grande do Paranapanema, esta já com uma unidade em funcionamento. Esta última usina, localizada próximo à cidade de Ourinhos, atenderá também a região cafeeira do norte do Paraná.

Foi assinado o contrato entre o BNDE e a USELPA pelo qual aquela entidade bancária proverá os fundos necessários para a construção de uma usina hidrelétrica em Jurumirim no Rio Paranapanema. A primeira unidade da usina deverá entrar em funcionamento em janeiro de 1961. Entre os beneficiários dessa usina citamos a Estrada de Ferro Sorocabana.

A construção da usina Termelétrica do Capivari, que utilizará os carvões secundários resultantes do beneficiamento do carvão metalúrgico, é outro empreendimento que além de fornecer energia elétrica a Florianópolis e ao Vale do Itajaí, dará aplicação ao carvão secundário em local próximo ao da extração, evitando o transporte oneroso de energia sob forma de combustível e incrementará a sua produção. Um consórcio teuto-suíço fornecerá o equipamento e montará a usina, cujo potencial será de 100 mil kw, devendo a primeira unidade, de 50 mil kw entrar em funcionamento em outubro de 1961 e a segunda três meses depois. Além dessa, outras usinas termelétricas estão previstas como Charqueadas, Candiota e Figueira, a serem construídas na zona carbonífera do País.



REVISTAS MILITARES EM REVISTA

CHILE

"MEMORIAL DEL EJERCITO" n. 287 — "Las relaciones publicas en las Fuerzas Armadas" do Cap Sergio Garcia Aris diz da necessidade da manutenção e do desenvolvimento do Serviço de Relações Públicas para atender às diferentes solicitações quer da imprensa, quer do mundo civil e militar.

"Conceptos doctrinarios sobre las operaciones conjuntas" do Cmt Solminihac Andrade estuda os diferentes casos de cooperação entre as Forças Armadas.

Estes são os artigos de maior destaque do n. 287 da revista editada pelo Ministério de Defesa do Chile.

ESPAÑA

"GUIÓN" n. 199 — Recebemos o número citado onde Manule Aznar, em seu artigo "Hacia un nuevo Ejercito Español" diz da necessidade em dotar o Exército de, no mínimo, cinco divisões do tipo moderno. O Cel Lansac Samper em "De las guerrillas al arma acorazada" analisa os diferentes tipos de guerra em função da arma portátil, para concluir tecendo paralelo entre as guerrilhas e o moderno emprêgo das armas encouaçadas.

"EJERCITO" n. 226 e 227 — Destacamos, entre outros, o artigo do Coronel José Blanco "La acción paracaídistas — Comando del Aire" onde são postas em destaque as missões especiais que devem ser atribuídas aos pára-quedistas, terminando por um exemplo executado por tropas espanholas. "Proyectiles Balísticos y satélites artificiales" do Gen Antonio de Rueda que nos fala sobre os aspectos atuais e as perspectivas futuras, chegando a interessantes conclusões quanto o campo de gravitação.

Na Sessão de Informações encontramos referências à eletrogravitação, ao terceiro satélite artificial da URSS, ao foguete plástico do Japão.

No n. 227, distribuído em dezembro de 1958 destacamos "Zapadores sub-acuáticos del Arma de Ingenieros" pelo Cmt Moreno González; "As-

pectos logísticos de la ofensiva atómica" do Cap Brizuela Iranzo e "Influencia de las armas atómicas en la acción ofensiva" do Ten-Cel Ariza García.

Na Sessão de Informações destacamos "El empleo de los rayos infrarrojos para la observación de artefactos en el espacio", "La micro-miniatu-
ra en el material electrónico militar" e "Una semblanza de la política militar norte-americana".

FRANÇA

"REVUE MILITAIRE D'INFORMATION" ns. 297, 298, 299 e 300 — No n. 297, relativo a setembro e outubro, encontramos, entre outros interessantes artigos os seguintes:

"L'Armée dans la Nation" do Gen P. Ely; "Le Liban — une civilisation en peril" do Prof. Granchamp; "Guerre Révolutionnaire en Algérie" de Ximenes; "Jacques de Guibert" de L. Poissier; "La recherche opérationnelle et la guerre" do Cap René Moreau e diversas crônicas de interesse militar.

No n. 298 volta o Gen Paul Ely, chefe do Estado-Maior Geral e Inspetor-Geral do Exército com o artigo "Les véritables espérances de la France et de l'occident", assinalando o papel preponderante que deve representar o Exército Francês na atualidade, que, como em 1914 e durante a "Resistência", não desmentiu seu valor histórico. Em "L'Action Psychologique dans les Forces Armées" o Cap Souyris mostra a necessidade da ação psicológica citando vários exemplos na paz e na guerra. Em "La 14e. Armée Britannique en Birmanie" o presente número nos brinda com as passagens mais interessantes e as diferentes ações do "14e. Armée", durante os meses de outubro e novembro de 1943, desde a queda de Rangoon até o período de crise.

Relativo ao mês de novembro temos o n. 299 cujos trabalhos apresentados em sua maioria se referem à Europa, sua história, seus habitantes e seu futuro. Em "L'Europe en 1975", Christian Julienne assinala a evolução econômica da Europa que, segundo o articulista, será o mercado mundial e em "Europe, France, Afrique", Hervé Lavenir assevera que a Europa não poderá subsistir sem seu prolongamento — a África.

O artigo mais interessante, para nós militares é o intitulado "Le Javelot, le Boucher et L'Europe", cujo resumo, em linhas gerais, damos mais adiante.

O n. 300, relativo a dezembro, apresenta como sumário:

"Une nouvelle branche des sciences sociales — La Polemologie" de Gaston Bouthoul; Japon d'aujourd'hui, Nation miracle du Pacifique" de Hubert d'Havrincourt; "Le Parti Communiste de l'Union Soviétique" de Canere d'Encause; "Formose ou les deux Chines" de Grandchamp, além de crônicas do Exército Francês, da Nato e interessante artigo sobre a atual aviação soviética.

"REVUE DE DÉFENSE NATIONALE" — Novembro, dezembro de 1958 e janeiro de 1959 — No número de novembro de 1958 o Gen Paul Ely nos brinda com "Perspectives stratégiques d'avenir", estudo feito à luz dos acontecimentos ocorridos ultimamente no Oriente-Médio, preconizando nova atitude por parte da NATO donde resultaria novo dispositivo das Forças Armadas Europeias. Outro militar ilustre, o Gen Paul Gérardot escreveu "L'art de préparer la guerre" assinalando que tudo o que está feito deve ser revisto e não somente por militares, pois os cientistas e economistas devem se interessar pelos problemas mundiais. Cita a teoria de G. Bouthoul, sobre a guerra, analisa a opinião de M. Alfred Sauvy a respeito, para finalmente abordar diferentes fatores, demográficos, econômicos, técnicos, etc., que con-

correm para a preparação da guerra. O número de novembro é completado por "La haute Administration et l'État" de Maurice Papon; "Protection civile en France" de M. Roux; "La Royal Navy et le Livre Blanc" do Almirante Lepotier; "Les Commandement et les probabilités" do Cel Achard-James e "La stratégie communiste et la Birmanie" de Pierre Chateaufieux.

O número relativo a dezembro de 1958 apresenta: "Philosophie des coalitions" do Gen Chassin; "L'Industrie nucléaire française" de R. Gibrat; "Armée et Université" de Maurice Mégret; "Les engins spéciaux et la recherche" do Gen Guérin; "La politique vaticane de Pie XII" de Grandchamp; "La Tunisie sur la rose des vents" de Paul Dufour; "Stratégie maritime de l'URSS" do Almirante Lepotier e ainda crônicas da NATO.

Assinalamos o artigo do Gen Guérin que salienta a verdadeira competição estratégica surgida entre os engenhos-foguetes e o radar mostrando que, quando os russos anunciam possuir um ICBM de alcance A os americanos, proclamam logo a seguir o aumento de poder de detecção de seus aparelhos de radar para A + K quilômetros.

Entre os diversos artigos do número de janeiro de 1959 destacamos "Politique et stratégie russes en Extrême-Orient" de autoria do Comandante Lostau; "Les possibilités du calcul électronique" de Jean Pellandini; "Les engins spéciaux, la guerre et l'espace" do Gen M. Guérin, além de diferentes trabalhos relativos às Forças Armadas dos diversos países da NATO.

"L'OFFICIER DE RÉSERVE" n. 10 — Dezembro de 1958 — Com artigos militares tratando da evolução da instrução de formação dos Quadros da Reserva, desde 1947 até a época atual e outros como "La Défense Intirienne du Territoire Métropolitain" e "Jemmesse de France". Coro artigo principal nos apresenta "Charles de Foucauld" onde a vida do grande francês é descrita, particularmente como brilhante oficial da reserva, que foi.

ITALIA

"REVISTA MILITAIRE" — No número de outubro de 1958, destacamos entre outros artigos: "Nuove esigenze organizzative per le basi di partenza in ambiente atomico" de autoria do Cap Umberto Cappuzzo que examina, em suas linhas gerais, a doutrina pré-atômica e considera os diversos fatores que provocarão as modificações necessárias a introduzir nas Forças Militares. Notamos ainda: "Ordinamento delle truppe alpine" do Gen Luigi Vismara; "L'attuazione dei campi minati de arresto e la cooperazione nell'ambito dei gruppi mobili di arresto" do Major Michele Pistone.

No número de novembro encontramos: "Spunti operativi, dottrinali ed ordinativi" pelo Gen C. A. Pietro Mellano; "Le aggressioni indirette interne ed esterne" pelo Gen Paolo Supino; "L'osservazione di artiglieria" do Cel Enzo Fassanotti e "Alcune considerazioni sull'impiego del genio" pelo Cel Zacaria Stievano. Neste último trabalho o autor analisa a arma atômica e o reflexo que a mesma trará ao campo de batalha.

Na "Rivista Militaire" de dezembro, em "Manovra dei Presidi dei Capisalde" o Gen Attilio Quereia analisa a reação dinâmica na defensiva, a conduta da defesa e termina tecendo considerações interessantes quanto aos ensinamentos colhidos na referida manobra.

"L'Incidenza del Fattore Atomico sul coordinamento del Fuoco" do Cel Enzo Fassanotti, onde é pôsto em evidência, ante o evento das armas atômicas no campo tático, a importância crescente da coordenação dos fogos.

"La Possibili conseguenze di uma evoluzione tecnica" do Cap Guilio Malvani; "La Colombia" do Prof. Gioigio Bernucci e diversos outros artigos de interesse militar computam a publicação.

PORTUGAL

"REVISTA MILITAR" n. 11 — Cheia de artigos de interesse militar nos apresenta "Metodos de Trabalho de um Estado Maior" de autoria do Cel João António da Silva; "Ocupação Militar do Congo Português" onde o Maj Hélio Esteves Felgar historia a evolução da colônia desde a criação do distrito, a ocupação do litoral, etc., até a época atual.

Em "Crónica Militar do Brasil" podemos apreciar o trabalho desinteressado do Brigadeiro D. Ruy da Cunha e Menezes que descreve aos portugueses as principais ocorrências havidas em nossas Forças Armadas em outubro e novembro de 1958.



OS "NORATLAS" EM PROVA

Um exercício de pára-quedismo maciço realizou-se em janeiro último em Hassi R'Mel (Argélia) perante numerosos generais franceses e adidos militares dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da República Federal da Alemanha, da Turquia, da Holanda, da Suécia, de Portugal, da Espanha, e de Israel, sendo que êsse último, o Coronel Ishy, saltou de pára-queda junto com os homens do primeiro RCP.

Os 28 bimotores "Noratlas" com motores Snecma "Hercules" participaram dessas manobras, largando homens e material com um sucesso total. Mais de 90 toneladas de material foram lançadas: 40 jipes, 4 reboques, 6 canhões de 106, 3 morteiros de 120, tudo em 20 minutos.



"PARIS" ENTREGUE À ARGENTINA

Vinte e quatro jogos de conjunto foram entregues à Argentina sobre os 48 encomendados. Os dois primeiros Morane-Saulnier 760 "Paris" montados na Argentina, efetuaram seu primeiro voo. A primeira parte dos ensaios para a construção do MS 1500 Epervier (Turbomeca Bastan) está terminada. O aparelho realizou 60 vãos e 35 horas de ensaios. O 15000-02 está sendo equipado com uma turbina Turbomeca Bastan, que será testado em túnel na grande usina de experiência de Modane.

TERCEIRA FÔRÇA

Voltam a insistir alguns comentaristas na idéia de se constituir no mundo atual uma terceira força, equidistante dos dois blocos em conflitos na guerra fria — a União Soviética e os Estados Unidos.

Politicamente, já houve diversas tentativas para que um grande bloco de nações se agrupasse e afirmasse o seu alheamento aos propósitos dos dois gigantes. De Nova Délhi, porém, é que costumam vir certos acenos mais nítidos a todos os países para que se afastem dos blocos, tornando dêsse modo possível uma paz verdadeira e não armada, que acabará, segundo crêm, por triunfar.

Ideologicamente, os corifeus do movimento propugnam por soluções socialistas para os problemas atuais de cada nação e se mostram declaradamente adversários tanto do comunismo soviético como da democracia capitalista norte-americana.

A idéia encontra, sem dúvida, boa acolhida em muitos círculos, atraindo simpatias de idealistas e de muitos homens e mulheres de acentuados sentimentos humanitários e pacifistas que, entretanto, propendem a simplificar demasiadamente os problemas de política internacional por desconhecerem as suas origens e por não darem ouvidos a algumas conclusões pessimistas a que tantos chegaram mercê de demoradas observações e de longas meditações sôbre a história e principalmente sôbre os seus artificios.

Acreditamos, sem embargo do lugar comum, que a hora é de definições. Não há qualquer hiato na dinâmica revolucionária do comunismo, cuja sêde de expansão é insaciável, nem nos objetivos de conquista do governo soviético. Por outro lado, nada faz crer que os Estados Unidos acabem por abandonar sua política de resistência a tais propósitos e nem mesmo permitir que, no flanco ocidental, se estabeleçam brechas que ponham em perigo sua posição. Estamos, por conseguinte, vivendo um período de guerra, tenha ela que qualificativo preferirmos.

Ainda resta, todavia, a muitos países (não a todos, evidentemente) a liberdade de optar entre uma ou outra das soluções. Se determinado país escolher a órbita comunista, a escolha redundará num desejo de integração plena na órbita russa. Se ao contrário, preferir cerrar fileira em tôrno dos Estados Unidos, ser-lhe-á permitida a preferência por alguns dos diversos matizes de democracia em uso nas nações da órbita ocidental.

A Inglaterra, quando administrada por um gabinete socialista, cujo ministro do exterior era um Bevin, jamais procurou desvincular-se do atual sistema de aliança ocidental, mas antes tudo fez para fortalecer a aliança e barrar os passos do expansionismo vermelho. Jamais pensaram os líderes trabalhistas britânicos, do alto dos postos governamentais, em utilizá-los para a constituição de uma terceira força, nem interromperam a sua política de nacionalização pelo fato de seu poderoso aliado norte-americano detestar-lhe a adoção em seu território. A França, neste longo período de após-guerra, já tendo sido dirigida por vários líderes socialistas, nunca tomou uma vereda que a distanciasse da causa ocidental. E se quiséssemos ser ainda mais explícitos, bastaria lembrarmos que Paul Spaak, político belga e um dos mais respeitados líderes socialistas europeus, desempenha o significativo cargo de secretário-geral da OTAN, organismo que superintende a defesa do continente e cujo chefe militar é um general norte-americano. Iriamos longe nesta trilha para mostrar como carece de realismo a tese da formação de uma terceira força. Por ora, basta o que ficou dito, com o acréscimo, porém, do fato de que na própria Índia, e, mais particularmente, no próprio partido do Congresso, que domina o país, é considerável a corrente favorável a um maior entendimento com o Ocidente, existindo também, em grau menor, uma ala que prefere uma mais perfeita união de vistas com a China Vermelha. Nesta corda é que se equilibra o "premier" Nehru, que, no entanto, sabe muito bem que o seu mais provável sucessor e atual ministro das Finanças, é um homem fortemente inclinado a uma política de estreitamento de relações com as democracias.

A DEFESA NACIONAL

MINISTÉRIO DA GUERRA

CAIXA POSTAL 17 — RIO DE JANEIRO

Nome

Pôsto Força Armada

Unidade Região

Residência

Desejando ser assinante de "A Defesa Nacional" a partir do mês de de 1959, entreguei ao Tesoureiro de minha unidade a quantia de Cr\$ 100,00 para ser remetida ao Diretor-Gerente desta Revista.

Rubrica



ATOS OFICIAIS

DECRETO N. 45.948 — DE 30 DE ABRIL DE 1959

Extingue os 3º e 6º Batalhões de Saúde e cria as 3ª e 6ª Companhias Independentes de Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal e de acordo com o art. 19 da Lei n. 2.851, de 25 de agosto de 1956, decreta :

Art. 1º. São extintos os 3º e 6º Batalhões de Saúde, criados, respectivamente, pelos Decreto n. 21.134, de 15 de maio de 1946 e Decreto Reservado n. 26.297-A, de 29 de janeiro de 1949.

Art. 2º. São criadas as 3ª e 6ª Companhias Independentes de Saúde, integrando as 3ª e 6ª Divisões de Infantaria, com sede, respectivamente, nas cidades de Santa Maria e Porto Alegre.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor a partir de 1 de julho de 1959, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1959 ; 138º da Independência e 71º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK
Henrique Lott

AVISO N. 337 — EM 22 DE MAIO DE 1959

Distribuição de Casas

Considerando que é indispensável o conhecimento prévio do número de dependentes do oficial para o estabelecimento do critério seletivo no Aviso n. 726, de 27 de junho de 1956, antes da apresentação do interessado ;

Considerando que há conveniência em ser feita a ocupação das casas em tempo o mais breve possível.

Resolvo, em complementação do Aviso citado, que :

— uma comunicação telegráfica imediata do oficial transferido deverá ser feita à Unidade de destino declarando o número de dependen-

tes. Os dependentes são os que vivem às expensas do oficial, sob o mesmo teto, constam da sua caderneta e estão previstos no art. 213, do CVVM;

— a data do ato de classificação do oficial com que se inicia a contagem do tempo, para fins de distribuição de casa, será válida até 90 dias após esse ato;

— o oficial não se apresentando por qualquer motivo, dentro daquele prazo, na Unidade de destino, ou deixando de fazer a declaração telegráfica dos dependentes já referida, concorrerá à distribuição contando tempo a partir da data da sua apresentação nessa Unidade. — Henrique B. D. Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

PORTARIA N. 1.150, DE 27 DE MAIO DE 1959

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista, essencialmente :

— proporcionar igual tratamento a quantos tenham ingressado no Quadro de Sargentos antes da realização do Exame de Suficiência estabelecido pela Portaria n. 103, de 16 de janeiro de 1959;

— diminuir os inconvenientes na hipótese de que venha a ocorrer um número sensível de claros em Núcleo-base das Unidades, resolve :

A) Ficam compreendidas, também, na letra B) da Portaria n. 726, de 30 de março de 1959, as praças que :

1 — forem promovidas à graduação de 3º Sargento até 31 de maio de 1959;

2 — ingressaram por concurso nas Companhias de Serviço Industrial (Portaria n. 1.722, de 27 de agosto de 1957);

3 — pertencerem à QMG 88-Músicos, Corneteiros e Clarins, QMP 123-Corneteiros ou Clarins.

B) De acôrdo com o Art. 97 da Lei do Serviço Militar, adiar por seis (6) meses o licenciamento das praças que forem reprovadas no Exame de Suficiência estabelecido pela Portaria n. 103, de 16 de janeiro de 1959, satisfeitas as condições do Art. 86 da citada Lei e mais :

— ter a praça declarado, por escrito, desejar êsse adiamento;

— pertencer ao Núcleo-Base;

— não existir na Unidade praça aprovada no Exame de Suficiência com os requisitos para preencher a vaga considerada no Núcleo-Base.

Tal concessão às que já se encontrarem com o licenciamento adiado por aquêlê prazo será regulada em ato posterior.

C) O Estado-Maior do Exército procederá a um estudo dos resultados do Exame de Suficiência, a fim de propor as medidas que se tornarem necessárias ao adequado provimento dos claros dêle decorrentes, inclusive novo Exame de Suficiência aos que tiverem obtido o adiamento de licenciamento previsto nesta Portaria, a ser realizado durante o prazo do adiamento. — *Marçal Henrique B. D. Teixeira Lott*, Ministro da Guerra.

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Enderêço: Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil



PREÇOS

| | |
|-----------------------------------|-------------|
| Assinatura anual militar | Cr\$ 100,00 |
| Assinatura anual particular | Cr\$ 200,00 |
| Número avulso | Cr\$ 20,00 |

INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correio Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de controle do serviço, a partir de janeiro de 1956, só existirão duas formas de pagamento à escolha de cada assinante:

- assinatura anual, de Cr\$ 100,00, paga antecipadamente, a contar do mês de janeiro;
- desconto mensal de Cr\$ 10,00, em folha de vencimentos, processo este que deve ser adotado preferencialmente nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, cabendo aos nossos representantes, em cada um deles, zelar não só pela distribuição de acordo com as guias de remessa, como também pelas providências relacionadas com os respectivos pagamentos endereçados ao Diretor-Gerente da Revista.

Os exemplares de assinantes que mudarem de enderêço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser dactilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo enderêço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anunciantes.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Mal Mário Travassos.
Gen Tristão de Alencar Araripe.
Gen José Faustino da Silva Filho.
Gen Felício Lima.
Cel João Bina Machado.
Cel Ayrton Salgueiro de Freitas.
Ten-Cel Carlos de Meira Mattos.
Maj Octavio Tosta.
Maj Germano Seidl Vidal.
Maj Celso dos Santos Meyer.
Maj Amerino Raposo Filho.
Maj Juan Cuaranta.
Ten Emílio Radamés Isola.
Ten A. Brandão de Freitas.
Francis de Miomandre.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.



Cr\$ 20,00



SMG

IMPRENSA DO EXÉRCITO

RIO DE JANEIRO — 1959